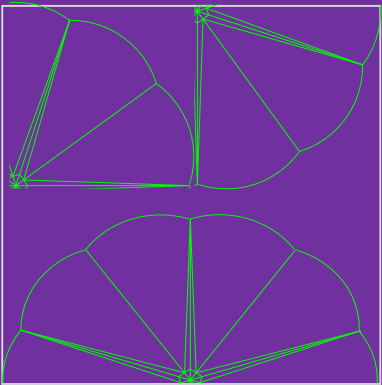
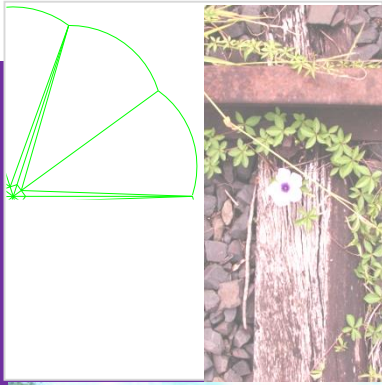
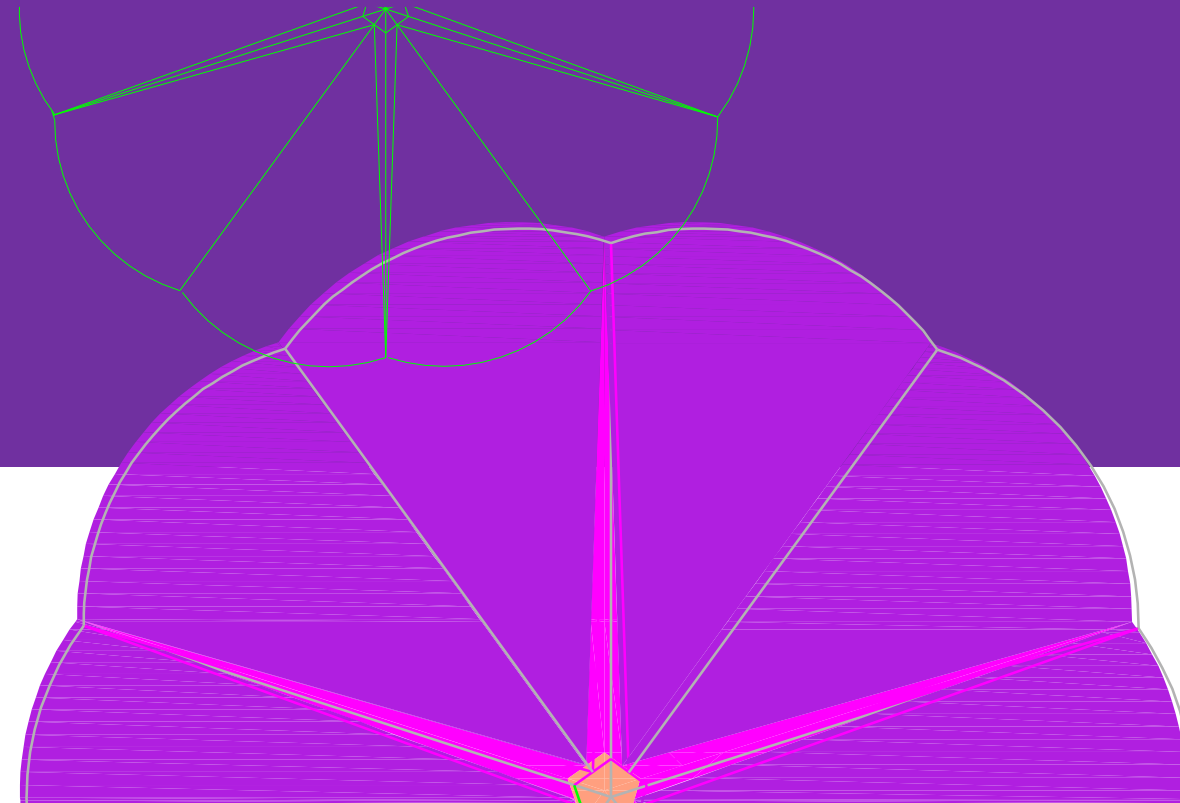
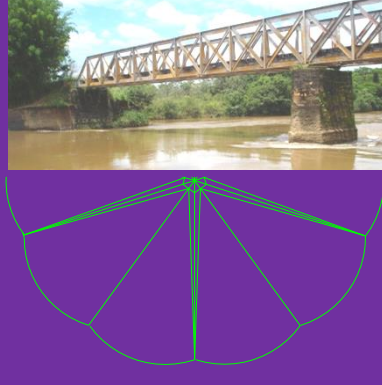


**Tese de Doutorado
entregue ao PPGeu-
Programa de Pós
graduação em
Engenharia Urbana,
da UFSCar
Universidade Federal
de São Carlo- SP**



**Aluna:
Kelly C. Magalhães
Orientadora:
Carolina M. P. de Castro**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA URBANA

ALTINÓPOLIS: POR UM PROJETO DE PAISAGEM

KELLY CRISTINA MAGALHÃES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA URBANA

ALTINÓPOLIS: POR UM PROJETO DE PAISAGEM

KELLY CRISTINA MAGALHÃES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dra. Carolina Ma. Pozzi de Castro

São Carlos

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

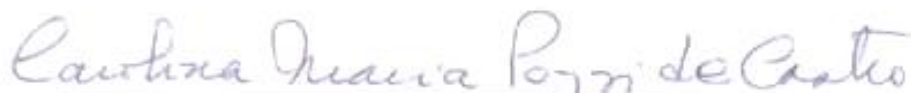
M188a Magalhães, Kelly Cristina
Altinópolis : por um projeto de paisagem / Kelly
Cristina Magalhães. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
215 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2016.

1. Desconstrução. 2. Paisagem. 3. Projeto urbano.
4. Planejamento urbano. I. Título.

Folha de Aprovação

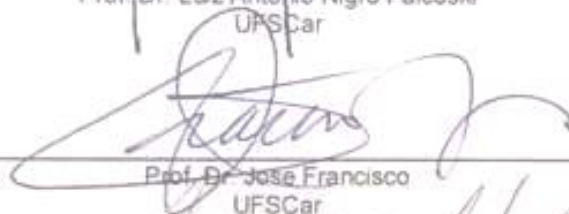
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Kelly Cristina Magalhães, realizada em 26/08/2016.



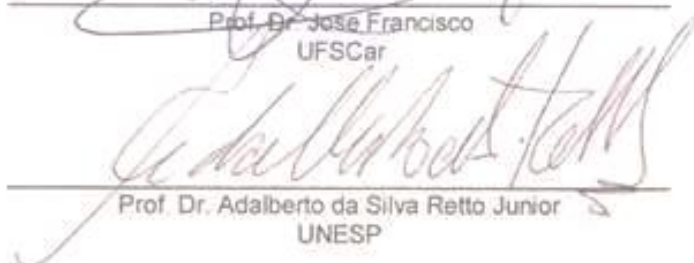
Profa. Dra. Carolina Maria Pozzi de Castro
UFSCar



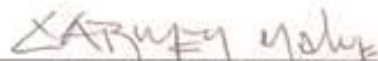
Prof. Dr. Luiz Antonio Nigro Falcoski
UFSCar



Prof. Dr. José Francisco
UFSCar



Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Junior
UNESP



Profa. Dra. Carmem Silvia Maluf
UNIUBE

Agradecimento

Ao professor Dr. José Francisco, por suas críticas e sugestões fundamentais à minha formação e inigualável estímulo para ensinar-me o que é ser pesquisadora. Esta jornada teve início na “acolhida” em 2011, e em uma crescente sintonia e admiração mútua culminou com a entrega do Plano Diretor Participativo Urbano de Altinópolis em 2014. Este último o motivador do desenvolvimento desta tese. Em primeiro plano, o trabalho é resultado de grandes discussões durante as várias atividades de orientação que aconteceram ora em campo ora em sala de aula mas sempre com andanças pela cidade. Assim, este trabalho está em sintonia com os debates que vem ocorrendo nas áreas de pesquisa em Engenharia Urbana, em torno da emergência da assim chamada história ambiental, das discussões no campo da história urbana e da renovação por que passa hoje a história das ciências no Brasil. Ainda afirmo que o Prof. José Francisco foi a pessoa mais importante na minha formação profissional nestes anos e que mantereí, para a continuidade da minha vida acadêmica, a mais absoluta confiança e respeito aos seus ensinamentos. Sou-lhe muito grata, Zé!

Aos professores Carolina Maria Pozzi de Castro e Luiz Antônio Nigro Falcoski pelos anos de convivência e de aprendizagem e ensinamento mútuos: ora por ensinarem-me muito sobre pesquisa, políticas públicas, vida e ora por eu poder partilhar o que aprendi com esses fabulosos mestras, mas também pelo reconhecível carinho. Ao Engenheiro Engo Luiz Marcondes da Comissão de Inventariança, pela abertura e também pela preocupação com esta pesquisa.

Através de Alessandra Baltazar, agradeço aos funcionários e pesquisadores do Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto, Batatais e Franca, pelas contribuições com este trabalho e pela dedicação vital à manutenção e conservação do saber histórico.

À Faac (Faculdade de Arquitetura, Artes e comunicação), ao Daup (Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo). Aos meus alunos e colegas de trabalho, pela paciência e apoio incondicional. Em especial, Adalberto da Silva Retto Junior, pela presença sóbria e constante nas discussões e condutas da pesquisa. Mesmo que o contato tenha sido ínfimo, durante o desenvolvimento deste trabalho, conservarei minha admiração pelo seu trabalho.

Uma grata lembrança às alunas hoje arquitetas Rayssa Cortez e Caroline Pauluccio. Muito obrigada pelo carinho e a dedicação!!!Sigo admirando vocês

*Dedico à minha filha Lara Magalhães de Faria
e à minha Mãe Vitalina Capaneli*

Sumário

Resumo	10
Abstract	11
Lista de Figuras	12
Apresentação da Tese	18
Introdução à desconstrução da paisagem	22
CAPÍTULO 1.....	30
1.O Plano de fundo ou a paisagem	31
1.1 A paisagem.....	31
1.2 A desconstrução	34
1.3 O projeto de paisagem	36
O observador, a primeira aproximação coma paisagem.	39
O Jardineiro e a velocidade das transformações.....	44
O gestor e a atualidade da paisagem	48
CAPÍTULO 2.....	59
2.Conhecimento histórico ambiental e desconstrução	60
2.1 Descrever a paisagem é desconstruí-la	66
2.2.Leitura da paisagem: A paisagem é descrita e não prescrita.....	69
2.3 Categorias da Desconstrução da Paisagem	72
Fronteira.....	72
Trama	75
Ruína	77
CAPÍTULO 3.....	80
3.A desconstrução da paisagem em Altinópolis	81
3.1 Fronteira: desconstrução e a ocupação da terra.....	81
Forma, métrica e controle do território	90
Morros testemunhos	97
As Grutas.....	99
As fazendas	102
Os cursos d'água e as pontes.....	108
A vegetação e o plantio.....	114
3.2 Trama: Topografia e cultura	117
A regra, a técnica e a política: estruturas territoriais	120

<i>As pontes e as estruturas de mobilidade na paisagem</i>	125
<i>Transporte Ferroviário</i>	130
<i>Uso dos mananciais</i>	143
<i>Corte 1: a trama</i>	149
<i>Corte 2: a trama</i>	159
<i>Corte 3: a trama</i>	166
<i>Corte 4: a trama</i>	170
<i>Corte 5 e 6: a trama</i>	175
<i>3.3 Ruína: desconstrução da paisagem</i>	176
CAPÍTULO 4.....	183
<i>4.Projeto de paisagem como gestão da paisagem</i>	184
4.1 <i>No Brasil vigora o marco normativo</i>	184
4.2 <i>Propostas para Altinópolis</i>	194
<i>Leitura cartográfica: mapas de propostas</i>	194
<i>Propostas</i>	195
<i>Sistema de Mobilidade e os sistemas territoriais</i>.....	196
<i>Proposta da Entrada da cidade de Altinópolis - Avenida Alberto Crivelenti</i>.....	196
<i>Ciclofaixa</i>	196
<i>Faixa de pedestre elevada</i>	196
<i>Calçadas ecológicas</i>	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
<i>Referência</i>	205

Resumo

A tese apresenta o conceito de desconstrução da paisagem como alternativa para revelar hipóteses de projetos de paisagem para intervenção no território, e em particular, propõe a sua definição como processo analítico e instrumento de planificação no caso da cidade de Altinópolis, estado de São Paulo. Nesta abordagem a desconstrução da paisagem na cidade de Altinópolis se dá em três categorias que viabilizam a análise no mosaico de paisagem a partir de uma compreensão da relação espaço temporal Fronteira, Trama e Ruína. Percorre o debate entre as disciplinas que contribuíram para os contornos conceituais mais recentes da palavra paisagem, para então ser orientada pela análise da história da transformação da paisagem, pois dela emerge a compreensão de um projeto de transformação da paisagem em constante movimento (devir técnico) e a formação do território moderno. A análise das condições materiais favoráveis e a percepção de que essas diferenças e gradações são geradores de novas formas dessa paisagem (difference), assim também a atenção para uma continuidade histórica e retorno a paisagem é a possibilidade de imprimir um novo pensar a cidade e a paisagem, objeto de nosso estudo.

Abstract

This thesis presents the concept of *landscape-deconstruction* as an alternative to reveal chances of landscape projects for intervention in the territory, and in particular, proposes to its definition as an analytical process and planning instrument in the case of the city of Altinópolis, state of São Paulo. In this approach the landscape of deconstruction in the city of Altinópolis occurs in three categories that enable the analysis in landscape mosaic from an understanding of the relationship timeline Border, Trama and ruin. Runs through the debate between disciplines that have contributed to the latest conceptual outlines of the word landscape, to then be guided by the analysis of the landscape transformation of history, as it emerges from the understanding of a landscape transformation project in constant motion (technical becoming) and the formation of the modern territory. The analysis of favorable material conditions and the perception that these differences and gradations are generating new forms of this landscape (difference), so attention to a historical and return continued the landscape is the ability to print a new thinking about the city and landscape, object of our study.

Lista de Figuras

- Figura 1: Estrada de Ferro São Paulo-Minas: trecho que liga São Simão a São Sebastião do Paraíso, e Ribeirão Preto a Serrinha. Fonte: Catálogo de História das Ferrovias (FEPASA). 23
- Figura 2: Ponte sobre o Rio Pardo. Estrada de Ferro São Paulo e Minas. Fonte: Núcleo do Centro Histórico de Altinópolis. À direita, imagem da ponte atualmente. 24
- Figura 3: Cachoeira do Córrego Mato Grosso. 1.Passagem do trem sobre a cachoeira na década de 1930. Fonte: Nos Trilhos da Vida, Edilson Orlando Palmieri, s/d. Ao lado a Cachoeira atualmente (Acervo do Plano Diretor Participativo Urbano de Altinópolis, 2012)..... 25
- Figura 4: Fotografia do Artista Klaus Rinke, intitulada New UrbanLandscapes,1975Fonte:<http://www.leftmatrix.com/rinkelist.html> 31
- Figura 5: À esquerda Jan Van Eyck, Madona com o Chanceler Rolin, 1433; à direita superior: Jan Van Eyck, Madona com o Chanceler Rolin, 1433. E à esquerda e no canto inferior: Paul Cezanne, século XIX. 41
- Figura 6: Plano Topográfico de 1977. Instituto Geográfico Nacional de Paris, imagem de Vau-le-Vicomte de 1887. Fonte: Sttenberger, 2001, p. 164 42
- Figura 7: Desenho de Viollet-le-Duc cuja temática ele desenvolvera no ano de 1876, que compõe o livro Et la Montagne. Fonte: O autor. 42
- Figura 8: Claude Monet, La cathédrale de Rouen. Le portail et la tour Saint-Romain, 1. Effet du matin, 2. Le portail, temps gris, 3. Plein soleil. H. 1.065 ; L. 0.732. Fonte: Musée d'Orsay, Paris, France. Acesso em: 04 jul. 2016..... 45
- Figura 9: Daguerre, finais do século XIX. Fonte: COELHO, 2011. 46
- Figura 10: Referência ao Filme Mon Oncle, crítica à cidade moderna empreendida pelo cinema da pop art. Cineasta Jaque Tatit, 1960. Fonte: a autora..... 50
- Figura 11: Rudolf Schwarz. Planos esquemáticos da morfologia em forma de tira que Schwarz antecipado acabaria por espalhado sobre a superfície do globo, criando uma nova síntese da natureza e assentamento urbano..... 54
- Figura 12: Fotografia tirada da Cachoeira de Altinópolis, na década de 1930. Passagem do trem sobre o córrego Mato Grosso. Fonte: acervo particular.....81
- Figura 13: Mapa de Estradas dos Goyazes. Carta Geográfica da Capitania de São Paulo, 1869. Fonte: arquivo do Estado. 83
- Figura 14: Carta topográfica e administrativa do estado de São Paulo. Fonte: APM (Arquivo Público Mineiro)..... 85
- Figura 15: Carta Corográfica do estado de São Paulo. Fonte: Arquivo histórico Mineiro, consulta em 2012. 88
- Figura 16: Modelo em 3D, representa a topografia do sítio onde foi dado início à cidade. Abaixo, modelo 3D das curvas topográficas..... 92

Figura 17: Mapa geológico do município de Altinópolis (modificado por Janoni, 2003).	94
Figura 18: Carta Hipsométrica. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS, 2014.	95
Figura 19: Carta Altimetria para definir a posição da cidade na referência de cota 900 m. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS, 2014.	96
Figura 20: Imagem de Relevo extraído do Google Mapas para reforçar a localização da cidade no relevo de cuesta basáltica. Em vermelho está a linha de visão a partir da posição da cidade. Fonte: A autora.	96
Figura 21: Identificação dos elementos naturais na paisagem. Fonte: A autora.	97
Figura 22: Vista da face leste do Morro do Forno, Altinópolis-SP. Fonte: OLIVEIRA & GODOY 2007, p. 207.	98
Figura 23: Gruta do Itambé. <i>Picnic</i> , hábito comum entre os moradores da cidade e da região. Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Altinópolis, s/d.	99
Figura 24: Fotos da Gruta do Itambé. Fonte: A autora, 2012.	100
Figura 25: As descrições geográficas da gruta são: caverna cave (SP-179, 21°04'05"S 47°26'14"W, altitude = 650 m, <i>extension</i> = 355 m) de Altinópolis, s/d. Fonte: Sociedade de Espeleologia, 2012.	100
Figura 26: Mapa de localização de cachoeiras, grutas e outros atrativos para utilização do território Altinopolense. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS, 2014.	101
Figura 27: Capa do Livro de Saint-Hilaire. Fonte: Arquivo Público Mineiro.	102
Figura 28: Caminho de Goiás adaptado de Brioschi 1998. Fonte: Brioschi, 1998, p. 45.	104
Figura 29: Sede da Fazenda Jaborandi de propriedade de Diogo Garcia. Fonte: Brondi, 1998.	105
Figura 30: Pouso de Benedito Calixto, 1909, Acervo: Casa de Portinari.	106
Figura 31: “Mãos entrelaçadas” e “Lavrador de café” (1934). Fonte: MASP - Museu de Arte de São Paulo.	107
Figura 32: <i>Lycithis</i> . Sapucaia.	108
Figura 33: Rio Sapucaí nas proximidades do município de Carmo e Tromba; ao fundo a Serra da Tromba. Fonte: Arquivo Histórico Mineiro, Acesso em: 29 maio 2016.	108
Figura 34: Destaque para os Municípios pertencentes à Bacia do Sapucaí Mirim e Bacia do Rio Grande. Disponível em: < http://www.sigrh.sp.gov.br/cbmsg/apresentacao >. Acesso em: mai. 2016.	111
Figura 35: Vale do Ribeirão da Paciência. Ponte sobre o Rio Sapucaí. Fonte: Google Earth. Acesso em: 30 mai.2016.	112
Figura 36: Capim Flecha. Disponível em: < http://plantillustrations.org/ >. Acesso em: 25 de maio de 2016	113

Figura 37: Localização das fazendas Fortaleza e Jaborandi nas proximidades do núcleo urbano.....	114
Figura 38: Reconstituição da Cobertura Florestal do estado de São Paulo em 1935. Fonte: Fonte: VICTOR, 2010.	115
Figura 39: Áreas naturais. Fonte: PDPA, 2014.....	116
Figura 40: Mapa de usos da terra. Fonte: PDPA, 2014.....	116
Figura 41: Reconstituição da Cobertura Florestal do estado de São Paulo em 1935. Fonte: VICTOR, 2010.	117
Figura 42: Malha ortogonal sobre o modelo 3D. Inspira a certa racionalidade de intervenção no território e simula a lógica de implantação do traçado tipicamente ortogonal e ordenador da forma de ocupação do território. Fonte: a autora.	123
Figura 43: Dr. Jorge Cezimbra Fairbanks. Fonte: Acervo Pessoal	131
Figura 44: Estação de Bento Quirino, s/d ; Galpõesno núcleo urbano de Bento Quirino,s/d. Fonte: acervo particular.	133
Figura 45: Gráfico de apresentação do material construído pela companhia de Estrada de Ferro São Paulo Minas, de 1890 a 1927. Fonte: a autora	134
Figura 46: Ponte sobre o Rio Pardo, acesso da ferrovia ao território de Altinópolis. Fonte: acervo particular.	135
Figura 47: Enchente no Rio Pardo em 1946. Fonte: acervo pessoal.	135
Figura 48: Ponte da Figueira, construída para passagem no município de Serrinha e melhorada nos anos de 1960. Fonte: acervo particular.	136
Figura 49: Ponte sobre o Rio Sapucaí, 1910. Fonte: acervo particular.	136
Figura 50: Planta de localização dos edifícios do conjunto Águas Virtuosas. Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.	137
Figura 51: Localização do Conjunto da estação Águas Virtuosas, Fonte: Google. Elaboração: a autora.	137
Figura 52: Águas Virtuosas, visita realizada em fevereiro de 2012. Fonte: a autora.....	137
Figura 53: Planta de localização dos edifícios da Estação Fradinhos. Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.	138
Figura 54: Estação Fradinhos. Fonte: acervo particular.....	138
Figura 55: Estação Pio Alves. Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.....	139
Figura 56: Estação Cobiça, Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.	139
Figura 57: Estação de Altinópolis. Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.....	140
Figura 58: Localização da Escadaria da SPM. Fonte: Acervo Casa da Cultura de Altinópolis.	140
Figura 59: Primeiro mapa de Altinópolis. Fonte: IGG- Instituto Geográfico e Geológico, 1938, Fotografia aérea, década de 1930. Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico. Fonte: IGC	141
Figura 60: Fotografia tirada na década de 1930. Fonte: acervo particular.....	142

Figura 61: Estudo 3D da composição da trama na área do núcleo original da cidade de Altinópolis: traçado e topografia. Fonte: a autora.	149
Figura 62: Planta de drenagem da área central. Em destaque a área consolidada e proximidades com o córrego Mato Grosso, ao norte. Fonte: Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Altinópolis.....	149
Figura 63: Primeiro mapa: destaque para o calo à esquerda. Fonte: IGC.	150
Figura 64: O centro de Altinópolis visto da região de chácara na área de expansão. Foto de Geraldo Mando, Acervo: Prefeitura Municipal de Altinópolis.	151
Figura 65: Rua Renato Jardim, final do século XIX e na década de 1950. Fonte: Casa da Cultura de Altinópolis.....	153
Figura 66: Rua Vivaldo Alberto da Costa, lado esquerdo. Fonte: A autora	153
Figura 67: Planta de aprovação do Jardim Luiza, ano 2000, Engenheiro: Eng. Adalton de Almeida, Promotor: Fred Dobermann e Deisy de Figueiredo Dobermann, Prefeito: Luiz Walter Ferreira, Processo: 38/200.....	154
Figura 68: Galpão construído pela São Paulo e Minas, 1936. Fonte: acervo particular.	154
Figura 69: Modelo 3D para investigação da trama, identificação da área consolidada no núcleo original da cidade. Fonte: a autora.	159
Figura 70: Sobreposição da ocupação urbana na 1 década de 1910, 2. Década de 1940. Fonte: a autora.	159
Figura 71: Loteamento Cidade Jardim e Cohab I. Conhecida pela qualidade das calçadas esta região da cidade tem relação com a atuação da Cohab Ribeirão Preto e a passagem de Arquitetos pela equipe de projetos. Fonte: Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Altinópolis.....	160
Figura 72: Ficha de catálogo do conjunto Cohab. Fonte: acervo pessoal.....	160
Figura 73: Praça das Esculturas, obra de 1997. Bassano Vaccarini. Fonte: acervo da Casa da Cultura de Altinópolis.....	161
Figura 74: Mapa de espaços públicos. Nesta posição podemos perceber uma presença marcante de praças e outras categorias de espaços públicos.	161
Figura 75: 1. Área urbana consolidada na década de 1970, sobreposta a década de 1940. 2.Área urbana 1970 e 1980. Fonte: a autora.	162
Figura 76: Remodelação da drenagem urbana na Av. Alberto Crivelenti, 1993. Fonte: Secretaria de Obras, Prefeitura Municipal de Altinópolis.	166
Figura 77: Imagem do cruzamento da Rua Honório palma com o Córrego Mato Grosso. Fonte: a autora.	166
Figura 78: Inundação provocada pelo acúmulo de águas superficiais na área de influência do córrego Mato Grosso. Fonte: Rafael Crivelenti, acervo do Plano Diretor de Altinópolis.	167
Figura 79: Mapa do verde urbano. Fonte: PDPA, Elaboração: A autora	170
Figura 80: Arborização urbana. Fonte: Lessi, 2014, p. 5.....	170
Figura 81: Carta do verde urbano. Fonte: A autora.....	171

Figura 82: Fotografia aérea Cachoeira de Altinópolis. Fonte: Prefeitura Municipal de Altinópolis, 23 de set. 2013.	178
Figura 83: Fotografia aérea feita através de sobrevoo de helicóptero. Fonte: Prefeitura Municipal, 23 de set. 2013.....	178
Figura 84: O tecido urbano e a força do traçado. Fonte: Prefeitura Municipal de Altinópolis, 23 de set. 2013.	179
Figura 85: O tecido urbano denso e seu oposto o espalhamento urbano. Fonte: Prefeitura Municipal de Altinópolis, 23 de set. 2016	179
Figura 86: Área do Manancial e parque Ecológico. Fonte: Prefeitura Municipal de Altinópolis, 23 de set. 2013.	179
Figura 87: O verde urbano. Fonte: PDPA, Elaboração: A autora.	181
Figura 88: Percursos à pé. Proposta de articulação do verde urbano. Fonte: PDPA, 2014. Elaboração: A autora	181
Figura 89: Plano Estrutural. Fonte: acervo Plano Diretor Participativo de Agudos PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS, Fonte: Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal de Agudos. 2006.....	187
Figura 90. Michel Desvigne Paysagistes, Desenvolvimento Plantio de 30 anos, Thomas Flora, Guyancourt, França, 1989.	189
Figura 91: Parque do Buracão em Assis –SP. Fonte: a autora.	191
Figura 92: Emscher Park. IBA. Fonte: escritório Peter Latz.	192
Figura 93: Imagens do Emscher park. Fonte: www.peterlatz.com.	194
Figura 94: Mapa de Propostas. Apresentação do trecho do Parque da Cidade. Avenida Alberto Crivelenti. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.	195
Figura 95: Diagrama de mobilidade urbana, Av. Alberto Crivelenti, trecho do Parque da Cidade. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS	196
Figura 96: Elementos da estrutura proposta. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.	197
Figura 97: Proposta de articulação do Parque Ecológico através de um novo programa de parque, utilização de dispositivos de desenho das calçadas, diretrizes de arborização. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.	198
Figura 98: Cruzamento da Rua Coronel Honório Palma e Coronel Joaquim Alberto. Detalhe da passagem da ciclofaixa e os elementos: faixa elevada de pedestre, proposta de arborização e desenho das calçadas. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.....	198
Figura 99: Detalhe da Rua Alagoas. Proposta de posicionamento de Biovaletas (Valetas com cobertura vegetal promovem a filtragem da água da chuva e retardam seu tempo de escoamento) e diretrizes de arborização urbana. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.	199

- Figura 100: Detalhe Parque da Cidade: trecho do Córrego Mato Grosso (Avenida Alberto Crivelenti) e Praça. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.200
- Figura 101: Detalhe do Parque da Cidade: Trecho de alargamento do curso d'água e consolidação das áreas de estar para programa de parque urbano. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.200

Apresentação da Tese

Tema

A tese está centrada no tema o projeto da paisagem como forma de pensar e intervir na cidade contemporânea. A aproximação com o objeto de estudos permitiu compreender que atualmente a paisagem assumiu importante papel na gestão do espaço urbano a ponto de justificar a solicitação do Plano Diretor Participativo do Município de Altinópolis. Deste ponto, partiu-se da hipótese de que a paisagem pode ser projetada no sentido de uma cidade mais equilibrada com o sítio natural onde se instalou.

A desconstrução da paisagem é apresentada como alternativa para revelar hipóteses¹ de projetos de paisagem para intervenção no território, e em particular, propõe a sua definição como processo analítico e instrumento de planificação no caso da cidade de Altinópolis, estado de São Paulo.

É importante assinalar que os argumentos da tese tem sua origem no debate teórico mais amplo sobre a desconstrução de paisagem, mas encontra respaldo em enfrentamentos ocorridos no âmbito profissional de onde foram extraídos questionamentos profícuos com o objetivo de responder a uma demanda de métodos ou experiências aplicáveis a lugares reais, para assim verificar uma epistemologia da desconstrução nos vários estágios do espaço adaptado, espaço em transformação, buscando identificar a máxima e mínima desconstrução.

Assim, é fundamental entender como os profissionais atuaram nas principais obras e projetos de transformação da paisagem, assim como a velocidade com que estas modificações aconteceram, para então aproximar esse conteúdo, não de forma evolutiva, mas no conjunto das obras e projetos, aquelas que melhor representam o momento histórico de transformação da paisagem.

A paisagem é de fato correlata a história de sua transformação, isto nos permitiu olhar para um conjunto de documentos históricos objetivando-se a interpretar os percursos e variações dessa paisagem. Assim, entender como se deu a construção da paisagem a partir da somatória de saberes e técnicas que imprimiram sobre o espaço suas marcas, tornou-se o objetivo principal da tese. Logo, como ocorreu a desconstrução da paisagem na cidade de Altinópolis é o que veremos no decorrer dos capítulos que se seguem.

A questão colocada é como pode ser investigada a transformação da paisagem, no caso de Altinópolis? Até que ponto ela é importante para a consolidação da cidade bem como a delimitação do conjunto de regras e técnicas que ali se acumularam ao longo do tempo?

¹ *Hipoteses de paisaje: encontro organizado na América Latina que discute métodos de projeto de paisagem. Aconteceu entre os anos 2003-2007*

Priorizou-se a pesquisa na Câmara de Vereadores, desde que a cidade pertencia à comarca de Batatais; para verificar a urgência por obras e ações sobre o espaço do núcleo original da cidade, circunscrito ao período de emancipação política, e posteriormente como município autônomo. Por fim, a análise dos Planos Diretores (1991 e 2014), abordados dentro de um quadro geral mais amplo, derivaram na tutela de sua paisagem a partir do marco normativo mais recente: a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade e o Código Civil. Finalmente observar quais os elementos podem orientar a gestão de Altinópolis orientado pela desconstrução mínima como elemento fundante do projeto de paisagem.

A tese aproxima os termos desconstrução e paisagem, com a expectativa de colocar em questão um novo olhar sobre as ações de planejamento e projeto da cidade contemporânea. Nasce aí uma necessidade de entender a diversidade da paisagem como território único e a vontade de confrontá-lo com os processos de projeto, o que exige novas aproximações tanto à paisagem quanto ao projeto.

O resultado é a busca por instrumentos e processos úteis que permitam reconhecer as particularidades do território, sua estrutura, entender seu processo de transformação, decodificar suas potencialidades e conflitos, para então criar oportunidades e construir ferramentas para um novo projeto, o projeto de paisagem.

O título da tese apresenta-se como um chamado: (hipótese) é possível projetar a paisagem e assim repensar a maneira de compor a cidade fundada nesta concepção? A mudança de foco do planejamento tradicional, e no caso de Altinópolis, das decisões circunscritas no ambiente da Câmara de Vereadores e dos desejos de ricos proprietários de terra, para uma abordagem paisagística, partindo da análise dos processos antrópicos e sua relação com os processos naturais, se apresenta como uma resposta possível a um novo projeto de paisagem.

Por isto, defende-se que a concepção da paisagem está fundamentada em uma dupla capacidade: é parte natural e parte artificial. Ela não pode ser mais entendida apenas como um conjunto de intervenções pontuais, como até os dias de hoje vimos a cidade ser produzida. A análise desse imbricado processo de inter-relação, natural e artificial, exige que se conclua que o projeto de paisagem deve encontrar a medida da articulação desses elementos na composição da cidade, pois a paisagem é sempre fruto de uma ação pensada pela homem. Pode-se arriscar que a paisagem é sempre projeto.

Os autores anônimos desse projeto puderam ser identificados, todavia nem eram tão desconhecidos assim, deu-se então a abertura e descortinou-se aqui a discussão para uma responsabilização das autorias dessa

obra que é a cidade. A construção da paisagem, portanto a sua desconstrução é responsabilidade de agentes diversos.

A paisagem é o conceito que possibilita a análise do espaço geográfico pela junção de elementos naturais e técnicos social e economicamente adaptado e transformado. Ela se diferencia do espaço (sistema de objetos) uma vez que o espaço é o conjunto de formas e nela estão depositados acúmulos de tempo.

Para Ab´Saber (2003)

A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente os herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB´SABER, 2003 p. 9).

O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta. Quanto ao território, entende-se pelo espaço geográfico impregnado da ação político ou a dominação e que se define a partir das relações de poder.

Para Claude Raffestin (1974) esse poder é exercido pelos agentes que emergem do grupo social que ocupa e molda determinado território. O território, segundo o autor, “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1974, p.2).

O espaço é território do projeto, sobre ele são justapostas, sobrepostas e combinadas as formas que o grupo social estrutura esse território. Raffestin recorre a nós, marco, rede e outros símbolos para demonstrar a demarcação desses grupos sobre o espaço:

O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.

(...)

O projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos (RAFFESTIN, 1974, p.2-3).

A paisagem é em última instância a forma que melhor responde a interpretação das constantes mudanças do espaço social construído e edificado. Assim entende-se que ela pode ser pensada e organizada para que tais forças se equilibrem no sentido de melhor extrair do espaço natural formas de vida. E para isto deve ser projetada.

Para Dematteis (2001) está em questão a mudança em curso no processo de planejamento e nas atribuições do planejador.

Da ciência, preocupada em produzir planos, indicações e normativas, que fixavam regras de uso de recursos dados pela disciplina, coloca-se como ciência e técnica das políticas territoriais; isto é, dos processos interativos que promovem e regulam a criação e o crescimento de valores urbanos (o que Dematteis define como territorialidade de segundo tipo), sublinhando que a territorialidade é um fenômeno, sobretudo social (RETTO apud DEMATTEIS, 2006, p. 01).

Novarina (1982), a partir de um olhar sobre a história recente do urbanismo, aponta que é necessário “abandonar as ideias de nidificação de escalas territoriais e colocar o projeto no coração das abordagens de planejamento”. A abordagem dos níveis geográficos e suas escalas no planejamento assumem representações de escalas individualizadas por suas áreas de abrangência e compartimenta o processo de planejamento (área urbana, vasta região, distrito/bairro). Segundo Novarina, o espaço aparece como um contínuo. É tudo sobre ações e perdas. Esta representação tem relevância para pensar e agir sobre as cidades se estiverem reunidas as três condições, ou melhor, as três escalas.

O destino da paisagem será passível de redirecionamento quando motivado por condições materiais favoráveis, além da percepção de que essas diferenças e gradações são geradores de novas formas na paisagem (*difference*), assim também, a atenção para uma continuidade histórica e retorno à paisagem, configura-se como possibilidade de imprimir um novo pensar sobre a cidade e a paisagem, objeto desta tese. Do conhecimento profundo dos meios que se articulam para produção desta paisagem, podemos extrair a maneira de melhor gerir a paisagem na cidade atual optando por estratégias de uma desconstrução mínima de seus vales, colinas, encostas e ambiente culturalmente construído.

Que paisagem queremos?

Introdução à desconstrução da paisagem

Os motivos para estudar Altinópolis

Ao analisar o território da cidade de Altinópolis, pela perspectiva da desconstrução da paisagem, observam-se pelo menos dois mil anos de ocupação indígena, pois ali se reconhece a utilização de materiais naturais para a produção de ferramentas por povos lá fixados. Assim, investigamos essa transformação no tempo longo para que os elementos de conformação da paisagem (solo, relevo, hidrografia, ar, clima, vegetação, fauna e, sobretudo, o homem) fossem cotejados nas suas dimensões naturais e culturais a partir de um saber universal (trabalho humano e produção do espaço), para então compreender a *práxis* da paisagem no caso do objeto estudado.

“Nem café, nem ferrovia”. Como primeiro movimento de ocupação do território do município de Altinópolis; município este localizado no interior do Estado de São Paulo vemos em sua história, registros muito significativos dos primórdios da civilização do período pré-colonial. Tudo indica que a ocupação de seu sítio geográfico é anterior ao período de colonização europeia em território brasileiro, pois nele se encontram as Oficinas Líticas pertencentes aos índios caiapós, primeiros habitantes dessas terras.

No meio rural, o desbaste de mata para o plantio de culturas exóticas, a artificialização de rios para represamento e drenagem de áreas de plantio, as sucessivas culturas implantadas conforme demandas do capital, somam-se à implantação dos trilhos da companhia de Estrada de Ferro São Paulo e Minas (1909), objeto técnico que integra atividades desenvolvidas em várias cidades e regiões, articula as forças produtivas no espaço da cidade e, com isso, acelera o processo de urbanização, o que é evidente no caso paulista num momento marcante para a história de sua urbanização. É o indício indiscutível da necessidade da história da desconstrução da paisagem de Altinópolis deva ser contada.

O mapa a seguir (Figura 1) apresenta o conjunto de cidades por onde os trilhos da São Paulo - Minas passavam. A Companhia foi inaugurada inicialmente como Cia Melhoramentos de São Simão e posteriormente foi comercializada e ampliado o seu trajeto, chegando à Minas Gerais no início do século XX, passando a ser chamada de Estrada de Ferro São Paulo - Minas.

Este momento está associado ao crescimento do chamado Complexo Cafeeiro, bem como para o desenvolvimento de atividades urbanas por ele estimuladas. Com enfoque no período ferroviário, pois se acredita que este foi o período de maior modificação do meio natural, coloca-se a ferrovia como o eixo

que alinha um conjunto de objetos em que são possíveis alguns aprofundamentos para compreensão deste processo de transformação.

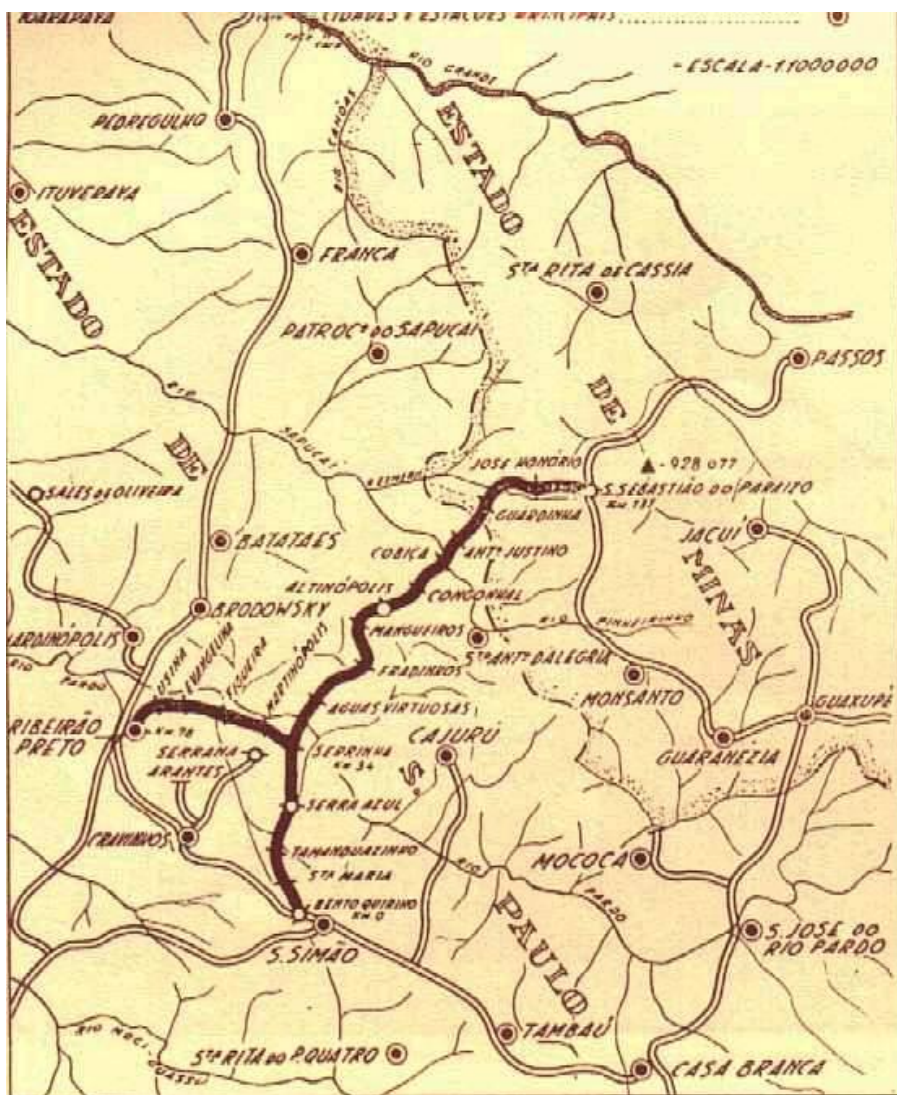


Figura 1: Estrada de Ferro São Paulo-Minas: trecho que liga São Simão a São Sebastião do Paraíso, e Ribeirão Preto a Serrinha. Fonte: Catálogo de História das Ferrovias (FEPASA).

Alguns objetos foram isolados para, em primeira instância, serem observados os modos, métodos ou processos que foram utilizados para o desmonte da natureza em seu estado natural e constituição de um objeto artificial na configuração e reconfiguração do espaço desconstruído. Neste movimento de desconstrução, o conjunto de saberes técnico-científicos será articulado ao histórico do espaço do homem, possibilitando uma montagem histórico-geográfica do conjunto de elementos neste espaço.

Dentre os objetos analisados para a verificação do processo metodológico de análise da desconstrução da paisagem, no contexto do território de Altinópolis, a ferrovia, bem como as tipologias de equipamentos implantados a partir da lógica de intervenção imposta pela Era Ferroviária (pontes, estações, antigas propriedade, conjunto de casas, trecho ferroviários e sua elação com a

topografia, vegetação nativa), definiram as chaves de leitura para esta aprofundar a análise.

A exemplo deste primeira entrada para investigação da desconstrução da paisagem de Altinópolis temos a ponte sobre o Rio Pardo, construída no ano de 1895 em madeira e depois substituída por uma feita de aço.



Figura 2: Ponte sobre o Rio Pardo. Estrada de Ferro São Paulo e Minas. Fonte: Núcleo do Centro Histórico de Altinópolis. À direita, imagem da ponte atualmente.

Altinópolis encontra-se na rede de cidades do Estado de São Paulo que acolheu inúmeros equipamentos em decorrência das iniciativas na conhecida Era Ferroviária e desta forma sua estrutura foi alterada com a construção de galpões, estação, conjunto de casas, hotel, comércio, e melhorias urbanas que sucederam a esta etapa. Nota-se a passagem da etapa de produção dos artefatos, à produção fabril em algumas centenas de anos, e por vezes as ciências consideram esta passagem como representante do ideário de progresso. Progresso este que sufocou a nossa capacidade de reter na memória processos consagrados anteriormente.

O homem, como ser coletivo, é o agente transformador do espaço, por excelência, e como obra coletiva, tem-se a cidade. Existe aí uma lenta transformação da paisagem natural em paisagem arquitetônica, verificada durante o processo de civilização, acumulação de disparidades da aplicação da técnica, importante para a delimitação dos períodos de análise do processo de transformação do espaço histórico-geográfico da cidade no seu espaço natural, mas sabemos que neste ponto se dá a desconstrução da paisagem, ou seja, a conversão do natural em artifício. Portanto a desconstrução é equivalente à construção.

Nessa mesma lógica pôde ser observado um colar de intervenções urbanas em que a modificação do meio natural se prefigura como linguagem marcadamente característica da necessidade de civilizar o radicalmente natural. Assim, podem ser citadas as modificações ainda no século

XIX e acomodações para canalização e retificação do córrego Mato Grosso, a própria instalação do complexo ferroviário, o parcelamento do solo e os ajustes desses locais na paisagem da cidade, e desenho de quadras e delimitação de usos urbanos, entre outros elementos.

No período de pesquisa, tivemos acesso a um grande volume de imagens, tidas como fonte primárias, o que possibilitou boa parte das análises transformação da paisagem de Altinópolis. Na figura 3 é apresentada uma das situações mais importantes desta pesquisa. À direita vemos uma fotografia tirada na década de 1930 e mostra a passagem do trem sobre a Cachoeira de Altinópolis, no córrego Mato Grosso. Este seria o exemplo da intensa desconstrução da paisagem. Para atingir a cota em que se encontrava o núcleo urbano da cidade de Altinópolis (nesse período era chamada de Mato Grosso de Batatais), o trecho da ferrovia teve que se ajustar à topografia declivosa com um desnível de cerca de 70 metros de altura.

À esquerda, a fotografia atual apresenta alguns sinais dessa transformação. Uma vegetação que se regenerou na área de afloramento de rocha basáltica, e de solo pouco intemperizado e pouco profundo. Ao fundo, vê-se a cidade de Altinópolis espalhada pelo vale do córrego Mato Grosso.



Figura 3: Cachoeira do Córrego Mato Grosso. 1. Passagem do trem sobre a cachoeira na década de 1930. Fonte: Nos Trilhos da Vida, Edilson Orlando Palmieri, s/d. Ao lado a Cachoeira atualmente (Acervo do Plano Diretor Participativo Urbano de Altinópolis, 2012)

O pressuposto teórico à desconstrução da paisagem, no caso da cidade de Altinópolis, define que os exemplares para essa análise, quer sejam eles materiais e/ou imateriais, representam o domínio do território no sentido de uma evidente transformação e adaptação constante do grupo social ao seu espaço natural. Esta abordagem possibilita o entendimento do percurso histórico desta transformação em meio ao conjunto de artefatos humanos civilizatório no processo de modernização do território.

Estudar a paisagem nos coloca de frente a uma maneira de pensar, portanto um conjunto de cognições/conhecimentos acerca do processo histórico-cultural, político, social, ambiental e econômico em constante transformação. Assim também implica em compreender a forma de conduta de um ou mais grupos sociais, pois é definida a partir de ações/conduta destes indivíduos sobre o espaço, o que diz respeito a uma ética própria de determinada paisagem. E em última instância, a paisagem aciona a necessidade do reconhecimento de uma estética, que significa a faculdade de sentir ou aquilo que afeta os sentidos.

Assim, é também política a ação de desconstrução do espaço, pois a ação sobre o espaço produz meios de disputas e as disparidades são reveladas, para que se coloque em campo a luta de classe, divisão de trabalho, bem como a lógica de reprodução do espaço. Este embate se dá justamente na cidade.

Portanto, a possibilidade de ampliação do debate teórico acerca da desconstrução espacial deve repousar sobre a cidade e as forças que a transformam cotidianamente, no saber fazer cidade, pelas práticas de planejamento e projeto. A revisão do conjunto de decisões inseridas no quadro geral de prioridade das ações urbanísticas encontra-se no momento de inflexão das ações no ordenamento da cidade contemporânea e deve refletir o seu peso histórico como processo de transformação.

Não apenas o processo histórico, mas a mudança na geografia torna o objeto fortemente sujeito a esta ação espaço-tempo, bem como a necessidade de renovação contínua das técnicas de modificação do espaço. Deste ponto, a dimensão geográfica destas transformações pode ser entendida como a dimensão humana da forma construída. Ao espaço são atribuídos valores de utilização simbólicos capazes de reforçar a dualidade paisagem natural e artificial.

A cidade é vista como aglomeração de elementos artificiais (o projeto) que atende a estatutos variados, no tempo e no espaço, de técnicas impressas em sua paisagem.

A primeira hipótese é que Altinópolis é “um projeto de paisagem” desde a escolha da implantação de seu núcleo original e a decisão pelo avistar a belíssima paisagem, até o feliz diálogo entre o “trem e a cidade”, como também a necessidade de sua população de dotar o município de ações que estimulassem o turismo ecológico. Neste sentido, a possibilidade do enfrentamento das políticas de gestão para uma “cidade saudável”, que possa ser facilmente percorrida a pé e que seja estimulado o uso de bicicleta, tem em seu

passado algo a informar para decisões no presente momento em que se encontram as demandas para ações políticas sobre o espaço urbano e rural.

A produção do espaço também indica a produção de um material histórico que dá precisão ao caráter cultural do processo de desconstrução espacial e nos fornece dados para que a desconstrução no sentido da preservação das ações que já esgotaram o espaço não incorra na perda deste acervo. E por fim, é preciso quantificar as perdas ambientais, partindo da análise das formas remanescentes de natureza através dos quintais, conforme as modificações na estrutura fundiária dada a diminuição dos lotes; investigando quais os princípios estéticos e técnicos de formulação de projeto de retificação e canalização do córrego, utilização do ambiente natural, bem com a emergência de novas formas de utilização de sua geografia como linguagem estética de produção do espaço.

Alguns trabalhos significativos foram apresentados no Programa de pós Graduação em Engenharia Urbana e tem relevância para a abordagem desta pesquisa. Dentre eles, destacamos Regina Tarorella Reani (2007), cujo título é Parcelamento irregular do solo como forma de produção de periferia o caso de Jundiaí-SP, revela uma análise da legislação de parcelamento do solo na cidade de estudo como suporte para discussão da interface meio ambiente e legislação urbana.

Um segundo exemplo é a dissertação de Rodrigo Cesar Brogna (2007), sob o título Avaliação prévia de um paradigma urbano emergente: Ecovila Clareando, Piracaia- SP. Este trabalho trata do processo de aprovação da Ecovila, que dá nome ao trabalho, com o intuito de acompanhar o processo de consolidação das orientações para o desenho urbano sustentável.

Hugo Freitas de Sousa, A produção social da cidade: os discursos legitimadores da agregação sócio espacial no interior paulista: Ribeirão Preto 1889-1930 e Juliana de Nardin, sob o título Segregação socioespacial: os condomínios horizontais na cidade de São Carlos/SP, abordam em seus mestrados a Desconstrução espacial a partir da condicionante de transformação da cidade e a legitimação dos discursos de segregação socioespacial.

Para Nardin (2011)

As cidades como produto importante desse processo de desconstrução espacial é o que se procura analisar e entender, com o intuito de estabelecer novas formas de intervenções preocupadas com a qualidade do lugar. Essa prática de desconstrução espacial ainda incompreendida é o que garante a produção de espaços marcados pelo uso da técnica.

Moreira Jr (2009) discute a desconstrução espacial nos casos de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, sob o título Processos excludentes e produção do espaço urbano em cidades pequenas paulistas, o mestrado

defendido em 2009, e onde os conceitos produção sócio-espacial, transformação do espaço estão alinhados à ideia de desconstrução sócio-espacial mais fortemente. Pode-se mencionar ainda o trabalho de Monteiro (2009), que trata sobre Moradia Social: Ocupação e espaços desconstruídos livres, este trabalho possibilitou uma maior compreensão do termo Desconstrução Mínima relevante para compreender o processo de desconstrução dentro do perfil legal da utilização do solo para habitação de interesse social.

Esta pesquisa parte exatamente desses estudos como pressuposto teórico e preceitos da desconstrução socioespacial, considerando os seus avanços já amplamente discutido no âmbito acadêmico, e coloca a novidade: a desconstrução da paisagem como hipótese de projeto e análise do espaço adaptado e modificado pelo homem. A debate sobre a desconstrução socioespacial agora se dedica a estabelecer novas ferramentas para compreensão da transformação espacial, mas agora usando o forte argumento da paisagem.

Deste ponto pode-se parar e rever a possibilidade de, a partir da reconceitualização e reinterpretação dos mecanismos de transformação do espaço, visualizar a hipótese de uma continuidade de políticas de intervenção levando-se em conta as melhores potencialidades da paisagem no caminho de uma desconstrução mínima através do enfrentamento de novidades na relação plano-projeto de intervenção urbana.

A questão que se coloca é: Por que é preciso transformar tanto para usufruir do espaço? É possível estabelecermos novos parâmetros de utilização do espaço sem contudo esgotar todos os recursos espaciais, ambientais, culturais? É possível não sacrificar culturas anteriores no caminho da preservação máxima dos espaços físicos e sociais, entendendo-os já muito transformados?

Assim, um estudo multidisciplinar aprofundando em áreas inseridas na cidade tem como potencialidade equacionar melhor a destinação de fragmentos deste espaço, dando relevo a outros valores normalmente desconsiderados.

A tese aponta que há um projeto de paisagem na cidade de Altinópolis, porque as ações não prescindem de regras e técnicas. Esse projeto tem origem na forma e na cultura de fazer cidade, mais característica de cada tempo vivido por esta cidade. Há portanto, uma constante desconstrução de sua paisagem que requer uma compreensão e reinterpretação dos modos de construir sua paisagem.

Optou-se pela descrição das diferenças evidentes nesta construção/desconstrução da paisagem da cidade de Altinópolis, partindo da análise do processo histórico de transformação desta mesma paisagem. A

História da transformação da paisagem é a abordagem principal, pois dela emerge a compreensão de um projeto de transformação em constante movimento (devir técnico). O movimento da paisagem, considerando a constante transformação do natural em artifício, é fruto de uma constante necessidade de absorção das técnicas de modificação em um 'tempo longo'. Os vestígios encontrados nas camadas históricas de emprego de uma engenharia apta a tornar este ambiente um ambiente moderno, são os efeitos que melhor apresentam a sua desconstrução.

A relação com a paisagem também está em transformação na medida em que o mediador da paisagem tende a alterar sua forma de concebê-la. No primeiro momento o mediador é um expectador, mas imprescindível para ser detectada a paisagem como objeto de estudos. A cidade constitui-se como problema desde o século XVIII, neste momento o quadro teórico sobre a paisagem posiciona o indivíduo que a concebe como um **observador**. É preciso ter um observador para que haja paisagem. Vemos isto na pintura, na conceituação dada pela geografia e diversos outros campos teóricos. Embora essa postura do observador já tenha conotações de imposição, ainda encontra barreiras/fronteiras, tal como a própria natureza, ainda desconhecida, por vezes, selvagem.

Posteriormente, o mediador assume a postura do transformador porque passa a dotar-se de meio e modos de transformá-la constantemente. Com a emergência das inovações das técnicas de transformação, exige-se uma espécie de **jardineiro** apto à transformação dessa paisagem, é aquele que detém conhecimento para modificar de maneira cada vez mais veloz esse jardim. A cidade moderna, sua forma e seu conteúdo, é resultante deste estágio de concepção da paisagem. A velocidade de transformação é requisito fundamental para entendermos como esse conhecimento acelera a própria desconstrução da paisagem. Para então concluir que essa desconstrução ocorre de maneira mais efetiva no espaço da cidade. É ali onde o natural e o artificial se entrelaçam formando uma trama muito densa e complexa.

Deste ponto, é necessário entender que a paisagem acumula todos os tempos, não só como no palimpsesto, mas pela fragilidade do próprio espaço. Neste sentido a emergência de uma nova concepção da cidade, a cidade não mais apta a constantes renovações, mais espalhada no território, e inerte pelas aporias aos modelos ecológicos, tem a paisagem como a novidade, e torná-la como ferramenta no modo novo de pensar/organizar/gerir a cidade é objeto da tese aqui apresentada.

É possível um novo projeto de cidade-paisagem, no caso de Altinópolis.



Capítulo 1

1.O Plano de fundo ou a paisagem

1.1 A paisagem

¹⁹Com efeito, não faço o bem que quero, mas pratico o mal que não quero. ²⁰Ora, se eu faço o que não quero, já não sou eu que estou agindo, mas o pecado que habita em mim.

(Carta de São Paulo aos Romanos 7:19,20, página 2131)

Longe de ser uma realidade física preexistente para a história, a paisagem é sim o produto de uma interação constante entre, por um lado, o trabalho humano e, por outro, as determinações naturais: essa é a posição adotada atualmente por um número de geógrafos e tantos outros estudiosos da paisagem. Na verdade, o homem molda a natureza e deixa suas marcas registradas como parte de seu comportamento, seus hábitos cotidianos, mas, sobretudo como a forma de relacionar-se com seu ambiente (GAVOILLE, 1994, P. 01).

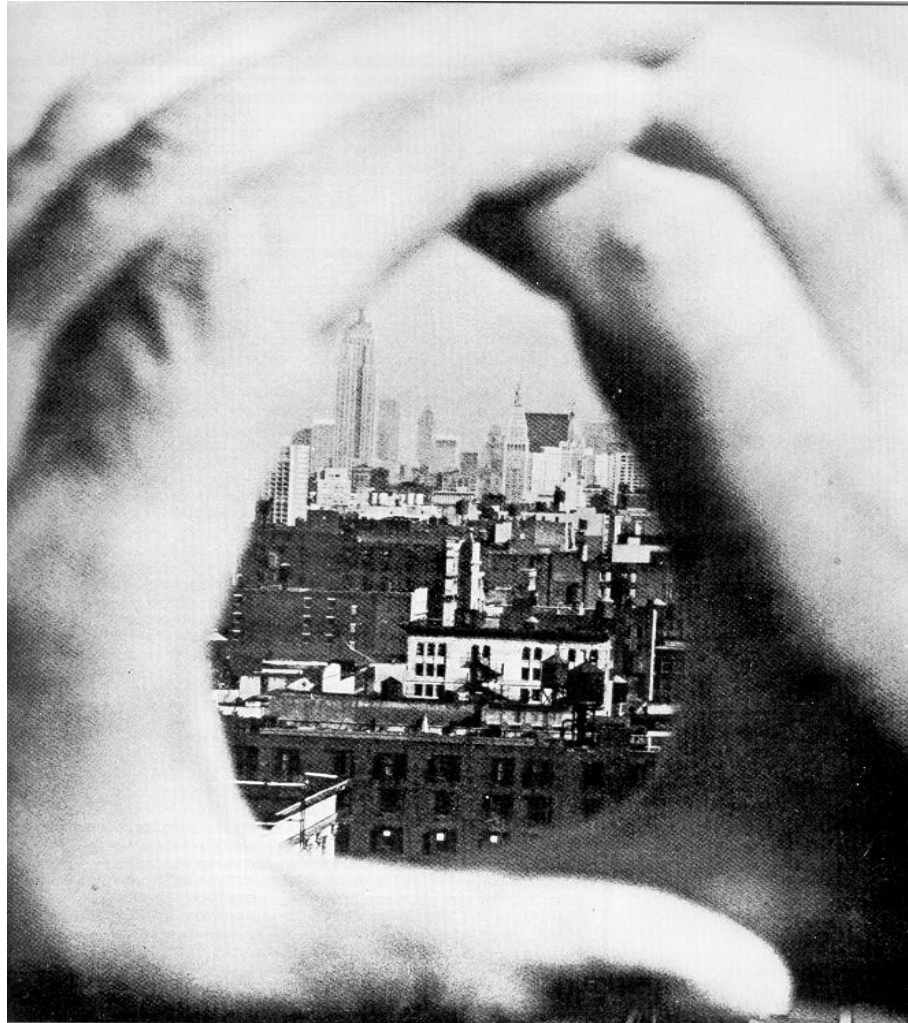


Figura 4: Fotografia do Artista Klaus Rinke, intitulada New UrbanLandscapes,1975Fonte:<http://www.leftmatrix.com/rinkelist.html>

Atualmente, a paisagem, assim como sua imagem coletiva, resulta da acelerada urbanização que por décadas provocou grandes mudanças

no território, o que acarretou visível desgaste do uso do termo. Isto posto aponta-se que é preciso questionar a validade desse conceito e entender: o que contribui para a compreensão da paisagem contemporânea? Qual é a sua contribuição para as reflexões sobre a relação entre espaço e sociedade?

As possibilidades de investigação da paisagem hoje em dia são inúmeras. Podemos pensar que não resta mais qualquer espaço na terra que não tenha sido sondada pelo olho humano. Dito isto, podemos considerar que a terra tenha se tornado uma grande obra humana, sobretudo depois das invenções mais recentes de sondagem de sua superfície e de sua materialidade. Se tudo o que vemos é, em parte, objeto da especulação humana, esse todo é o grande objeto cultural.

O enriquecimento do debate “ambientalista” foi marcado por um contexto histórico de crise econômica mundial e do processo de mundialização da cultura através do crescimento de formas de comunicação em escala global. Assim, a possibilidade de a temática se espalhar pelo globo era incalculável. Portanto é impossível dissociar questões ambientais e econômicas de modo que o meio ambiente é fator estratégico para o desenvolvimento. Segundo Sachs (1986), “*o meio ambiente é capital não fixo, tem limites, é esgotável, não é só recurso, mas também: serviços, espaço, genética, cultura etc., heterogêneo, dialético*” (SACHS, 1986, p. 26).

Embora as discussões sobre as questões ambientais e urbanas no mundo tenham se alongado pela segunda metade do século XX, a introdução da questão do desenvolvimento sustentável no debate da política urbana é recente. Fundada pelo debate urbano entorno dos desgastes ambientais apresenta com primazia o estágio de modificação/transformação em que se encontra a paisagem e toma por alarde toda a ação sobre esse espaço; polarizações desnecessárias que evitadas nesta pesquisa

De um lado, a noção de sustentabilidade e suas várias dimensões produziram uma agenda intumescida de uma falsa esperança², e de outro, a descrença no universo do campo decisório sobre a cidade também produziu um mal-estar em relação à inércia às novas tomadas de decisão.

Deste ponto a civilização apregoada pelos racionalistas produziu dois extremos: a destruição dos dogmas e mitos e a dessacralização da natureza e de outro, outro extremo, a divinização da mesma. Portanto, não é

² ROSSI, Paolo. *Esperanças*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. O autor parte da necessidade de se observar a relação dialética entre magia, técnica e ciência e no percurso entre ciência e filosofia “a palavra no plural indica que a esperança é múltipla. Ou seja: feita de razões e contradições. Por isso, a articulação do tema em três seções: sem esperanças, esperanças desmedidas e esperanças sensatas. Estadão, 17 de agosto de 2013 2h: 18.

novidade nem a marcha pela preservação e nem, conceber na outra extremidade, a conduta que presa pelo desenvolvimento por si.

Para Rossi (2014) as desesperanças trazem a marca de impasses que vão das questões ambientais à atual perda do sentido da história, a que se diagnosticou como pós-modernidade. Um dos dilemas em torno da desesperança é a oscilação entre repúdio e aceitação do processo de desenvolvimento do Ocidente, intimamente ligado à globalização, pois esta teria contribuído para extinguir as expectativas na concepção de um mundo em equilíbrio, ao contrário, uniformizando a experiência humana do mundo e minimizando o espaço da esperança.

Essa conceituação incorpora a nova centralidade que o termo paisagem assumiu na construção formal da cidade: não mais uma relação cidade-cidade ou somente uma cidade-território, respondendo à lógica capitalista dos grandes fluxos, mas uma cidade-paisagem, em que os elementos da paisagem natural e agrária entram em cena para fazer parte dos valores de conformação da cidade e, por consequência, os instrumentos da arquitetura colaboram para a constituição da paisagem em um processo simbiótico.

Acredita-se ser a defesa da paisagem uma disposição necessária e voluntária que consiste, em relação à sua atualidade, na compreensão da nova noção do par cidade-campo, como medida exata para novas ações no sentido de alcançar um equilíbrio. Assim, opta-se pelo estudo de um projeto de paisagem para a cidade, no geral, e para o caso de Altinópolis, em específico, entendendo assim a trajetória de sua transformação, para então melhor atribuir valor aos elementos naturais que se emolduram na cidade.

É imprescindível argumentar que a principal característica do homem é a necessidade de transformação (inexorabilidade da desconstrução), portanto, a necessidade de modificação do meio em que vive: a natureza, em primeira instância, e o ambiente em que vive, de maneira geral.

Resta então entender/compreender/analisar o ponto em que a natureza teria se tornado uma categoria epistemológica, como também, interpretar as necessidades desta mesma natureza que passa a ser interpretada e que faz parte desse contingente de ações próprias do ser humano. Para se tornar a categoria consciente de tomada de decisão.

A tese propõe um novo olhar sobre o significado da paisagem a partir do conceito de desconstrução. Assim, em um primeiro instante, ela percorre o debate ente as disciplinas que contribuíram para os contornos conceituais mais recentes da palavra paisagem. Ante a essa discussão, legar uma distinção entre espaço, espaço natural, natureza, território e a paisagem, termo

polissêmico que congrega as ferramentas necessárias para *uma nova práxis* urbana no âmbito do caráter planejador do pensar a cidade.

Para entender a validade do uso dos termos com conceito que inaugura uma nova forma de analisar a maneira com que devemos tratar a cidade, será preciso decretar fim ao conteúdo dual do pensamento ocidental (bem e mal, cheio e vazio, claro e escuro, dentro e fora, público e privado). A paisagem não pode mais ser entendida como a somatória dos antagonismos de rural e urbano, campo e cidade, ou do natural e artificial. Assim também, a desconstrução³ não pode ser vista como destruição.

1.2 A desconstrução

*O homem moldou o rio a seu modo,
mas isto não mudou a natureza do rio.*

PDPA- Plano Diretor participativo Rurbano de Altinópolis

Desconstruir, a princípio, está carregado de um sentido negativo, graças ao uso do prefixo (des) junto à palavra construção que, diga-se de passagem, tem na nossa cultura um sentido positivo (LEITE, 1994, p. 16).

A desconstrução como método foi proposto por Jaques Derrida, adotado e muito difundido por pós-modernistas e persisti em vários setores do pensamento até os dias de hoje. Desconstrução não quer dizer destruição, como mencionado. Igualmente, é desmontar para analisar e entender o real da relação entre pessoas e objetos, mudando do foco da rede de relações, não mais voltados aos contadores da história, para dar voz às maiorias preteridas por essa mesma história. Desconstruir é, de fato, aproximar-se do conceito e significação original das palavras “analisar” e desfazer (LENGLER, 2002, p. 4).

A transformação do espaço existente é a realização do trabalho humano a partir da utilização da tecnologia, bem como a evolução da técnica no sentido do aprimoramento de aparelhos e ferramentas que alteram a relação do homem com seu meio. Ao tomarmos como pressuposto teórico a *desconstrução espacial*, podemos confirmar uma história do espaço somada à história da ocupação da sociedade em um determinado lugar. Implica dizer que a transformação do espaço necessariamente passa pela desconstrução de um estágio anterior desse lugar.

³ *Desconstruir para revelar significados. A desconstrução como forma de "leitura", analisa as particularidades de um texto julgando de forma crítica seus significados. Motivados pelo desafio da desconstrução de um conceito mercadológico hegemônico, buscam-se identificar o que está nas entrelinhas, identificando elementos obscurecidos pela força do discurso L.. Desconstruir significa contar a história de outra forma, revelando elementos escondidos, marginalizados por quem conta a história (LENGLER, 2002, p. 4).*

Para Marx, o homem produz novas necessidades, como primeiro fato histórico, que são supridas pelo trabalho aplicado na natureza, transformando-a e a ele próprio. Podemos considerar essa ‘transformação’ com o mesmo significado de desconstrução. A própria consciência humana estaria relacionada ao que estava próximo, ‘à mão’, quando diz: “Minha consciência é minha relação com aquilo que me rodeia” (MARX, 1983, p. 63, passagem grifada por Marx nos manuscritos).

Os meios de transformação são organizados em função da necessidade do homem extrair da terra os bens de consumo. A mão é a primeira ferramenta de transformação da paisagem e nesse sentido, o trabalho sobre a terra é a preambular forma de o homem adaptar-se ao meio. Essa seria a origem de todo o processo de transformação e da maior intensidade na interação sociedade-natureza.

A constatação é de que a excessiva modificação levou a um desgaste do meio e a vida na Terra chegou a um tenso desequilíbrio. Ainda sob a tônica marxista, a cabeça planeja, mas as mãos alheias é que executam, consideremos que a paisagem aciona níveis de intelectualidade. Inauguramos a ideia de mexida da paisagem. Portanto, pensar a paisagem deve-se tornar um pensar com a mão.

A mão que levada à parte frontal da cabeça consegue ver o horizonte, passa a dotar o homem da consciência sobre sua dimensão geográfica e do domínio do horizonte que ele avista⁴. É imprescindível considerar que o movimento de pinça torna o homem diferente de todos os outros seres vivos, portanto está em questão que a mexida da paisagem é essa ação contingente. A sua capacidade de trabalho para explorar a terra e dominá-la também o torna especial. Daí a gênese de todo o processo de modificação e de sujeição ao espaço modificado por seu trabalho.

Se tudo é resultado do trabalho humano, tudo está envolto por uma *práxis*. A questão que se coloca é onde está o natural? Poderíamos partir de uma *práxis utilitária*⁵ para uma *práxis revolucionária*?⁶

A cidade é o lugar da história do homem (MARX, 1988). É ali então que a maior desconstrução/ transformação pode ser observada. Quer pela intensificação da vida social e coletiva, como também por uma necessidade de consolidação da vida política, que posteriormente sofre aceleração graças à

⁴ Motivação para esta imagem da paisagem e do domínio pelo homem é o filme: *A guerra do Fogo*, de Jean Jacque Arnaud.

⁵ KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

⁶ *Nessa práxis se forma, tanto o determinado ambiente material do indivíduo histórico, quanto a atmosfera espiritual em que a aparência superficial da realidade é fixada como o mundo da pretensa intimidade, da confiança ... (KOSIK, 1995, p. 14).*

necessidade de concentração de atividades e de modernização dos espaços para melhor adequação à vida coletiva.

Ao mesmo tempo indagamos que para essa integração se efetivar ali, convertendo objetos técnicos onde antes eram exclusivamente coisas naturais, também se nota o advento de um mundo material. Uma vez estabelecida esta primeira distinção, entre o natural e o artificial, tem-se, pois, que distinguir as paisagens, na medida em que a construção humana em si deve à natureza a sua existência.

Desse ponto, vê-se a possibilidade de uma leitura deste material a partir da constituição de um quadro histórico mais geral e depreendendo desse para estabelecer chaves de entrada da ação sobre esse espaço. Essa dinâmica é tão somente o projeto dos desejos e esforços coletivos que se exprimem através das formas de representações coletivas e nas obras construídas.

A cidade, desse ponto de vista, representa um modo peculiar de estruturação da paisagem a partir de uma determinada materialidade: a construção. Essa ordem manteve-se como ponto de referência da civilização em que pese a acelerada desconstrução da paisagem, tanto pelos desejos das comunidades urbanas, como pela continuidade do ideário de progresso. Portanto, ali se acumulam camadas de tempos dessa civilização.

Esse percurso da transformação da paisagem é também uma história do projeto, pois a técnica empregada é fruto de um saber ou conjunto de saberes técnicos responsáveis por essas modificações.

1.3 O projeto de paisagem

*“De tanto construir, disse-me sorrindo, creio
ter-me construído a mim mesmo”
Eupalinos ou O arquiteto*

Aprender, interpretar e intervir são categorias de ação do projeto na paisagem. Por paisagem entendemos como sendo o conjunto de objetos que fazem parte do repertório do observador, portanto uma história que deixa marcas dessa cultura é também uma história da paisagem, quer seja pelo conhecimento de sua história ambiental somando-se o tempo natural (ou geológico), como também pelo seu tempo social ou cultural.

Para entender o papel do projeto na concepção do espaço é importante identificar uma tendência deste como determinação histórica, para isto é preciso partir do papel da transformação empregada sobre os objetos (naturais e artificiais), bem como nos sentido da compreensão dos produtos intelectuais que eles geram (plano e projeto). Assim compreendemos a

formalização da paisagem na cidade tal como se transforma submetida à ação de quem a dirige de fato e da ação da cultura oficial que ali pode ser observada.

Para Boutinet (1990), em *Anthropologie du projet*, o projeto dá orientação adequada aos indivíduos e grupos em suas aspirações para dar significado à elas. Com isto, o filósofo admite que o projeto impulsiona e facilita a comunicação entre um determinado grupo tornando homogênea a linguagem de suas projeções. O autor perpassa por teóricos da modernidade no caminho de desvendar uma história do projeto e seus reais contornos que incidem sobre a civilização.

Boutinet (op. Cit.) recorre à ideia de projeto construída através da formulação da modernidade, mas coloca como ponto crucial a existência de um projeto que é sempre mediador dos avanços que indivíduos almejam alcançar. Esta tese defende que há um projeto de paisagem, porém falta a compreensão de que a paisagem é a totalidade que deve ser almejada por esta mesma comunidade.

Heidegger (1995) é quem combina projeto e intenção mais fortemente, na medida em que são as duas manifestações preferenciais da consciência do que se quer atingir. Para Heidegger, o projeto é a revelação de estar no mundo, ele reflete a capacidade do destino do homem que se sente ameaçado pelo anonimato, pelas condições que lhe foram impostas. A "preocupação" reflete essa inquietação contínua para não se sujeitar ao descontrole e optar pela manutenção do projeto. O projeto permite que o homem passe a revelar e compreender a existência, assim "entendimento significa projetar visando uma possibilidade".

O projeto na filosofia de Heidegger tem a "característica do Dasein (ser-aí), de estar sempre lançado para além de si mesmo pela preocupação (Sorge)". Para Heidegger, o "projeto é o modo de ser fundamental do homem e sobre a limitação da possibilidade de projetar, uma vez que todo projeto incidiria e se achataria naquilo que já foi nisso consistindo a *facticidade* do homem".

No existencialismo de Sartre, o projeto é a resposta que cada indivíduo dá à situação em que se encontra no mundo, aquilo que dá sentido à sua existência, as escolhas que faz e que constituem sua liberdade: "o *para-si*, com efeito, é um ser cujo ser está em questão sob forma de projeto de ser" (JAPIASSU, 1982, p. 156).

Kant julga que só através da história da espécie humana na terra o homem realiza a sua natureza, que é a liberdade de autoprojetar-se com a razão, especialmente de projetar para si uma sociedade civilizada alicerçada totalmente no direito:

Para poder atribuir ao homem o seu lugar no sistema da natureza viva e assim a caracterizá-lo, só resta dizer que ele tem o caráter que ele mesmo faz, porquanto sabe aperfeiçoar-se segundo os fins por ele mesmo criado: por isso, de animal capaz de raciocinar (animal *rationabile*) pode tornar-se sozinho animal que raciocina (animal *rationale*) (JAPIASSU, 1982, p.).

Artigas (1989) orienta que o projeto é concebido a partir de uma ideia ou a representação dela como um desejo. Assim, o projeto é a materialização de um desejo, de uma projeção no futuro com uma perspectiva de melhoria para este futuro que está sendo construído.

O projeto, tal qual na modernidade, era, por assim dizer, definido como a atividade de construir e já ali incluso a faculdade do pensamento, portanto, é uma atividade intelectual, mas também concebe a atividade da prática, a práxis.

Desde Leon Batista Alberti as artes não são mais consideradas como diferentes atividades técnicas, mas como uma atividade intelectual única, que tem ramificações tais como a pintura, a escultura e a arquitetura. Deste ponto, toda atividade de projeto passa pela representação através da imagem. O que podemos afirmar que projeto é imagem. A imagem que se faz de determinada situação como projeto de futuro. Entre outros aspectos, este conteúdo de imagem é a relação direta entre uma atividade puramente intelectual e uma atividade manual. Entre uma atividade individual, normalmente que sai do intelecto do artista, e uma atividade que é quase sempre uma ação coletiva, quando pensamos no canteiro de obras (ARGAN, 1998).

O projeto assume desde a modernidade a posição de modelo de uma atividade, de uma vontade que se manifesta, não somente nas artes, mas em todas as atividades humanas, em toda a cultura (Id., p. 12). Por essa designação, o projeto cria uma sinonímia com a ideia de universalização e sujeição desta cultura ligando-a a um sistema de combinação de elementos. Isto qualifica a inserção da técnica no espaço modificando-o e assumindo a ideia de força como a ideia de totalidade.

Deixa-se de seguir o ideal a partir da ideia de modelo e mimese e toda a atividade humana passa a ser orientada pelo projeto. Inúmeros são rebatimentos desta “cultura do projeto” moderno, por assim dizer. Na política, o resultado evidente é a Revolução Francesa. Nas ciências são prefiguradas várias mudanças na metodologia de pesquisa, e a ideia de progresso técnico de construção uma noção de suplantação das técnicas arcaicas e novos experimentos são ancorados na melhoria a todo o custo (ARGAN, 1998, p. 54).

Ao longo do processo de modernização e nos séculos que seguiram aos anos inaugurais da modernidade, a ideia de projeto veio alinhada com a necessidade de embelezamento e salubridade, o que orientou o projeto de paisagem nas cidades.

Entretanto uma investigação, ainda que sumária, sobre alguns dos textos dos principais autores que de início organizaram esse saber mostrou que a natureza apareceria sob duas formas nesse discurso. Em primeiro lugar, através do modelo científico que orientou a construção das novas metodologias, fundadas no organicismo biológico. O que confunde o pensamento é que esse modelo também orientou a constituição das teorias clássicas, principalmente

Marc Antoine Laugier e Pierre Patte. Mas a modernidade na cidade teria sua contribuição de pensadores tais como Ruskin, Simmel e Benjamim e posteriormente Le Corbusier.

Para então entender como o projeto perpassa os séculos a compreender e desconstruir a cidade e como as teorias evocam a constante desconstrução da paisagem.

O observador e a primeira aproximação coma paisagem.

Assim também, devemos entender que não existe paisagem sem um observador. Só há possibilidade de uma epistemologia da paisagem se a mediação na história, na literatura, na geografia e na física forem detectadas. Sendo que a todo objeto construído culturalmente corresponde uma mediação na história da técnica. Portanto a paisagem tem uma mediação constante no devir técnico possível de ser observado nos efeitos de transformação do território.

A relação com o objeto será construída a partir de uma dada posição do observador com o objeto observado e, portanto observar é dar significado. A partir dos significados⁷ atribuídos se dá a explosão de conteúdos e pelas diferenças e as similitudes, bem como as intercorrências que emergem deste conjunto observado. Aquilo que emerge desta orientação da leitura é a tese.

Para Panofsky (1979), em análises que se referem à história da arte, a esfera da cultura é distinta da esfera da natureza a partir dos registros deixados pelo homem. Neste sentido, podemos submeter nossa análise à materialidade que compõe o espectro observado e as formas e conteúdos presentes nesta seleção feita pelo olhar. Estes são registros e, portanto, produtos que chamam à mente, signos estruturas (produções materiais) dotados de significado, em que o conceito pode ser esperado dos seus meios de expressão, e a ideia da função a ser cumprida, dos meios de cumpri-la:

Os signos e estrutura do homem são registros porque, ou antes, na medida em que, expressam ideias separadas dos, no entanto realizadas pelos processos de assinalamento e construção. (PANOFSKI, 1979, p. 256)

Portanto, o registro dessas atividades é como fundamentar o estatuto científico desses rastros e atividades, de tal forma que desvele seu sentido oculto e que revele, assim, um universo da cultura desses fenômenos apreendidos e interpretados que emergem da paisagem.

⁷ Entende-se por dar significado, o ato de construir o espaço e a universalização disto nos torna *homens sapiens sapiens*. Significado é o conteúdo que se manifesta através de uma forma. Significar: composição, combinação e estrutura.

A produção constante deste universo garante a existência a continuidade de uma unidade subjacente que se encontra entre os diversos fenômenos culturais. Essa visão de mundo é, frequentemente determinada pela histórica e espacialmente conferida pelo movimento humano sobre a terra. Assim, qualquer tentativa de interpretação dos fenômenos culturais irá se basear, portanto, na identificação de seu quadro de referência, que permitirá estabelecer a correta relação de significação entre eles, dando sentido às suas origens⁸ temporais espaciais.

No século XVIII surge a concepção de natureza e isto define as tendências normativas de todo o pensamento ocidental. “A natureza é entendida como uma inter-relação de leis espontâneas, isto é, sem a interferência do homem”, parece ter sido a grande herança do Racionalismo para os dias atuais.

Para Cardoso (1999), no *Iluminismo* a cidade passa a ser orientada por um conjunto de regras e normativas que melhor caracterizam o ordenamento urbano por melhoramentos. Até as grandes intervenções, construções de cidades, enfim, os problemas urbanos não existem, mas pelo contrário são criados pelo urbanismo e ajustamento do antagonismo entre cidade e campo que essa problemática urbana emerge então com o surgimento e à consolidação dos núcleos urbanos (CARDOSO, 1999, p. 26).

A origem do termo paisagem data de meados do século XVIII, quando a retomada de uma cultura humanista passa a delimitar toda a cultura através do projeto. A noção de paisagem neste momento está aí circunscrita e ocorre que, ao longo dos tempos, desde a modernidade, ainda presa aos séculos XVI e XVII, o debate que se instaurou é também do projeto.

Para Cauquelin (2000),

Aquilo que nós, à época, chamávamos natureza ou campo estava recoberto por uma imagem bem precisa, ou, sobretudo, só aparecia por meio dessa imagem. A ginástica teria sido destacar pedaço por pedaço os elementos que constituíam sua unidade, para alcançar a pureza situada atrás da imagem (seu original), a própria noção, parecia esforço perdido, contorção inútil.

(...)

A chamada natureza se compunha diante de nós por uma série de quadros, imagens artificiais, posta diante da confusão das coisas; (...) Essa constante redução aos limites de uma moldura, (...) pesava sobre nosso pensamento, por ela impiedosamente orientados. Tratava-se não de um olhar inocente, mas de um projeto (CAUQUELIN, 2000, p. 25-26).

⁸ Importante notar a diferença entre a ideia de origem e gênese. A origem é o movimento contínuo do fenômeno que dá origem a um processo. Sinais da origem continuam existindo no desenvolvimento deste processo. Quanto a gênese, pode ser considerada apenas o momento inicial.



Figura 5: À esquerda Jan Van Eyck, *Madona com o Chanceler Rolin*, 1433; à direita superior: Jan Van Eyck, *Madona com o Chanceler Rolin*, 1433. E à esquerda e no canto inferior: Paul Cezanne, século XIX.

É, sobretudo, na pintura do século XV que a paisagem aparece como primeira forma de representação do mundo natural. Aos poucos a paisagem passa a ter importância no exercício de leitura do território. Na França, a origem do termo estava ligada à noção de país, assim como, do registro de elementos presentes no vasto território. A raiz das palavras país e paisagem, em especial na língua francesa, sugerem a representação do território reconhecido e identificado.

A paisagem (termo e noção) nos vira da Holanda transitaria pela Itália, se instalaria definitivamente em nossos espíritos com a longa elaboração das leis da perspectiva e triunfaria de todo obstáculo quando, passando a existir por si mesma, escapasse a seu papel decorativo e ocupasse a boca de cena (CAUQUELIN, 2000, p. 35-36).

Para Cauquelin, a perspectiva é justamente o nó da questão. Graças à relação estabelecida com a pintura, somente no século XVII é que a paisagem assumirá o caráter puramente estético, posição que foi conservada até o século XVIII. Posteriormente, a noção de paisagem se alinha à percepção desta paisagem como representação do lugar (*locus*).

O desenho do solo é a melhor maneira de expressar o conjunto de processos impostos à paisagem no decorrer dos séculos. Em Vaux-le-Vicomte, por exemplo, a primeira realização paisagística de grande porte na França, a forma é a própria crítica com relação à regularidade e à simetria da perspectiva central, organizando os que precedentes jardins do Renascimento italiano e francês. Uma crítica que interessava de perto a pensadores como Descartes, Mersenne e Niceroge e que faz refletir sobre a importância do pensamento visual no início do pensamento moderno (SECCHI, 2000, p.26).



Figura 6: Plano Topográfico de 1977. Instituto Geográfico Nacional de Paris, imagem de Vau-le-Vicomte de 1887. Fonte: Sttenberger, 2001, p. 164

Paisagem e natureza se entrelaçam por um momento neste universo da representação. A ideia de natureza, importante e fecunda palavra na terminologia de todas as tendências normativas do pensamento do Ocidente. No final do século XIX, a participação dos arquitetos, segundo uma literatura que se debruçou sobre o tema das representações originais do XVII, tem-se "Arquitetura, um organismo vivo", inspiração de Viollet-le-Duc a partir da noção emergente de natureza. No cerne da reflexão destacada por ele, tem origem uma vertente de analogia entre a criação arquitetônica e as leis da natureza.

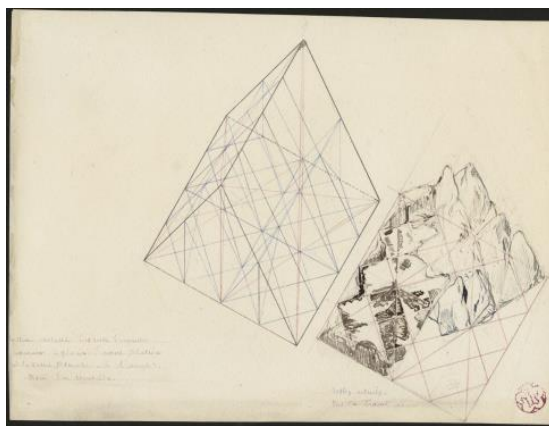


Figura 7: Desenho de Viollet-le-Duc cuja temática ele desenvolvera no ano de 1876, que compõe o livro Et la Montagne. Fonte: O autor.

Sabe-se que o início do século XVIII uma cidade era encarada como um fato irredutível da natureza, algo que poderia ser artificialmente limitado ou expandido e sobre aquela (natureza), novos elementos poderiam ser inseridos, mas não como uma totalidade capaz de reorganização e regulamentação.

Segundo Salgado (2015), Pierre Patte apresenta ainda por ocasião dos sucessivos projetos a noção de monumentalização da intervenção arquitetônica e possivelmente a ideia de um projeto de paisagem. Patte,

diretamente inspirado na obra de Marc Antoine Laugier exemplifica ainda a intervenção na cidade a partir das formulações teóricas sobre a **cidade-floresta**, pois alerta sobre o excesso de regulação das ruas e dos jardins, o que representaria oposição ao natural, além de considerações sobre atualização da água na cidade. Deste ponto, é que a investigação sustenta a importância das primeiras formulações sobre o projeto de paisagem, já no século XVIII (SALGADO, 2015, p. 15).

Os séculos seguintes demarcaram a cidade como o espaço da civilização⁹ e aglutinação de forças produtivas. A exploração da terra e a constituição dos meios técnicos para obtenção de maior lucro ganham dimensão mundial e de maneira assustadora os avanços tecnológicos encontram novos mercados. Para Françoise Choay (2013), o processo de urbanização acelerado “é próprio do mundo ocidental”, o espaço urbano é *locus* das atividades ligadas à produção e ao mercado. Lembra a autora que Marx acredita que o modo de urbanização ocidental se difundiu por todo o mundo, “radicado na práxis que o força a violentar a terra e transformá-la em mundo construído” (CHOAY, 2013, p. 15).

Com esta afirmação de Choay, aponta-se a compreensão da urbanização como fato concreto que supera a ideia limitada da cidade tradicional. Fato que estaria inspirando os pensamentos de Marx e Engels, quando afirmaram ser a cidade “o lugar da história”. Os sistemas viários são característicos dos anos oitocentos, análogos àqueles observados até aqui. É claro que o seu sentido será agora muito diferente. Dentre a nova forma da cidade, noção de cidade-floresta, pode ser considerada, sob o ponto de vista da transição da cidade mercantil à cidade burguesa, uma conquista, frente aos sucessivos desenvolvimentos, um duplo significado ideológico” (CHOAY, 2013, p. 1-56).

Assim, de um lado observa-se uma sanção à incompreensão à cidade preexistente, vista como material indiferente sobre o qual operar; de outro, oferece o instrumento teórico para sustentar “a inerência da ambiguidade e da desordem à cidade burguesa”.

Sobre os anos oitocentos, Argan afirma que:

Os arquitetos (...) inventam arquiteturas abertas, com corpos e alas variadas articuladas, e galerias, pórticos, escadarias, terraços, parques habitados por arquiteturas e por estátuas “de jardim” (...) a arquitetura, enfim, é uma segunda natureza, que se enxerta sobre a primeira e a amplia com a obra da imaginação humana: a natureza criada é o ambiente originário do homem; a arquitetura, cuja forma última é a cidade capital, é o ambiente da sociedade civil (ARGAN, 1998, p. 106).

⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar. 1998 O termo civilizado ou civilização para o autor se refere ao contexto em que se estruturou o desenvolvimento do mundo ocidental.*

A cidade do Iluminismo ainda trata, sobretudo no plano ideológico, de atribuir à cidade os valores de um objeto “natural”, pois de um lado o “naturalismo” formal serve em um primeiro momento para persuadir a sociedade acerca dos processos postos em andamento pela burguesia e, em um segundo momento, preenche a necessidade de consolidar e proteger as transformações e as conquistas alcançadas.

Vale retomar a reflexão de Picon (2007),

À beira do século XVIII e XIX, ao mesmo tempo, como a cidade transforma-se na paisagem, a terra consegue limitar-se a fim de tornar-se o planeta finito que conhecemos hoje. A terra incógnita, as zonas em branco que os cartógrafos da Renascença cheio de pessoas sobrenaturais e animais, parecem cair fora das bordas do mapa do mundo. Pelos anos 1820-1830, Saint-simonianos já poderia evocar o homem global gestão do planeta por meio de estradas, canais e railways. Concebido na escala de navegação intercontinental, a Suez e os canais do Panamá testemunhar o sucesso alcançado por esta visão planetária (PICON, 2007, p.11).

Neste contexto, reside a polêmica original sobre a concentração de riquezas em detrimento de espaços menos providos de melhorias. Deste ponto, apenas as teorias sobre utilização do solo tornaram fisiológica a necessidade de compreensão da exploração econômica da natureza determinante. Já no século XVIII o debate é sobre as relações cidade e campo, dado o conjunto de transformações que ocorreram por ocasião das grandes iniciativas de melhorias e a moderna burguesia mercantil-industrial. O acirramento da oposição campo e cidade também são demarcados pela crescente oposição entre burguesia capitalista e aristocracia fundiária, entre lucro industrial e renda fundiária. Mais tarde ainda, deparamo-nos com as polêmicas de base higienistas na formulação de novos projetos e, a partir da metade do século XIX e início do XX, junto do caráter nascente das ciências estatísticas.

O Jardineiro e a velocidade das transformações

O século XIX apresenta-se pela capacidade do alto grau de transformação da natureza pelo desenvolvimento da técnica. Mas o fascínio sobre os mistérios da transformação da paisagem recaía sobre autores fundamentais para a concepção da arquitetura no século XIX. Não só Viollet-le-Duc, mas também John Ruskin tiveram uma aproximada experiência a partir de sua relação com os Alpes. E, apesar de suas posições contrárias, no que diz respeito ao desenho do edifício, eles ficaram igualmente encantados pelos ensinamentos de Henri de Saussure do livro *Voyages dans les Alpes*, de 1779.

Both men had the good fortune to be born at a propitious moment in the history of mountaineering, and were able to benefit from Henri de Saussure's *Voyages dans les Alpes*, of 1779, a four-volume, richly illustrated, scientific and artistic work on the minerals and geology of the Alps, based on de Saussure's own observations; and from James

Forbes' Travels through the Alps of Savoy published in 1843. Alexander von Humboldt's geological writings were also influential on Ruskin. The Murray Guides were launched in 1836, and the first Murray's Handbook for Switzerland, Savoy, and Piedmont was published in 1838, when the concept of the 'science' of mountaineering was being developed. (SCHIER, 2003, p.87).¹⁰

Havia nessa postura uma vontade de reconstruir a velha montanha, apresentando uma série de desenhos com certa obsessão formal pela compreensão da estrutura física, já desconstruída pelo tempo.

Humboldt destacou-se por sua visão holística da paisagem, de forma que associava elementos diversos da natureza e da ação humana, sistematizando, assim, a ciência geográfica. Seus estudos se concretizaram com suas viagens no final do século XVIII. A transformação da prática de viagem em conhecimento complexo e integrado faz lembrar as tentativas do Renascimento e do Iluminismo, quando se desenvolveu uma geografia cosmográfica (Merian) na Alemanha e na Suíça – esta tradição até associada pelo próprio título da obra-prima de Humboldt – ou dos enciclopedistas na França. Após esses estudos, outros geógrafos, principalmente os que se dedicam à natureza, procuram definir, a partir do século XIX, o que significa a idéia da “Landschaft” na geografia. Eles se aproximam da idéia positivista de Humboldt, que vê nela um conjunto de relações de fatos naturais (visão de geossistemas naturais), mas negam o elemento libertador e estético. (SCHIER, 2003, p.82).



Figura 8: Claude Monet, La cathédrale de Rouen. Le portail et la tour Saint-Romain, 1. Effet du matin, 2. Le portail, temps gris, 3. Plein soleil. H. 1.065 ; L. 0.732. Fonte: Musée d'Orsay, Paris, France. Acesso em: 04 jul. 2016.

É na Catedral de Rouen (1893) que Monet marca a entrada do tempo na pintura, e deixa tão evidente a percepção da ideia de movimento e a torna inevitável. “A atitude de Monet não só é a gênese de uma poética absolutamente original, mas acima de tudo nos fornece uma pista da sua especificidade: afixação do flagrante” (SILVA, 2004).

¹⁰ Um de quatro volumes, ricamente ilustrado, o trabalho científico e artístico sobre os minerais e geologia dos Alpes, com base em observações do próprio Saussure; e a partir Travels James Forbes 'através do Alpes de Sabóia publicado em geológica de 1843. Alexander von Humboldt escritos também foram influentes em Ruskin. Os Guias Murray foram lançados em 1836, e o primeiro de Murray Handbook for Switzerland, Savoy, e Piedmont foi publicado em 1838, quando o conceito de "ciência" do montanhismo estava sendo desenvolvido. (SCHIER, 2003, p.?).

Na sequência tem-se o desenvolvimento da fotografia. A transição da pintura para a fotografia na representação de paisagens envolve algumas mudanças conceituais, pois o surgimento da fotografia representou também uma mudança na maneira de olhar, pois se difunde no final do século XIX a produção de panoramas e vistas da cidade vendidas em álbuns (COELHO, 2011).



Figura 9: Daguerre, finais do século XIX. Fonte: COELHO, 2011.

A paisagem é dialética e por esse motivo aproximaram-se em torno da sua descoberta na modernidade, novos métodos e novas ciências para entendê-la, transformada e adaptada à necessidade humana. Quer pelo belo, quer pelo conhecimento aplicado a ela na forma de habitação, estradas, instalações industriais, limites de propriedades, um conjunto de sinais que marcam a influência da sociedade sobre o solo, a paisagem constitui a história do homem sobre o espaço.

A análise da paisagem nos permite então entender o contínuo movimento do homem sobre a terra. Em oposição, encontra-se a consagração da cidade como forma de manifestação do controle e domínio da natureza e ícone da ânsia moderna de renovação das técnicas de modificação do espaço. Apoiar-se no estudo da paisagem implica considerar que os objetos sobre o meio físico também estão em constante transformação. Assim, a partir de um novo olhar sobre o par cidade-natureza poderá render às ciências urbanas uma nova ética e uma nova maneira de se pensar a paisagem.

Os anos que se seguiram às descobertas técnicas que alteraram o modo de “ver a terra” possibilitaram então uma melhor adaptação do termo ao cotidiano das ações sobre o espaço transformado.

Sobre as incursões urbanas destes pensadores é possível conceber a ideia de cidade e sua relação com a natureza. Marc Antoine Laugier

está mais interessado em compreender que a arquitetura está no homem e o sentido de produzir arquitetura é o ato projetual sagrado ao plano das ideias. Já Pierre Patte traz à tona reflexões acerca da totalidade da inserção de projetos na cidade, tema fundamental para entender a finalidade do projeto de paisagem.

Tomamos como orientador os argumentos de Simmel¹¹, em seu texto *Philosophie der Landschaft*, de 1913. Simmel aponta que a paisagem significa uma “totalidade nova”, a paisagem não seria uma junção de coisas construídas, paisagem é justamente a essencial demarcação a ser abarcada no horizonte momentâneo ou duradouro (SIMMEL, 1913, p. 06).

Assim, tanto a cidade quanto a sociedade eram pensadas como um organismo ou um corpo. Ambas sofreram um processo de naturalização, fundamental para que pudessem ser objeto de um tratamento racional e científico. No segundo momento, ao analisar a história do pensamento sobre a natureza e a cidade pudemos apontar que a ideia de cidade não aparece de forma independente das concepções de natureza. É em contraposição a uma certa noção de vida e ambiente natural que se constituem como a representação da cidade ao longo do tempo.

O que podemos concluir é que o nascimento da modernidade na arquitetura durante o séc. XVIII teria dado a verdadeira dimensão da paisagem, o que teria sido complementada pelo debate anos mais tarde, que apontam que a paisagem é sempre criada pela arquitetura e pelo urbanismo; é a natureza projetada pelo homem, assim nasce à ideia de paisagem, antes temos apenas a natureza, paisagem aparece como criação humana através do projeto. O que distancia as concepções de cidade e de projeto é a civilização da máquina.

No século XX, o primeiro ponto da polêmica Carta de Atenas fala exatamente da correta justaposição da cidade com a região, tratando-a, aí, como equivalente à noção geográfica de região natural. Contudo, coloca em questão a escala de observação do recorte da cidade em meio ao seu ambiente.

Já no primeiro item do documento intitulado “A cidade e sua região”, na versão da Carta de Atenas organizada por Le Corbusier (editora Hucitec, 1997), termina assim: “o plano da cidade é só um dos elementos do todo constituído pelo plano regional”. Isto faz pensar sobre uma dimensão também metodológica de análise da cidade no espaço natural, pois considerado o modo visionário com que Le Corbusier acrescenta a preocupação da interação das cidades é cada vez mais vital.

Dentre os aportes teóricos do documento, a Carta de Atenas, ainda alude a noção de região à complexidade de uma noção geográfica de região

¹¹ George Simmel escreveu “*Metrópole e Vida Mental*”, texto que orientou a formulação sobre a concepção do modo de vida urbano no início do século XX.

natural. Esta, como elemento estrutural do planejamento da cidade, raramente coincidiria com a “unidade administrativa”. Portanto, visando a constituição do plano urbano, o conceito de região equivaleria, na época, ao de região natural.

Raramente a unidade administrativa coincide com a unidade geográfica, ou seja, com a região. O recorte territorial administrativo das cidades pode ter sido arbitrário desde o início ou pode ter vindo a sê-lo, posteriormente, quando, em decorrência de seu crescimento, a aglomeração principal uniu-se a outras comunidades e depois as englobaram.

Essa orientação definiu a forma de planejar e pensar a cidade por algumas décadas par e passo com ditames da época, e isto em conformidade com a geografia francesa. Contudo, outras orientações na atualidade do debate geográfico colocaram em questão a validade da discussão sobre as condições do espaço natural como região e, portanto, aponta que o conceito de espaço ou região natural suplantou o fenômeno regional.

Atualmente é o método geográfico que recorre à noção de região e torna a cidade o conceito hegemônico dentro da paisagem. Outra questão é a escala administrativa ou a cidade como unidade administrativa e a justaposição com a noção de região, ou seja, a unidade representada pela cidade como unidade administrativa pode ser um recorte territorial válido para o planejamento das cidades. Portanto, a noção restrita de região natural, tal como apropriada no discurso da Carta de Atenas, está ultrapassada, ainda que, sob alguns pontos de vista, a compreensão físico-territorial do sítio continue imprescindível.

No item 2 da obra organizada por Le Corbusier, há uma clara noção de comunidade que seria mais tarde usada como justificativa para o projeto da *Unitè de Marseille*. “Se os empreendimentos do grupo são sábios, a vida do indivíduo é ampliada e enobrecida”, afirmam ao ovacionar os ideais de coletividade justapostos ao espaço econômico, à condicionante social e aos valores políticos desta comunidade.

A geografia e a topografia revelam os fatores naturais como “lei” para determinação da “salv guarda do ser humano”. E podem ser fatores psicológicos para determinar uma mentalidade no plano e no uso de determinado território.

O gestor e a atualidade da paisagem

Estudar a paisagem nos coloca de frente a uma maneira de pensar o conjunto de cognições/conhecimentos acerca do processo histórico-cultural, político, social, ambiental e econômico em constante transformação. Implica também, em compreender a forma de conduta de um ou mais grupos sociais, pois ela é definida a partir de ações/conduas destes indivíduos sobre o espaço, o que diz respeito a uma ética própria de determinada paisagem. E em

última instância, a paisagem aciona a necessidade do reconhecimento de uma estética, que significa a faculdade de sentir ou aquilo que afeta os sentidos.

Entre as décadas de 1950 e 1960, muitos estudiosos da cidade empenharam-se em rever a posição do arquiteto em relação à realidade vivida pelas cidades, tendo sido pensada uma disciplina ciente das relações do indivíduo com o espaço urbano, bem como com as memórias do lugar: o Desenho Urbano. Estas linhas teóricas foram representadas por Ernesto Rogers, Giulio Carlo Argan e Bruno Zevi.

É então que se fala da “Arquitetura da Cidade” primeiramente por Aldo Rossi (1967), quer estivesse no desenho resultante da expansão de determinada mancha urbana ou na arquitetura que o tempo constrói neste espaço urbano. O arquiteto, até esse momento, tem o papel de criador, organizador e idealizador do espaço urbano existente, no sentido de uma imersão nas questões práticas vividas pelo homem urbano, deixa então de ser o grande ditador e passa a compreender os problemas da cidade¹².

A crítica recai sobre a cidade moderna, não só Rossi (1967), mas inúmeros historiadores da arquitetura e do urbanismo, e pode-se destacar a postura de Joseph Rykwert, todos denunciam a excessiva ação do espaço da cidade para qualificá-la objetivamente para o consumo. Resta à paisagem neste momento, ser o espaço do consumo, origem cujas ações estavam baseadas em teorias e preceitos fixados na ideia da “boa cidade”, “cidade salubre e bela”. No entanto, não se rendem totalmente à crítica colocada por Jacobs (1998), embora contemple os vorazes argumentos, como que a seu ver, desde a década de 1950, “contrapõem a cidade arrumadinha sonhada pelos vários ‘desurbanistas’ e pensadores utopistas – de Ebenezer Howard a Le Corbusier – à cidade desorganizada e cheia de vida das ‘comunidades’” (RYKWERT, 2004, p. 25). Importante lembrar que Rykwert indica que o livro de Jane Jacobs: *The Death and Life of Great Cities*, de 1958, é o marco inicial da opinião pública sobre as frustrações em relação aos ganhos empresariais em relação a nova ordem de projetos urbanos, tônica que reinaria até as décadas de 1960 e assim adiante Op.ci.t. p. 326.

Lembra que no estudo de Lynch, a preocupação era ir além desses pontos de referências; ele e sua equipe estavam interessados

...no repertório dessas características que produzem o meio urbano: fronteiras e limites, como as pessoas constituem ‘seus’ bairros e moradias e como caminhos são marcados através da cidade (BRESCIANI, 2009, p.).

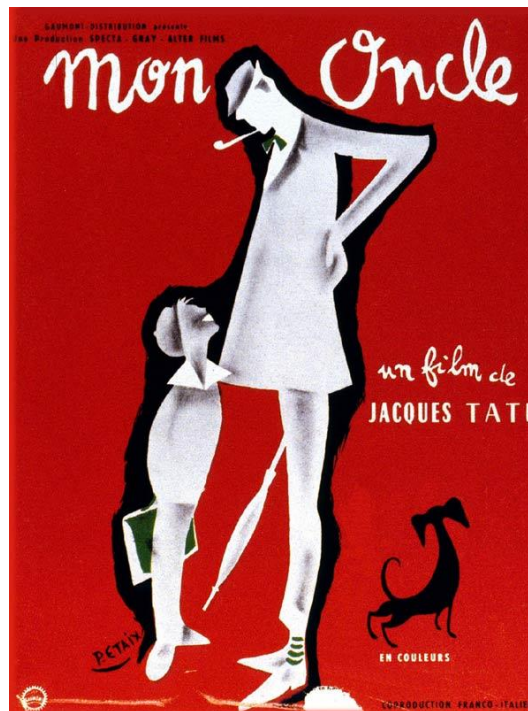
¹² JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great Cities*, 1958; CULLEN, Gordon. *Townscape*, 1961, LYNCH, Kevin. *The image of city*, 1960; *What time is this place*, 1972; *Good city form*, 1981.

Neste sentido as causas mais correntes seriam que as transformações necessárias não corresponderiam à destruição irresponsável dos testemunhos do passado, tal qual vinha observando-se nas cidades europeias.

E considera que:

a realidade do final do século XX na verdade opõe a cidade ‘projetada’ – em que a primeira consideração é a forma urbana e a existência de algum diálogo com os habitantes – à cidade muito mais difusa e insidiosa das redes ‘organizadas’ pelos engenheiros sanitaristas e de tráfego cujos interstícios são preenchidos pelos construtores e especuladores: a cidade da eficiência conduzindo ao lucro (RYKWERT, 2004, p.27).

Figura 10:
Referência ao Filme
Mon Oncle, crítica à
cidade moderna
empreendida pelo
cinema da pop art.
Cineasta Jaque Tatit,
1960. Fonte: a
autora.



A apreensão dos problemas presentes na cidade seria tarefa primordial do Arquiteto, assim também interpretar uma realidade totalmente nova em movimento, mesmo que parcial. Aldo Rossi, na tentativa de compreender a cidade como objeto em constante processo de construção, se propôs a interpretá-la sob dois aspectos:

no primeiro caso é possível assemelhar a cidade a um grande *manufato*, uma obra de engenharia e de arquitetura, maior ou menor, mais ou menos complexa, que cresce no tempo; no segundo caso podemos nos referir a áreas mais delimitadas da cidade, a factos urbanos caracterizados por sua arquitetura e, portanto, por uma sua forma (ROSSI, 1967, p. 35).

Os anos de 1970-1980 marcaram um ponto de virada na conceituação da paisagem. Para Rosalem (2010) foi o geógrafo Georges Bertrand quem primeiro considerou a paisagem como objeto "híbrido", passando a dar contornos tanto pelas ciências naturais quanto pelas ciências sociais. Bertrand (1971) resgata o conceito de geossistema criado por Sotchava (1963), incorporando a ele a dimensão da ação antrópica, tronando se assim “uma categoria espacial de componentes relativamente homogêneos, cuja dinâmica resulta da interação entre o potencial ecológico, a exploração biológica e a ação antrópica”. Esse conceito permite incluir uma reconciliação da geografia e ciências históricas, este último anteriormente hesitante para explorar a paisagem (ROSALÉM, 2010, p. 1).

Essa ordem urbana com múltiplas denominações e algumas contradições em sua identificação tem dado significado ao material de estudo fecundo de distintas disciplinas sobre paisagem. Seu reconhecimento e interpretação acontecem de forma mais ou menos consensual¹³. Sem dúvida, as opções ou propostas de intervenção não têm conseguido separar-se de algumas qualidades negativas como caos, desordem, fragmentação, fratura, hibridismo, que talvez respondam a uma certa nostalgia da cidade tradicional e por vezes compacta.

Diante do atual processo de urbanização coexistem posições extremas que sustentam uma polêmica disciplinar, em primeiro lugar, persiste a tendência negativa que se justifica a partir da existência disciplinarmente correta de que a organização difusa é um antagonismo perverso da boa forma urbana. Esta estaria traduzida na cidade histórica, ou de outra forma, na cidade moderna e racional.

No outro extremo, aparece uma espécie de deslumbramento pelo descobrimento desse novo modelo. Um fascínio que parte de uma visão mais otimista, mas às vezes tende a reduzir, quando insiste em um modelo dualista entre a cidade e o urbano, opondo a concentração à dispersão, quando de fato se trata de algo mais complexo (SECCHI, 2000). Quando se aceita esse modelo, pretende-se aplicá-lo em qualquer território disperso, reduzindo-o a expressão “*é mais do mesmo*”, o que supõe retalhar a variabilidade das diferenças e as particularidades implícitas, precisamente retirando sua essência ou suas características fundamentais e conduzindo-o até o campo genérico.

Para Solá-Morales (2009), a existência de uma prática urbanística que, sob o nome comum de Projeto Urbano, tem reunido a experiência de um grupo de arquitetos que veem em cada intervenção uma oportunidade para produzir uma parte da cidade contemporânea. É necessária uma investigação dessas orientações para que não se reproduza os problemas já identificados na cidade moderna. Pensar a cidade na sua totalidade e deixar de lado a paisagem, em outro ponto pensar a paisagem como o sistema dos sistemas.

Projeto urbanístico significa que a arquitetura parte de dados que estão nas cidades-restos, memórias, fragmentos e seletivamente para tomá-los como a própria ligação do projeto/diretrizes - enquanto ele estiver propondo resposta e resolução de um estado de coisas que anteriormente entende-se como desvencilhado e inacabada, não resolvido (SOLÀ-MORALES, 2002, p. 30).

Vescina (2010), afirma que:

Projetos urbanos representam uma alternativa, sensível ao contexto, frente à tradição do planejamento estático que predominou no período anterior. O projeto urbano é considerado também a nova

¹³ A urbanização dispersa de Nestor Goulart Reis Fo. Trouxe no início dos anos 2000 a discussão para a pauta brasileira de acordos acadêmicos sobre a urbanização contemporânea.

ferramenta flexível do planejamento. Assim, o corpo dos projetos mencionados consegue, em muitos casos, o suporte necessário de diferentes atores, investidores e interessados para criar momentum nas flexíveis, privatizadas/privativas e com frequência fragmentadas economias pós-fordistas (VESCINA, 2010, p. 37).

Yannis Tsiomis em seu *Matiere de Ville* reconhece também, a noção de projeto urbano como polissêmica e extensível. A diversidade de objetos (seja a cidade consolidada ou a periferia, a metrópole ou o território) e a variedade de programas (sejam projetos de espaço público, de grandes equipamentos culturais, de reordenação de tecidos residenciais, ou de ações sobre a paisagem) resultam numa multiplicidade de interpretações e de possíveis ações entendidas como tal. Mais ainda, as especificidades segundo cada contexto, as interpretações segundo legislações nacionais ou locais outorgam à noção de projeto urbano significados particulares (TSIOMIS, 2008).

Sobre o projeto de paisagem, acreditamos ser de extrema relevância retomar as discussões que fundamentam as habilitações sobre o projeto na atualidade.

Em um esforço para responder a algumas perguntas e dúvidas sobre esta questão, Sampieri (2008) organiza a sua reflexão crítica a partir de dois movimentos que lhe permitam governar um vasto campo de investigação e sem limites claros. Reconhecendo, em meados dos anos oitenta, um limite, um momento de mudança na concepção do espaço aberto, define uma periodização que considera os últimos vinte anos como prazo planejado: uma temporada longe de ser esgotada, mas que se presta agora uma reflexão crítica. A segunda mudança foi para se referir a uma discussão sobre paisagem: introduzir uma construção para indicar a experiência da literatura e design na Europa e na América do Norte nos últimos vinte anos.

Embora a paisagem seja sempre difícil de descrever, é ela uma entidade que desafia uma definição única, é um elemento de força extraordinária, que tem sido capaz, nas duas últimas décadas para redefinir os domínios de ação, perfis profissionais, áreas de pesquisa, muitas vezes produzindo híbrido transdisciplinar difícil de lidar. Aspectos cruciais do debate e razões para o sucesso e para as implicações ambíguas que estão na parte subliminar deste contexto virtuoso, são abordados a partir de Sampieri através do foco em cinco questões apontadas em diferentes partes do texto: os deslizamentos, a comunicação, o holismo, o humanismo e a suspensão, que permitem ao autor sustentar sua hipótese básica, "que argumenta como a paisagem pode inaugurar uma temporada de descanso."

A paisagem torna-se o instrumento através do qual aborda a complexidade da cidade contemporânea, encontrando em categorias aparentemente obsoletas, como organicismo, o holismo, culturalismo, novas formas de legitimidade da ação. A força da paisagem é a capacidade de gerenciar

a heterogeneidade através uma espécie de nebulosa envolvente, capaz de tornar inofensiva a pluralidade, para expurgar o conflito. “Dentro da paisagem cada um encontra o seu lugar” (SAMPIERI, 2008, p. 58).

Portanto que projeta a paisagem, mas sobretudo o habitante, a população estão localizados dentro do mesmo “pano de fundo” ou na própria paisagem. Pode parecer paradoxal que um conceito tão ambíguo seja atribuído à capacidade de redefinir o imaginário social. “Continuar falando sobre isso não ajuda a especificá-lo”, mas talvez seja esse personagem que é opaco para reconduzir à eficácia da “comunicação”. A paisagem reescreve a relação entre espaço e sociedade, distanciando-se da posição do projeto moderno.

Sampieri (2008) aponta que tem havido um ressurgimento anti-iluminista, categoria que se centra no homem. Desta forma, inclui a volta paisagem para serem considerados especificidades dessa comunidade a partir até de valores vernáculos, mas que por vezes se torna ineficaz para descrever a complexidade da sociedade contemporânea. O autor aponta formas de vida geralmente avaliada como capaz de estabelecer uma ligação cultural com o território e isto se dá através da paisagem. Torna-se importante para o sentimento de pertencer ao lugar, para a necessidade quase obsessiva de reconhecer a identidade desse lugar e ferramenta de valoração das estratégias de intervenção no território. Emerge deste ponto uma visão orgânica da sociedade contemporânea, multicultural e heterogênea, onde a paisagem faz alusão a um envolvente espaço conceito.

O esmagamento da cidade contemporânea responde com uma sensação de homogeneidade (“holismo” e “humanismo”). Dentro desse retorno ao organicismo, é a natureza que fica colocada no centro e o projeto finalmente pode ser colocado como conciliador entre o natural e o artificial.

O projeto está cada vez mais longe da arquitetura, no sentido do projeto moderno, reformulando-se com o objetivo comum de desenvolver um espaço de trabalho melhor através de evolução natural, dos processos ecológicos e do importante tema dos condicionantes naturais do projeto. O projeto deixa uma marca indelével nesta paisagem. E quando o projeto fala dessa paisagem e cada ação está ligada à ideia de apaziguar o processo de evolução ele tende a dissolver o artificial no natural.

Em um momento como o presente é difícil a tarefa do projeto da cidade contemporânea, a paisagem permite abordar algumas questões cruciais, mas ao mesmo tempo, foge de alguns problemas. Agora, esta estrada que contorna não é suficiente, contornar conflitos e problemas. É nesse desconforto que o trabalho se dedica a dar complexidade ao papel do desenhista, de seu trabalho intelectual, e à técnica e conhecimentos a que se referem a paisagem. Torna-se importante questionar o que se pode fazer a partir dessas reflexões e o

que significa hoje estar imerso na paisagem, em comparação com as condições em constantes transformações e a necessidade de repensar o desenvolvimento deste ponto em diante.

No contexto analisado, o crescimento da importância da cidade impõe-se na história da urbanização brasileira ao passo que a modernização desses ambientes passa a acelerar e modificar os padrões de utilização do solo urbano, bem como sua valorização e incremento de benfeitorias realizadas para o suprimento das necessidades dos diferentes usuários da cidade.

Frente a esta urbanização difusa¹⁴ coexistem posições extremas que conduzem a uma polêmica disciplinar, em primeiro lugar existe a tendência negativa que se justifica a partir da existência disciplinarmente correta de que a organização difusa é um antagonismo perverso da boa forma urbana. Esta estaria traduzida na cidade histórica ou de outra forma, na cidade moderna e racional.

A cidade moderna sempre esteve sujeita à maior parte das críticas e frequentemente o zoneamento, o controle de uso e ocupação do solo, as alturas dos edifícios assumiram uma maior dedicação dos urbanitas, o que representavam ações de controle sobre o espaço edificado. A literatura aponta uma crítica ferrenha à cidade moderna, sua denúncia como antinatural, correntes que pregavam o *small is beautiful* e a morte das metrópoles

Essa posição nega, de forma radical, as qualidades do difuso como também qualquer opção, o caracterizando como algo descontrolado, predador e ilegível que construiu uma barreira epistemológica para sua própria compreensão. O que supõe que cada intervenção deve intencionar corrigir esta realidade ou impor modelos de desajustados transformando-se em fracasso e dedicando esforços inúteis (SOLÁ-MORALES, s/d).

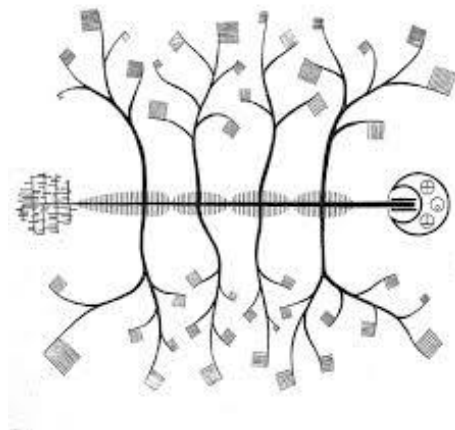


Figura 11: Rudolf Schwarz. Planos esquemáticos da morfologia em forma de tira que Schwarz antecipado acabaria por espalhado sobre a superfície do globo, criando uma nova síntese da natureza e assentamento urbano.

¹⁴ Em recente publicação, Rem Koolhaas afirma que “Devemos pensar em metodologias para uma paisagem que cedo ou tarde teremos que assumir”. Segundo o portal Archdaily “Koolhaas recordou que as cidades representam apenas 2% da superfície do planeta. “Temos que mirar mais além, nos concentramos demais no desenvolvimento do entorno urbano, esquecendo um pouco o campo. Estamos começando a estudá-lo, e embora haja um grande conhecimento, continua fora de nossos radares”, afirmou. Ainda afirma que “O mundo rural existe em nossa vida, não como realidade mas como um mito [...] inclusive, o campo está se transformando mais rapidamente que as cidades. Disponível em: Acesso em: 12 julho, 2016 <http://www.archdaily.com.br/br/790804/rem-koolhaas-o-atual-desafio-da-arquitetura-e-entender-o-mundo-rural>. Acesso em: 12 julho, 2016

*Die Stadt ist tot. Es lebe die Landschaft
A cidade está morta. Viva a paisagem.*

Rudolf Schwarz (1949)

Com esta afirmação, segundo Mantziaras (2008), Rudolf Schwarz afirma que em virtude da necessidade de se tomar uma decisão frente ao nível de desconstrução em que se encontra a cidade em meio ao acelerado processo de transformação de sua paisagem, a cidade está morta! E viva está a paisagem.

Esta exclamação esboçada pelo arquiteto e urbanista alemão Rudolf Schwarz, é realmente atribuída a Martin Wagner, juntou-se juntamente com Mies van der Rohe em 1932 em um workshop sobre o futuro da metrópole. recuperação completa da crise na Europa, a sua Werkhütte tentou mudar a história para a reforma social através de uma visão urbana chamando uma nova relação entre a cidade e a natureza, que traduzimos "paisagem da cidade" em um artigo anterior de Quaderni (Ibid., p. 256.).

Amplamente documentado por historiadores da arquitetura, trabalhando nos bastidores de Mies, Wagner e Schwarz não permanecem sem resposta, pois um grande número de planejadores do Terceiro Reich emprestou o conceito para aplicar aos novos conjuntos habitacionais na Prússia Oriental. Mas, após a guerra, o conceito foi novamente purgado por Hans Bernhard Reichow, embaixador do urbanismo "orgânico":

Queremos ver a ordem imposta pela classificação e perda da individualidade, criado pelo pensamento mecanicista, substituído por ordem de uma cidade e sua vida como semelhante a um organismo natural. A massa amorfa, dura, sem gosto, humilhante teria de ser alterado ao longo de muita subdivisão, gradual, atribuídos e adaptada de forma orgânica, com o objetivo de eficiência e estética ideal (MATZIARA apud REICHOW, 2008).

A realização do projeto da nova cidade de Sennestadt, perto de Bielefeld lhe permitiu realizar suas ideias para uma paisagem da cidade de baixa densidade, concebido e gerido coletivamente. Na sequência, Schwarz em 1949 como chefe de planejamento de Colônia na reconstrução, com a publicação de um livro mais teórico e conceitual sobre "o cultivo e construção da terra" coloca:

O material da cidade é posto em movimento e se aproxima do seu limite absoluto, o limite da paisagem: todo o país é uma cidade grande na tomada. Campo e mesclado à cidade, e que o resultado não é nem um nem outro, mas um terceiro, uma cidade que abrange uma região que é paisagem e da cidade de uma só vez, e parece provável que está nascendo é portador de uma nova figura (MANTZIARAS, 2008, p. 157).

Uma ampliação desse conceito é a visão sistêmica emprestada da geografia nos anos de 1940. Sauer e seu olhar morfológico para a paisagem e Otto Schuter e as inovações sobre o conceito de paisagem. Desde as primeiras discussões sobre a Ecologia Urbana o território difuso tem sido acionado como uma ameaça para a gestão e o bom funcionamento, seja dos sistemas ecológicos ou seus recursos, como da própria sustentabilidade Urbana.

Esses critérios fisiográficos, a difusão e a dispersão urbana supõem um grande desgaste e uma excessiva ocupação do solo, mas a maior

ameaça a esses mesmos critérios é a superposição, ruptura ou a continuidade necessária de alguns sistemas ecológicos estruturantes, como é o caso do sistema hídrico.

A perspectiva ecológica e a gestão do meio ambiente se apoiam sobre modelos funcionais e espaciais como proposto por Richard Forman (1986), os quais determinam uma estrutura ecológica composta por manchas, corredores e matrizes, que configuram em superfícies contínuas às estruturas lineares ou áreas e elementos homogêneos reconhecidos como suporte espacial e funcional do território.

Entre esses modelos predominam como princípio chave a conexão e quantificação, seja do tamanho ou de porcentagens entre o que normalmente são contrários aos efeitos da fragmentação e dispersão por isolar ou reduzir a área e por romper continuidade, o que supõe uma perda de biodiversidade de um determinado habitat por outro. O território difuso está associado à grande expansão urbana das últimas décadas, que tem significado uma maior impermeabilização do solo com uma imagem de certa desordem que se alastra em uma organização mais permissiva e racional. Deste ponto, não se pode pretender contradizer e nem questionar essas teses ecológicas, pois sem dúvida suas aplicações diretas nos instrumentos de planificação do território deveriam estar com maior grau de flexibilidade frente ao futuro processo de urbanização ou de qualquer transformação do território vindoura.

As atuais estratégias territoriais a ótica ecológica dirigida, em muitos casos, reduz os critérios catalográficos de conservação e preservação de grandes áreas e a continuidade dos sistemas ecológicos, objetivando organizar a qualidade ambiental e conferindo pretensiosamente um certo equilíbrio ao território. Essa exigência funcional se confunde com a necessidade de buscar unidades e estruturas de maior tamanho, iniciando uma facilidade do território no tempo e no espaço e resultando em seleções homogêneas que de resto, separa o natural e o urbano.

A negação das particularidades e da similaridade entre ambos ignora as possíveis capacidades e oportunidades que se apresentam a partir da leitura pela desconstrução da paisagem. Desde esta perspectiva ativa, reforça-se a imagem de oposição entre o processo de urbanização e uma necessidade de excepcionalidade ou salvaguarda do que não tem sido organizado.

Assim, o território disperso tem poucas oportunidades para encontrar alternativas que incluam simultaneamente o processo Ecológico, os produtos, os espaços produtivos e os urbanos, reduzindo sua ação *a posteriori*, com constantes e corretas respostas aos critérios ecológicos frente ao

espalhamento. Ao contrário, trabalham na negação de qualquer tipo de organização, porque entendem como uma ameaça o que se tem que proteger.

Esta tese considera necessário oferecer novos pontos de vista que reconheçam, principalmente, um entendimento entre processos distintos de naturezas consensualmente frágeis ecologicamente e que se apresentam nesse tipo de território, para voltá-los para a nova gestão da paisagem.

Identificar as formas para exercer um olhar de caracterização física de sua estrutura (1.), entender seu processo de transformação (2.), assim como, alcançar um profundo conhecimento sobre aspectos fundantes do elemento analisado dentro do mosaico (3.) e posteriormente decodificar suas potencialidades e conflitos (4.), para então gerar hipóteses de projeto criando oportunidades de construir ferramentas de um novo projeto, o projeto de paisagem (5.).

Assim sendo, deve-se partir do ponto que a história não é apenas o estudo do relato do processo de mudanças exclusivamente humanas, mas sim o estudo do processo de mudanças, modificações, mutações, transformações ou metamorfoses que ocorrem em todos os aspectos da e na natureza.

Desta forma é possível captar, inclusive ali onde a ideologia esteve mais atrasada, como também, cabe perguntar “que forma a paisagem assume?”, “quais os efeitos dessas mudanças na paisagem, no contexto de uma cidade tão pequena?”, para então sustentar a hipótese de que a paisagem poderá ser retomada, agora como a ferramenta de articulação da cidade com seu espaço natural.

Eis o contraponto dialeticamente construído. O conhecimento histórico é também um conhecimento do natural, pois traz a ideia de espaço-tempo do que é observado. Assim, conhecer significa intervir. Pelo olhar ou porque há uma ideia moderna de que projeto contém um sentido racional, onde podemos afirmar que pensar já é projetar. Do outro ponto, aquilo que já foi modificado, isto é, o ambiente já adaptado é aquilo que se quer conhecer para projetar.

Para conduzir o processo de pesquisa sobre a desconstrução da paisagem na cidade de Altinópolis definimos três que viabilizam a análise no mosaico a partir de uma compreensão da relação espaço-tempo, com *rugosidades*¹⁵ na concepção das transformações, assim como, com os conteúdos

¹⁵ A noção de ‘rugosidades’ complementa a concepção de que a produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des)construção do espaço não refere-se apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às

das técnicas e regras ali estabelecidas ao longo do tempo e com a necessária alteração das escalas dessa abordagem: Fronteira, Trama e Ruína, que também serão apresentadas a seguir para melhor compreensão da formação do território moderno em constante transformação, com o objetivo de propor a desconstrução a partir da estratificação histórica de camada e da compreensão de uma rede complexa de interações dos processos antrópicos e naturais em uma abordagem da paisagem.



Capítulo **2**

2. Conhecimento histórico ambiental e desconstrução

A premissa fundamental desta pesquisa é que todo o processo de construção é equivalente à desconstrução da paisagem, soma-se a isso a inexorabilidade da desconstrução, então o homem basicamente desconstrói. Em síntese, por desconstrução entendemos como sendo “a produção de espaço através da técnica”. Tais técnicas são radicalmente diferentes em todos os tempos, o que incorre perguntar quais as regras implícitas ao conjunto delas para a transformação da cidade e do território, a partir de certo arco temporal.

A cidade é o lugar mais desconstruído, pois as técnicas de transformação se concentraram ali, expressas pelos restos materiais e imateriais associados às atividades de produção, distribuição e consumo de bens e às condições que essas ações foram realizadas, especificamente em etapas de ciclos econômicos variados.

Nessa encruzilhada pôde-se confrontar o conceito paisagem à arquitetura, urbanismo, geografia, história social e da técnica, conforme um quadro teórico mais amplo. Entende-se que se tornou uma constante no fazer cidade a excessiva compartimentação dos saberes e, cada vez mais, tais conhecimentos se distanciaram da compreensão da melhor utilização dos elementos naturais.

Podemos observar um discurso técnico afinado com as orientações de modernização, que confirma que lá interessava a implantação de obras urgentes e pontuais, que via de regra era ausente de organicidade, onde predomina a escala de intervenção que não se relaciona com a paisagem e, portanto, sem propósito de conjunto.

A distinção entre o que é natural do seu oposto, o artificial, é ação fundante das correntes filosóficas e da emergência da ciência, e isto inclui o urbanismo. A acessão da disciplina se desenvolve par e passo com o agravamento dos problemas urbanos e acúmulo de moradores em áreas onde os problemas se avolumam.

Pois apesar da experiência comum que compartilhamos sobre a natureza, seu conceito é extremamente complexo e frequentemente contraditório. A natureza é material e espiritual, é dada é feita, pura e manchada, natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom divino, é um produto de sua própria evolução é um Universal fora da história e também um produto da história acidental e planejada, deserto e jardim (SMITH, 1984, p. 1-2).

O controle da relação cidade e natureza, ao mesmo tempo em que agencia as inovações na ciência (urbanismo) tem a cidade como manifestação da necessidade do controle e do domínio dessa natureza. É preciso então entender a relação entre o projeto moderno e a natureza. No âmbito das novas ciências, a separação radical entre religião e conhecimento científico denota que o sentido

mítico por trás da atividade de demarcação do território para culta e consequente fixação de comunidades aos poucos foi sendo extinto.

Os pensadores iluministas também queriam dominar o futuro por meio de poderes de previsão científica, da engenharia social e do planejamento racional e da institucionalização de sistemas racionais de regulação e controle social. Eles na verdade se apropriaram das concepções renascentistas de espaço e de tempo, levando-as ao seu limite, na busca da construção de uma sociedade nova, mais democrática, mais saudável e mais afluente. Na visão iluminista de como o mundo deveria ser organizado, mapas e cronômetros precisos constituíram instrumentos essenciais (HARVEY, 1985, p. 227).

O tempo mítico é radicalmente distinto do tempo linear imposto pela indústria e pela civilização. No entanto, a passagem dos mitos e crenças do período agrário retomam elementos da vida nômade e na cidade, as interrogações e problemas da sociedade camponesa implicam na superação do modo de vida.

Para Lefèbvre (1970),

A produção agrícola e a relação camponesa com a natureza suscitam apenas uma imagem cíclica do tempo, o qual não tem sentido, ou melhor, não tem outro sentido a não ser o Grande Ano e o Eterno Retorno (LEFÈBVRE, 1970, p. 100).

Baseando-se no fato de que o passado é reencontrado na continuidade do movimento, as pessoas que pensam estaticamente veem apenas o passado em vez de seguirem a superação e proclamam: “Nada existe de novo sob o sol! A vida é um eterno recomeço!” (LEFÈBVRE, 1983, p. 231).

No conjunto de significados apresentados à palavra natureza, ressalta-se de imediato uma dualidade. De um lado uma natureza externa, o reino dos objetos e das forças estranhas ao homem, e de outro, uma natureza Universal na qual o homem se inclui como parte.

Primeiro sentido proposto pelo dicionário está no relacionamento e universo da natureza que se apresenta como o todo e não do ponto de vista da sua unidade, mas a partir de suas partes constituintes, dos seres que a compõem. Esse é o significado mais inclusivo que coloca o homem imediatamente dentro da natureza. Aí já aparece uma demarcação em que o homem civilizado está fora do Estado de natureza e a civilização, portanto, não é natural nesse momento. Inconveniente é tentar esclarecer o sentido de civilização.

A agenda de intervenções atravessa o século XX e até os dias atuais poucos avanços em sentido contrário foram alcançados. No decorrer da pesquisa procuramos evidenciar como são os movimentos no sentido de se constituir um quadro favorável a uma reinterpretação da paisagem, optando assim por usá-la como ferramenta de fazer cidade. Considerando a necessidade de que a gestão da paisagem passe então a integrar as políticas públicas urbanas,

um importante desafio é o de propor uma possibilidade metodológica para seu estudo, avaliação, interpretação e posterior gestão (GERMAINE, 2010: 15).

O contexto da urbanização em escala mundial tem agravado as preocupações com o processo de uma urbanização difusa. Nas últimas décadas esse tem sido o tema central do debate entre todas as disciplinas que atendem ao estudo da cidade e do urbano e por extensão, do território. Finalmente se tem aceitado como uma ordem Urbana distinta e regulada por dinâmicas de expansão e de descompactação, separando-a das lógicas do suburbano e do espalhamento.

O problema não é recente, Marx já havia nos conclamado ao sentido de que “a história moderna é a urbanização da zona rural, e não, como entre amigos, a ruralização da cidade”. O que se procura compreender é a diluição do clássico antagonismo entre campo e cidade.

A história clássica antiga é a história das cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura; a história da Ásia é um tipo de unidade não-diferenciada de cidade e campo (a cidade grande, propriamente dita, deve ser encarada apenas como um arraial principesco, devidamente imposto à estrutura econômica verdadeira); no começo da Idade Média (período Germânico) o campo é o locus da história, cujo desenvolvimento posterior se dá então mediante à oposição entre cidade e o campo; a história moderna é a urbanização da zona rural, e não, como entre amigos, a ruralização da cidade (MARX, 1983, p. 256).

Sem dúvida, há uma extensa literatura referente à definição da urbanização difusa. Ou àquela que posteriormente foi denominada *cidade difusa*. Cabe então analisar um grande número de territórios que, ainda que apresentem denominadores comuns, sobretudo os associados ao recente processo e fenômeno de expansão urbana, são cada vez mais óbvias as diferenças que cada um deles apresenta dentro da terminologia cidade difusa ou de outras como cidade de baixa densidade, metrópole expandida ou *conurbação* etc (MATZIARA, 2008, p.152).

Em grande escala, a questão original embutida na noção de espalhamento é a mais palpitante, resultante de uma expansão acelerada e caracterizada pela urbanização *monofuncional* ou, como em outros casos, de um crescimento lento fundado por uma matriz rural e dispersa, onde se sobrepõe uma urbanização descontínua. Este último caso inclui uma total heterogeneidade e mescla de atividades, espaços e tipologias, bem como uma maior multiplicidade e variedade de situações de superposições e justaposições.

A compreensão dos fenômenos pela perspectiva da urbanização difusa ainda permite uma abordagem das características básicas, correndo o risco nela contida, por predominar uma matriz rural. Entende-se que persiste um processo contínuo de urbanização, atualmente destinado majoritariamente à implantação de conjuntos habitacionais e à localização de atividades econômicas caracterizadas pelo uso industrial, de logística e comercial. E por vezes vê-se uma

exploração agrícola dispersa de autoconsumo, além de muitas dessas áreas estarem em completo abandono ou relegadas às atividades de produção industrial agrícola ou florestal. A imagem resultante mostra uma mescla de elementos *morfotipológicos* que convivem com área de cultivo, e será a primeira evidência da desconstrução da paisagem, incluindo-se a característica das atividades de uso dos solos, a desarticulação do processo de urbanização e o abandono a uma heterogeneidade de espaços e processos que se alastram em sua extensão.

Esta aproximação com a desconstrução da paisagem na perspectiva da compreensão da urbanização difusa exige, em primeiro lugar, abandonar alguns critérios pré-determinados e solidamente estabelecidos, que por décadas sustentaram a interpretação de modelos territoriais entre os quais se destaca a clássica dicotomia rural-urbano.

Estuda-se uma cidade de pequeno porte, pois ali algo de seu ambiente natural ainda reside ou resiste, quer pelo aspecto sociocultural de uso do quintal e do lote, quer pela relação com o seu *hinterland*, ainda marcadamente presente. Altinópolis é conhecida por orgulhar-se de sua bela paisagem desde os primórdios de sua ocupação. No terceiro quartel do século XIX, um aglomerado de pequenas casas e um tímido comércio ajustaram-se à bela paisagem, assentada no Arraial de Nossa Senhora da Piedade, no extenso planalto próximo às escarpas da Formação Serra Geral, formação rochosa característica da região de Ribeirão Preto.

A seleção simples de um lugar a partir da ideia de relevo, dentro do espaço da cidade, considerando as condições do solo modificado, a presença justaposta de elementos naturais e artificiais, são qualidades que não são dispensáveis para a compreensão de um fato urbano. Assim, o fragmento se aproxima contumaz da ideia de lugar, portanto de uma cultura histórica. O *gênio* dos ambientes fala de lugares psicológicos que os impulsionam então a interpretar um valor da paisagem artística como uma “arte do lugar” e propriedades do passado. É a interpretação do espaço da cidade que permite a maneira aproximativa com que se chega ao universo (total) de um real possível: a paisagem.

Aqui, aponta-se para um alerta: ao identificar e determinar novas ordens urbanas não se deve reduzi-las somente à caracterização dos territórios, a leitura deverá indicar suas condições reais, deflagrando as situações distintas ou incluindo a organização de propostas para sua transformação. A cidade dispersa inclui um conjunto de territórios e algumas dinâmicas semelhantes que se associam antes aos fenômenos de dispersão, descompactação e expansão urbana, mas cada um deles em um contexto de relações concretas e

com origens ou processos específicos, completamente diferentes. Um novo olhar para esses lugares implica em considerar suas particularidades, relações e processos, longe de observar seus prejuízos ou determinações generalistas ou taxonomias globais.

A inoperância entre a dicotomia rural-urbano, a tipificação de um modelo urbano-industrial difuso onde a maioria da população e as atividades econômicas se localizam nos intervalos que separam as cidades, o descobrimento da pluralidade gramatical das formas convencionais e atípicas da organização, os núcleos secundários emergentes do modelo difuso, a prova empírica de uma lógica de relações urbanas cujos elementos “reticulares” e a hierarquia estão baseados em princípios intraurbanos dependentes de complementaridade funcionais (SOLÀ-MORALES, 1999, p. 66)

Segundo esses princípios, o território se apresenta como uma indefinição de limites, seja pelos aglomerados ou distintos sistemas superpostos e descontínuos, que obriga a utilizar uma estratégia de análise de características sistemáticas que evidencia, sobretudo, a coesão funcional do conjunto pela escala micro das dinâmicas próprias dos diferentes elementos (MANTZIARAS, 2008, 158).

Por ser evidente uma coesão, é recorrente a referência do território ao mosaico. Um mosaico de fragmentos com certa coerência interna, está envolto em uma relação de interconexão que permite agregar uma série de dados em sua complexidade na paisagem. Assim, conforme apronta Retto (2009):

A paisagem é o “mosaico”, ou melhor, o desenho “complexo” em que as várias partes irão compor em razão da sua natureza e, assim, da estrutura geológica, sociocultural e da cidade. Tal leitura significa afirmar que a paisagem se configura como dado de um conjunto geral e sintético, ou seja, o lugar onde as ações antrópicas e os dados naturais encontram sua “forma” na consolidação de uma cidade sustentável (RETTO, 2009, p. 6).

Esses elementos tendem a se juntar nesta lógica própria. Assim, observá-los de maneira sistêmica, não só por sua extensão ou continuidade, mas no sentido de identificar a matriz do espaço natural, senão pelos processos dinâmicos que apresentam os terrenos desocupados ou produtivos, ou mesmo, encontrar neles articulação à coesão do conjunto urbano (natural e artificial).

Desse ponto, confronta-se a leitura desse estágio de urbanização ao ato de desconstruir espacialmente, o que implica em uma mudança de olhar para com o objeto em estudo. Se por um lado, desconstrução é o modo de análise da “produção do espaço”, no sentido da compreensão da “supressão e emergência” de formas dispostas a atender às necessidades humanas, também podemos usar o conceito no sentido de interpretar partes do processo de produção espacial. É dissecar o objeto à medida que sejam possíveis

novas leituras e cruzamentos das informações expostas ao fragmentá-lo, partindo assim da análise de seu contexto histórico (GODOY, 2004).

Logo, a desconstrução é aplicada como o instrumento de análise, de tal maneira que se possa reportar aos processos históricos oriundos da lógica capitalista de exploração do espaço, em que a história é a trajetória de construção do espaço pelo homem. O desconstruir é então colocado como postura, paradigma e nova orientação, para compreender teoricamente e na prática as possibilidades de interação dos objetos com seu meio social, econômico, estético e ambientalmente em movimento. O projeto paisagem é desconstrução, mas uma construção mínima.

A desconstrução como método introduz e se objetiva na discussão sobre o mosaico de paisagem, assim como analisa, expõe e reconhece uma interseção de tempos, formas e materiais como chave de entendimento, não só para a interpretação, como também para o projeto do lugar (desconstrução futura). Isso supõe compreender que a desconstrução promove uma aprendizagem do projeto como processo na perspectiva de uma desconstrução mínima e equilibrada.

A paisagem e suas várias possibilidades de leitura permitem um olhar para a cidade que integra diversos aspectos da relação homem-natureza. Dessa forma, ela expressa-se nos diferentes momentos da ação de uma cultura sobre o espaço, apreendida pelo acúmulo dessas ações.

Nas cidades contemporâneas em geral e não apenas exclusividade das de grande porte, a paisagem tem passado por intensas transformações nos últimos anos. Percebe-se que este efeito é proporcional ao aumento dos riscos de perda de valores naturais, culturais e históricos dessas paisagens. Assim, surgiram diversas iniciativas com pressuposto de obter uma adequada gestão da paisagem. O primeiro contato feito com a população foi através da solicitação para elaboração do Plano Diretor participativo. Fato é que a urgência de uma valoração da cultura material se tornou mais relevante. Acreditou-se, naquele momento, que a paisagem na sua forma natural tem sua importância, no entanto a cidade já está constituída de valores que não podem ser menosprezados pela comunidade em geral, pelos cidadãos e gestores, e muito menos pelos visitantes e turistas. O que aponta-se é que Altinópolis é um projeto de paisagem inconcluso, pois, apesar de tantas iniciativas e tanta riqueza natural, poucas ações denotaram apreço e melhora na qualidade de vida da população, inclusive no sentido da valorização de sua paisagem.

2.1 Descrever a paisagem é desconstruí-la

Analisar uma noz é quebrá-la (Engels); e, reciprocamente, quem quebra uma noz para comê-la inicia a sua análise. [...] A análise mata. [...] Mas isso implica que seja necessário abandonar a análise para voltar à contemplação, à descrição do objeto? A essa acusação, Hegel responde cruamente que a morte é uma análise natural e real, ao dispersar os "elementos" do ser que analisa. Fórmula profunda: a análise, isto é, o entendimento, estabelece-se assim no "negativo", para empregar uma terminologia hegeliana. Mas essa negação real opera no próprio seio da natureza, conduzindo à morte - à dissociação dos elementos que cabe à vida produzir - toda existência natural. A análise, por conseguinte, encontra-se "fundada" em pleno coração da natureza e do movimento universal. [...] A "negatividade" da análise, que nada mais é que nosso poder sobre os seres da natureza (poder de separá-los, de quebrá-los, de consumi-los), deve ser superada. [devemos superar a desconstrução enquanto negatividade da análise]. A razão dialética "nega" essa negação real, restabelecendo o positivo, a vida, a afirmação concreta (LEFEBVRE, 1975 p. 118).

Descrever é reconhecer as particularidades do território; é proceder à análise do sítio, da situação, visando observar sua constante mutação provocada pelos grupos humanos, como se deslocam e se fixam, considerando esta como base e orientação fundante da Geografia.

Em primeira instância, a observação deve valer como a estrutura principal para a observação história, de forma que sejam estabelecidos critérios de seleção dos fatos a serem observados e os delimite como campo da própria investigação para enfim, procedermos ao recorte do objeto. Toda produção humana será necessária e independentemente da intencionalidade de seu produtor, inscrita em um conjunto de chaves de leitura para a descoberta de suas significações históricas.

Um segundo requisito metodológico diz respeito à atribuição de valor de uso dado ao solo, elemento que dá suporte à interação constante entre homem-natureza, por sua capacidade de se transformar em paisagem, assim também, as formas de controle do uso, divisão fundiária, determinações legais de uso e desenho do espaço edificado definem o solo como parte da paisagem. Para cada resultado formal, este indica um conteúdo que representa a interiorização da sua forma. Como também, a forma manifesta um conteúdo.

A produção constante (ou sua desconstrução) deste universo garante a existência da continuidade de uma unidade subjacente que se encontra entre os diversos fenômenos culturais, logo, materialmente construídos. Essa visão de mundo é frequentemente determinada pela história e espacialmente conferida pelo "movimento humano sobre a terra" (BESSE, 2004).

Assim, qualquer tentativa de interpretação dos fenômenos culturais irá se basear, portanto, na identificação de seu quadro de referência, que permitirá estabelecer a correta relação de significação entre eles, dando sentido às suas origens temporais e espaciais.

Esse quadro de referência pode ser entendido como formulação para compreensão de uma cultura material, portanto, exige uma crítica radical ao fato de que essa produção é também resultado de uma imposição de sistemas ideológicos reinantes em cada período, sobre determinadas classe sociais, tudo isto qualificado, inconscientemente por uma personalidade e condensada em cada obra aqui analisada.

A paisagem não é apenas um somatório de elementos de naturezas distintas, mas é a justaposição, a combinação e a interação constante de elementos artificiais e naturais. Os elementos naturais são a água, o solo, a vegetação e o relevo e; os artificiais, os entendemos como fundamentos do espaço: as instituições, as indústrias, segundo Milton Santos. A paisagem então é a mescla desses elementos artificiais e naturais. Isso tende a ser contra o pensamento dual, porque esses elementos estão um em direção ao outro, portanto não há uma linha tênue que os separam.

Para Simmel (1913),

A paisagem não seria uma junção de coisas construídas, paisagem é justamente a essencial demarcação a ser abarcada no horizonte momentâneo ou duradouro, a sua base material ou os seus fragmentos singulares podem, sem mais, surgir como natureza, mas apresentada como paisagem, exige um ser-para-si talvez óptico, talvez estético, talvez impressionista (...). Ver como paisagem uma parcela de chão com o que lhe comporta significa então, por seu turno, considerar um excerto da natureza como unidade que se afasta inteiramente do conceito de natureza (SIMMEL, 1973, p.23).

Essa é a visão da desconstrução. É preciso então, ao utilizar o olhar da diferença, destacar a “alteridade existente entre dois elementos idênticos”, jogar luz às pequenas diferenças, que porventura não são muito facilmente ou comumente observadas aos olhos. É necessário singularizar, pois “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde” (KOSIK, 1995, p. 16).

Por epistemologia podemos defini-la como o estudo das ciências consideradas como realidade que se observam, se descrevem e se analisam, designando a estrutura dos conceitos, métodos, princípios, hipóteses e até mesmo o estudo do desenvolvimento histórico¹⁶.

A diferença é aquela que, ao destacarmos dois objetos, fará soar mais fortemente eventuais correspondências e/ou divergências, podendo ser atributos aleatórios ou de qualidades elementares:

Diferença (lat. *differentia*). Relação de alteridade existente entre duas coisas que possuem elementos idênticos. Quando comparamos dois

¹⁶ Anotações de Aula, Profa. Dra. Salete Alberti. Disciplina cursada na Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Unesp-Bauru. Metodologia de pesquisa em Projeto de Arquitetura e Urbanismo, 2012.

objetos, eles apresentam semelhanças e diferenças, as diferenças podendo ser de atributos acidentais ou de qualidades essenciais. (JAPIASSU, 1982, p. 54).

Segundo Santiago (1976), a *Différance* não é “nem um conceito nem uma palavra”, funciona como “foco de cruzamento histórico e sistemático” reunindo diferentes linhas de significados ou “de forças”, podendo sempre unir-se a outras, portanto a constituição de uma rede de relação de cuja tessitura será impossível irromper ou dela traçar uma margem, pois o que se põe em questão é “a autoridade de um começo incontestável, de um ponto de partida absoluto, de uma responsabilidade de princípio” (SANTIAGO, 1976, p. 44-45).

Na visão clássica, Aristóteles e a Escolástica chamam de “diferença específica” o caráter que distingue uma espécie das outras do mesmo gênero. A diferença máxima entre dois objetos que não tem nenhum traço em comum é uma contradição, então é importante entender essas diferenças, porque o contraditório salta aos nossos olhos, é facilmente observado, prima pela sutileza da natureza e pelos elementos constatados. A informação geográfica a partir deste sítio analisado, como também as vicissitudes não menos importantes da ocupação histórica, que condiciona essa terra à consumação em fases bem diferenciadas de produção da paisagem, necessita ser destacada (JAPIASSU, 1982, p. 54).

Demonstrar como os níveis de integração dos produtos culturais e as ideologias estão pautados também por uma vocação implícita do aparato técnico e como esse determina o conjunto da produção intelectual, constitui-se na forma de análise escolhida para entender como esse material compõe a paisagem. Essa transformação e utilização direta da ideologia e da cultura como técnica é o dado mais importante que se quer captar e demonstrar, inclusive ali onde os efeitos da ideologia hegemônica estão pouco visíveis, a cultura exígua, a técnica menos evidente; o devir técnico da ideia possui na sociedade um ritmo acelerado.

A primeira chave de leitura será identificar como se realizam as interações principais dos processos identificados historicamente e sua formalização na cidade, nosso objeto de estudos, mas não só. A sobreposição com o solo, seu ambiente, suas potencialidades historicamente constituídas, foram motivadores para a ocupação da cidade de Altinópolis, portanto sua paisagem está na gênese de sua trama ajustada ao território. A cultura urbana se converte em técnica de transformação a partir de sua conexão histórica funcional como processo complexo em nível de ser analisado no quadro da arquitetura e do urbanismo. Ambos jogam um papel duplo desde a formação de consenso e controle sobre a força de trabalho até a programação de novos rumos para o equilíbrio social.

Do urbanista, ao abandonar o papel de uma única visão zenital, em nome de uma neutralidade do cientista-observador-externo, para assumir um papel interno ao próprio conflito. Aproximando seu raciocínio para a realidade local, o urbanista, mais do que diagnosticar os “males da cidade”, serve de mediador entre a população e o poder público, dimensionando a problemática democraticamente colocada pela população (RETTO JUNIOR et al, 2009, p. 02).

Descrever consiste em reconstruir o objeto *ex-novo* (*desde o começo*) depois de tê-lo desconstruído por meio de análises descritivas. A descrição é o lugar de conversão entre o real bruto – lá, dentro da natureza - e o projeto, que resta por longo tempo um ser puramente mental. (CORBOZ, 2001, p. 56).

Surgem aí as diversas iniciativas da busca de uma adequada gestão da paisagem, mais especificamente, porque nos últimos anos, frente às rápidas transformações urbanas a paisagem ficou a mercê dos interesses do capital. Considerando a urgência de que a gestão da paisagem possa integrar as políticas públicas urbanas, um importante desafio e contribuição que pretende esta discussão, é o de propor uma possibilidade metodológica para seu estudo, interpretação e avaliação como projeto.

2.2. Leitura da paisagem: A paisagem é descrita e não prescrita

"Entre mim e mim mesmo, há a Terra"
Jean-Marc Besse

A Paisagem é um “mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação” (METZGER, 2001, p. 6)

Ante a esses argumentos para apropriação do uso da noção de desconstrução da paisagem, ou para se evidenciar novas oportunidades para esse território a ser projetado, é necessário entender essa rede de relações em diferentes escalas e assumir suas dinâmicas, tanto dos espaços construídos nas atividades dispersas, como dos espaços livres, e assim descobrir os conjuntos e sistemas de relações sobrepostas para compreender o mosaico como chave de exploração do território.

Há uma reflexão que liga o regional ao local, o local ao geral: não há geografia sem a dialética dessas escalas, método clássico vidaliano que volta hoje à tona, renovado. Assim, o crescimento e a mudança da imagem de um *organismo urbano*, na maior parte dos casos, não se explicam apenas por fatores locais, mas devem ser inscritos no contexto regional, nacional e mesmo internacional de seu tempo (SALGUEIRO, 2003, p. 16).

É no campo da Geografia que a paisagem encontrará uma nova dimensão, deste ponto, a paisagem assumirá escalas distintas aos possíveis

olhares. O que se revela ao observador *ex-novo* está de acordo com a capacidade deste de apreender, interpretar, perceber, sentir, escutar e até tocar. É preciso compreender a dinâmica da natureza para entender a dinâmica humana.

Desde o início da Geografia Francesa do século XX, tem-se uma das primeiras disciplinas a considerar a paisagem como um objeto de estudo (Vidal de la Blache, 1913). A paisagem é concebida como resultado de ações humanas que adaptam ao seu ambiente natural. Assim Paul Vidal de La Blache chama o homem de fator geográfico. O que ele diz é nada mais do que os historiadores chamam hoje de impacto ambiental humano. Esta ideia se opõe ao determinismo geográfico dando destaque ao ambiente físico na análise das características de uma sociedade, e seus personagens/atores sociais, econômicos.

Para o Planejamento da Paisagem, Frederick Law Olmsted é a primeira referência se especialmente forem considerados os aspectos ecológicos que atualmente fazem parte do corpo conceitual dessa disciplina. Dentro do chamado Movimento de Parques Americanos ele planejou o primeiro modelo de comunidade, preservando as margens dos rios como espaços públicos abertos em Riverside, Illinois (1868-70). Também propôs a ligação de três comunidades em Boston, transformando o Rio Muddy num parque linear em 1880, visando o controle de enchentes. Seus seguidores Charles Eliot, o sobrinho deste, e Charles Eliot II, expandiram a visão de Olmsted com um plano de áreas verdes para todo o estado de Massachusetts (SCHENKE, 2008, p. 25-66).

Além dos planos citados, algumas publicações contribuíram para a evolução do planejamento da paisagem. É o caso de “Cidades em Evolução” publicado em 1915 (escrito entre 1909 e 1910), onde Patrick Geddes lança as bases para os procedimentos de planejamento conforme é praticado hoje. Nessa obra o autor propõe a fase de inventário das condições existentes como alicerce para o planejamento da ocupação urbana e regional. Alerta também para a observância dos elementos naturais da paisagem. Referindo-se aos Montes Apeninos observados a partir de um mapa, Geddes coloca:

(...) Esse espaço em branco representa o cume dos Montes Apeninos, o que significa suprimento de água para toda a população. Falando em sentido sinótico, aqui está a sua Bomba da Comunidade, de forma alguma desprezível; contudo, a mais importante e determinante condição de vida para essa população, é o limite implacável de seu desenvolvimento (GEDDES, 1915, p.37).

Sobre esses conceitos Geddes propõe o uso de mapas demográficos e fotos aéreas como base para os levantamentos:

No início (capítulo 2), vimos a necessidade de proteger, mesmo que fosse só pela necessidade essencial de suprimento de água pura, o que resta das montanhas e terrenos pantanosos (moorlands) entre as cidades de rápido desenvolvimento e as conurbações das regiões industriais modernas – Lancashire e Yorkshire, por exemplo, assim como Glasgow e o distrito em torno de Loch Katrine (...)(GEDDES, 1915, p.39).

Em 1950 com a publicação de *The Town and Country Planning Textbook*, Jacqueline Tyrwhitt avança no desenvolvimento do método criado por Warren Mainning que consiste na sobreposição de mapas para o diagnóstico do espaço a ser planejado. Conforme Magalhães (2001), Mainning em 1912 utilizou o método em fase embrionária para a cidade de Billerica, em Massachusetts. Na citada obra, Tyrwhitt coloca algumas restrições a esse método, especificamente “no que diz respeito à representação de fatores dinâmicos e, propondo, como estratégia de manuseamento, a desagregação da informação em várias cartas temáticas” (MAGALHÃES & PIRES, 2010, p. 11).

Nos anos de 1960 e 1970 o planejamento da paisagem recebeu o aporte de trabalhos de arquitetos paisagistas como Ian McHarg em seu livro “*Design with Nature*” (1969). O trabalho de Ian McHarg consistiu em sistematizar todo o plano conceitual e metodológico do planejamento desenvolvido por outros profissionais que atuavam até aquela época no planejamento da paisagem. Todos os estudos estão baseados no inventário de elementos físicos (naturais: geomorfologia, formação geológica, etc., e aqueles resultantes da intervenção humana) como primeira aproximação aos problemas a serem enfrentados pelo projeto e, não menos importantes, mas sobretudo o destaque dado aos elementos biológicos da paisagem pode ser considerada a grande contribuição de McHarg.

McHarg, com o objetivo das caracterização dos condicionantes naturais extraídos do ambiente, coloca que o processo de planejamento corrente naquele período envolvia apenas aspectos socioeconômicos, assim como havia

falta de integração entre as distintas ciências do meio ambiente; os geólogos, os meteorologistas, os especialistas em hidrologia e em edafologia conheciam muito bem as ciências físicas, mas não as da vida; por outro lado, os ecólogos e os biólogos conheciam modestamente os processos físicos. Além disso, os cientistas em geral não mostravam nenhum interesse pelos valores ou pelo planejamento, finalmente, não existia uma aproximação teórica que abordasse o problema das adaptações humanas. (...) ‘*Design with Nature*’ propôs uma resposta a cada um dos problemas descritos e proporcionou uma metodologia para poder incorporar os dados do meio ambiente aos processos de planejamento (MCHARG, 1969, p. 88).

Os levantamentos começam pela

formação geológica, como base das transformações do pleistoceno, estudando depois as condições meteorológicas, o que permitia uma reinterpretação das condições hidrológicas subterrâneas, assim como a descrição física de sua geografia; estudava-se depois a hidrologia de superfície, os solos, a vegetação e a vida” (MCHARG, op. cit.).

Todas essas informações são organizadas em mapas que vão contribuir para a fase denominada diagnóstico ou de interpretação dos dados. O diagnóstico é a fase onde os dados obtidos serão analisados e relacionados com uma série de usos possíveis, quando então, na próxima etapa, define-se qual é a aptidão do ambiente a esses usos. Esses usos são selecionados isoladamente

assim como se considera a possibilidade que certas zonas apresentem usos múltiplos coexistentes. Nos exemplos mostrados por McHarg, na escala regional os usos definidos são: agricultura, recreação, silvicultura e urbanização; e na escala urbana os usos selecionados são: recreação, urbanização e conservação, onde, nas palavras de McHarg “o caráter integrador é o traço primordial da metodologia do planejamento proposto por ele”.

Atualmente, os trabalhos desenvolvidos por McHarg apresentam um avanço pelo aparecimento de recursos que se utilizam sistemas de dados georreferenciados, bem como a possibilidade de aproximação com as transformações da paisagem pelo aporte de análise de fotos de satélite. Os SIGs (Sistema de informação Georreferenciados) deram lugar às estabilidade das cartas temáticas desenvolvida por McHarg e permitiram o armazenamento, atualização e análise de dados, assim como a geração de novas informações pelo cruzamento entre dados espaciais e não espaciais ou entre dados espaciais e espaciais (sobreposição de polígonos). Além disto, esta forma de armazenar dados também cria a possibilidade de rápida visualização tridimensional do território e a tomada de decisão mais efetiva (MAGALHÃES & PIRES, 2010, p. 15).

Por sua vez, o advento da análise de imagens por foto de satélite, trouxe novos procedimentos e métricas de quantificação sobre a estrutura da paisagem. Esses procedimentos permitiram o desenvolvimento da disciplina denominada Ecologia da Paisagem, especialmente da linha que surgiu na década de 1980, cujo escopo é a interatividade entre ecossistemas. Por sua vez, conceitos dessa nova linha da ecologia têm sido incorporados ao planejamento, permitindo a definição de desenho para áreas protegidas, contribuindo especialmente para a difusão da biodiversidade em paisagens heterogêneas.

2.3 Categorias da Desconstrução da Paisagem

Fronteira

A noção de fronteira é aqui apresentada como categoria da desconstrução, pois ela contém indicativos que possibilitam sua leitura/descrição pelas diferenças conforme se alteram as formas de ocupação e transformação do território. Neste sentido está implícita a observação da alteração espaço-tempo. Pela diferença é possível contemplar alterações diversas, além do acúmulo de tempos entre um estágio e outro na fronteira.

Por definição, a fronteira distingue de imediato entre uma coisa e outra e antagoniza os elementos observados, colocando ali uma separação. No entanto, recorre-se ao conceito de fronteira para entender que na “fronteira” há

um sentido de movimento. E que um organismo tende ao outro e não estão separados, mas em constante movimento.

No campo da geografia, este conceito foi elaborado por Friedrich Ratzel (MARTIN, 1997). Sua incursão na teoria de fronteira parte da compreensão das fronteiras estabelecidas pelos homens para definir sua noção de propriedade e, posteriormente foi ampliada para avaliar as fronteiras no meio natural. Ele escreve na sua Antropogeografia que “A fronteira é constituída pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar”, portanto a ideia de fronteira não prescinde de um sentido de movimento de tudo que ocupa a superfície terrestre.

A ideia de fronteira na natureza foi atribuída, por exemplo, aos vários ecossistemas e biomas existentes na face da terra. A fronteira entre esses biomas é muito tênue e ao longo do século XX foi alterada, a partir do estatuto da nova compreensão da epistemologia sobre a paisagem. Para Passos (2009),

Enfim, não se entenderia o desenvolvimento da Ciência da Paisagem fora dos problemas do meio ambiente, da organização dos recursos naturais e da proteção da natureza que colocam, em termos novos e graves, a questão das relações entre os indivíduos, as sociedades e os meios ecológicos (PASSOS, 2009, p. 12).

Organizar significa separar e dividir por suas especificidades.

Fronteiras entre os ecossistemas, fronteiras político-administrativas e até as fronteiras geográficas não são capazes de apresentar as diferenças existentes na constituição de uma paisagem.

No Brasil, encontramos várias fronteiras que reclamam uma análise no sentido de revelar suas potencialidades paisagísticas e suas peculiaridades culturais, sociais e econômicas, objetivando a implantação de planos de desenvolvimento regional, capazes de superar o estágio de periferia a partir de uma gestão territorial (“aménagement”) que contemple, acima de qualquer “modismo globalizante”, a integração regional (PASSOS, 2009, p. 12-16).

Na América Latina, e mais especificamente no Brasil, a experiência sobre o sentido da Fronteira toma por base uma literatura de origem americana, mas a descrição feita por esses autores não foi eficiente a ponto de aferir verdadeiramente o que ocorreu no caso da expansão e conquista do território (NOGUEIRA, 2013, p. 23).

Tomamos Pierre Monbeig, que observou através da chamada “psicologia bandeirante” que a fronteira se constitui de um movimento no sentido da expansão espacial da colonização, a que denominou “Frente Pioneira”¹⁷, que

¹⁷ Mas a partir dos anos 1940, estudos mais amplos aparecem em obras de síntese, como a de Pierre Lavedan, citado por Monbeig; Lavedan, historiador de arte volta-se para a história e a geografia para fundar sua história da arquitetura urbana. **Qu'est-ce l'urbanisme?** É obra de geografia humana, antes de tudo e sua *Géographie des villes* está publicada na coleção dirigida por Pierre Deffontaines. Lavedan destaca em sua análise a planta, o sítio, a situação, a paisagem e a diversidade entre as **idades**. Aliás, compreender esta diversidade deveria ser um ponto de partida para os historiadores que estudam as paisagens urbanas

impulsionou a fundação de cidades, o desmatamento de florestas, abertura de campos de cultivo e pastos e a formação de um território moderno.

Enunciada primeiramente por Frederick Jackson Turner em 1893 e desde então tomada em consideração por diversos autores a chamada *frontiere thesis* associa a fronteira a uma extensão variável de terras onde ocorreria a expansão e conseqüentemente perenização da colonização, isto é, a fronteira serviria para designar o avanço civilizatório da população americana por sobre espaços considerados vazios o que acaba por conferir uma centralidade à expansão territorial na formação da nacionalidade e na consolidação da Democracia estadunidense (NOGUEIRA, 2013, p. 30)

Deste ponto, inclui-se a análise do processo de construção de sistemas de engenharia (máxima da Desconstrução) que se espalharam pelo território chegando aos mais distintos e longínquos lugares. Isto teria garantido maior fluidez e integração desse território e modificado de vez a organização espacial, para assim se adequar às novas necessidades surgidas com a expansão do capitalismo no Brasil.

Deste ponto, podemos atribuir nova informação à análise integrada da paisagem tendo a fronteira como categoria da desconstrução uma vez que esta também estará submetida às orientações do conhecimento histórico. Em síntese, a fronteira da paisagem é marcada pelo traço histórico dessa força de expansão sobre o território, de uma maneira mais ampla, capaz de torná-lo moderno. Cenário que já estava na cabeça das ordens de reconhecimento do território desde o momento em que se deram as primeiras ocupações e demarcações de terras brasileiras. Por este motivo recorre-se a análise a partir do olhar científico da paisagem que esteve sob os olhos do observador-colonizador.

O mosaico¹⁸ está impregnado pela história do lugar. Por esse motivo consegue-se apreender o movimento pelo qual essas forças que atuam na construção e desconstrução da paisagem e como operam dentro desses recortes. Tomamos a ideia de fronteira para investigar os limites no tempo longo da história geográfica (da posição ocupada pela cidade de Altinópolis) e assim, destacar os meandros e fios da relação do solo com os elementos construídos neste espaço.

O mosaico ainda possibilita refletir sobre as temporalidades simultâneas, as camadas de memórias constitutivas da experiência na cidade e na construção do território e, ater-se às ambigüidades que pesam nessa constante interação. A paisagem é composta de um fluxo contínuo de matéria (construída e desconstruída) e de energia. Esses intercâmbios de forças que operam na realidade da paisagem se configuram na morfologia dos sistemas de mobilidade, na forma das quadras, lotes e edificações (BESSE, 2006, p. 159).

Sob certo aspecto, o território moderno opera, age e torna a paisagem civilizada. Na grande escala, as conquistas desse espaço demarcam o

¹⁸ Citado no Capítulo 1, sobre a figura do Gestor da paisagem.

avançar das ações coordenadas sobre ele; e na pequena escala, na forma de ocupar o território entre o natural e sua predisposição em artificializar-se.

Assim, o conjunto das divisões territoriais e das descontinuidades espaciais constituem outros tantos cenários, em que as temporalidades próprias do sistema da paisagem, se coadunam. Estas interinidades contam com a mediação escalar das divisões no território, pois “as formas espaciais objetivas são parte ativa na evolução dos processos na paisagem”. O que significa que uma paisagem, antes de tudo, é uma totalidade dinâmica e evolutiva, percorrida por fluxos cuja natureza, intensidade e direção são muito variáveis, atribuindo-lhe por isso, uma temporalidade própria.

Trama

A desconstrução, em outras palavras, é a descrição desses elementos, portanto, compreender a paisagem da cidade é entendê-la pela sobreposição e justaposição de complexidade de tempos, culturas, estruturas sociais e políticas materializadas no seu espaço físico. Exercer um olhar sobre a caracterização física de sua estrutura, para entender seu processo de transformação torna a compreensão da produção da paisagem objeto da história.

Nessa perspectiva, a paisagem é esta concretude. É o movimento constante em que se encontra a topografia, geologia, formações vegetais e organizações de edificações no espaço, como também, as condições climáticas, oferta de materiais para consolidação de sua materialidade, recursos hídricos e as possibilidades de utilização que afetam profundamente o solo que as sustentam, considerando que esses elementos interatuam constantemente entre si.

A compreensão da cidade e de sua paisagem em suas sobreposições temporais, como Palimpsesto, (...) como dimensão da arquitetura constituinte da cidade e, assim, também como reflexo de temporalidades, locais culturalmente construídos, dotados de características específicas, que participam da organização socioeconômica da vida material e, como tal, podem ser analisados. (...) Por Palimpsesto entende-se Manuscrito em pergaminho, que os copistas na Idade Média apagaram, para nele escrever de novo, e cujos caracteres primitivos a arte moderna não conseguiu fazer reaparecer (SARTORI, 2015, p. 13).

A constante hibridização/sobreposição dos elementos naturais e do espaço faz com que uns voltem-se aos outros. É preciso não dissociar mais o artificial e o natural. Uns tendem aos outros e esse é o olhar da desconstrução. É desta aproximação que será possível um projeto da paisagem que prime por um equilíbrio. A ideia de desconstrução da paisagem está sendo empregada aqui no sentido de uma trama local (dada a alteração de escala) associada a um plano, a uma superfície ou ao volume dessa paisagem.

Assim, a paisagem assume a condição de conjunto formado pela disposição física sobre esse plano e isso se assemelha ao projeto de uma cultura sobre o espaço. Dessa forma, uma retrospectiva na noção de escala de entrada da paisagem na cidade é acionada para compreender: quanto de cidade está dentro da paisagem? Como a cidade se estrutura dentro daquele território progressivamente aberto ao urbano em direção ao rural?

Logo, o que ela contém corresponde ao resultado de um jogo de posições de objetos e/ou fenômenos que, ao mesmo tempo, se situam sobre esse espaço; e o que faz parte dele, trata-se das posições e expressões, ponto de vista, composição, exposição e nova orientação desse mundo material.

Nesta medida, a cidade, enquanto materialidade, é palimpsesto de formas, querem e tem à imagem arcaica do tecido ou trama na qual se superpõem várias camadas, mais ou menos aparentes, se não invisíveis de todos (PESAVENTO, 2004, p. 27).

A Cidade é, sobretudo, exibição da marca do homem num universo mutável, e as sociabilidades antigas cedem lugar às novas. Os prédios tornam-se espaço de novos usos ou, no mais das vezes, as edificações preservadas como patrimônio a zelar, seguem o destino de transformar-se em centros culturais, adaptando-se a novas funções e usos.

Neste ponto, a imagem do palimpsesto é o que a cidade remete, por sua vez, há outras ideias-imagens, como por exemplo, a da fonte: o palimpsesto é, na verdade, um reservatório, uma matriz de outros textos e imagens que, superpostos e camuflados, se ocultam uns sobre os outros (PESAVENTO, 2004, p. 27).

Por outro lado, o palimpsesto é, por excelência, a figura que requer a atitude hermenêutica, de decifração e de desvelamento de um sentido oculto, que é preciso decifrar. Igualmente, o palimpsesto, como figura que incita a um ver além, se aproxima do princípio literário da *mise en abime*, ou da história que contém uma outra história. Do aspecto da trama constituinte da paisagem, entende-se que ela se resolve em três escalas, portanto chamamos a atenção para esta variação no caso da cidade de Altinópolis (PESAVENTO, 2004, p. 28).

Primeiro, a presença do curso d'água do Córrego Mato Grosso articula toda a lógica de construção da cidade, pois a primeira ordem que vigorava na implantação dela, na época de seu surgimento, era a boa localização em relação às cotas dos rios e corredeiras. Daí a melhor forma de utilizar o rio para uso do grupo que ali se fixaria. Daí a cidade está impregnada por paisagem. O Córrego Mato Grosso é uma bacia secundária, afluente do Córrego Araraquara, importante contribuinte do Rio Pardo. Logo, a paisagem resiste na cidade, apesar do grau de desconstrução em que se encontra esse corpo d'água.

Novamente a trama se configura quando tomamos a importância da implantação da ferrovia na cidade. O equipamento imposto pelo período ferroviário imprimiu a aceleração das técnicas de transformação da cidade e também de seu território. Paradoxalmente, as construções dos aparatos

ferroviários chegaram a estes territórios por interesses rurais, mas acentuam as atividades tipicamente urbanas. Estação ferroviária, praça, edifícios construídos para fomento das atividades da empresa ferroviária na cidade. “A escala é paisagística e está dentro da paisagem urbana (informação verbal)”.¹⁹

Em uma terceira tentativa de corroborar argumentos essenciais para a tese, define-se como entrada para discussão da desconstrução da paisagem o mosaico, pois aciona a escala do fragmento²⁰ como experiência da paisagem. Buscamos então, a partir da topografia, desvendar o que de cultural encontra-se na paisagem de Altinópolis.

Encontrar sentido na tentativa de demonstrar que essas três dimensões tão cotidianas e que são também, tão essenciais aos fenômenos que tratam da visibilidade desta realidade da paisagem: pois determinam um lugar no todo, ordenam uma posição na escala, definem um tamanho e uma qualidade e dão clareza ao que está disposto ao nosso olhar sobre a paisagem e sobre sua desconstrução.

Ruína

A alternativa de eleger a Ruína como uma das instâncias da desconstrução da paisagem de Altinópolis implica em entender esta categoria como justaposição de tempos da paisagem. Em nossa cultura, ao contrário do que está exposto aqui, a ruína leva o significado da destruição, desmoronamento, falácia do indivíduo.

Tempos e temporalidades, escalas e técnicas e regras continuam na cidade contemporânea, a cruzar-se e atravessar, seguindo lógicas próprias e gerando novas combinações na paisagem. O projeto da paisagem na cidade contemporânea contraria a homogeneidade e contemporiza com a diversidade. Assim, o pensar e organizar a cidade deverão ser mediados por uma nova forma de interpretação da composição desse território. A gestão dessa novidade espacial não pode estar sujeita às orientações do passado, ao contrário, o arquiteto deve e tem condições de oferecer através desse novo olhar, nova forma de conduzir o passado na cidade.

As cidades capitais e como rebatimento e, em geral, a interiorização de profissionais, engenheiros e geógrafos dentre outros, atuaram na resolução de problemas proeminentes ou na elaboração de projetos de uma cidade moderna, partilhando os mais relevantes enfoques no que se refere ao

¹⁹ Palestra proferida por RETTO JR. Curso de extensão Universitária. *A Dimensão Paisagística no Projeto da cidade Contemporânea*, 2011.

²⁰ (METZGER, J. 2009) *Fragmento. Uma mancha originada por fragmentação, i.e. por subdivisão, promovida pelo homem, de uma unidade que inicialmente apresentava-se sob forma contínua, como uma matriz.*

locus urbano. Podemos destacar que as preocupações com os projetos convergiram-se para as características da situação topográfica, a própria paisagem era seu elemento de estudo, como a morfologia, configuração e preexistências nos sítios analisados para intervenção.

Acrescente-se a técnica para os engenheiros e a preocupação histórica para os geógrafos. Vale lembrar que esses profissionais tinham seu campo teórico e profissional alinhados ao ideal de modernidade e, também no Brasil, muitos dos chamados operários modernos corroboravam para a construção do urbano contemporâneo.

Fundamentados nessas referências, os engenheiros politécnicos lutaram para promover uma política urbana municipal ou estatal através de projetos que marcam o nascimento do urbanismo, na segunda metade do século XIX, época-chave quanto às questões fundamentais de apropriação de conceitos, os das instituições de formação, ou os das publicações especializadas.

Baseando-se no fato de que o passado é reencontrado na continuidade do movimento, as pessoas que pensam estaticamente veem apenas o passado e em vez de seguirem a superação, elas proclamam: “Nada existe de novo sob o sol! A vida é um eterno recomeço!” (LEFÈBVRE, 1983, p. 231). Como se o mundo fosse tão somente uma cópia do mundo antigo; e a crise do mundo moderno uma imitação daquela que abalou Roma e o mundo romano! Como se os astros e os seres tivessem como infinita trajetória apenas círculos eternamente fechados! Mas a lei da natureza, da vida e do pensamento é a espiral e não o círculo... (LEFÈBVRE, 1983, p. 232).

A necessidade de se discutir a contemporaneidade da cidade nos aproxima da ideia de continuidade como conceito filosófico capaz de dar conta das transformações ocorridas ao longo dos séculos de modernização. A inexorável vontade de modificação do meio civilizado é conflituosa e contraditória porque imprime a necessidade de renovação constante, portanto está embutida a ideia de que o novo implica na mudança para permanecer, assim como, na ruptura com o que está.

Para Bernardo Secchi,

A figura da continuidade, por exemplo, orientou a maioria dos campos disciplinares ao longo de todo o período moderno, assim como hoje, fragmento orienta a do todo o pensamento contemporâneo. Ambas tiveram e têm um papel crucial e insubstituível no que se refere ao modo de observar, interpretar construir a cidade (SECCHI, 2000, p. 25).

Pela questão metodológica também é fundamental antevermos que os momentos de mudança nos fazem compreender a gênese do presente, partindo sempre do atual em direção ao passado, não apenas para explicar o passado, sobretudo para esclarecê-lo. A noção de continuidade nos permite

entender o objeto analisado de duas maneiras: analisar o objeto no contexto de sua época e o exame de sua coexistência com outros processos históricos²¹.

Por que a ferrugem nos assusta por isso, enquanto a ruína é adornada com um reconfortante personagem? É muito provavelmente necessário começar por responder a essa pergunta antes de tentar lutar com a "feiúra inevitável do technica universo. "A ruína, como já dissemos, restaura o homem à natureza". Por outro lado, confina-lo no meio de suas produções, como se dentro uma prisão, uma prisão ainda mais terrível, pois ele é o seu construtor. Quem outro que ele construiu essas cidades que praticamente não deixa mais, essas redes que o mantêm ligado a sua televisão ou do computador tela? A simples perspectiva de um destino deste tipo revela o que é desumanas no trabalho do homem. O maior medo sugerido pelo contempo-paisagem tecnológica é o da morte da humanidade no meio dos sinais de seu triunfo sobre a natureza. (PICON, 2009, p. 22)

Em Walter Benjamin, transitoriedade e fragilidade são emblemas de uma cultura ocidental, capitalista, representada pela ideia de ruína. E neste sentido, elementos da sua própria destruição. Contudo, aponta que a exemplo do caráter histórico da atitude dos dramaturgos e narradores, o fragmento significativo é também determinação objetiva para a construção poética, cujos elementos jamais se unificam em um todo integrado. Assim também, Benjamin, empregou o método mais moderno de montagem para construir, a partir de fragmentos decadentes da cultura do século XIX, imagens nas quais se tornaram visíveis "a fraturada linha de demarcação entre a natureza física e significado" (BUCK-MORSS, 2002)

Junto disto, ele coloca ainda que, aquilo que se aproxima do demasiadamente mítico está fadado ao fetichismo e, portanto, desde que ele seja escrito, ao seu esgotamento. Isto posto, ele aponta que os livros tornam imortais a natureza histórica da experiência humana de inúmeros lugares, países e cidades. Imagens possíveis. É assim que Benjamin nos fornece a possibilidade de entender no fragmento as condições históricas para a consolidação do fortuito exercício da análise urbana.

²¹ *Dialética do objeto produzido: o afastar-se do objeto e a pergunta simples: o que é esse objeto?*



Capítulo **3**

3.A desconstrução da paisagem em Altinópolis

*O que realmente acontece, o que vivemos, caso contrário, tudo o resto, onde está? O que acontece todos os dias e voltar a cada dia, o trivial, o cotidiano, o óbvio, o comum, o ordinário, o *infraordinary*, ruído de fundo, como de costume, como explicá-lo, como interrogar, como descrevê-la?*

*PEREC, Georges. O *infraordinário*, 1989.*

3.1 Fronteira: desconstrução e a ocupação da terra



Figura 12: Fotografia tirada da Cachoeira de Altinópolis, na década de 1930. Passagem do trem sobre o córrego Mato Grosso. Fonte: acervo particular.

O território paulista era demarcado pelo Caminho dos Goyases e tudo era conhecido como Sertão. As “bandeiras”, nas suas caminhadas, estabeleciam pousos e dessas paradas surgiram muitas cidades. A promissora São Bom Jesus da Cana Verde, hoje conhecido como Batatais, é o núcleo mais próximo do sítio onde teve início a cidade de Altinópolis. Nas imediações havia também outros povoados nesse mesmo período.

As primeiras vilas criadas na região são Franca, Batatais, Cajuru e São Simão. As origens dessas cidades são as mais diversas, e um fator de aceleração de crescimento e de sua emancipação são comuns. Esses municípios estão na fronteira de afluxos de mineiros vindos das regiões nas proximidades do sul de Minas e acarretam intenso crescimento populacional ainda no início do século XIX. A criação da freguesia não implicava, necessariamente, na sua

elevação à vila, mas avanços econômicos, demográficos e políticos forçavam a emancipação e era o que se desejava. Até o estabelecimento da República muitas freguesias foram criadas, mas a implantação deste regime político acelerou a pressão por alteração das categorias destas localidades e a consequente elevação à vila, e posteriormente, cidade.

A freguesia de Franca foi instalada no ano de 1805 e a Vila Franca do Imperador existiu a partir de 1824. A paróquia de Batatais, outro exemplo, foi desmembrada de Franca em 1815. Inexpressiva enquanto fornecedora de divisas para o Reino e o Império, a região era desdobrada em instâncias administrativas, aumento de eleitores e regularização dos nascimentos, devido ao crescimento da sua população.

Em geral, esse povoamento teve a sua história ligada à produção para o abastecimento interno²² sem haver ainda a possibilidade de acumulação de capital por meios monetários, e sem outras aplicações possíveis para seus conhecimentos e práticas. Encontravam-se em marchas migratórias entre Minas e São Paulo, o que deriva uma instabilidade na definição da fronteira entre as duas províncias.

Juntamente com esta população, predestina-se a região a ser composta por pessoas interessadas em lavrar a terra. Assim também seus escravos, agregados, vendeiros e muitos outros elementos que se acomodaram e se misturaram nos antigos pousos da Estrada de Goiás. Ainda nessa época, a região tinha como fator preponderante para sua subsistência e mesmo fixação a economia de “beira de estrada”, que promovia no decorrer do caminho a formação de pequenos pousos, ranchos, paragens e fazendas. Em sua maioria, os primeiros moradores eram vicentinos e portugueses; posteriormente, a região recebeu um grande número de mineiros e todos desde os primórdios, sobreviviam da cultura de subsistência de gêneros alimentícios e na criação de porcos e gado, além das trocas comerciais com os viajantes.

... a história das migrações mineiras e a constituição de uma sociedade de criadores, localizada entre os rios Pardo e Sapucaí-Mirim, a oeste do antigo Caminho de Goiás (BACELLAR & BOSCHI, 1999, p. 89).

O Caminho dos Goyazes (figura 12) partia da Serra da Mantiqueira e adentrava pelo território Paulista, seguindo a linha divisória das bacias hidrográficas do Tietê, Paraná e do outro lado, do Rio Grande. As regiões,

²² COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas Ltda, 1979. “O crescimento da população, as migrações, internas e/ou internacionais, os melhoramentos nos meios de transporte, a concentração populacional nos centros urbanos, o desenvolvimento da indústria e a acumulação de capital_ estimularam a incorporação da terra e do trabalho à economia comercial e industrial. Consequentemente, houve uma expansão das áreas cultivadas para fins comerciais e uma redução da agricultura de subsistência.”

primitivamente habitadas por indígenas caiapós, foram sendo incorporadas ao território reconhecido aos poucos pelo olhar do estrangeiro. Esse olhar visava à anexação de terras para o cultivo, exploração e inexorável transformação.

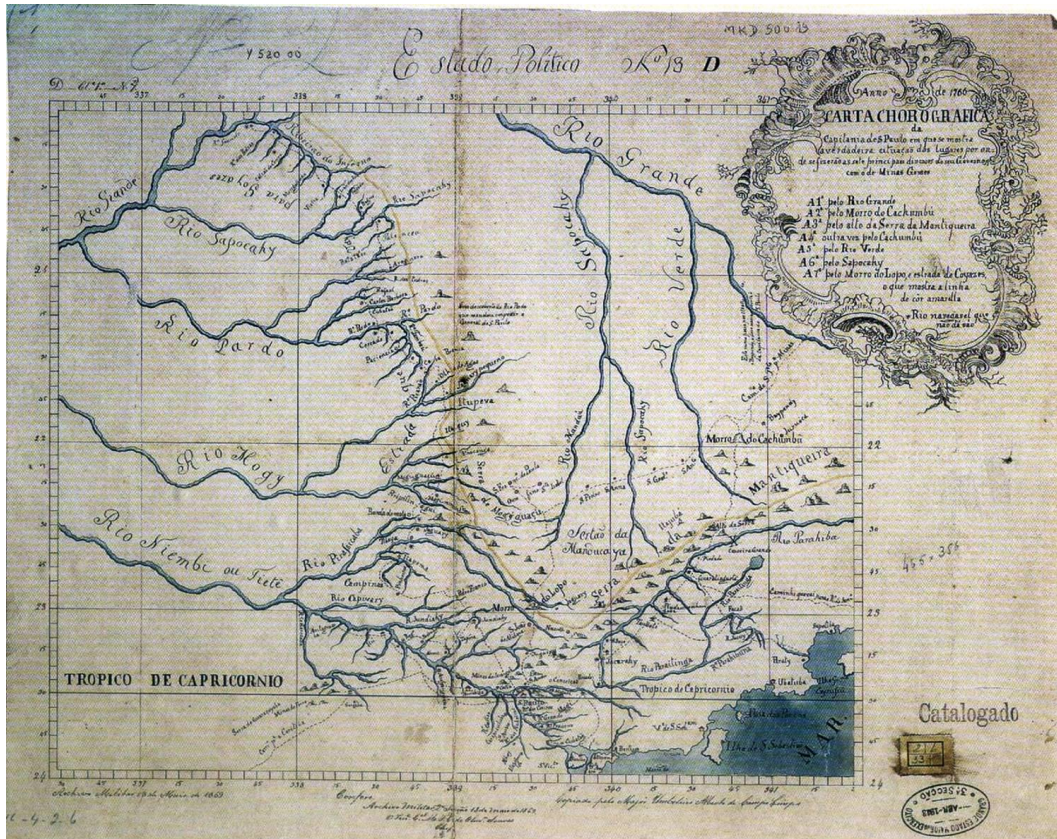


Figura 13: Mapa de Estradas dos Goyazes. Carta Geográfica da Capitania de São Paulo, 1869. Fonte: arquivo do Estado.

Ainda que os primeiros sinais de ocupação da região de Altinópolis pelo homem sejam mais evidentes no século XIX, podemos estender este arco temporal por anos anteriores ao século de maior implementação das técnicas de intervenção no espaço feita para adequar os novos ideais de civilidade. Desde os primórdios desta ocupação e adequação é possível que a beleza natural/natureza tenha sido estímulo importante para sua fixação.

Tudo indica que a ocupação de seu sítio geográfico é anterior ao período de colonização europeia em território brasileiro, pois nele se encontram as Oficinas Líticas²³.

Atualmente o registro mais significativo da passagem/permanência de grupos nas imediações da localização do núcleo

²³ As Oficinas Líticas, segundo o CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos), são sítios arqueológicos encontrados “em afloramentos rochosos de praias, beira de rios e lagoas”, e deixaram marcas no território, tais como sulcos e cavidades em rochas usadas para esculpir artefatos em pedra que constituem o que podemos chamar de a “primeira fábrica”, ainda nos primórdios da humanidade. A Oficina Lítica Itambé se caracteriza por estar “a céu aberto ou dentro da Caverna” (SP 179 da SBE), com uma área total de 1500m², em solo arenoso, assim as Oficinas são do tipo “extração do arenito cilicificado por cima do topo da caverna”.

urbano de Altinópolis são as Oficinas Líticas. Registro este que reforça a importância da percepção de um movimento humano de fixação para a transformação da natureza.

A rápida substituição de técnicas propagandeadas no período colonial se deu em detrimento do enlevo a culturas supostamente menos avançadas. O período foi marcado pela suplantação de culturas arcaicas e a introdução de novas técnicas de produção de artefatos, tal como se deu a produção e utilização de artefato de ferro, em substituição ao uso de objetos de pedra. Lembremo-nos que até aquele momento a ferramenta era arco e flecha, a pedra significou um grande avanço.

Como primeiro estágio de transformação do território, o *Homo faber* deixa suas “pegadas” no manuseio de peças e utensílios para extrair deles o seu conforto e bem-estar. A fixação de grupos em determinadas partes do território está certamente ancorada na possibilidade de extração de matéria para subsistência destas comunidades. E neste sentido, a desconstrução deste território possibilita a construção de seu ambiente adaptado a sua necessidade.

No Nordeste Paulista, “A grande reserva de terras ali possuídas a título precário e em grande parte intocada foi progressivamente aberta ao capital cafeeiro” (BACELLAR & BRIOSCHI, 1998, p. 89). Porém a necessidade de comunicação exigiria medidas mais ágeis no sentido da exploração do vasto território ainda desocupado.

A região não era de todo desconhecida. Por aqui passaram as Comissões Geográficas com o intuito de reconhecer o território já desbravado pelos “entrantes do sertão”. É importante lembrar que o desenho das fronteiras a oeste é resultado de incursões pelo território conquistado, e, pode-se perceber aí a importância do deslocamento para a construção da noção do território brasileiro. Saint-Hilaire, Visconde Taunay entre outros viajantes. Os contornos do território conquistado com o passar dos anos de colonização deram a exata dimensão da paisagem associada ao território e a paisagem foi frequentemente registrada nos documentos. A Paisagem surge do exercício do olhar do viajante e da tradição construída, como um mosaico de lembranças superpostas em “camadas” de um mundo modificado pela ação humana e com ela toda a bagagem cultural que carrega. (SCHAMA, 1996).

A figura a seguir apresenta a Carta Corográfica do Estado de São Paulo elaborada a partir das expedições realizadas por Viajantes, assim também outros observadores interessados em modificar esse território. Vê-se a demarcação das divisas e definição do território a partir de elementos geográficos. A divisão de comarcas era feita a partir da região de influência dos

rios principais que drenam o estado de São Paulo a começar pelo Rio Grande mais ao Norte, Sapucaí na porção média, Rio Pardo e Tietê mais ao centro do estado.

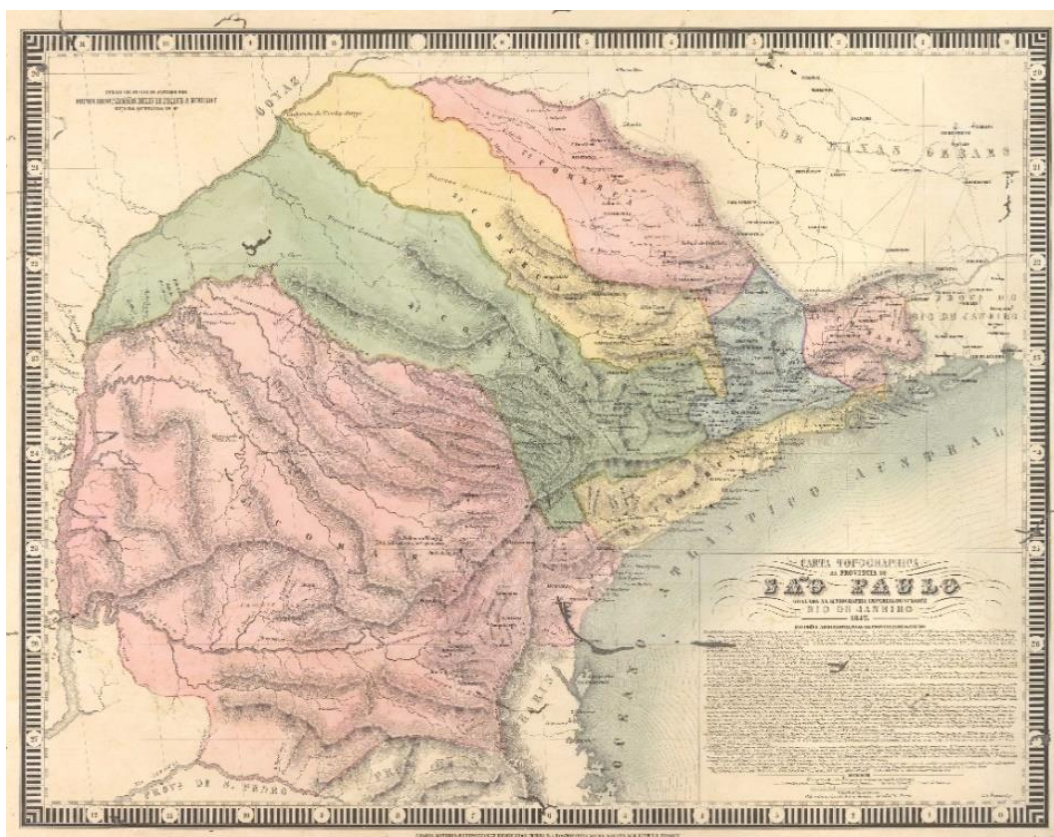


Figura 14: Carta topográfica e administrativa do estado de São Paulo. Fonte: APM (Arquivo Público Mineiro).

Para Murillo Marx (1996),

O olhar dos viajantes sobre nossas cidades foi baixando aos poucos, ou melhor, foi ganhando paulatinamente um ponto de vista apropriado à visão frontal, passando pela perspectiva aérea (MARX, 1996, p.152).

Em meados do século XIX, a visão do viajante estava frequentemente preocupada com a delimitação de novas fronteiras, reconhecimento desse território, bem como com a incursão conquistadora de terras para exploração econômica em todo o interior do continente. E neste sentido, fez suscitar a questão desta investigação da paisagem como um campo do conhecimento.

É certo considerar que as ferramentas e técnicas de observação tem origem na Idade Moderna e a viagem é uma das grandes marcas desse momento. Chega a se confundir com a própria origem ou com os eventos motivadores da Modernidade. A “viagem” se tornou a condição para a descoberta do novo, e tal noção ficou alinhada à revolução cultural desencadeada no Renascimento e tais avanços só foram possíveis, pois houve uma grande alteração da relação espaço e tempo a partir da ideia de deslocamento.

Essa noção de tempo, antes nunca apreendida, proporcionada pelos deslocamentos marítimos, desenvolve duas outras relações com a ideia de

temporalidade: o retorno ou retomada de algo que já não existe mais, mas que está na memória dos homens do presente, categoria esta que pertence à História, mas pode ser resgatado e operacionalizado como projeto para o futuro dessa nova sociedade, instituída pela possibilidade de deslocar-se com facilidade cada vez maior.

O registro é base para esse procedimento posterior, via de regra, permite que o ato da leitura e até mesmo a análise experimental de natureza e do edificado sejam colocados comparativamente à prova, inclusive as formas em que se encontra a paisagem observada. É recorrente o uso desses registros através de recortes de depoimentos, palavras que formam textos ou poemas, como no caso dos viajantes. Histórias narradas por vários pesquisadores. E através dessas representações que o passar dos anos, para as ciências modernas, registrados também com imagens, mas principalmente com desenhos e fotografias, abarcaram as linguagens sonoras e visuais da comunicação, instigando respostas e novas questões que são geradas em profusão devido à polissemia intrínseca da imagem.

A investigação então seguiu um roteiro de identificação do patrimônio natural e outros recursos culturais que podem influir no estímulo do desenvolvimento territorial. Este material está atualmente em questão no debate internacional, e tem submetido os principais estudos a um numeroso grupo de iniciativas de revalorização e revitalização de paisagens, na perspectiva do patrimônio como recurso estreitamente vinculado ao território. Em Altinópolis, a preocupação com a paisagem pode ser colocada na mesma escala. Tal investigação foi iniciada no sentido de uma perscruta do termo no que tange as dimensões cultural e natural.

Mas ao nos afastarmos do olhar apaixonado pelo belo, pela bela paisagem, resta nos compreender que a paisagem não é só o objeto físico, não deve ser confundida com o ambiente natural e nem com o território ou o país. A paisagem é uma construção cultural, é um signo ou um conjunto de signos, onde aglomeram impressões de uma cultura. Podemos então verificar que a fixação de grupos sociais em determinados lugares, fixação esta animada por uma intenção de conhecimento, resultam de intervenção, ou seja, de projeto sobre o território (BESSE, 2004, p. 46).

A paisagem que surge através da viagem de Martinho Prado Júnior e que foi relatada no jornal “A Província de São Paulo” 1875, caracteriza um interior ainda pouco explorado e sem nenhum tipo de aproveitamento intensivo dos seus recursos naturais. Rios importantes como o Mogi Guaçu ou Rio Pardo, que o viajante aponta no relato, estão ainda, muito distantes dos insipientes núcleos urbanos, como é o caso de São Simão e Ribeirão Preto, ambos,

objetos de análise de Prado. No caso de São Simão, relatado em primeiro lugar, obedecendo à lógica do território de quem está no sentido da capital da Província em direção ao interior, na visão de Martinho Prado, lá a situação é lastimável diante da imponentia da natureza. Segundo Prado

(...) com o espírito abatido pelo longo percurso de uma paragem tão monotona (SIC), senti-me, reviver ao aspecto magestoso(SIC) da Serra de S. Simão, que contrasta com a pequenez da villa(SIC) situada na fralda da serra. É uma das povoações mais abandonadas que conheço, e que deverá ser para o futuro muito importante, pela riqueza dos terrenos que a circundam (JUNIOR, 1877).

Assim como Luiz Pereira Barretto em seus artigos no mesmo jornal “A Província de São Paulo” no ano de 1876, Martinho Prado acredita que toda a riqueza da região ainda se encontra no futuro. Um futuro que caminha juntamente com dois fundamentais aspectos, segundo a perspectiva dos dois escritores.

Em primeiro lugar, a diminuição da produção cafeeira, inicialmente em terras fluminenses, passando pelo Vale do Paraíba e focalizada na época, na região de Campinas, todas em função de um intenso processo de desgaste do solo. Em segundo, o aspecto que os dois mais insistem em apontar como principal fator da possibilidade de um intenso processo de produção de café: a qualidade da Terra Roxa. A condição ainda inexplorada das terras mais interioranas da Província de São Paulo é também registrada pelo viajante Martinho Prado.

Assim, estando em Casa-Branca, dirigi-me á villa de S. Simão, distante desta cidade 12 leguas, em sua quasi totalidade de uma aridez incalculavel, pois, á excepção das serras do Taquarussú e Arrependido, pertencentes ao município de Casa-Branca e que ficam à esquerda da estrada que vae a S. Simão, toda ella atravessa um areial profundo e abrasador. Atravessa-se um verdadeiro deserto, sem habitações, sem agua, e de um aspecto lugubre pela pobreza da vegetação (PRADO citado por BARRETTO, 1876).

De acordo com Pereira Barreto “é na constituição física e na espessa camada de terreno roxo, que reside o segredo da sua uberidade e toda a garantia da província de São Paulo”. A garantia do enriquecimento cada vez maior dos grandes fazendeiros, e também de um enorme acúmulo de terras em poder de famílias, como os Reis, Prado, Dumont, Junqueira, Schmidt, Barretto, entre outras, que dominariam toda a vasta região da Bacia Pardo-Guassú e formariam riquezas enormes, implicando em uma dominação não só econômica, mas também política por parte dos coronéis do café e suas famílias.

As transformações percebidas nas áreas de influência das bacias dos rios Pardo e Sapucaí têm muitas similaridades, contudo a região do Sapucaí esteve mais exposta às mudanças em função de sua proximidade com a fronteira do Estado. A transição da propriedade nessas imediações ainda evidencia uma forma mais violenta, enfreado a existência de nativos e as questões de relevo.

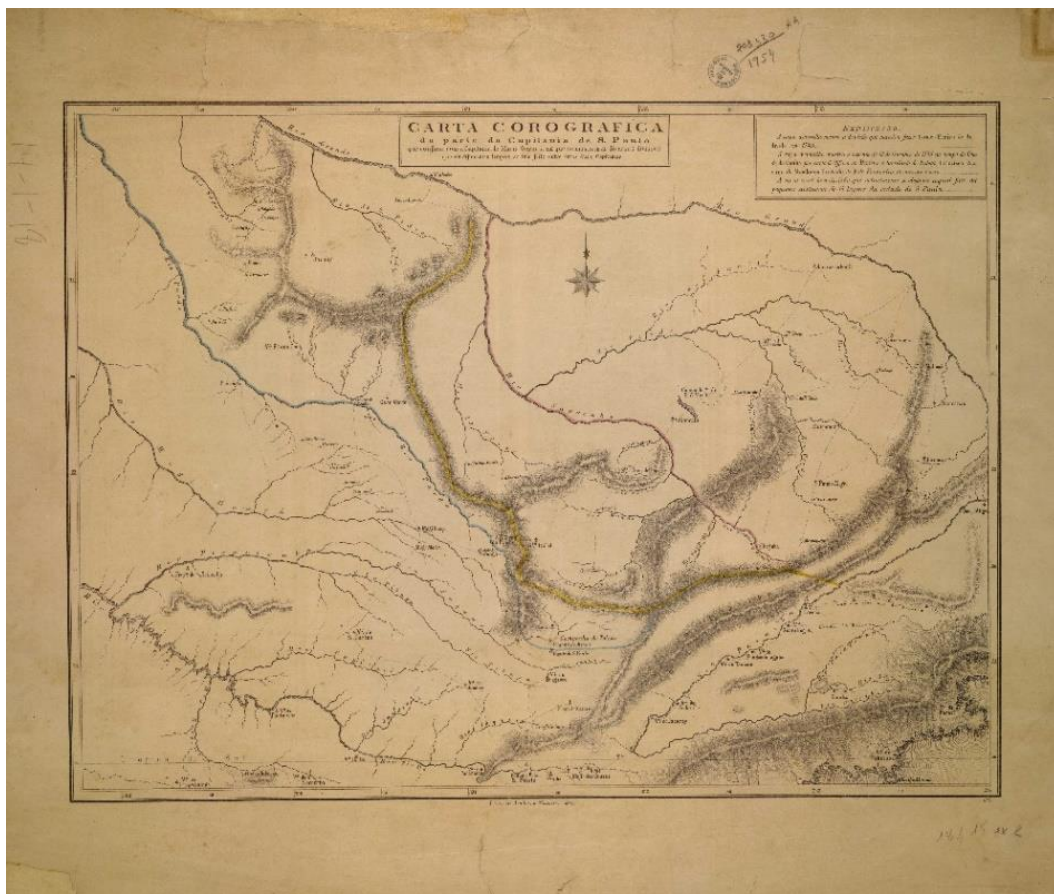


Figura 15: Carta Corográfica do estado de São Paulo. Fonte: Arquivo histórico Mineiro, consulta em 2012.

A carta Corográfica data de 1874 e mostra a alteração da fronteira dos estados de São Paulo e Minas Gerais na área de influência da Bacia do Sapucaí. A linha Amarela data do ano de 1749, situada sobre o limite geográfica da Bacia do Sapucaí e Pardo. A linha Vermelha data do ano de 1765, tem como limite entre os estados o curso do rio Sapucaí e em Azul, que delimita a atual fronteira data de 1874, momento em que se deu o maior número de regularizações das propriedades.

Segundo Zamboni (1978), a propriedade fundiária na região esteve em constante mudança, entre a década de 1830 e 1870, a primeira data remete-se à chegada dos mineiros vindos para a região em busca de terras para cultivo e pecuária, e a segunda data, refere-se ao período de estabelecimento da Lei de Terras quando grande parte das propriedades já estava registrada. Neste mesmo período, entre as décadas 1830 e 1870, tais propriedades tinham como característica principal o cultivo de alimentos para subsistência dos próprios núcleos rurais. Esta forma de ocupação, que se deu até a segunda metade do século XIX, propiciou as demarcações e aberturas de fazendas que consolidaram a estrutura fundiária do município desde então.

Para Zamboni (1978), estes vinte anos foram marcados por intensas disputas por terras na região, agravadas ainda pela crescente chegada de novas levas de mineiros em terras paulistas e futuros plantadores de café. Porém,

o fato das famílias que já haviam se fixado na região estarem na sua terceira geração modificaria a estrutura fundiária nesta região. O mesmo problema foi apontado por Bacellar e Brioschi (1998) a respeito dos herdeiros que tinham direitos garantidos por lei, e independentemente de sua idade deviam receber a parte do latifúndio a ser dividido, o que contribuiu para algumas divisões das fazendas existentes. Fragmentando-se as terras muitas dessas novas propriedades estavam sujeitas a passar para a mão de novos fazendeiros que tinham a intenção de plantar café e, portanto, aumentar seu patrimônio, pois necessitavam de grandes glebas para provar a rentabilidade do produto.

Nos primórdios da sua origem, a região era ocupada por várias fazendas que se originaram das posses das terras através das ocupações realizadas por famílias, sobretudo, provenientes das Minas Gerais. Somente a partir de 1850 com a Lei de Terras²⁴ é que a propriedade de terras se efetivaria através de compra legalizada, dando início ao que alguns estudiosos identificam como o “início do processo de formação dos grandes latifúndios” em poder das poucas famílias capazes de comprar novas áreas devido ao seu poder econômico.

Para Furtado (1995),

Em toda a etapa de gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contato oficiais, interferência na política financeira e econômica. (FURTADO, 1995, p. 115-116).

A interiorização do modelo de desenvolvimento capitalista reinante nas cidades já consolidadas criou condições para que se desse forma à crescente demanda por ocupação do ambiente urbano, inclusive como modo de recriar ambientes mais salubres nesse contexto. Os fazendeiros que começaram a se interessar pela região de Altinópolis, que também procediam da capital, trouxeram a cultura urbana para que se constituísse o ambiente urbano a partir de suas atividades sobre o espaço.

A importância dada a esta região por produtores de café trouxe-lhe singular representatividade para o contexto nacional. Assim, estado e sociedade capitalista fundiram-se perfeitamente no quadro histórico do processo de urbanização do interior paulista, o que acarretou já na primeira metade do século XIX significativas marcas na paisagem.

A questão fundiária é marcada pela presença do fazendeiro como agente transformador da paisagem, como também a fazenda irá se configurar como a permanente estrutura que molda a forma de ocupação da região, de uma maneira geral, e mais especificamente nas imediações da cidade.

²⁴ Para o debate sobre as implicações da propriedade privada no Brasil a partir da ‘Lei de Terras’ de 1850, ver os seguintes autores: COSTA, 1979 e REIS FILHO, N. G., 1982.

Pierre Monbeig (1984), em seu clássico escrito nos anos 40: "Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo", coloca a ocupação da região de Franca e Batatais a partir de 1830 e relaciona com exclusividade a apropriação dessa região à expansão cafeeira. Monbeig, como tantos outros, desconhecia e desconsiderava a 'etapa vivida pela região entre a fase, mineradora da economia colonial e a chegada do café, ou seja, entre a época em que a região se resumia a um traçado - o Caminho dos Goyazes - e a penetração da cafeicultura, dos imigrantes estrangeiros e dos trilhos da Mogiana e as outras companhias.

A paulatina migração do café rumo a terras novas deve-se ao empobrecimento das mais antigas, devido à ausência de praxes de conservação. Os fazendeiros faziam como anteriormente os índios e seus roçados: com tanta terra virgem disponível era mais barato migrar e vender a propriedade anterior a praticantes de atividades rurais menos exigentes em qualidade de solo, tais como a pecuária (LANGENBUCH In. RETTO et all. 2004).

A região do Rio Pardo foi povoada por famílias de criadores e agricultores mineiros que viviam de fornecer para o mercado interno (as minas de ouro e depois ao Rio de Janeiro) produtos agrícolas, bovinos (corte e tração), suínos e laticínios. Eles produziam também animais de sela, tração, transporte e viagem (cavalos e muares). (BRIOSCHI, 1998)

Em fins do século XVIII, o interesse pelo sertão do Rio Pardo ressurgiu e pode ser percebido pelo número de pedidos de legitimação de posses antigas, pela requisição de novas sesmarias e pelas transações de terra, realizadas entre os anos de 1788 até aproximadamente 1820. Entre os interessados na aquisição ou legalização do acesso à terra encontravam-se tanto antigos moradores do Caminho de Goiás, quanto paulistas e mineiros recém-chegados. (...) As grandes dimensões das terras concedidas e a ênfase nos "campos" existentes revelam a atividade pecuária de seus solicitantes (BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1998, p.63).

Nas primeiras décadas do XIX, a região onde se estabeleceu o município de Altinópolis foi ocupada por grandes fazendas, entre elas a Fazenda Jaborandhy e a Fazenda Fortaleza.

Forma, métrica e controle do território

Descrever a cidade por sua topografia significa investigar quais foram os condicionantes naturais para sua implantação, em outras palavras, entende-se que esse é o elemento mais marcante que orienta a escolha do terreno para começar a cidade.

O uso do olhar arqueológico busca identificar vestígios deixados por culturas antigas, como no caso da topografia de Altinópolis, pode levar à necessidade de uma verificação do conteúdo científico das civilizações já desaparecidas, sobretudo possibilitar a interpretação dessas marcas na paisagem.

De acordo com Santos (1992):

O estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos pregressos, embora estes podem ter sofrido mudanças drásticas (...) Assim, se a forma é

propriamente um resultado, ela é também fator social (SANTOS, 1992, p. 55).

O olhar arqueológico é um olhar da desconstrução e tem o objetivo de revelar o solo onde se ancoram as regras de organização mantidas na constituição de territórios. A primeira forma de marcar essa extensão foi, sem dúvida, pela escolha da implantação das primeiras edificações. Essa seleção se deu mediante a eleição de um ponto de vista mais marcante, ou a fertilidade da terra, ou ainda, que algo de sagrado possa ter sido percebido por uma comunidade.

A presença de grandes propriedades nas proximidades do núcleo urbano propiciou a resistência desses elementos naturais na paisagem durante anos. Contudo o processo de urbanização logo absorveria parcelas de terras rurais na destinação de lotes para a venda. As mudanças quanto à legitimação da propriedade não definiram a estrutura fundiária de imediato. Alguns conflitos gerados, em virtude da pouca exigência da definição exata das fazendas, e promovidos pelo desejo de cultivar as terras férteis, provocou de maneira geral uma transformação lenta na propriedade, mas de forma efetiva.

Os conflitos entre posseiros e novos entrantes marcaram as primeiras décadas de atuação da Lei de Terras, antecipando a formação das grandes propriedades, bem como a expropriação de antigos posseiros e cultivadores das terras de vastas regiões do Planalto Paulista. É somente na década de 1870 que a produção de café se intensificou nesta região, porém o cultivo da terra era presente inclusive por se manter como uma condição para a propriedade da terra.

A questão fundiária está na gênese dos problemas de desconstrução da paisagem no espaço da cidade, porque há uma concentração das técnicas e aparatos que aceleram o processo de transformação e consolidação de novas estruturas.

O primeiro indício de que vigorasse na cidade uma legislação, eram as que respondiam às ‘Constituciones Primeiras do Arcebispado de Bahia²⁵’, pertencentes ainda ao Brasil Colônia, mas que vigoraram na concepção e desenho urbano das cidades até a metade do século XIX. A relação estado-igreja na concepção urbanística perdera sua força aos poucos no desenrolar do século

²⁵ MARX, Murillo. *Nosso chão: Do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora EDUSP, 1989. “Transposta pela metrópole e completadas de forma casuística as leis lusas foram muito lentamente se adaptando para fazer frente a uma nova realidade. As mais gerais, como as relativas à questão fundiária, incidiram sem detalhamento sobre o quadro urbanístico; as mais específicas avançaram timidamente com as posturas municipais. Com a dependência, as primeiras atingiram letalmente a força das Constituições do Arcebispado da Bahia, vigorando mais de uma centúria. Com a república, as segundas ganharam se pleno domínio e mundialização.” (MARX, 1989, p. 18).

XIX, mas cada qual com sua competência fazia valer seu poder sobre o desenho das ruas e logradouros públicos no cenário emergente.

Desde sua formação a cidade manteve suas possibilidades de crescimento estruturando-se nas principais vias de acesso a outras localidades, Batatais e a proximidade com Minas Gerais foram fundamentais para esta evidência. A cidade então tem o seu núcleo original formado até meados do XIX e as primeiras décadas do XX, os primeiros traços de expansão surgem com a chegada da ferrovia que é quando se dá a necessidade de novas áreas para acolhimento de uma estrutura empresarial importante que passam a ocupar a cidade de Altinópolis.

Portanto, a escolha do sítio era algo racionalmente decidido. Assim, acompanhar o agrupamento de moradias e os ajustes necessários desta ordem de ocupar o terreno, demonstra uma forma de ordenar essa paisagem, assim como, a disposição do parcelamento em glebas mínimas é a maneira de transformar o solo *in natura* em paisagem reconhecível, dominada, controlada.

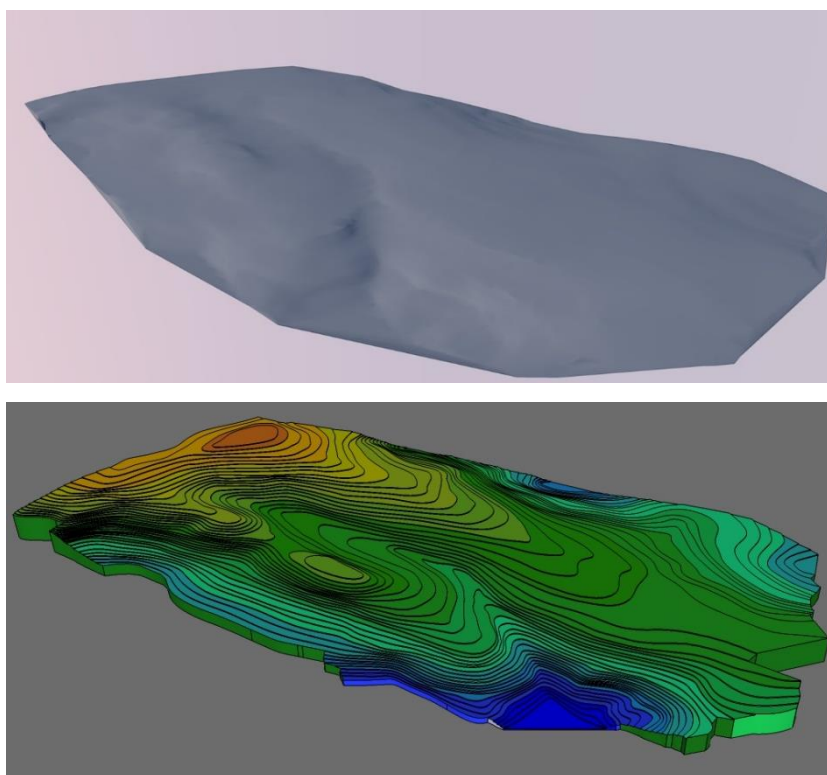


Figura 16: Modelo em 3D, representa a topografia do sítio onde foi dado início à cidade. Abaixo, modelo 3D das curvas topográficas.

A origem da palavra *topos*, que remonta à mitologia clássica e se refere à paisagem natural, é o lugar habitado por Deuses. Topos, portanto, é um princípio mágico mitológico (definido na paisagem mítica). É assim um conceito labiríntico e sem escala, portanto, necessita de uma geometria que o regule.

Para Steenbergen (2001),

O templo grego é a forma arquitetônica mais antiga e melhor conhecida em que o topos, o lugar na paisagem natural, está

relacionado ao *Ieros odos*, ou a Via Sagrada (STEENBERGEN, 2001, p. 19).

A topografia²⁶ confere à ideia de território, somada à organização do espaço habitado e à distribuição de elementos construídos que estruturam esta paisagem, uma racionalidade. É da compreensão das possibilidades de ocupação e de seu posterior projeto de ação que a paisagem se constitui como tal. Assim, o solo, o espaço natural ainda pouco trabalhado é inserido no repertório de modificações de um grupo social. É a partir da sobreposição, justaposição desses elementos que a paisagem é composta.

No caso de cidades brasileiras, a escolha da porção de terra para demarcar o início de uma cidade dava-se mediante a doação a um determinado santo de devoção da comunidade, então algo de místico ali se atina.

A cidade de Altinópolis encontra-se em posição privilegiada na paisagem. Ocupa as bordas do relevo de escarpas na cota 900 metros, altitude típica da região onde se desenvolveu, agregada a Formação Serra Geral²⁷. Está posicionada junto ao frontispício de uma paisagem de relevo pouco ondulado que possui um conjunto de morros que salpicam na predominante vista em direção ao sul.

O relevo se divide em duas partes: o planalto (Formação Serra Geral) e a porção suave ondulado (Formação Botucatu e Pirambóia) onde os morros testemunhos se espalham. O elemento geográfico fundamental das proximidades da cidade de estudo está marcado, de um lado, por um desnível chamado “frente da crítica” e do outro lado, pelo suave declínio dos terrenos; no lado oposto da chamada *cuesta* (AB’SABER, 1964). A *cuesta* é composta pelo afloramento de rocha, do tipo Formação Botucatu, oriunda do período Mesozoico²⁸ e de diferentes tipos de escarpas estruturais esculpidas, “parte em camadas sedimentares e parte em lavas basálticas associadas, que se empilham em *bacias intercratônica páleo e mesozoicas*” (AB’SABER, 1964, p. 54).

²⁶ BOISE, Pierre. *L'évolution du parcellaire d'Annecy. Essai de stratigraphie historique d'un terroir en voie d'urbanisation [article]. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations Année, v. 21, n. 4, 1966, p. 859-874.* “A informação geográfica a partir deste sítio, mas também as vicissitudes não menos importante, ocupação histórica condiciona esta terra que tem evoluído em várias fases bem diferenciadas. Nós Propomos a seguir a topografia em três aspectos: agrupamento de habitats, acompanhar o layout e disposição das parcelas.”

²⁷ Formação Serra Geral (JKsg): apresentam rochas vulcânicas em derrames basálticos de coloração cinza a negra. A Formação Serra Geral é resultado de intenso magmatismo, representado na forma de uma espessa cobertura de lavas, com cerca de 1.500 metros de espessura junto ao depocentro da bacia, associado a uma extensa rede de diques e múltiplos níveis de soleiras. Os derrames assenta-se sobre os arenitos eólicos da Formação Botucatu. São constituídos principalmente por basaltos, perfazendo aproximadamente 90% do volume total das rochas extrusivas.

²⁸ Outras cidades têm a mesma característica: Ribeirão Preto, Pompéia e Botucatu.

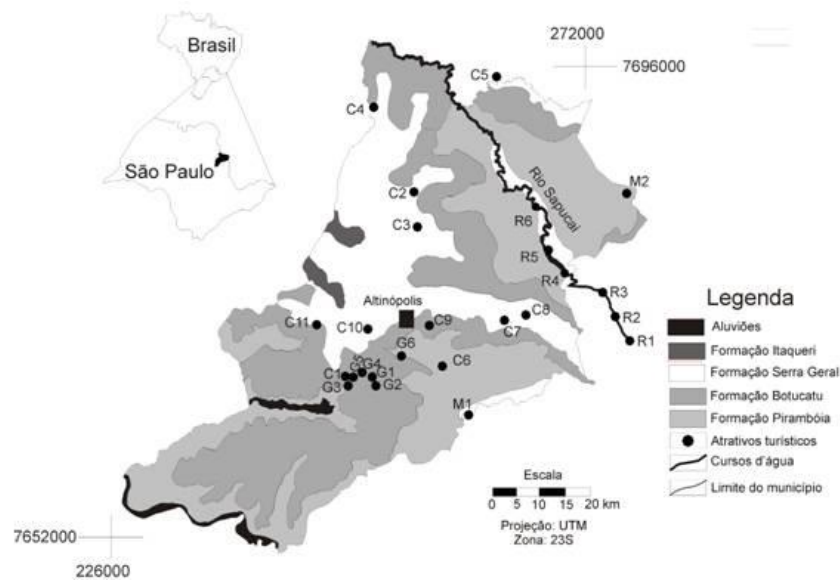


Figura 17: Mapa geológico do município de Altinópolis (modificado por Janoni, 2003).

A cuesta é parte de uma sequência de elementos de relevo que se inicia nas proximidades da cidade de Franca e prolonga-se para o Sul, até o interior do estado de Santa Catarina, passando pelo centro do estado de São Paulo, na região de Botucatu. É caracterizada por ser uma área de transição e de desnivelamento abrupto e acidentado, entre o Planalto da Bacia do Paraná e a Depressão Periférica do Estado de São Paulo.

Sob o ponto de vista geomorfológico, a área está localizada na Província Geomorfológica das Cuestas Basálticas. Na região de Altinópolis, as cuestas apresentam frentes suavizadas que se desfazem em blocos, formando morros testemunhos isolados que marcam a continuidade dessa configuração topográfica (TROPPMAIR & TAVARES, 1985; PETRI & FÚLFARO, 1988).

A Bacia do Paraná está contida no Planalto Ocidental, das quais três tipos/categorias estão presentes no município de Altinópolis: Patamares Estruturais de Ribeirão Preto, com relevo constituído por colinas amplas e baixas, com topos tabulares, com altitudes entre 500 e 700 m e declividades médias entre 2% e 10%, com predomínio de basaltos; Planaltos Residuais de Franca/Batatais, que correspondem ao reverso da Cuesta constituída basicamente por colinas de topo aplainados ou tabulares e altitudes entre 800 e 1100 m; Planícies Fluviais, marcadas por extensas áreas de várzeas principalmente encontradas nas proximidades dos rios Pardo e Sapucaí (ECOAGRI, 2013).

Outra característica muito forte nas imediações da cidade é a predominância do solo Latossolo²⁹, normalmente pouco profundo e muito fértil, e que motivou uma ocupação de fronteiras agrícolas durante o século XIX. Solo

²⁹ Latossolos: solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A, dentro de 200 cm da superfície do solo ou dentro de 300 cm, se o horizonte A apresenta mais que 150 cm de espessura. Os Latossolos vermelhos apresentam cores vermelhas acentuadas devido aos teores mais altos e à natureza dos óxidos de ferro presentes no material originário em ambientes bem drenados, e com características de cor, textura e estrutura uniformes em profundidade.

esse característico de uma vasta região onde o plantio de café tornou-se motor de colonização e de alterações do campo e de seu regime fundiário.

Estes solos são responsáveis por grande parte da produção do país, pois ocorrem predominantemente em áreas de relevo plano e suave ondulado, propiciando a mecanização agrícola. Por serem profundos e porosos ou muito porosos, apresentam condições adequadas para um bom desenvolvimento radicular em profundidade, principalmente se forem eutróficos (CRIVELENTI, 2015).

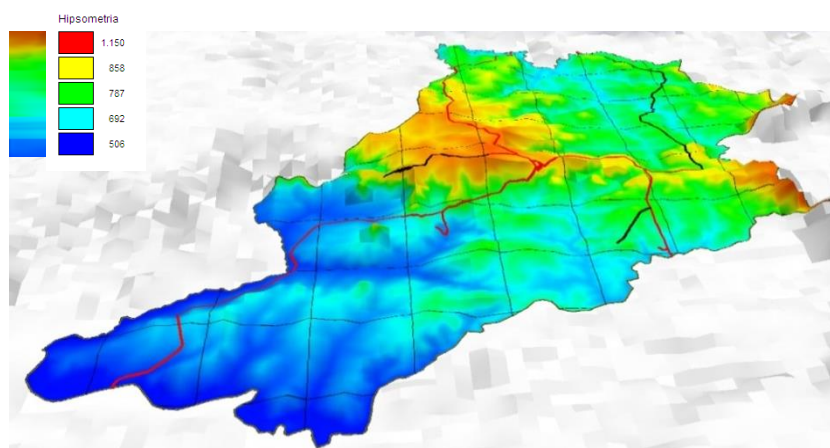


Figura 18: Carta Hipsométrica. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RÚRBANO DE ALTINÓPOLIS, 2014.

A partir da cota 900 m, a cidade estende-se nas cotas superiores em direção à nascente do Córrego Mato Grosso, onde predominam as cores marrom mais escuro sinalizadas no mapa, no sentido norte. O núcleo original, isto é, a primeiras ruas e casas tomaram a cota 920 m, nos primeiros anos do século XX.

Assim, o correr de casas e casebres foi disposto entorno da praça, na lógica tabular, com seu grande Largo da Matriz – que posteriormente se transformou no espaço da cidade da imposição dos poderes Republicanos. A construção de uma igreja, edificada sobre o divisor de águas, que define a área de influência da bacia do Córrego Mato Grosso, marca a presença do clero nas imediações da área central, estabelecida nas primeiras décadas do XIX.



Figura 19: Carta Altimetria para definir a posição da cidade na referência de cota 900 m. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS, 2014.

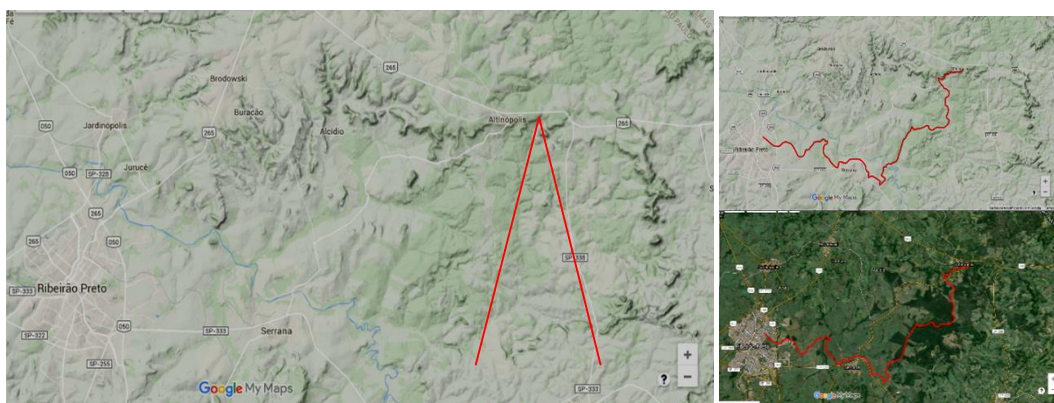


Figura 20: Imagem de Relevo extraído do Google Maps para reforçar a localização da cidade no relevo de cuesta basáltica. Em vermelho está a linha de visão a partir da posição da cidade. Fonte: A autora.

Pode-se aqui perceber pela imagem de satélite uma simulação do relevo nas imediações da cidade de Altinópolis, com visibilidade criada a partir da sua extensa área. Essa viabilidade dada ao olhar coloca esse espaço muito sujeito ao contato humano e a apropriação. Desde os primórdios o espaço natural já estaria sujeito a uma desconstrução eminente e constante. O domínio da paisagem pelo olhar é dotado dessa racionalidade da ação humana sobre esse espaço.

É possível uma consideração mediante o olhar da desconstrução sobre a paisagem da cidade de Altinópolis. A Paisagem está sempre à mostra, quer esteja onde estiver o observador. Ela se impõe e quer ser vista a todo tempo, se deixa apreender e é uma entidade presente no cotidiano da cidade de Altinópolis. Portanto, a topografia se coloca como a principal entrada para compreensão dos níveis de conexão humana com o espaço constantemente em transformação.

O próximo passo está em compreender esse nível de interação a partir da análise dos processos observados com a transformação do solo em

terra urbana. A crescente urbanização do meio natural impele a modificação constante de todos os elementos da paisagem. O relevo, a geomorfologia, a vegetação, a fauna, a hidrografia e o próprio solo assume a condição do cultural, em meio à transformação de sua natureza original.

Morros testemunhos

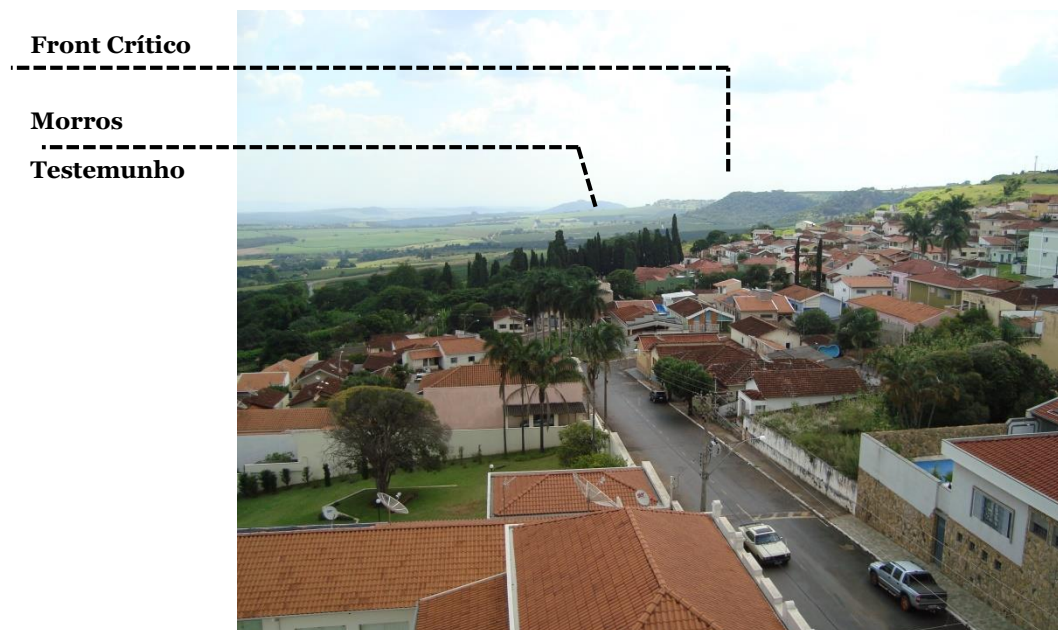


Figura 21: Identificação dos elementos naturais na paisagem. Fonte: A autora.

Os “morros testemunhos”, aqui visualizados na parte inferior do mapa onde predominam as cores verde e azul, localizam-se no sentido sul em relação à área onde se instalou a cidade, espalham-se pelo vasto território na vista predominante de quem está nas imediações da praça da Igreja, na área central da cidade. Altinópolis fica como “à cavaleira³⁰” de onde pode-se avistar os tais “morros testemunhos”.

Tabela 1: Caracterização dos Morros de Altinópolis. Fontes: PMA e CATI. Elaboração: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS, 2014.

Nomes	Altura (m)
Morro da Cobiça	1040
Morro da Mesa	1000
Morro da Rosca	960
Morro do Facão	980
Morro do Forno	822
Morro do Jaborandi	980
Morro do Meio	960

³⁰Estar à cavaleira: Estar intocável, estar por cima. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/estar%20%C3%A0%20cavaleir>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Os morros variam de altura, desde os 960 metros de altitude, aproximadamente, como é o caso do Morro do Meio e o Morro da Rosca, até 1040 metros de altitude como o Morro da Cobiça (Tabela 01).

A região de Altinópolis é representada por 20 sítios rupestres e marcada pela presença de morros testemunhos que, somados aos recursos hídricos superficiais, podem ter sido os fatores potenciais para o estabelecimento de grupos indígenas, como já observado através de suportes para a realização dos registros desses sítios, com a presença de vestígios de ocupações nas imediações desses morros.

Da cidade é possível avistar pelo menos três desses elementos mais marcantes que se destacam no cenário em direção aos morros testemunhos: Morro da Coruja, que se localiza mais a oeste; Morro da Cobiça e Gruta do Itambé³¹, dispostos na direção sul e; a leste vê-se o Morro do Forno. Cada um desses locais tem sua importância no imaginário da população e, de alguma forma, participam da compreensão dos moradores em seus cotidianos e nas expectativas de uso desses elementos como espaço de lazer.

O domínio dessa paisagem pelo olhar indica uma potência na utilização desses espaços. Talvez sejam eles os mais desconstruídos, pois são amplamente utilizados pela comunidade, não só da cidade de Altinópolis, mas também da região.



**Figura 22: Vista da face leste do Morro do Forno, Altinópolis-SP.
Fonte: OLIVEIRA & GODOY 2007, p. 207.**

³¹ MARTINELLI, Ricardo de Souza (1,2,3); GERIBELLO, Fabio Kok (1,2,3). *Histórico dos Cadastros de Cavernas no Brasil e a Situação no Estado de São Paulo. Título original: History Of Cave Data In Brazil And The Situation In The State Of São Paulo. Local?: editora?, ano?.*

O Morro do Forno é um dos exemplos de maior destaque desse tipo de relevo residual que ocorre na região (TROPPEMAIR & TAVARES, 1985). O basalto que o cobre está bastante erodido e permanece apenas na forma de grandes blocos rochosos que podem ser encontrados em várias partes do morro e em muitas áreas, inclusive o solo encontra-se extremamente intemperizado.

A relação das transformações ocorridas nestes elementos naturais espalhados pelo território e também os das proximidades da cidade de Altinópolis tem extrema relevância para a compreensão do nível de modificação já verificado em nosso objeto de estudos.

Entende-se que, ou na cidade ou na sua área rural, há uma crescente demanda pela máxima utilização da paisagem pela população de maneira geral, como também, para atendimento aos interesses políticos que repousaram longos anos na cabeça dos prefeitos que passaram pela gestão municipal.

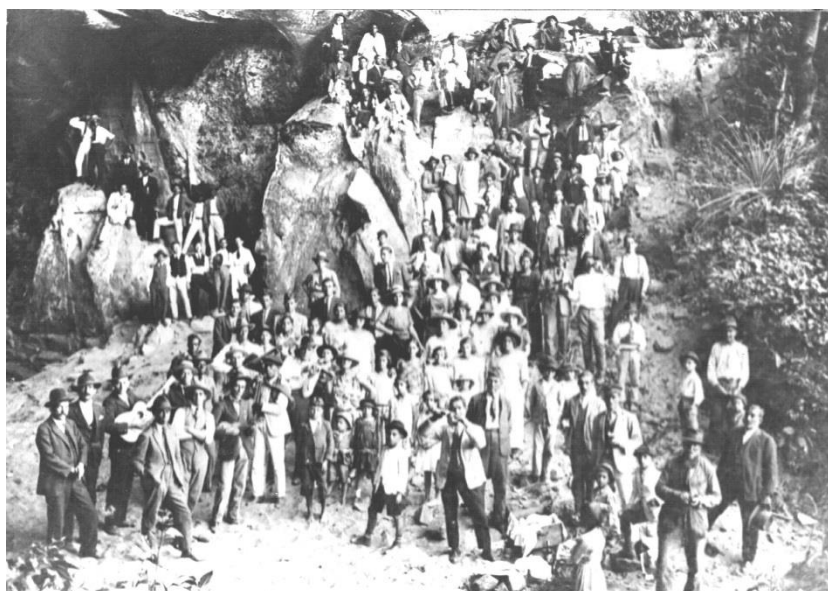


Figura 23: Gruta do Itambé. Picnic, hábito comum entre os moradores da cidade e da região. Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Altinópolis, s/d.

Logo, a despeito dos períodos da história em que se percebia a concentração desse papel de transformação em poucas mãos, hoje pode-se observar a possibilidade de envolver cidadãos e inclusive os turistas nas decisões sobre o espaço da cidade.

As Grutas

Observa-se aqui a topografia nos morros e a relação com o uso humano de extensões da cidade e da apropriação do território pela comunidade. Na verdade, Altinópolis é também um ambiente natural.

As grutas representaram para o município de Altinópolis, durante muitos anos, a sua esperança no desenvolvimento do turismo ecológico.

Foi uma espécie de modismo entre cidades pequenas, talvez impulsionadas pelo surto de ideais de sustentabilidade que foi propagado com a promulgação da Constituição em 1988, bem como, pelo aumento da responsabilidade dos municípios por suas receitas.



Figura 24: Fotos da Gruta do Itambé. Fonte: A autora, 2012.

Desde então, investiu-se muito para propagandear as atividades de turismo, o rural mais especificamente, tendo como aporte principal as atividades em grutas e cachoeiras espalhadas pelo território. A imagem apresenta uma atividade típica dos finais de semana que se arrastam desde as primeiras décadas do século XX, quando a prática da atividade de lazer nestas áreas foi descoberta. A cena é na Gruta do Itambé, localizada ao sul do município de Altinópolis, nas imediações da rodovia que a liga à cidade de Serrana.

A Gruta de Itambé, registrada na Sociedade Brasileira de Espeleologia - SBE sob o número SP-179, tem como característica principal a composição por salas em várias ramificações a partir da “galeria principal”. “Sua entrada apresenta uma largura de 35,00 m e uma altura máxima de 23,50 m.”

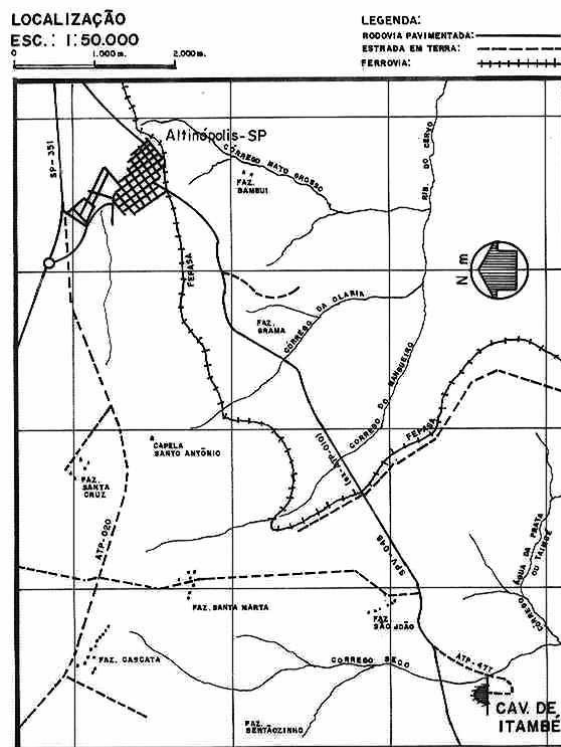


Figura 25: As descrições geográficas da gruta são: caverna cave (SP-179, 21°04'05"S 47°26"14"W, altitude = 650 m, extension = 355 m) de Altinópolis, s/d. Fonte: Sociedade de Espeleologia, 2012

Nas proximidades do acesso à gruta, diversas modificações foram feitas ao longo do tempo, pois como mencionado, a prática da utilização da caverna para o lazer teve grande procura no decorrer dos anos. Na imagem, localizado à esquerda, vê-se um pequeno altar construído para celebração de

missas e cultos cristãos. A área toda foi nivelada justamente para a construção desse espaço, para tanto, o curso d'água ali existente precisou ser canalizado e transformado em uma represa. Com o represamento do córrego, sua largura aumentou e em determinados pontos, a água chegou a alagar completamente a galeria.

A imagem localizada ao centro apresenta a ramificação mais expressiva. Segundo o laudo da SBE:

A direção predominante da galeria principal é E-W, ao passo que as galerias secundárias apresentam direções variáveis, predominantes N-S. A entrada possui uma abertura voltada para E.

No Brasil, de acordo com o inciso X do art. 20 da Constituição Federal de 1988, “as cavernas são propriedades da União”. Desde então, fica sob a responsabilidade do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o órgão mais interinamente ligado ao manejo junto aos municípios o CECAV- Centro de Conservação de Cavernas.

A legislação trouxe avanços, tal como o incentivo ao conhecimento e à regulamentação do uso desse patrimônio espeleológico. A resolução nº 347 de 2004 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) suscitou novas responsabilidades sobre o tema, ao estabelecer o conceito de “cavidade natural subterrânea relevante, para fins de processo de licenciamento pelo Ibama”. Várias fendas geológicas de diversos tamanhos passaram a ser incluídas no conceito de cavernas ou grutas.

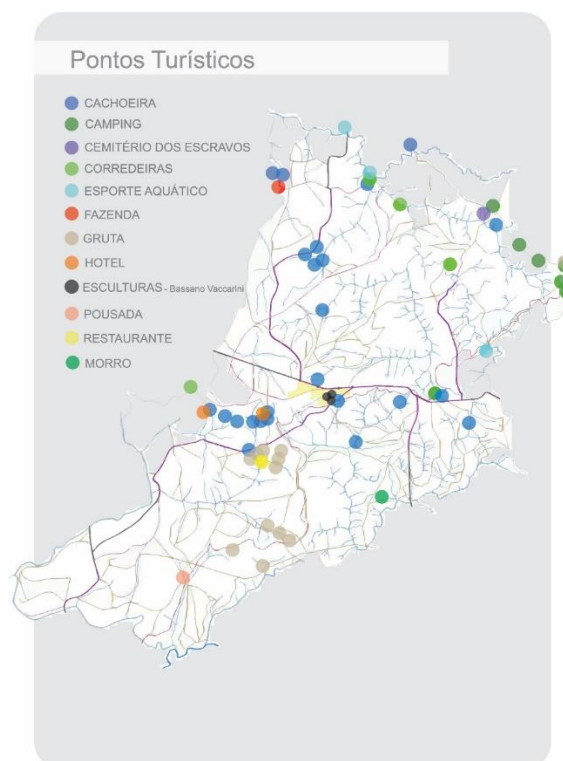


Figura 26: Mapa de localização de cachoeiras, grutas e outros atrativos para utilização do território Altinopolense. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO URBANO DE ALTINÓPOLIS, 2014.

De um lado, percebe-se que a ampliação das formas de regulamentar e de possibilitar a esses espaços inúmeras formas de atentar para conservação e preservação, tem colocado em evidência o patrimônio natural de municípios brasileiros. No entanto, é necessário dar um passo adiante e acrescentar a esse cabedal legal formas de gestão da paisagem.

Atualmente, a disposição das grutas e cachoeiras no município inspira cuidados já que a grande maioria atrai visitantes de toda a região, mas há pouco ou nenhum cuidado com a utilização ou orientação a esses visitantes. E pouco se faz com relação ao manejo dessas unidades. Algumas pesquisas, revisitadas para o desenvolvimento desta tese, buscaram estabelecer metas e orientações científicas para reconhecimento de seu valor ambiental, social e a possibilidade de criação de plano de utilização desses espaços.

As fazendas

As fazendas são o lugar de avanço e de conquista, mas também de fixação na terra para seu cultivo, portanto é a primeira forma de transformar a terra para extrair dela, de forma organizada, o alimento para o consumo de uma família ou de uma comunidade. Deve-se considerar o fato de que esses bens produzidos alimentam o mercado interno e externo. Na sua origem, fazenda vem do latim *Fac* ou do anglo-saxão *fabric*. Está em questão o fazer. É o lugar do trabalho e, neste caso, o trabalho sobre a natureza, onde operam aí os elementos naturais.

A história das fazendas coincide com a forma de exploração do território por grupos de indivíduos que poucas vezes tinham conhecimento sobre esse mesmo território. Com isto tornou-se prática, ou pode-se falar de um exercício de exploração da terra a partir do desenvolvimento de um senso topográfico. Apesar do período dessa ocupação estar relacionado ao movimento de entrada mata adentro, e normalmente a abertura de grandes extensões se daram de maneira rude, a Colônia pouco se interessava pelas terras descobertas até o século XVIII. Os caminhos oficiais foram inserindo essas terras na agenda da Colônia e tornado oficiais suas conquistas.

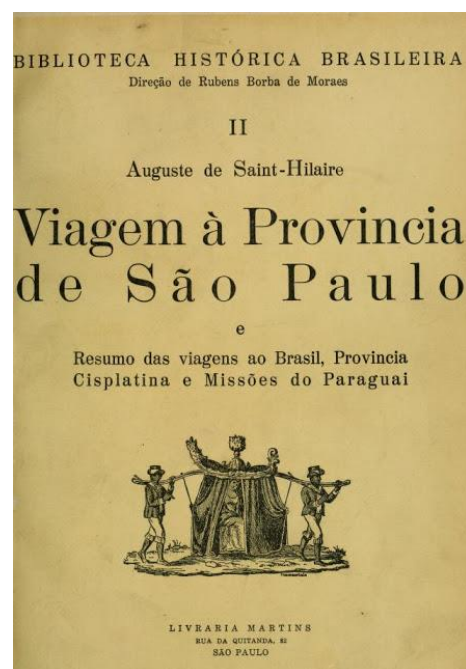


Figura 27: Capa do Livro de Saint-Hilaire. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

A ocupação inicial das terras nas proximidades da cidade de Altinópolis se deu de forma truculenta. As terras dos paulistas, como já diziam na época, eram designadas para habitantes dessas áreas da colônia portuguesa, conhecidos por sua grande vocação para a mobilidade. Vivendo quase isolados no Planalto, eles tiveram oportunidade de desenvolver uma civilização com certo grau de independência da Metrópole portuguesa e com características muito peculiares. Nesses primeiros tempos foi criada uma estreita relação entre o habitante nativo e o colonizador, como em nenhuma outra região da América. Por muito tempo dominar a terra significou domesticar o índio. Deste ponto o sucesso dos acampamentos e fazendas estaria garantido.

Desde Santa Cruz de Goiaz (224) até ali, os descendentes dos portugueses não ocupam, no momento, (1819) mais do que uma estreita faixa de terreno além da qual estão situados imensos desertos, onde vivem tribos de indígenas caiapós. (SAINT-HILAIRE, 1939, p. 124).

A ação dominadora do português transformou o índio nativo em seu escravo, mas também, paradoxalmente, em seu aliado, inserindo-o no contexto das relações mais íntimas do colonizador branco. No contato com o índio, os colonizadores de São Paulo abandonaram as comodidades da vida civilizada e desenvolveram um conhecimento maior da terra aprendendo a resistir à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos, a familiaridade quase instintiva da natureza agreste (BENINCASA, 1998).

Em caminhos rudimentares e estreitos, feitos apenas para caminhar em fila, eram, às vezes, interrompidos por grandes rios de canoas. Antes de serem obstáculos, logo os portugueses aprenderam que poderiam se transformar em importantes vias de penetração no sertão isolado e rude.

É preciso entender que o fluxo de entrada no território desconhecido muito tem a ver com a implantação da cidade de São Paulo e em respeito à lógica que se seguiu a muitas cidades no período colonial. A cidade de São Paulo teve seu início na cota mais alta dos rios Anhangabaú e Tamanduateí, o que indicava uma estratégia e uma inteligência para explorar a proximidade da cidade com o rio através de um inicial conhecimento geográfico, para no mínimo explorar os rios nestas imediações, o que definiu a marcha colonizadora em direção ao interior.

O Tietê corria perto e bastava seguir lhe o curso para alcançar a bacia do rio da Prata. Além disso, este rio possuía importantes afluentes nas duas margens, que facilitava a penetração e a exploração do território. O Tietê acima, se transpunha uma garganta e logo se avistava o vale do rio Paraíba, encaixado entre a serra do Mar e a da Mantiqueira, apontando o caminho do Norte (BENINCASA, 2007, p.15).

A presença dos rios foi bastante favorável à exploração dos sertões desconhecidos por parte dos paulistas e, também, responsável até por um certo desenvolvimento e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos no interior

brasileiro. Não só os rios iriam contribuir, ou mesmo determinar o avanço paulista para o interior. O relevo também definiria, séculos mais tarde,

...o direcionamento dos principais caminhos em direção ao norte, fosse seguindo as cabeceiras dos rios rumo a Minas Gerais e a Goiás, fosse seguindo o alto dos espigões, em direção ao Mato Grosso; ou rumo ao nordeste, em direção ao Vale do Paraíba às Minas Gerais e Goiás, fosse seguindo os espigões, em direção ao Mato Grosso; ou rumo ao nordeste, em direção ao Vale do Paraíba e às Minas do Sabarabuçu, ou ainda ao oeste e ao sul, por onde se estendiam imensos descampados, cortados por capões e manchas de florestas, rumo aos campos do sul (A'BSABER, 2004, p. 22).

O caminho de Goiás fora estabelecido através do alto curso dos afluentes da margem esquerda do rio Grande e da margem direita do Tietê. O caminho mais utilizado durante o século XVIII para se chegar àquelas minas foi, mesmo o de Goiás. Em seu trajeto surgiram pousos que logo se transformariam em povoados e vilas, e começariam a produzir gêneros para o abastecimento das tropas que seguiam em direção ao Centro-Oeste brasileiro (A'BSABER, 2004, p. 24)

Esse caminho era formado por uma estrutura principal que se destinava a vencer a distância, mas era entrecortado por várias outras pequenas estradas que ligavam toda essa região a pioneira zona aurífera de São João d'El Rey, Tiradentes, Mariana, etc. O mapa que será apresentado mostra as ramificações do Caminho de Goiás. Deu-se destaque à localização das fazendas e pontos citados por August Saint-Hilaire em sua passagem pelos arredores de Altinópolis. A saber, a fazenda Paciência, cuja ocupação data de 1724 e a Passagem do Sapucaí também de registro de 1724 (BRIOSCHI, 1998, p. 45).

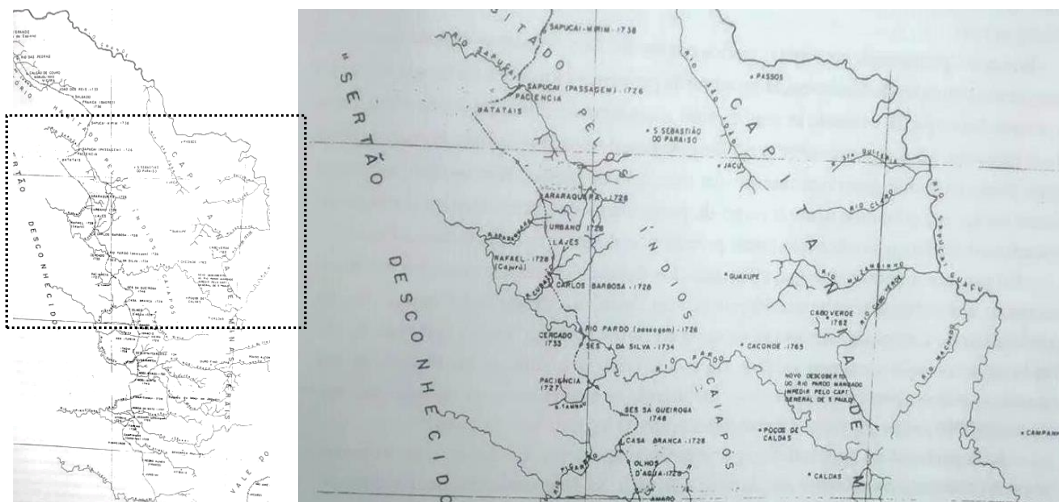


Figura 28: Caminho de Goiás adaptado de Brioschi 1998. Fonte: Brioschi, 1998, p. 45.

A presença da fronteira indica uma faixa de mudanças culturais e por nesses movimentos fizeram distinguir questões culturais presentes no trato com a terra, pois uma porção teve a imediata atividade de tradição paulista, até

Moji Mirim. Daí para frente, a influência de mineiros foi mais presente e o é até os nossos dias.

Altinópolis tem sua história de transformação condicionada pelas atividades no campo. Muitos incentivos à vida no campo prevaleceram desde as primeiras décadas de sua existência como lugar da cidade de uma comunidade. As fazendas foram lugares da história, como ainda resistem, e ao longo dos séculos de suas ocupações, as famílias ainda ali residem.

A Fazenda Fortaleza foi adquirida pelo sétimo filho do Capitão Diogo Garcia, chamado Antônio Garcia, que se casou com sua sobrinha Maria Tereza quando se instalou nas estruturas da fazenda. O capitão Diogo Garcia da Cruz casou-se com sua prima Inocência Constança de Figueiredo, tendo essa união gerado o sobrenome Garcia de Figueiredo (BRONDI, 1998).

As terras pertenciam à Freguesia de Batatais onde ainda *afazendou*:

1. José Garcia de Figueiredo (1800- 1838) o primogênito ficou onde hoje é conhecido por Santa Luzia , antes fazenda Velha, Paciencia até Fortaleza.
2. Joaquim Garcia de Figueiredo (1803 -?) Na Fazenda Jaborandi e
3. João Garcia de Figueiredo (1806 – 1885) na Fazenda Congonhal ou São João”
4. Antônio Garcia de Figueiredo, na Fazenda Fortaleza. Ocorre que Antônio casou-se com sua sobrinha Maria Tereza, filha única de José que faleceu em 02 de fevereiro de 1838.



Figura 29: Sede da Fazenda Jaborandi de propriedade de Diogo Garcia. Fonte: Brondi, 1998.

A ocupação desta região se deu mais efetivamente nas primeiras décadas do século XIX, porque até o século XVIII, a economia no meio rural paulista pouco interessava à Coroa, como as que se localizavam na região Nordeste, por exemplo. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, com o final do ciclo minerador, a Corte de Portugal passa a atentar para a fertilidade das terras do sul do Brasil, vendo nelas a possibilidade de ocupar uma

fatia maior do comércio internacional de produtos tropicais, como açúcar, café, entre outros.

A obra de August de Saint-Hilaire é uma narrativa que resulta da experiência da sua viagem e é característica da escrita de autores preocupados em reforçar uma identidade nacional com a construção de uma ideia de nação. Fazia parte de um projeto Imperial e de civilização a descrição de seus elementos múltiplos, como também as pessoas que ocupavam os espaços por onde passava. Assim, os lugares e memórias podem ser revisitados como uma imagem do passado, daí surge o panorama da arte, no século XIX, ou seja, a noção de paisagem está no próprio desenvolvimento da arte paisagística, correspondendo à evolução do homem (PESAVENTO, 1997).

...a experiência social e o enquadramento cultural dos valores do imaginário se introduzem, registrando no quadro muito além daquilo que é visto. Em um ou outro caso, naturalista ou idealista, a paisagem é sempre invenção e ficção, que se oferece à leitura e que guarda com o real, tal qual um texto, distintos níveis de aproximação (PESAVENTO, 1997, p.35)

A tela de Benedito Calixto apresenta o pouso dessas paragens muito típicas de regiões interioranas do país. A paisagem é a personagem principal e o tempo da cena esboçada pelo artista, dá indícios de que o tempo e os indivíduos configuram a paisagem à espera de um progresso vindouro.

O motivo de um quadro (ou de um texto escrito) é fruto de superposição de imagens, ou seja, construtos imagéticos anteriormente dominados. Imagem e representação são espaços simbólicos passíveis de interpretação da linguagem e apelos que definem uma cultura.



Figura 30: Pouso de Benedito Calixto, 1909, Acervo: Casa de Portinari.

Segundo Schama (1996), esta cultura pode ser apresentada na capacidade que o artista tem de reproduzir, no quadro, o pitoresco de uma cena que está sendo narrada. Quem vê ou ouve dá conta de construir imagens em que vários elementos inconscientes estão envolvidos, mostrando processos, pontos de vista e posição ideológica do artista. Entende-se que deste ponto, diferentes olhares aqui dividem e reordenam a paisagem (CASTRILLON-MENDES, 2009, p. 15).

Dois quadros de Cândido Portinari revelam muito da cultura que nesta região se consagrou. O campo e o trabalho são dois temas que ficam muito evidentes nas temáticas do pintor, assim como reúnem na sua tônica a transformação da paisagem pelo trabalho.



Figura 31: “Mãos entrelaçadas” e “Lavrador de café” (1934). Fonte: MASP - Museu de Arte de São Paulo.

Saint-Hilaire se aproxima de Altinópolis e em seu “Viagem à Terra Paulista” faz uma descrição das fazendas e de sua paisagem nas imediações do núcleo de Batatais, na época Bom Jesus da Gramma, Paciência e Fortaleza. Em parte narrativa descritiva, em parte a sobreposição de imagens-tempo para melhor expressar sua ideia de quão civilizado estava o sertão desconhecido.

Nesse período em geral, as fazendas iam deixando de ser abertas a picadas por derrubadores de matas ou posseiros: as terras eram compradas e demarcadas por agrimensores. O traçado das fazendas torna-se mais regular e elas passam a ter feições parecidas com as cidades das zonas pioneiras (Monbeig, 1984, p. 55).

Entre Santa Bárbara e Paciência, num espaço de quatro léguas, a região é ondulada, e, para o oriente, do lado da província de Minas, cujos limites estão muito próximos da estrada, veem-se pequenas montanhas (serra do Rio Grande e do Paraná) (216). Quasi (sic) que por todos os lados o campo oferece pastagens unicamente relvasas, entremeadas de pequenos capões de mato. O terreno, ordinariamente arenoso, cessa de sê-lo em alguns lugares, onde se apresenta com uma coloração vermelho-escura, e árvores raquíticas começam a aparecer em meio dos campos (HILAIRE, 1918, p.127).

Figura 32: *Lycithis*. Sapucaia.

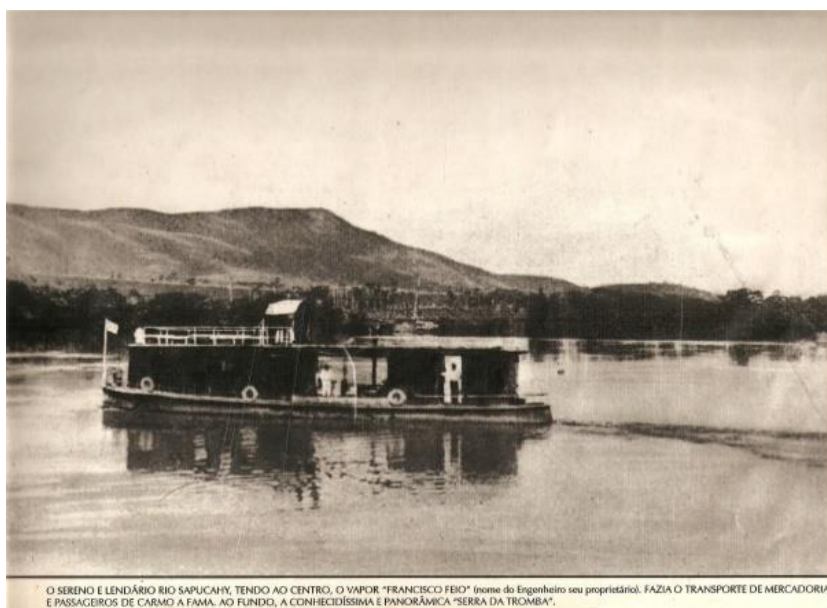


Figura 33: Rio Sapucaí nas proximidades do município de Carmo e Tromba; ao fundo a Serra da Tromba. Fonte: Arquivo Histórico Mineiro, Acesso em: 29 maio 2016.

Saint-Hilaire apresenta uma disposição para descrever o relevo ondulado nas proximidades da fronteira entre Minas e São Paulo. O pequeno grupamento de montanhas encontra-se na margem leste, ou margem esquerda do Rio Sapucaí, momento em que ele cita a Serra do Rio Grande no seu golpe de vista. Pode-se intuir um raciocínio geográfico, pois ele não está não próximo deste elemento, mas algo lhe diz que o posicionamento de seu movimento ao longo do rio poderia ser marcado pela presença do conjunto de elementos naturais.

Os cursos d'água e as pontes

A ponte é, em si, o elemento que confere uma dimensão territorial à cidade. É o dispositivo ou aparato que garante um espalhamento das funções urbanas para o extramuros ou para além da barreira física dos corpos d'água, que se tornara um obstáculo para a ocupação de contingentes populacionais em fluxo constante nos arredores de Altinópolis.

Como parte do sistema territorial, a questão da mobilidade foi tratada de maneira mais concisa na história da técnica quando a engenharia se tornou uma urgência no caso das obras realizadas em todo o território nacional.

Segundo a promulgação do Código de Águas em 1934³², em que se declarava a propriedade social dos recursos hídricos, desvinculou a propriedade das águas da do solo e estabeleceu normas com o intuito de superar conflitos quanto aos diferentes usos da água. Mesmo tendo surgido numa época conturbada da história brasileira (revolução de 1930, Revolução Paulista de 1934 e Assembleia Constituinte de 1934), o Código de Águas já incorporava conceitos e ideias compatíveis com alguns dos principais dispositivos ambientais que vieram a ser tratados na Constituição Federal de 1988 (primeira Constituição Brasileira a destinar um capítulo para o meio ambiente e também para a política urbana); a maioria dos conceitos, entretanto, eram incompatíveis e não foram recepcionados por ela.

Em geral as técnicas utilizadas no período colonial até a República permaneceram as mais rudimentares. A madeira utilizada para confeccionar os passadiços era retirada das proximidades das áreas urbanas utilizando-se de utensílios do trato rural, também produzidos de maneira artesanal e sem qualquer conhecimento científico. Apenas o conhecimento do ribeirinho determinava as junções e conexões das peças e amarras.

A técnica como foi introduzida no Brasil, bem como a necessidade de desenvolvimento conforme o positivismo se instaura como lei máxima do progresso almejado pela nação. A questão fundamental é que na cidade se encerram as formulações sobre a natureza como objeto cultural e, portanto, foi importante constituir uma reflexão sobre a naturalização da cidade a partir das ações sobre este espaço, tendo o Urbanismo como marco principal das abordagens teóricas. A cidade é o canteiro de obras do urbanismo.

Esta afirmação coloca em questão o fato da natureza³³ possivelmente ter sido deixada de lado nas ações do urbanismo e, em sua práxis coloca a temática apenas “como obstáculo a ser superado” (CARDOSO, 1999, p. 16). Alguns autores foram então contemplados com o objetivo de sanar a dúvida sobre a artificialização da cidade. Neste sentido, entende-se que a construção da paisagem na cidade se dá mediante o diálogo das formas naturais e das ações de projeto do espaço, ou melhor, projeto de paisagem.

³² Decreto n.º 24.643, de 10/07/1934, modificado pelo Decreto Lei n.º 852, de 11/11/1938, nasceu da necessidade governamental de se permitir ao poder público o controle das águas nacionais, seu aproveitamento pelas indústrias, pela agricultura e navegação, bem como de adoção de medidas que facilitassem e garantissem o aproveitamento racional da energia hidráulica, dispôs sobre importantes normas relativas a proteção das águas contra sua poluição (art. 109 a 116).

³³ Diversas são as formas de interpretação da natureza. É bom que não se confunda a ideia de natureza aqui colocada. A natureza é a forma original do locus humano, portanto a concebemos como espaço já adaptado pelo homem.

Deste modo, técnica e projeto são entendidos como mecanismos primordiais da desconstrução socioespacial, pois a ação sobre o espaço preconizada pela ação renovadora exige um estatuto de estruturação e reestruturação do espaço, assim, nova organização econômica, estética e social, no sentido da emergência de novos arranjos espaciais mais eficazes.

Nem todas as intervenções podem ser qualificadas como projeto “*strictu sensu*”, mas todas as ações estão envoltas por uma racionalidade e a necessidade de suplantar os limites impostos pela natureza.

A mudança na tipologia das obras que se espalharam rapidamente pelo território no século XIX tem relação direta com a mudança que ocorreu no âmbito do ensino da Engenharia e o conseqüente aparelhamento do Estado. A importância da cidade como demarcação do território civilizado e onde se veem feições do emprego de tecnologia de transporte, saneamento e demais melhoramentos que configuram a estes espaços qualidade de vida e, portanto, atrativo a um contingente de pessoas sempre crescente.

Em primeiro lugar, a transformação da Academia Militar em Escola Central, no ano de 1858, decidiu em parte uma controvérsia que tinha sua origem na formação preconizada pela instituição, na qual, englobadas no ramo da engenharia militar, apareciam certas disciplinas que habilitavam os formados a exercer atividades de engenharia civil (pontes e estradas por exemplo).

Tal tensão interna motivara reformas consecutivas na escola nos anos de 1831, 1839, 1842 e 1845, e a de 1839 que extinguiu as disciplinas de engenharia civil. Isso parece em tudo semelhante à situação vivida pelo ensino de engenharia português, que se defrontou com o mesmo dilema, mas que o resolveu tardiamente, em 1885 (TELLES, 1986).

Os estatutos vigentes marcaram uma nova época para esta Escola, feliz consequência da separação completa do ensino militar que lhe estava inerente, consagração do progresso das ciências naturais e físico-matemáticas, e provimento dado a várias das nossas necessidades sociais. A Escola Politécnica é hoje um grande centro de instrução profissional superior, ao mesmo tempo que difunde entre nós os mais elevados conhecimentos teóricos das ciências exatas.³⁴

No Brasil, as demandas por engenheiros civis nas províncias e na Corte obrigavam a importação de profissionais estrangeiros, o que acabou por estimular tentativas de criação de escola exclusivamente de engenharia civil. Além do mais em 1858 o Brasil havia já adentrado a Era Ferroviária multiplicando as demandas por quadros técnicos, tanto quanto dado início a um processo

³⁴ BRANCO, Rio apud MILLER, Célia Peitl. *O Doutorado em Matemática no Brasil: um estudo histórico documentado. (1842 a 1937). Área de Concentração em Ensino e Aprendizagem da Matemática e seus Fundamentos Filosófico-Científicos. Rio Claro, 2003.*

Gerais; e, depois de ter recebido as águas de vários rios, entre eles a do Santa Bárbara, a que há pouco fiz referência (217), o Sapucaí desemboca no Rio Grande (218³⁶)

(...)

A fazenda da Paciência, onde me detive e que não deve ser confundida com uma outra de nome idêntico de que também falarei, assemelha-se inteiramente às grandes casas residenciais da comarca de São João Del Rey, na província de Minas, bem como os campos da mesma fazenda assemelham-se aos de Oliveira e de Formiga, também da referente província (219) (SAINT-HILAIRE, 1918, p. 127).



Figura 35: Vale do Ribeirão da Paciência. Ponte sobre o Rio Sapucaí. Fonte: Google Earth. Acesso em: 30 mai.2016.

A chegada ao município se deu por intermédio das fazendas e do ritual de recepção que se estabelece aos passantes e visitantes. A hospitalidade mostra a cultura da casa e da receptividade do grupo que ali se instalou. A casa era organizada para tal atividade: paiol, celeiro e um pátio interno foram descritos pelo autor. Esta estrutura da casa de fazenda, segundo Saint-Hilaire, se assemelha às construções rurais de São João d'El Rey.

A região que atravessei, além de Paciência, difere da que percorra na véspera. A verdura dos campos era como a da nossa primavera, e nas pastagens não se havia ateado fogo durante a seca, motivo porque nas mesmas havia mais folhas novas do que ramas e folhas secas. Por toda a parte o capim flecha³⁷, gramínea essencialmente propícia ao gado, cresce em meio a outras ervas. Se o campo é ainda deserto, descobre-se, ao menos, um belo horizonte; árvores raquíticas não ocultam aos olhos do viajante as ondulações bastante variadas do terreno, e as pequenas montanhas que se elevam ao oriente completam a diversidade da paisagem. Entre essas montanhas, é impossível não ser notada a serra do Baú, cujo nome é devido à sua forma singular (SAINT-HILAIRE, 1918, p. 128).

³⁶ Segundo Luiz d'Alincourt (*Mem. Viaj.*, 58), é no rio Pardo que o Sapucaí desagua; mas Cazal e Milliet consideram-no, como eu, um dos afluentes do rio Grande (*Corog. Braz.*, I, 366. — *Die*, II, 642). Milliet acrescenta que, em 1843, uma sociedade ofereceu ao governo imperial tornar navegável o Sapucaí, numa extensão de 40 léguas, até seu confluente, mas que esse projeto ficou sem ser dado execução, por causa da dificuldade de ser aberta uma passagem através das corredeiras denominadas Itapiché.

³⁷ Capim Flecha. Substantivo Masculino: angiospermas. planta forrageira (*Tristachya leiostachya*), da fam. das gramíneas, nativa do Brasil (MS, MG, SP), de colmo rico em celulose e frutos que aderem ao pêlo dos animais; capim-flecha, flecha, taquarilho.

Figura 36: Capim Flecha. Disponível em:
< <http://plantillustrations.org/>>. Acesso em:
25 de maio de 2016



A contínua descrição dos campos destinados a pastagem e a sucessão de relevo suave ondulado predominam o relvado de capim flecha, gramínea nativa que foi amplamente difundida no uso de pastagens desde os primórdios da dedicação ao pastoreio e a pecuária.

Dentre mais alguns dias ele discorre sua passagem no caminho entre “pastagem e capões de mato”. Além de Batatais, a região continua a apresentar alternativa de pastagens, ele cita o nome mato grosso, provavelmente essa espécie seria o que deu nome à cidade de Nossa Senhora da Piedade de Mato Grosso. E a Serra do Baú continua vigorosa na paisagem (SAINT-HILAIRE, 1918, p. 129).

Nos idos de 1865 formava-se no local um aglomerado de casas de taipa que eram parte integrante das terras da Fazenda Fortaleza onde hoje se localiza a cidade e inclusive foi motivo de citação pelo Visconde de Taunay em seu diário “Marcha das Forças” quando se dirigia para a frente de batalha da Guerra do Paraguai: “Neste alto começa a formar-se uma povoaçãozinha que consta já com algumas casas de taipa. O local é excelente, principalmente pela abundância e qualidade das águas” (Taunay, 1867, p. 27)

Visconde de Taunay ao passar pela região a caminho da fronteira com o Paraguai, no ano de 1867, indo em direção ao campo de batalha da Guerra do Paraguai, descreveu o Povoado de Nossa Senhora da Piedade:

Um extenso planalto domina a serra, e nele se goza de atmosfera puríssima e ponto de vista encantador, em razão da disposição de outeiros mais baixos e pitorescamente dispostos que cercam o serrote. O olhar devassa grandiosa paisagem que se dilata em todos os sentidos a perder de vista. Só, de vez em quando, solitária palmeira destaca altanado e elegante stípote no amortecido fundo de horizontes distantes. Neste alto começa a formar-se uma povoaçãozinha que consta já de algumas casas de taipa, e denominar-se-á Arraial de Nossa Senhora da Piedade. O local é excelente, principalmente pela abundância da qualidade das águas que banham; entretanto as casas vão seguindo direções caprichosas, não presidindo à sua construção nenhuma consideração de alinhamento. (TAUNAY, 1867, p. 132)

A marcha de ocupação do sítio da cidade de Altinópolis, desse ponto de vista, pode ser observada no sentido oposto ao dos entrantes e bandeiras. Até finais do século XIX esses movimentos contribuíram por alterações nas fronteiras entre os estados e a questão fundiária, aos poucos, vai se ajustando às condições topográficas.

Logo a descida na primeira baixada do terreno, corre o Ribeirão de Nossa senhora da Piedade de Mato Grosso, com profundidade de

0,11m sobre 2,20m de largura, existindo para o trânsito um pontilhão de madeira em bom estado com 8,80m de comprimento, e 3,52m de largura” (TAUNAY, 1867 p. 58)

Das tais fazendas que compreendiam a área do município e que tentavam, através da doação de terras aos patrimônios eclesiásticos, desde os anos iniciais do século XIX, a formação do Patrimônio Religioso à Nossa Senhora da Piedade, nenhuma delas foi aceita pela Igreja em função da não obediência à normas estabelecidas pela Câmara Episcopal. Isto se deu em função da não legitimidade das terras em nome de seus proprietários, ou mesmo dos valores mínimos exigidos.

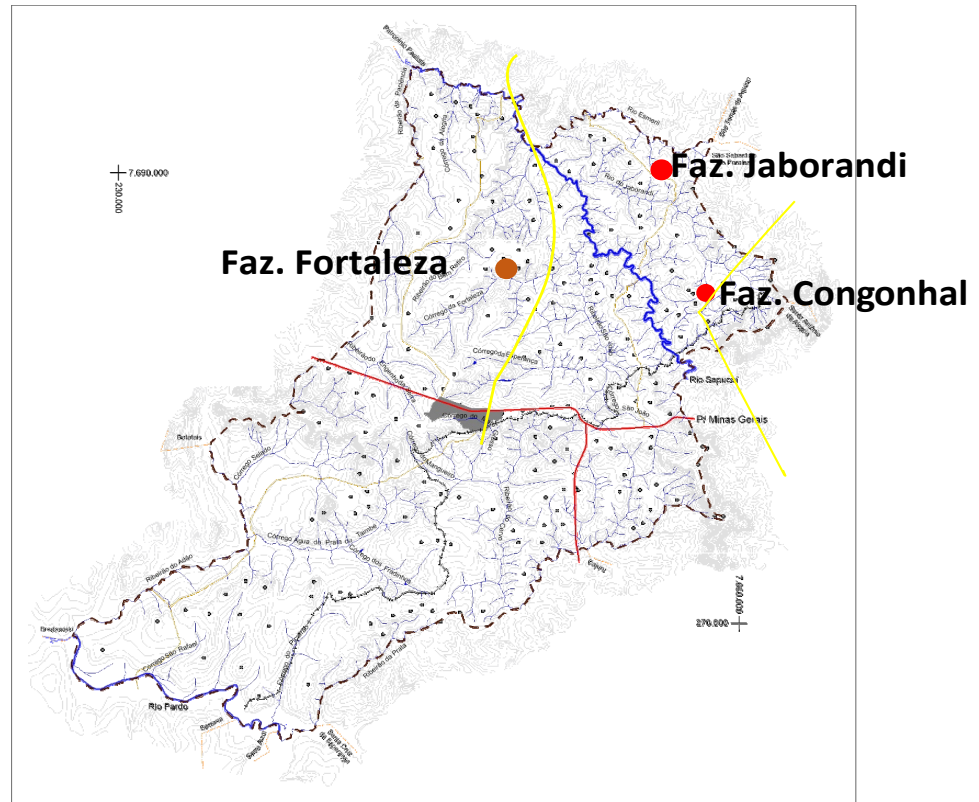


Figura 37: Localização das fazendas Fortaleza e Jaborandi nas proximidades do núcleo urbano.

A vegetação e o plantio

“Pastagens e capões de mato” (SAINT-HILAIRE, 1918, p. 125). Um misto de civilidade e rusticidade já demarcam a presença da pecuária e de resquícios de paisagem natural ao longo do caminho e a monotonia da paisagem são quebradas pela presença de intercalação de terrenos arenosos com árvore raquítica e a suplantação das terras de coloração vermelha. Isto indica que está nas proximidades de solos mais férteis e de altimetria mais elevada, portanto mais próximo do núcleo urbano de Altinópolis.

O autor está preso à descrição da paisagem nas proximidades do curso d’água do Rio Sapucaí. O contraste é de novo apresentado por uma alteração da variabilidade da paisagem, a presença da sapucaia (*Lecythis*) nas margens do rio.

A duas léguas de Santa Bárbara, encontra-se o rio Sapucaí (rio das Sapucaias, nome que o mesmo deve a essa espécie botânica, que antigamente crescia em suas margens, e que, talvez, ainda ali vegete atualmente) (SAINT-HILAIRE, 1918, p. 126).

Entre elementos naturais e da própria civilização, o autor descreve o estado de conservação da infraestrutura que contribuía para a mobilidade dos indivíduos que por ali trafegavam neste território.

É desnecessário dizer que a ponte de madeira, pela qual atravessei o rio Santa Bárbara, estava em péssimo estado de conservação, pois, no interior do Brasil constroem-se pontes, que são em seguida abandonadas trânsito dos animais (SAINT-HILAIRE, 1918, p. 126).

Há dois pontos de inflexão aqui. Primeiro a questão das obras e a interiorização de técnica para realização da desconstrução do espaço natural que paulatinamente ocorrera, mesmo nos lugares mais longínquos das áreas urbanas já bastante povoadas. E em segundo lugar, a utilização da vegetação dos arredores das áreas urbanizadas.

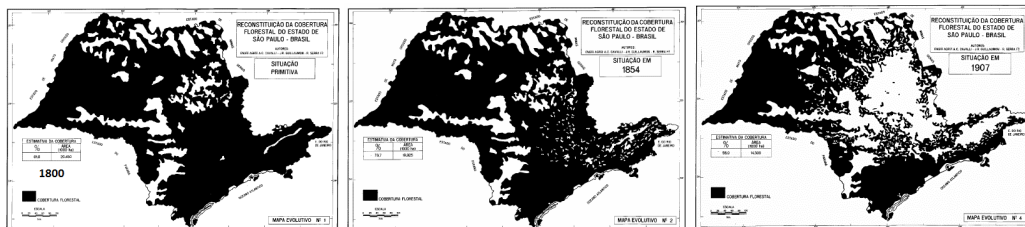


Figura 38: Reconstituição da Cobertura Florestal do estado de São Paulo em 1935. Fonte: Fonte: VICTOR, 2010.

O ano de 1900 marca, aproximadamente, o início das preocupações conservacionistas no Sudeste do Brasil. Essa região, agora a mais densamente povoada, urbanizada e industrializada do país, já foi totalmente coberta por florestas, mais da metade das quais existiam em 1900. Desde então, o debate público e as campanhas conservacionistas argumentaram, mas não puderam impedir a destruição da floresta primária (DEAN, 1995, p. 102).

A característica das florestas nesta região é a floresta subtropical de altitude: também como as duas anteriores, pouco expressiva em termos de área, recobrando originalmente as vertentes das serras da Mantiqueira e da Bocaina, em direção ao planalto paulista, sempre nas altitudes superiores a 900 metros.

De lá para cá muitas culturas se instalaram na área do município de Altinópolis, configurando a constante desconstrução das reservas naturais de seu território. Não só os rios, mas a vegetação sofreu com o abate e na atualidade restam poucas áreas de mata nativa em toda a sua extensão.

No mapa a seguir podemos visualizar a localização das principais áreas naturais do município e realizar proposições visando sua conservação, além de planejar de forma mais adequada uma expansão da área urbana. Conforme dados obtidos pela Equipe do Plano Diretor as áreas naturais totalizam 25.971 hectares e perfazem um percentual equivalente a 27,86%.

O Mapa de usos da terra foi confeccionado a partir da plataforma MapInfo com base em imagens retiradas do Google Earth e arquivo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foram digitalizados todos os tipos de uso e ocupação do solo para o município de Altinópolis. Vê-se uma variedade de culturas e inclusive nas imediações da cidade, onde se mantém a cultivo de café.

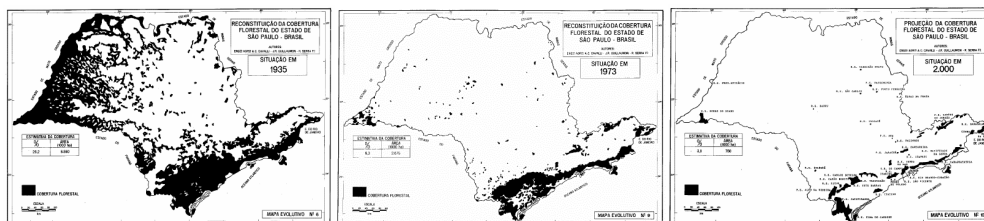


Figura 41: Reconstituição da Cobertura Florestal do estado de São Paulo em 1935. Fonte: VICTOR, 2010.

A promulgação da Lei de Terras e as posses que aconteceram em sua decorrência aceleraram a ocupação pelo plantio em toda a região. O café se instalou por volta de 1871, a terra passou a ser ocupada com o plantio de várias espécies:

Por volta de 1900, boa parte da incalculável riqueza da floresta original foi reduzida a cinzas a fim de produzir gêneros para exportação: açúcar, principalmente ao longo da costa, e café no planalto. Este último era especialmente demandador de florestas porque acreditava-se que apenas terras recentemente limpas da mata primária eram apropriadas e porque o cultivo do café e seu trato eram feitos ineficientemente. O mercado do café em expansão estimulou a especulação com a terra, levando o desmatamento e o cultivo bem além da demanda mundial, cultivo este feito em boa parte em terreno inapropriado. As áreas remanescentes com florestas foram degradadas pelos caçadores comerciais e coletores de plantas medicinais e de orquídeas para exportação. Um observador estimou que 400 000 peles de beija-flores e 360 000 de outros pássaros foram exportadas num curto período de tempo (GUENTHER, 1931, p. 181)

3.2 Trama: Topografia e cultura

A desconstrução da paisagem aqui está sendo empregada no sentido da compreensão de uma trama local (dada a alteração de escala). Entendendo que os objetos que estão associados a ela também se vinculam a um plano da superfície, constituindo o volume dessa paisagem. Assim a paisagem assume a condição de conjunto formado pela disposição física de objetos sobre esse plano e isso se assemelha ao projeto de uma cultura sobre o espaço.

Por cultura entende-se como a capacidade humana de relacionar-se, através do trabalho, com a criação de algo que não existe de imediato, mas que está em constante construção (CHAUÍ, 2016). A linguagem atribuída aos objetos construídos apresenta elementos da cultura construída sobre o espaço, assim como os tornam presentes nesta existência. Assim também, a memória torna a vida presente, aproxima o passado e o futuro que não está.

A paisagem é o constante trabalho do homem sobre a terra. Dela emergem as principais formas, mais perceptíveis a partir da compreensão das regras e técnicas aplicada à superfície do solo. Assim, a cultura de construção dessa paisagem é produção constante, é igual em todos os lugares, mas radicalmente diferente em cada um deles.

A Cidade, nas palavras de Bernard Lepetit (2001, p. 191-226), é “um objeto complexo a solicitar a confrontação das interrogações das ciências humanas”, em primeiro lugar, vale destacar que o processo de urbanização, embora tenha sido feito no esforço de afastar cidade e campo e desligar a cidade da ordem natural, integraram as orientações para constituição do espaço da cidade e seu processo de modernização, mas não se concluíram integralmente. Ao considerar que os materiais com que são construídas provêm da natureza, por exemplo, é possível percebermos uma intensa inter-relação da cidade como matéria construída e o lugar onde se instalou.

É então necessária a observação do conteúdo destas ações sobre o espaço da cidade como a diluição da fronteira entre o natural e cultural, com o cultural passando a ser o natural em outro plano, pois a energia que o movimenta provém da natureza. Pensar a cidade tornou-se tarefa fundamental para diversas disciplinas que, ao refletir sobre o par: urbanização e questões ambientais, viram-se obrigadas a pensar a malha urbana junto à escala territorial. A combinação de elementos construídos e ambiente natural podem ser entendidos pelo uso do termo paisagem (SOFFIATTI, 2003, p. 25).

A dimensão de uma malha nunca é — ou quase nunca — aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais (RAFFESTIN, 1974, p. 11)

Portanto a paisagem evoca representações e valores atribuídos a ela por uma cultura. E esses valores assumem propriedades em uma escala própria. Os contrastes e contradições deste ato de reter, reproduzir ou distinguir elementos significativos (culturais ou naturais) fazem com que seja imprescindível a distinção de um observador ou de vários observadores.

A paisagem nas cidades contemporâneas em geral e não exclusividade das de grande porte, tem passado por intensas transformações nos últimos anos. Vemos que este efeito é proporcional ao aumento dos riscos de perda de valores naturais, culturais e históricos dessas paisagens. Assim, surgiram diversas iniciativas com pressuposto de obter uma adequada gestão da paisagem. Considerando a necessidade de que a gestão da paisagem passe a integrar as políticas públicas urbanas, um importante desafio e contribuição que pretende este trabalho, é o de propor uma possibilidade metodológica para seu estudo, interpretação e avaliação (COELHO, 2011, p. 12).

Não apenas o processo histórico, mas a mudança na geografia torna o objeto fortemente sujeito a esta ação espaço-tempo, bem como a necessidade de renovação contínua das técnicas de modificação do espaço. Deste ponto, a dimensão geográfica destas transformações pode ser entendida como a dimensão humana da forma construída. Ao espaço são atribuídos valores de utilização simbólicos capazes de reforçar a dualidade paisagem natural e artificial.

A nova crise incide no ponto nevrálgico de limites do uso dos espaços artificializados ao extremo e a inobservância das preexistências como objeto de análise. Como objeto de estudos tem-se a cidade de Altinópolis para que sejam apreendidos os efeitos da implantação de diferentes técnicas diante do quadro do processo civilizatório e da presença do homem neste espaço. Serão observadas neste contexto, as variações escalares na constituição da paisagem cultural no processo de introdução da técnica (BESSE, 2009).

Desse modo, a urbanização cria, não só novas paisagens, mas novos ecossistemas. Nesse sentido,

... a cidade pode ser considerada como um ecossistema incompleto ou heterotrófico, isto é, dependente de grandes áreas externas a ele para obtenção de energia, alimentos, água e outros materiais, diferindo dos sistemas heterotróficos naturais por seu maior metabolismo, maior necessidade de entrada de materiais e maior fluxo de saída de resíduos. (GERMAINE, 2010: 15-16)

A paisagem é um espaço organizado, portanto não é simplesmente uma representação mental, é uma superfície carregada de valores de uso, ainda que instintivamente entendamos que se trata de um ambiente com certo grau de permanência e com caráter próprio, hora topográfico, como é possível perceber, hora cultural, sobretudo, porque se trata de um espaço comum a um grupo social específico que o molda constantemente.

Pelo solo toda paisagem é transformada em objeto cultural. Não somente porque é vista por uma cultura, se não porque é produzida sob um conjunto de práticas econômicas, políticas e sociais e segundo valores que, de certo modo simbolizam a paisagem. Portanto, o objeto primeiro que deve chamar a atenção de quem estuda a paisagem é a maneira como a comunidade sistematiza o espaço. Ler a paisagem é extrair os modos de organização do espaço, o que significa, por exemplo, responder as seguintes perguntas:

1. Como o grupo social ou os grupos sociais traçam uma fronteira e repartem as terras entre as famílias para indicar uma abordagem da questão fundiária e como a questão da terra incide sobre a Trama?
2. Como se dá a construção de um sistema de mobilidade e interligação dessas famílias no território?
3. Como se dão as reservas de terra para o uso público e se ele informam sobre o uso da paisagem?
4. De que

forma ocorre a oferta do verde nesse espaço? 5. Quais os elementos mais marcantes e suas formas espaciais, bem como a diversidade desses componentes estruturantes da paisagem? 6. Quais as dinâmicas entre esses elementos e as continuidades possíveis de serem apreendidas entre eles no espaço?

Ocorre que a pergunta sempre será um aporte metodológico necessário para a paisagem. O mosaico que forma à medida que nos aproximamos da realidade da cidade é específico dessa abordagem da paisagem. O desafio inicial é como compreender os processos que incidem na contínua transformação do espaço natural e quais os efeitos dessa transformação para a composição da paisagem. Assim, o procedimento adotado para a descrição da paisagem na Trama é o uso de peças gráficas construídas a partir do acervo de documentos organizado e sistematizado no decorrer dos anos de pesquisa.

A regra, a técnica e a política: estruturas territoriais

A percepção dessas estruturas na cidade contemporânea requer agora um distanciamento crítico e no caso de Altinópolis, requer a busca de novas formas de conceituação. Entendendo a memória como registro do estágio de civilização e aprimoramento de técnicas, desconstruir é desconstruir a informação no território. O discurso político do progresso é a ferramenta política de desconstrução da memória?

A análise destas temporalidades³⁸ pressupõe uma justaposição³⁹ dos espaços construídos especificamente em cada era e sua continuidade no tempo para a consolidação de movimentos da sociedade sobre o espaço.

O século XIX foi representativo para diversas cidades, na medida em que veicularam por muitos lugares os ideais de melhorias urbanas frequentemente provenientes das capitais de estados que polarizavam pensamentos vindos de países europeus. O momento eufórico de crescimento e desenvolvimento urbano, por qual passava a capital da província do estado de São Paulo, disseminou as propostas de reformas urbanas promovidas no âmbito

³⁸ Para Lefèbvre (1975), a periodização do tempo histórico divide a história do homem em três grandes eras: a era agrária, que se refere exploração do espaço e do tempo a partir de uma relação rito/mística; a era industrial, que se tem como consequência o espaço derivado do valor de troca; e a era urbana, por tratar especificamente da construção da sociedade urbana. Lefebvre considera que a urbanização está prenunciada desde o princípio. Desde os primeiros tempos da vida humana estiveram presentes as práticas sociais da reunião e do encontro que caracterizam a forma urbana.

³⁹ NOVARINA, Gilles. *L'architecture Du Territoire: de la mesure au dessein*. 1982. Disponível em: <http://www.analesdelarechercheurbaine.fr/IMG/pdf/Novarina_ARU_82.pdf>. Acesso em: 27 set. 2015.

da administração pública pelo interior paulista. Logo, iniciativas em modernizar e melhorar as cidades foram sendo implementadas.

Ante os problemas gerados pela acumulação do ‘exército de reserva’ nos espaços urbanos, também se acumulavam as emergências quanto às questões de ordem sanitária em favor de áreas urbanas que sofriam com epidemias. Este conjunto de problemas sociais⁴⁰ acaba por tornar a cidade o lugar da desordem, principalmente por não poder ser comparada à imagem das metrópoles europeias. Assim, as intervenções urbanas na Primeira República restringem-se na principal tentativa de criar uma nova imagem para a cidade brasileira em conformidade com o modelo estético europeu.

A cidade passa a expressar o desejo de modernização das elites, levando as massas populares a serem expulsas das áreas privilegiadas. Os avanços tecnológicos destas intervenções foram incisivamente implantados e tinham como objetivo, segundo Lanna (1996), “ordenar e controlar o social, afastando o pobre das áreas destes melhoramentos” (LANNA, 1996, p. 12)

O poder público tornou-se elemento fundamental para a formação da sociedade urbana de nosso país, tanto por impor-se no sentido da construção de novas posturas para a definição de “práticas política e jurídica” que beneficiavam as condições para acumulação urbana, como por subsidiar desta forma as reivindicações dessa elite, garantindo-lhe ganhos sobre o espaço da cidade, através de investimentos em melhorias e leis criadas e aplicadas no espaço da cidade (RIBEIRO, 1997, p. 54).

As intenções em controlar a cidade que crescia e que via serem intensificadas as maneiras de ocupação do seu chão, obrigavam o poder público a tomar atitudes que determinavam espaços resguardados a certas atividades e que também controlassem o modo de ocupação deste espaço. As diversidades de ocupação do ambiente urbano exigiam ordem nova para o social e o urbano.

A multiplicação das formas de ocupação na cidade, bem como a intensificação da vida urbana, acabou cobrando outra tensão e outras posturas diante das novas condições apresentadas neste ambiente. As novas imposições feitas por meio de Códigos de Posturas tardaram a chegar, principalmente em cidades em franco crescimento urbano como São Paulo e vieram, por final, de uma forma muito precária também para outras cidades.

Para Murillo Marx (1989),

A própria São Paulo, conquanto sede de capitania, depois dum bispado passando de vila a cidade, não dispunha e nunca dispôs, em toda a fase colonial, dum código de posturas. Ainda que com os avanços legislativos atinentes à administração municipal e talvez devido aos recuos de atribuição, ocorridos ambos principalmente a

⁴⁰ Para Ribeiro, ainda no século XIX, tem-se a origem do urbanismo “no interior do projeto social de construção do Estado do Bem-estar” (RIBEIRO, 1997, p. 52-70).

partir de 1828, a capital paulista só conhece uma codificação de suas posturas nas vésperas da República (MARX, 1989, p. 41).

As cidades, tanto as marítimas quanto as do interior do país, continuaram a acumular em suas Câmaras um corpo de lei que, no início da República, formaram as possibilidades de intervenção das idéias do urbanismo enquanto corpo teórico para a concepção do urbano no Brasil. Em oposição às Câmaras, também a Igreja Católica impusera-se em tempos mais remotos sobre o controle da ocupação urbana, reiterando-se de seu interesse em controlar e definir o território ocupado, onde legislava também sobre a propriedade da terra e controlava as intervenções de melhoramentos nestes espaços.

Algumas medidas impostas pelo governo, que necessitava de um plano⁴¹ de rompimento com o Brasil arcaico, podem ser analisadas como contribuintes do cenário presenciado em meados do século XIX e que dispôs modificações nas relações entre o Brasil agrário e o urbano. É possível que a primeira delas esteja associada à Lei de Terras, promulgada em 1850, que ‘tornou a terra uma mercadoria’; o fim do tráfico negreiro, que possibilitaria a entrada de mão de obra assalariada; bem como a postura do governo com relação a possíveis alterações que se refletiram no âmbito urbano; ou ainda a entrada de capital estrangeiro nas intervenções urbanas, além das benfeitorias de um modo geral.

A retrospectiva sobre a noção de escala de entrada da paisagem na cidade é equacionada para compreender quanto de cidade está dentro da paisagem? Como a cidade se estrutura dentro daquele território, progressivamente aberto a cidade em direção ao rural (RETTO JUNIOR, 2009).

O que a cidade contém corresponde assim ao resultado de um jogo de posições de objetos e/ou fenômenos que se situam ao mesmo tempo sobre esse espaço e que faz parte dele, trata-se das posições e expressões, do ponto de vista, da composição, exposição e nova orientação desse mundo material.

O traçado das cidades nesta época, geralmente se apresentava como um “tabuleiro de xadrez” e tinha por base esquemas ideais, de tendência geometrizar, cujas origens mais remotas chegavam a Vitruvius, e, ligavam-se ainda às experiências das cidades dos fins da Idade Média, com suas malhas e suas plantas retangulares.

E ao observar o traçado urbano e as estruturas principais da cidade que aqui se coloca como objeto de estudos, veremos que um desenho da cidade da antiguidade é estampado em meio ao seu sítio natural. O traçado ortogonal foi o ordenamento mais comum nas cidades do oeste paulista e no caso

⁴¹ “O governo imperial, ao tentar definir uma política nacional sobre a implantação de uma rede ferroviária, considerava as possibilidades de expansão econômica, de integração nacional e regeneração regional que poderiam daí resultar” (LANNA, 1996, p.).

de Altinópolis não foi diferente. Assim também, e igualmente importante, nota-se o traçado que deu origem às primeiras ruas definidas pelos ditames da Câmara de Vereadores, em meados do século XIX.

Frequentemente o traçado em cruz caracterizou um gesto cristão de demarcação do território, e neste sentido, apoiava-se no domínio da terra e na consolidação de um sistema de poder sobre este espaço. Pode-se entender, desta forma, que uma estratificação da paisagem concorda com formas diversas de imposição de culturas variadas sobre o espaço.

Em 25 de junho de 1900, alguns moradores relutavam em pagar o imposto foreiro, ou imposto fabriqueiro. É que os moradores eram obrigados a pagar anualmente esse imposto por terem construído suas casas nos terrenos pertencentes à Paróquia. Reivindicavam a posse definitiva de suas casas sem depender do imposto anual. Por ocasião desta reunião, dá-se a primeira visita do bispo, porém sem resultado positivo para os moradores (Atas da Câmara de Vereadores de Batatais 1875-1918).

Respectivamente, a paisagem natural - aquela dotada de processos agrícolas, e a arquitetura, correspondem a períodos com distinto grau de civilidade, sendo a arquitetura a etapa dotada de maiores feições deste caráter. O espaço não é resultante formal de uma única cultura ou grupo presente neste espaço, senão de uma diversidade de formas de interação e de alteração do espaço ao longo de sua história.

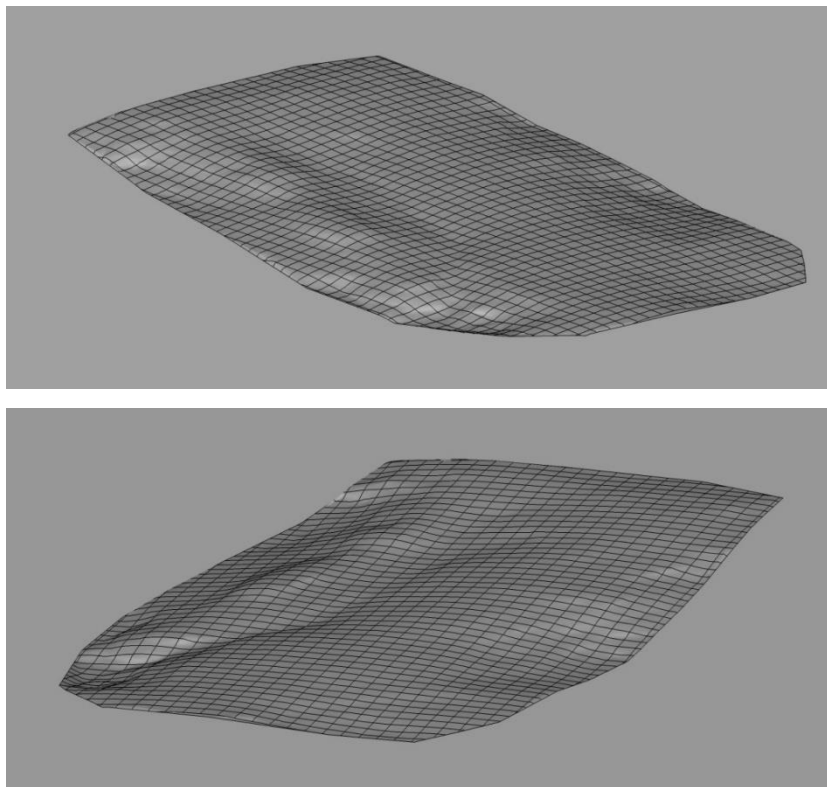


Figura 42: Malha ortogonal sobre o modelo 3D. Inspira a certa racionalidade de intervenção no território e simula a lógica de implantação do traçado tipicamente ortogonal e ordenador da forma de ocupação do território. Fonte: a autora.

Nos idos de 1865 formava-se no local parte integrante das terras da Fazenda Fortaleza. Na Primeira Ata do Município de Altinópolis consta o

termo de tombamento, e na página 10 deste documento de 1876 estão descritas as barreiras físicas que definem a então criada freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Mato Grosso.

...tem princípio na barra do segundo córrego, que fica para cima da ponte do Rio Sapucahy, estrada geral de São Paulo por este córrego acima até o alto, que neste para o alto até o córrego batatais e pó este córrego Cascavel até sua cabeceira.

Seu registro aponta que

Em 1875, após ouvidos os municípios de Batatais e Cajuru, demarcados e estabelecidos os limites territoriais foi elevada à categoria de Freguesia de N. S. da Piedade do Mato Grosso e Distrito de Paz pela lei estadual nº 5 de 08 de março.

Nesta mesma data é autorizada a construção do 1º cemitério, onde hoje se localiza o Hospital de Misericórdia, nas imediações da praça central da cidade. E em 1884 foi nomeado o primeiro fabriqueiro do lugar que dá a seqüência no arruamento.

Sendo lei imperial a obrigação do culto da Igreja Católica Apostólica Romana, e tida como consenso popular sua doutrina, Altinópolis não fugiu à regra e sujeitou-se a suas imposições. Em 1884, com o objetivo de se fundar o Patrimônio de Fábrica é aceita então a doação de terras das fazendas Fortaleza. Assim, “obedecendo a Constituição de 1687 sobre as condições da implantação da Igreja, bem como as dimensões do largo, traçados de ruas e travessas”, foram seguidas as exigências da lei. Estas, por sua vez, eram fiscalizadas por um religioso, nomeado pela Igreja, o fabriqueiro.

Em geral, a relação da Igreja com a formação e consolidação de muitos núcleos urbanos foi condicionada pela observância às normas ditadas pelas sedes de Dioceses. A dominação da Igreja pode ser verificada quando da autorização desta, em complemento à ação judicial que discrimina a divisão de terra, para que se configurasse a doação das mesmas.

Aos fabriqueiros compete aforar ou conceder datas de terrenos pertencentes ao patrimônio das igrejas, assim como dar aplicação ao producto das concessões feitas; e, si ha contestação entre as Camaras Municipaes e as Igrejas Matrizes, como tem havido em pleitos julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado sobre o dominio e posse desses terrenos, devem os interessados recorrer ao poder judiciário⁴².

As categorias estariam vinculadas às gratificações dos fabriqueiros, 10% sobre as de 1ª categoria e 5% sobre as de 2ª categoria. Conseqüentemente, seus vencimentos, que eram retirados dos rendimentos anuais das Fábricas, estavam diretamente relacionados às várias transações feitas com as terras urbanas. Interessava ao fabriqueiro o maior número de operações imobiliárias possível, bem como a valorização do solo urbano.

⁴² Parecer do Conselheiro Saldanha Marinho endereçado ao cônego Tomaz Affonseca e Silva, datado de 31 de outubro de 1885 (GHIRARDELO apud ALVES, 1897, p. 571).

Mesmo antes de 1889 portanto, eram comuns conforme o conselheiro, as demandas entre Câmaras e Fábricas. As edilidades consideravam que a Igreja, por intermédio das Fábricas, enriquecia-se à custa do solo urbano, e também, suspeitavam de muitos, do próprio fabricante.

A doação foi feita onde já havia o agrupamento de “casas de taipa”, ainda que de edificações simples, caracterizava uma demarcação importante do núcleo original de cidades. As primeiras casas foram construídas sob o divisor de águas da área de influência do córrego Mato Grosso. Córrego esse responsável pela marcação das terras de doação à Nossa Senhora da Piedade, ainda nas primeiras décadas do século XIX.

Pressupõe-se que a utilização da terra na cidade é a base sobre a qual se dão as relações de produção, circulação e a divisão do trabalho, assim como a distribuição da riqueza socialmente produzida. Tais efeitos são relevantes na configuração urbana bem como na constituição de novas “atividades tipicamente urbanas”, desencadeando-se assim um constante processo de intensificação da divisão do trabalho social que se expressa em novos usos da terra na cidade.

Dessa forma, o capitalismo se estabelece como estrutura do modo de vida urbano pela modificação da estrutura fundiária, constituindo-se no dispositivo de análise das transformações do novo modo de produção urbana. A cidade, como resultante das relações capitalistas de produção à luz de sua “materialidade” é obra construída, quando se verificam formas diferentes, no decorrer das diversas etapas do desenvolvimento da economia capitalista, e, portanto, dos novos padrões culturais e determinantes históricos da constituição de uma sociedade (BRAUDEL, 1987, p. 22-28)

As pontes e as estruturas de mobilidade na paisagem

Neste ponto a entrada para a paisagem na cidade também recorre a ponte como estrutura territorial. A necessidade de deslocamento de mercadorias e pessoas fora estimulada pela necessidade de comunicação e vemos, ainda no século XIX, a constante pressão da comunidade, através dos documentos encontrados na Câmara de Vereadores de Batatais⁴³.

Assim também as ruas vão necessitar de melhorias e a pressa em realizar as obras puderam ser acompanhadas na documentação.

O primeiro documento data de 1880 e refere-se à autorização para construção nas imediações da praça da igreja, mais especificamente na Rua

⁴³ A pesquisa na cidade de Batatais foi realizada no período de 08 a 19 de julho de 2013. Inicialmente a aproximação se deu por intermédio da Diretoria de Cultura da cidade de Batatais, o que nos possibilitou o contato com pesquisadores e acervos pertencentes à Câmara Municipal, Biblioteca Municipal, Centro de Memória Kaiapó e Museu Ferroviário.

do Comércio, hoje a Rua Honório Palma. Esta rua é a mais importante até os dias de hoje. Por ela se chegava à cidade, desde a cidade de Batatais e aos poucos vemos outras pressões para melhorar seu tráfego, quando pode-se verificar as técnicas que foram sendo empregada.

As pontes têm um papel fundamental neste momento. A ligação entre os núcleos e fazendas denota melhor relação dos moradores com os arredores. Ora por proteção e alerta para eventuais perigos, ora por facilidade de colocarem seus produtos em negócio de forma mais rápida.

Ilmo Srs Presidentes e membros da Camara Municipal de Batataes

Dizem Pascoal Jacinto e Mauro de (sic), negociantes e moradores nesta freguesia que estando à Rua do Commercio que interrompida nos limites do patrimônio fabrica estão então os terrenos da passagem ocupados por plantações diversas. O suficiente tendo urgência nesta cidade de fazerem uma ponte no fim da referida rua para transitarem (...)

25 de janeiro de 1892

Além do interesse pela mobilidade, já se percebe uma necessidade de ultrapassar os limites físicos e obstáculos, evidentemente representados pelo espaço natural. A ordem urbana também aparece já neste trecho recortado das solicitações dos moradores de Nossa Senhora da Piedade de Matto Grosso, pois as plantações entremeavam-se aos espaços já edificadas da pequena freguesia.

Em 1895, o balanço de despesas do Intendente Joaquim Alves da Costa em seu artigo 5º apresenta despesas tais como a autorização para construção de uma ponte em Batatais, um hospital para leproso também na cidade sede e para a Freguesia de Mato Grosso, surge uma urgência e novidade para a época: o trato das águas de servidão.

Lei número 27 de janeiro de 1895

Firma a despesa corsa para o exercício 1895

O cidadão Joaquim Alves da Costa, Intendente Municipal de Batataes faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte lei

Artigo 5º despesas extra ordinárias

(...)

Considerando que a vala pela aqual é, condusida a água de servidão publica na Freguesia do Matto Grosso, é a pior possível, sendo um simples rego (sic) que portanto recebeu as águas dos montes quando de cima e estas águas vão depositar no refferido rego carregado do lixo que concentra.

As cidades maiores e mais ricas nas proximidades estão passando pelo mesmo estágio de pressão por melhorias. Ribeirão Preto, Franca e a própria Batatais tiveram que responder muito rapidamente e alçar o uso de técnicas para que os problemas de salubridade e saneamento da cidade fossem muito rapidamente superados. É certo que esta pressão impulsionou o crescimento e valorização da vida urbana de maneira muito ampliada.

2 de junho de 1896
Secretaria do Estado dos Negocios do Interior
São Paulo 11 de junho de 1896
No. 279

Conciderando, que é refferido rego, na parte, que atravessa a Povoação passa ser grande o número de quintaes onde é deposito de inúmeros desses de terda espece, e que não coirem no dicto rego, para mais ainda danificar a terminando-a por isso sendo conti higienizar Conciderando que um simples melhoramento na ponte em nada melhorará; Indicamos e propomos a Camara que mandem com a maxima urgência fazer encanamento deffinitivo da água.

No ano seguinte, novas solicitações são feitas, mas o parecer foi negativo, pois não havia verba para realização das atividades de obras e de gastos que a construção de uma passagem sobre o Córrego Mato Grosso exigia.

Parecer

A Comissão é de parecer que não dispondo actualmente de fundos suficientes, a Camaram para fazer um serviço perfeito, julgão que não se deve de contra essa medida, mas, entretanto, entendendo que a Camara ante (sic.) ao Intendente a mandar fazer reparos no (sic.) rego, para que só e mesmo servindo até que possa levar a efeito melhoramento desta proposta, logo que os gastos da Camara despesan (sic).

Batataes, 2 de março de 1896

Antônio Bastos

Importante salientar que a palavra *melhoramento*, assim como, higiene e lixo já faziam parte dos discursos que visam atribuir novas formas de ocupar a área que será paulatinamente transformada em área urbana. Pouco se fala na natureza. Neste momento a plataforma discursiva prima por acelerar as transformações sem qualquer cuidado com as reservas de natureza ali presentes.

E com o passar dos anos, já no ano de 1910, a necessidade de ampliar o sistema de mobilidade chega à zona rural, ou teria vindo de seu território, mas é evidente o discurso de melhoramento quando citamos o caso da ponte sobre o rio Sapucaí.

Sub Prefeitura do Município de Mato Grosso Estado de São Paulo
Brasil Mato Grosso de Batatais 26 de dezembro de 1910

Excelentíssimo Senhor

Levo a vosso conhecimento que conversando com alguns empreiteiros de obras em virtude da conversa que tivemos sobre serviço de reparo da ponte do Sapucaí e muros, preço que pude obter foi de um Conto de réis, porém ficando sólido o serviço sendo necessário os materiais seguintes sendo tudo por conta do empreiteiro 50 pranchões de 20 Palmas por 3 polegadas de grossura igual à da terra prova por toda para toda a ponte 8 polegadas vendo de pedregulhos e corrimão etc. Solicito, pois, que providenciais com urgência visto haver grande necessidade de serviço.

Saúde e fraternidade

Ao excelentíssimo Senhor Capitão Nelson

Prefeito Municipal de Batatais

O subprefeito Honório Palma

O problema da servidão foi identificado desde o ano de 1892. A água para abastecimento da população era abundante, pois o córrego Mato Grosso drena a extensão de aproximadamente três quilômetros nas proximidades do núcleo original de Mato Grosso, nas cotas 853 até a nascente na cota 1030.

Foram feitas obras para trazer o canal de água mais próximo do local onde a população havia construído a maior parte das casas.

Ilustre cidadão Presidente d'Intendência de Batatais

Os abaixo-assignados vão respeitosamente empetrar a graça de passar para vossas ordens, affim de mandar examinar que esta intendência mandou abrir com grande despendio para a servidão publica, desta povoação, pois as empreiteiras vierão abrindo o rego unindo ao velho; e quanto chegarão a uma certa altura o perderam para o lado direito, ponto este que não abrangeu mais terrenos que podesse ser servido por esta agoa e o beneficio de muitos, talvez em favorecimento à Machina.

Cidadão Pedro Claro para assim ter mais agoa e mais abundância posi os empreiteiros são da referida família do Cidadão Claro, ocorrendo isto será muito prejudicial para a povoação.

(esperam providências)

Lista com os abaixo assinados

Matto Grosso de Batataes, 16 de julho de 1892

No artigo 1º da lei assinada pelo então prefeito Renato Jardim, fica definido a necessidade de distribuição de água potável para a população de Mato Grosso, além de desprezar a antiga forma de captação, pois começam a observar que o córrego poderia ser utilizado para este fim. O artigo 2º demonstra que os terrenos deveriam ser desapropriados para que a canalização fosse feita de maneira adequada e uma nova ordem se estabeleceu na maneira de tratar a rede de mananciais da cidade. É importante observar que a urgência desta modificação demonstra a necessidade de independência da Freguesia de Mato Grosso em relação a oferta de serviços de melhorias.

Projeto de lei

A Câmara Municipal de Batatais decreta

Artigo 1º São declarados de utilidade pública para o fim descerem desapropriados os mananciais situados na propriedade digo imóvel rural do Doutor Manoel Honório De Oliveira Pinho, em Mato Grosso próximo a respectiva povoação em um dos quais acha se já adaptado para abastecimento de água potável a mencionada povoação e outro encontra se abaixo do local em que essa captação foi feita a próximo no ponto em que passa o respectivo encanamento. Ele é bem assim além de ditos mananciais, os terrenos indispensáveis para represas e mais serviços de captação que constituída no referido imóvel a dita servidão de passagem da água.

Artigo 2º fica o intendente municipal autorizado a promover o processo de desapropriação e pela ordem Orçamentária a canalização de água do Mato Grosso pagar a indenização que for definida

Artigo 3º fica o mesmo intendente autorizado por si ou pelo advogado que constitui a determinar com precisão o local e extinção dos mananciais e terrenos a desapropriar.

Artigo 4º Revogam se as disposições em contrário

Batatais, 3 de novembro de 1903

Renato Jardim

Renato Jardim⁴⁴ teve um papel importante junto à consolidação da Freguesia de Mato Grosso, que através de decreto e lei, aos

⁴⁴ Renato Jardim. Nasceu em 1867, na cidade de Resende, estado do Rio de Janeiro. Era filho de família influente e afilhado de batismo de uma

poucos foi implantando uma forma de gerir a cidade estreitamente ligada à noção de progresso. Na lei 121, de 27 de fevereiro de 1890, o então presidente da Comissão da Câmara Renato Jardim, junto aos vereadores Salatiel Aleixo de Vieira e José Francisco escrevem a lei que solicita a autorização para construção de uma estrada de ferro *trainwago* que sairia de Batatais para ligar Matto Grosso de Batatais a São Sebastião do Paraíso.

Projeto de Lei no. 121

A Camara Municipal resolve:

Art. 1º. Fico o Intendente Municipal autorizado a abrir concessão pelo prazo de 15 dias para propostas de construção de uma E. de Ferro ou *trainwago*, que partindo desta cidade irá até o districto de Matto Grosso, onde conflui até o município de S. Sebastião do Paraizo.

(...)

Artigo 7º revogam se as disposições em contrário batatais 27 de fevereiro de 1900

A comissão

Renato Jardim, Salatiel Aleixo De Vieira

A terceira comissão é de parecer que seja adaptada a redação do projeto Batatais, 27 de fevereiro de 1890 Renato Jardim José E Salatiel

Jardim ainda protagonizou as decisões sobre a discussão da

verba destinada à oferta de água e esgoto no distrito de Mato Grosso. Em 1902, quando ocupava o cargo de Intendente ele acompanhou a autorização vinda diretamente da Repartição de Águas e Esgotos do Estado de São Paulo, que regia a viabilidade de construção dos equipamentos de canalização de água para o abastecimento da comunidade.

Artigos e aparelhos para água, gaz e exgottos

Rua Direita, n 42-A

Campos&Penteado

Importadores

São Paulo 18 de setembro de 1902

Illm Snr. Capitão Renato Jardim

Batataes

Amigo e Snr.

De posse de seu officio no. 114 de 2 do corrente e sciente, cumpre-nos informar-lhe que o Almojarife da Repartição de águas e Exgottos, nos disse que seu pedido será attendido opportunamente e, isto é, relativamente aos materiaes para canalização de águas em Matto Grosso de Batataes, visto não dispor desses materiaes, aquella mesma Repartição.

Ao inteiro dispor nos subscrevemos com toda a estima e consideração.

De V.Sa.

Campos e Penteado

Uma outra passagem interessante é que no ano de 1897 ele seria o autor da lei que obrigava as casas construídas no distrito de Mato Grosso a acrescentar janelas que deveriam de 1,10m de altura e 0,90 de largura, no mínimo.

Lei no. 67

Art. 1º. Ao paragrafo 2 do art. 81 e o Codigo de posturas acrescenta-se “as janelas terão 1,10m de altura e 0,90m de largura no mínimo

importante cafeicultora Da. Maria Benedita Martins, considerada A Rainha do Café na região de Resende. Foi vereador em Ribeirão Preto, de 1905 a 1917, tendo sido prefeito Interino no ano de 1907. Era professor e escreveu o livro Reminiscência, de 1925.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.
A Comissão oferece assim redigida a presente lei
Batatais, 1 de novembro de 1897
Renato Jardim

Transporte Ferroviário

A São Paulo - Minas foi organizada ainda na década de 1890 inicialmente com o nome de Companhia Melhoramentos de São Simão, a Estrada de Ferro São Paulo e Minas tinha o objetivo de servir a duas dezenas de fazendas localizadas na região da Serra de São Simão. Era o começo da história de uma estrada de ferro marcada por muitas dificuldades.

Segundo documentos localizados na Comissão de Inventariança, o contrato foi firmado entre a Intendência Municipal de São Simão e Jorge Cezimbra Fairbanks, a partir da autorização concedida pelo Governo da Província. Representando os interesses da companhia em 19 de agosto de e, em 1893, era inaugurado provisoriamente o trecho de 13 km.

Em 1894, ano em que se inaugurava o segundo trecho, entre a estação de Santa Clara e a Fazenda Santa Clara, também se decretava a falência da Cia. Melhoramentos. Somente em 1897 instalou-se nova assembleia para organizar a Companhia Viação Férrea São Simão, incorporada pelo mesmo Jorge Cezimbra Fairbanks, que reabriu o tráfego e as obras da ferrovia.

Para desviar os trilhos da Serra de São Simão, arrancaram-se os 23 km de trilhos já implantados até a Fazenda Santa Maria e, em 1902, por um caminho diferente, a estrada chegava a Serra Azul.

Outras providências importantes desta administração foram a contratação, com a Mogiana, de entroncamento de linhas na localidade de Bento Quirino e a rescisão do contrato com o município de São Simão, quando ela passou a ser regida por contrato de concessão estadual, que permitiria à estrada, no futuro, sair do âmbito municipal. Entretanto, a situação financeira da empresa tomou-se difícil e teve que ser hipotecada pelo prazo de três anos.

Revendendo a companhia, agora como proprietário exclusivo, Fairbanks a denomina de Estrada de Ferro de São Simão e, em 1906, com a denominação de Estrada de Ferro São Paulo e Minas as linhas avançam rumo a São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais, com o apoio de banqueiros paulistas e capitalistas ingleses. Esse passo inseriu de vez a cidade de Altinópolis no eixo ferroviário do Estado de São Paulo.

No ano de 1905, o decreto de nº 1316, de 13 de setembro, concede ao Dr. Jorge Fairbanks uma licença para a construção de uma estrada de ferro de Serra Azul até os raios de Minas Gerais. No Artigo único do citado decreto a secretaria de obras públicas, através de Jorge Tibiriçá, homologa a autorização. Desde essa data ocorreram as juntadas de capitais para a construção do ramal, em continuidade ao material rodante da Estrada de Ferro São Paulo e Minas, que partia de São Simão no Bairro de Bento Quirino e chegava ao vilarejo de Serra Azul, passando por Serrinha.

DECRETO N. 1316 – DE 13 DE SETEMBRO DE 1905

Concede ao dr. Jorge Fairbanks licença para a construção de uma estrada de ferro de Serra Azul até os raios de Minas Geraes.

O dr. Presidente do Estado de São Paulo,

Usando da attribuição que lhe confere o art. 2º da lei n. 30, de 13 de Junho de 1892, e attendendo ao que lhe requereu o dr. Jorge Fairbanks, nos termos dos §§ 2º e 3º do Artigo e lei citados.

Decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao dr. Jorge Fairbanks licença para construção de uma estrada de ferro de Serra Azul até as raias de Minas Geraes, de conformidade com as clausulas que com este baixam, assignadas pelo dr. secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, 13 de Setembro de 1905.

JORGE TIBIRIÇA'

Dr. Carlos J. Botelho



Dr. Jorge Cezimbra Fairbanks *20/05/1860 - **20/02/1921

Figura 43: Dr. Jorge Cezimbra Fairbanks. Fonte: Acervo Pessoal .

A cláusula que segue o contrato faz uso de um detalhado reconhecimento das terras por onde passam os trechos da Companhia. Entre outros aspectos, o segundo item aborda a área de influência de 100 metros de cada lado da linha férrea por onde deverão ser abertas as “zonas de passagem”. O alerta feito no Decreto nº 1316 salienta as características fisiográficas da região e abre exceção para os casos de “gargantas e declives de serras” onde a zona deverá ser reduzida para 50 metros. No decreto ainda está assegurado que

1º) o caso de outras ou mais estradas terem o mesmo ponto inicial ou terminal; 2º) o caso em que o ponto inicial ou terminal de outra estrada esteja dentro da zona desta; 3º) o caso de entroncamento referido nesta clausula. Decreto nº1316, 1905. Fonte: Acervo Comissão de Inventariança.

Ainda vale salientar que o decreto em análise autoriza no item III, que a Companhia “gosaá mais esta estrada de ferro do direito de desapropriação, nos termos da legislação do Estado, para os terrenos necessarios á construção da linha, estações, armazens e mais dependências”. É de extrema relevância este item do corpo da lei que define um material construído não só na zona rural, mas sobre tudo na cidade. A ferrovia se articula a partir de interesses rurais e transforma em primeira instância a grande região, mas na cidade ela fixa os pontos nas imediações da estação e dos seus arredores. Assim como se responsabiliza em algumas cidades, pela construção de bairros inteiros para seus funcionários e gestores.

Sobre o material gráfico entregue, ele é composto por uma planta geral da linha concedida,

com a indicação dos pontos obrigatórios de passagem configuração do terreno, representada por meio de curvas de nível equivalentes a cinco metros no máximo, e, bem assim, em uma zona de cinquenta metros, pelo menos para cada lado, os campos, mattas, terrenos pedregosos e brejos, e, sempre que for possível, a divisa das propriedades particulares, minas e terras devolutas. Decreto nº1316, 1905.

Nessa planta, em escala de um para quatro mil, serão indicada todas as distâncias quilométricas, contadas a partir do ponto inicial da estrada; a extensão dos alinhamentos retos e curvos; os graus e raios das curvas empregadas. O perfil longitudinal, na escala de um para quatrocentos e para as alturas e de um para quatro mil, para as distâncias horizontais, mostrando por meio de convenção: o terreno natural, as plataformas dos cortes e aterros e as “obras de arte”. O perfil longitudinal deve ser acompanhado de perfis transversais com intervalos de cinquenta metros, além de apresentarem o projeto das pontes, túneis, viadutos e demais edificações. Fica estabelecido no item V do decreto:

d) Projectos completos e especificados de todas as obras de arte necessarias para o estabelecimento da estrada, pontes tunneis, viaductos, pontilhões, boeiros, estações e dependencias, bem como plantas de todas as propriedades da parte cuja desapropriação fôr indispensavel.

e)O desenho dos trilhos e accessorios, em grandeza de execução.

f)Relação do material rodante, contendo o typo das locomotivas, vagões, gondolas e carros de passageiros, na escala de um para cinquenta, ou em catalogos das fabricas (Decreto nº1316).

A companhia também fica responsável por obras nas imediações das edificações e linha férrea que não impeçam o escoamento de águas das propriedades particulares, a passagem das galerias de esgotos urbanos, de águas industriais e agrícolas, e a navegabilidade dos rios (Item X do Decreto nº 1613). Com isto criou-se um repertório de intervenção não só na escala da cidade como também de intervenção no território. Esta ordem é colocada muito claramente no documento analisado, mas a legislação de concessão destas atividades vinha sendo acompanhada pelos avanços no quadro legal brasileiro através da lei de Concessão.

Segundo Lopes (1996) o Contrato de Concessão é o ajuste pelo qual a administração delega ao particular a execução remunerada de serviço ou de obra pública e lhe cede o uso de um bem público, para que o explore por sua conta e risco, pelo prazo e nas condições regulamentares e contratuais. Daí a tripartição “da concessão em concessão de serviço público e de obra pública e concessão de uso de bem público, consubstanciada em contrato administrativo bilateral, comutativo, remunerado e realizado intuito pessoal” (LOPES, 1996, p. 240).

O Decreto 1755, de 27 de julho de 1909, em substituição ao decreto de 1902, trata da concessão destas categorias de obras e no seu artigo 23º exige a postura do engenheiro na execução das obras, mesmo daquelas de

pequena escala e o torna protagonista, assim como, faz referência às peças gráficas entregues no ato de aprovação do projeto. O decreto foi assinado pelo Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, onde no capítulo primeiro explicita a forma de apresentação desse material, o que mostra a necessidade de um projeto feito com racionalidade e reconhecimento dos elementos dispostos no território.

Capítulo I

Da organização dos projetos de obras

1º. Obrigatoriedade de serem apresentados os projetos para serem submetidos a comissões estaduais de avaliação destes;

2º. O projeto deve compreender:

§1º. Plano Geral das obras

§2º. As plantas parciais, cortes, perfis e desenhos de detalhes necessários para se formar uma idéia exata de cada uma das partes da obra.

§3º. Orçamento

Artigo 24º. Os engenheiros ou encarregados serão responsáveis pela boa execução das obras que dirigirem

A Companhia Estrada de Ferro S. Paulo e Minas foi constituída em 11 de Abril de 1908 para o fim de explorar a concessão feita ao dr. Jorge Fairbanks, pelo decr. N. 1316, de 13 de Setembro de 1905, juntamente com o trecho originario de concessão municipal a que se refere o art. 4º deste decreto e o trecho de concessão mineira até São Sebastião do Paraizo. A primeira imagem é da Estação de Bento Quirino, passando pelos galpões construídos neste mesmo distrito, algumas das obras dispostas no território até chegar em Altinópolis (DECRETO N. 2065 – DE JUNHO DE 1911).



Figura 44: Estação de Bento Quirino, s/d ; Galpõesno núcleo urbano de Bento Quirino,s/d. Fonte: acervo particular.

No esquema vemos como foram distribuídas as estações construídas no território do município de Altinópolis ao longo dos anos de 1890 a 1927.

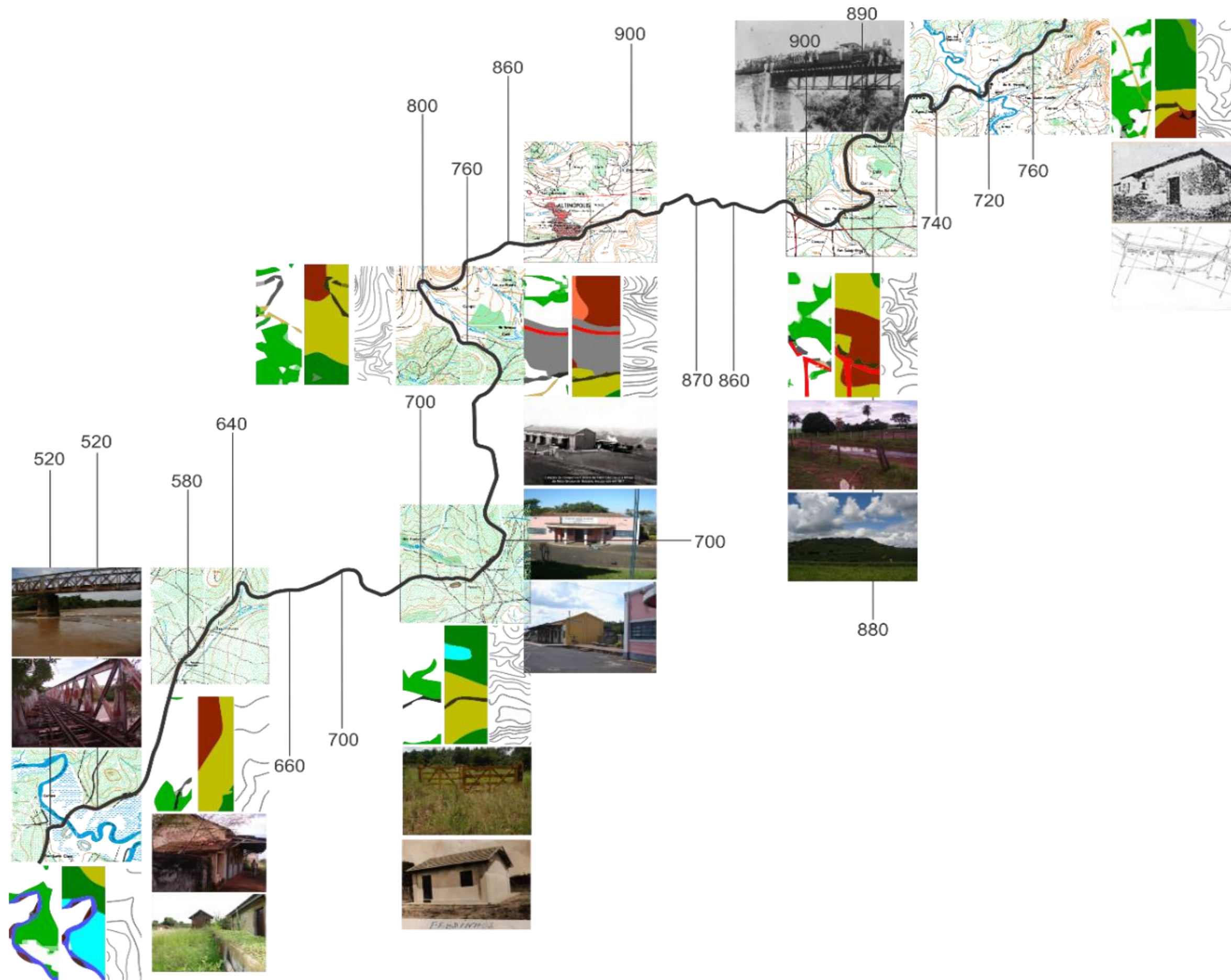


Figura 45: Gráfico de apresentação do material construído pela companhia de Estrada de Ferro São Paulo Minas, de 1890 a 1927. Fonte: a autora

O primeiro ponto na cota 520 pode ser considerado como uma importante articulação entre o natural e o artificial, nele temos a ponte sobre o Rio Pardo. O rio Pardo é a referência geografia de divisa do município de Altinópolis e Serrana e é por onde a ferrovia adentrava o território do município de Altinópolis. Ao longo dos anos, desde a primeira construção da ponte, houve mais de duas tipologias, além das reformas encontradas em registros fotográficos do acervo de imagens presente na cidade. Nas imediações conforme o gráfico aponta, temos uma reserva de áreas naturais apresentada no mapa, assim como, pode-se notar uma topografia bastante suave, pois a planície do Rio Pardo é ampla. Isto dificultava e criava um problema para a sua transposição.



Figura 46: Ponte sobre o Rio Pardo, acesso da ferrovia ao território de Altinópolis. Fonte: acervo particular.

Uma enchente registrada nos anos 1940 obrigou a alteração da tipologia da ponte sobre o Rio Pardo. A estrutura inicialmente executada era de madeira e teve que ser alterada dados os problemas de tráfego nas imediações do rio.



Figura 47: Enchente no Rio Pardo em 1946. Fonte: acervo pessoal.

Na outra ponta, temos outra estrutura construída para transpor o rio Sapucaí, localizado ao norte do município e na divisa com o município de

Patrocínio Paulista. Esta estrutura sofreu algumas reformas, mas se manteve com o mesmo padrão tipológico. Nas imediações do rio Sapucaí na divisa dos municípios já citados, temos a construção da hidrelétrica do rio Esmeril, que conserva suas estruturas iniciais.

A Ponte da Figueira (Figura 48) é constantemente mencionada nos documentos consultados, apesar de não pertencer ao município de Altinópolis, faz parte do acervo de materiais construídos pela Estrada de Ferro São Paulo e Minas. Dentre as estruturas construídas, as estações garantiram a conexão do núcleo original com seu vasto território. Uma cultura transitava pelos vagões que se ligavam à Companhia Mogiana no município de São Simão. O trecho que percorre o município de Altinópolis pertenceu à Estrada de Ferro São Paulo e Minas, mas antes, na origem de sua história, era a Companhia de Melhoramentos de São Simão de propriedade de um médico e ia da cidade de São Simão até a fazenda Santa Maria. Posteriormente foi comprada e seu uso concedido ao Jorge Fairbanks, como já mencionado.



Figura 48: Ponte da Figueira, construída para passagem no município de Serrinha e melhorada nos anos de 1960. Fonte: acervo particular.



Figura 49: Ponte sobre o Rio Sapucaí, 1910. Fonte: acervo particular.

No território de Altinópolis foram construídas cinco estações, como apresentado no gráfico acima. A primeira é a Águas Virtuosas construída em 1912, localizada na cota 580, na extensa planície do rio Pardo. Existem poucos remanescentes de florestas nas suas imediações e predomina, atualmente, o plantio de cana de açúcar. O conjunto arquitetônico era composto de uma casa de fazenda grande que se encontra em ruínas atualmente, da estação principal e de galpões de armazenagem de café, além do conjunto de casas dos operários, que hoje está ocupada por ex-ferroviários.

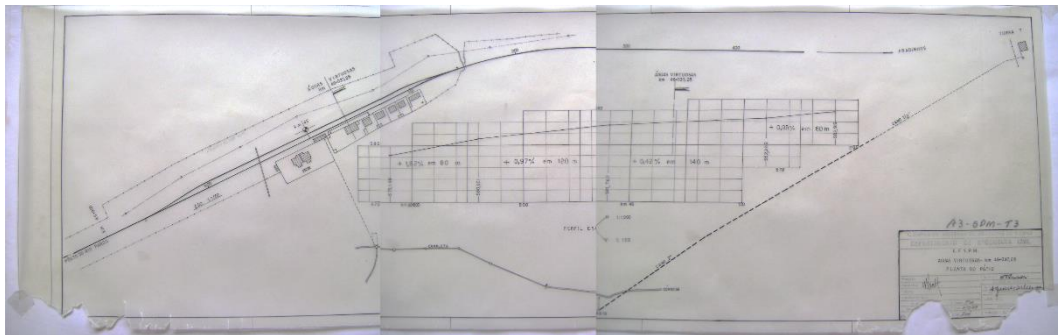


Figura 50: Planta de localização dos edifícios do conjunto Águas Virtuosas. Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.



Figura 51: Localização do Conjunto da estação Águas Virtuosas, Fonte: Google. Elaboração: a autora.



Figura 52: Águas Virtuosas, visita realizada em fevereiro de 2012. Fonte: a autora.

Na área de construção da estação de Fradinhos só encontramos vestígios de sua edificação. A plataforma de embarque foi a única estrutura que não foi demolida. A região onde se encontram esses vestígios é bem plana e fica em meio a uma área de reflorestamento de eucaliptos. O seu nome devia-se ao fato de que um grupo de padres franciscanos ali montou uma casa que deveria se tornar um seminário. Jorge Fairbanks, fundador da Melhoramentos, fez uma homenagem aos frades franciscanos dando o nome à estação, que foi construída no ano de 1912.

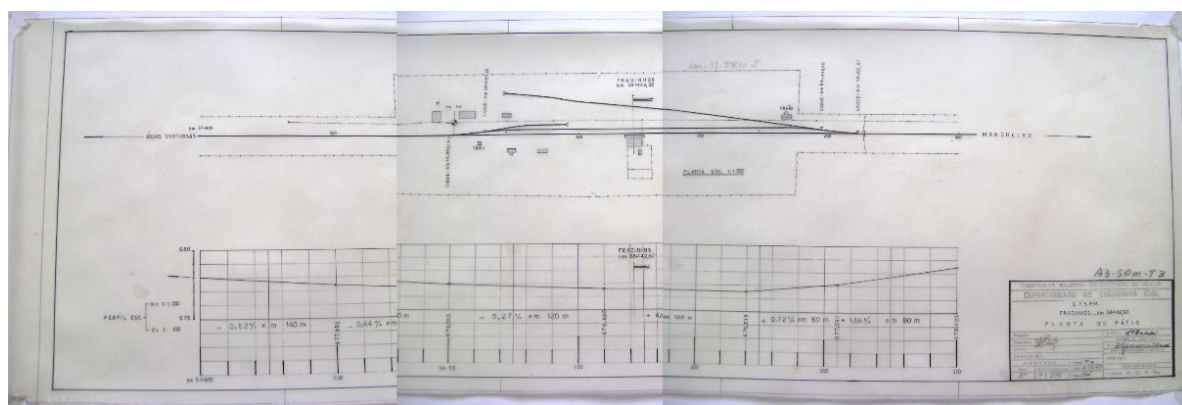


Figura 53: Planta de localização dos edifícios da Estação Fradinhos. Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.

,



Figura 54: Estação Fradinhos. Fonte: acervo particular.

Assim também é o caso da estação Pio Alves. A estação de Pio Alves foi aberta ao tráfego em 1909, com o nome de Congonhal, pois esse era o nome da região onde foi construída graças à presença de um rio de mesmo nome. Mudou de nome nos anos 1940. Em 1969, houve uma grande seca no município de Altinópolis e alguns córregos viraram filetes minúsculos de água, outros secaram. Na estação de Pio Alves, não se podia mais abastecer as locomotivas (ainda a vapor em 1969) porque o córrego que a servia estava sendo desviado para irrigar uma plantação dessas imediações. Hoje não restam as edificações. A região manteve o nome Congonhal e tem relação estreita com a presença do rio.

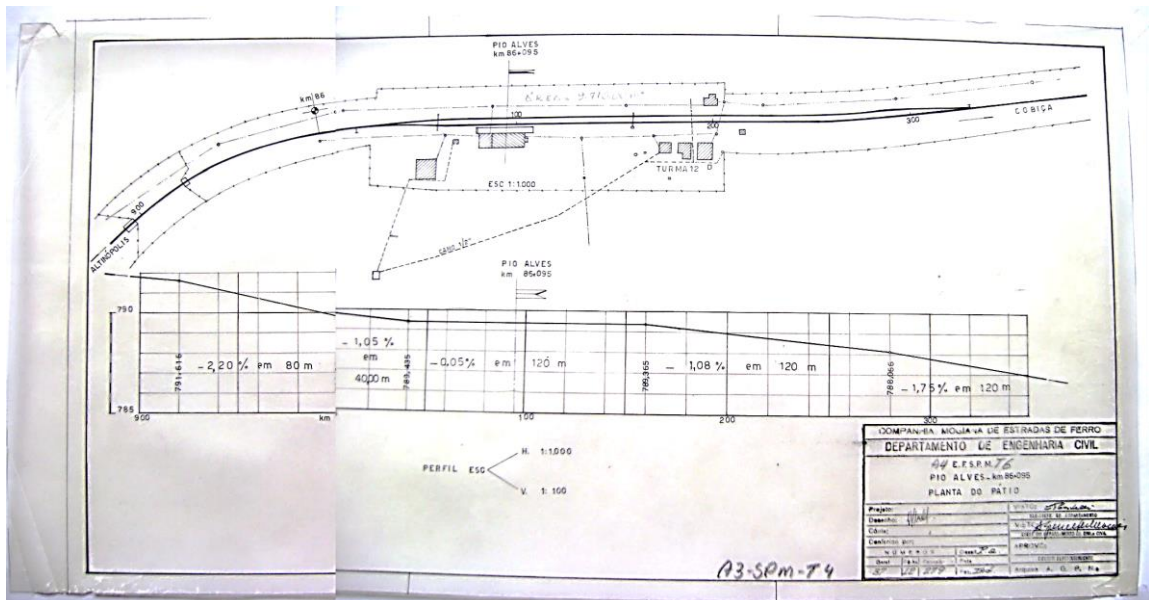


Figura 55: Estação Pío Alves. Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.

A quarta estação construída no território de Altinópolis é a estação Cobiça, que foi inaugurada em 1921. O nome vem da serra pela qual passa a ferrovia nesse ponto. Em 1986, Cobiça estava em mau estado, abandonada e já sem o piso. A própria Fepasa recomendava sua demolição.

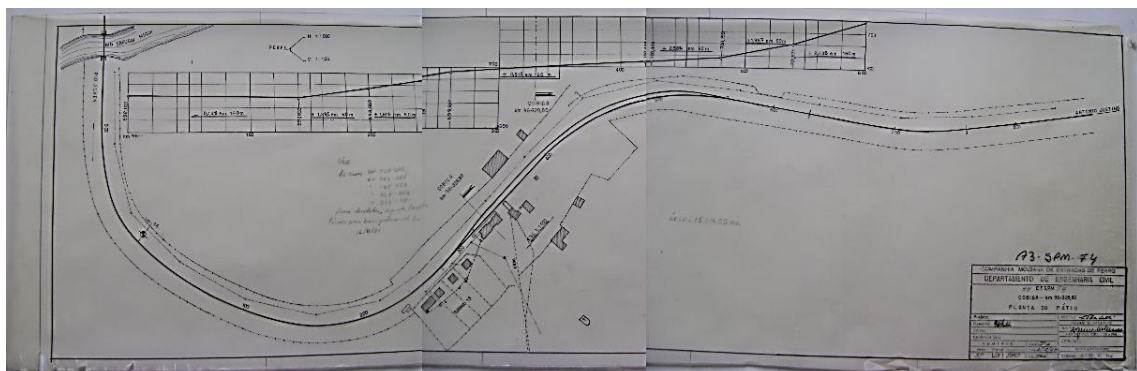


Figura 56: Estação Cobiça, Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.

Em 1909 data a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo e Minas, ligando Bento Quirino à Vila de Mato Grosso de Batatais e também ocorre a construção do Distrito Sede. O conjunto arquitetônico ainda está todo edificado e faz parte dos imóveis não-operacionais da antiga RFFESA - Rede Ferroviária Federal SA. Do lado esquerdo, duas casas de funcionários foram construídas com o fim de abrigar famílias de operários das locomotivas. As quatro casas dispostas no terreno de esquina estão em estado precário e hoje abriga famílias de ex-funcionários da companhia. Foram construídas duas estações, uma mais antiga que foi demolida e que deu lugar a uma maior e com gare mais espaçosa e coberta. A escadaria (1939) construída para fazer uma ligação com a cota da cidade foi desenvolvida no mesmo período da construção do hotel que está localizado à direita na planta acima.

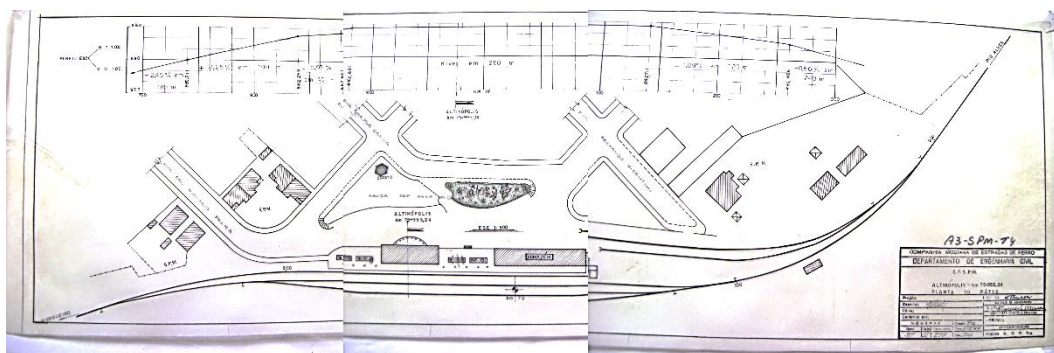


Figura 57: Estação de Altinópolis. Fonte: Comissão de Inventariança, 2013.

O monumento tem relação com o hotel construído nas proximidades do pátio ferroviário. Quando ele o adquiriu, já era deficitário. Em 1929 a siderúrgica faliu e a ferrovia teve suas atividades paralisadas passando à intervenção do Estado que se tomou seu proprietário.

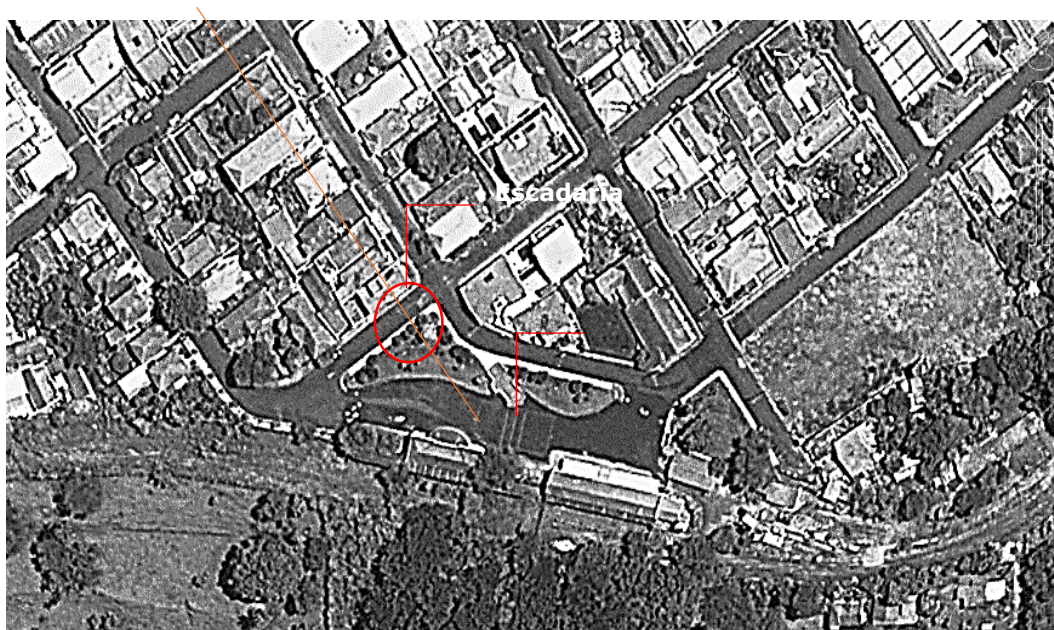


Figura 58: Localização da Escadaria da SPM. Fonte: Acervo Casa da Cultura de Altinópolis.

No ano de 1934 o governo estadual autorizou a reabertura do tráfego no trecho mineiro, assim como o alargamento da bitola de toda a linha de 0,60 m para 1.00 m, além do reaparelhamento do sistema de transportes com a transferência para a São Paulo e Minas de locomotivas e vagões das Estradas de Ferro Araraquara e Sorocabana.

A implantação da escadaria mostra um profundo cuidado com a amarração das cotas distintas da cidade. Na porção inferior (no sopé da escada) que podemos observar na fotografia, encontra-se a Estação da Estrada de Ferro São Paulo e Minas e na porção mais alta a cidade. Vemos a orientação da rua, na ocasião a Rua Renato Jardim.

Depois da restauração do ramal de Serrinha a Ribeirão Preto, concluída em junho de 1944 a São Paulo e Minas passou a desempenhar importante papel para a economia dos dois estados aos quais se via, transportando cargas do Sudoeste mineiro diretamente para as zonas da Alta Mogiana e Alta Paulista. Pelo decreto n. 48.029, de 29 de maio de 1967, a Estrada de Ferro São Paulo e Minas, com 136 km de extensão, foi transferida para a administração da Companhia Mogiana e, mais tarde, pelo decreto-lei de 19 de setembro de 1969, foi transformada em sociedade de economia mista para permitir sua incorporação à Fepasa-Ferrovias Paulista S/A.

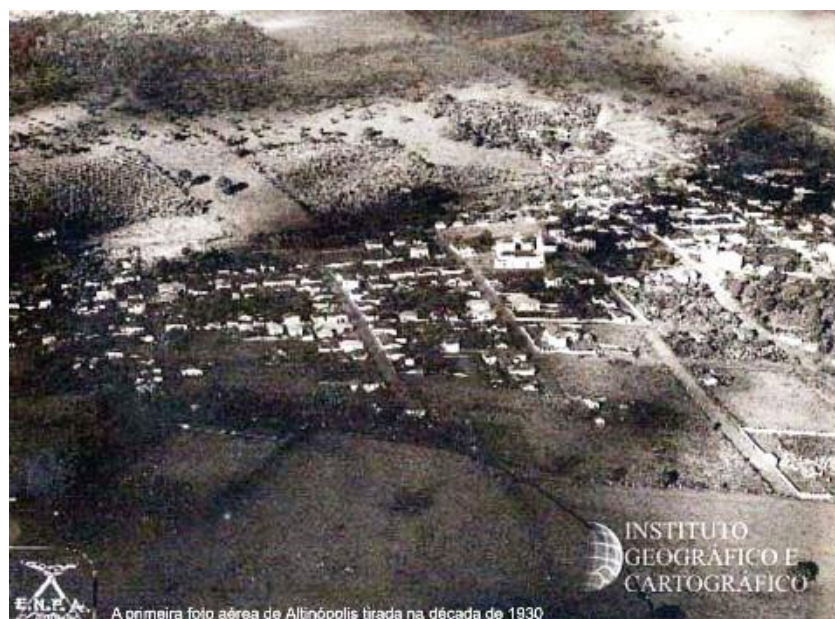


Figura 59: Primeiro mapa de Altinópolis. Fonte: IGC- Instituto Geográfico e Geológico, 1938, Fotografia aérea, década de 1930. Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico. Fonte: IGC



Figura 60: Fotografia tirada na década de 1930. Fonte: acervo particular.

A década de 1930 representou um frescor para cidade, já que foi retomado o trecho rodante da ferrovia, que trazia novas possibilidades para a própria economia urbana. O registro do mapa, assim como imagens, propagandeavam e alardeavam viços esquecidos por um tempo de mercado do café pouco efetivo para a cidade e para a região.

A descoberta do primeiro mapa da primeira imagem aérea e em sequência da fotografia que apresenta a momento maior da desconstrução da paisagem de Altinópolis aconteceram quase no mesmo momento do desenvolvimento desta pesquisa. Assim, algo se revelava e muitas premissas foram sendo colocadas e averiguadas a partir dessa documentação histórica. Foi motivação para investigar como se deu as primeiras formas de relação com a água, pois aparece nos documentos pesquisados na Câmara de Batatais a crescente utilização dos termos melhoramento, abastecimento, saneamento, higiene e a oferta de água foi uma questão abordada pelos dirigentes. No segundo momento a investigação trata de compreender como na cidade esses elementos se fundem.

A investigação sobre a validade da trama como escala ou categoria da desconstrução se completa justamente na sobreposição da estrutura edificada pela companhia ferroviária e a presença do córrego Mato Grosso. Deste ponto, foi necessário fazer o uso de uma nova estratégia para compreender como, no espaço da cidade de Altinópolis, o natural e o artificial se entremeiam para constituir-se a paisagem peculiar que é vivenciada por seus habitantes. E entender melhor como esta trama se faz.

Optou-se por criar a linguagem dos cortes no território para que deles se obtivesse o maior número de informação sobre a estrutura composta pela justaposição topográfica e cultural na configuração do território moderno, na cidade de Altinópolis.

Uso dos mananciais

A urgência para adequar o distrito de Mato Grosso de Batatais aos padrões de oferta de serviços é percebida ao longo dos primeiros anos de implantação da República e inevitavelmente não haveria volta. A escalada do progresso é efetivamente implementada e os temas de moldagem da natureza se somam a esses ideais de transformação e de melhorias.

Parecer no ?.

A primeira comissão tendo examinado a petição do Snr. De Oliveira Pinhão pedindo a indenização de 3 contos de reis pelos mananciais em sua propriedade agrícola que fornece água para o abastecimento da povoação de Matto Grosso de Batataes, é de parecer que seja nomeada uma comissão especial para examinar os referidos mananciais para verificarem o valor real dos mesmos.

Sala das comissões 4 de dezembro de 1903

José Romão Junqueira

Antonio Simões Junior

Isaac Ferreira

A nomeação da comissão para tratar do assunto é o primeiro passo para acelerar as investidas e recortes mais precisos para definição das regras e orientações para a realização das obras necessárias, dos materiais para serem utilizados, as desapropriações e as necessárias mudanças na paisagem. Logo a autorização se deu para a desapropriação de terras nos imóveis rurais do Sr. Manoel Honório de Oliveira Pinho. Em 4 de novembro de 1903:

Parecer No.

A primeira comissão tendo encerrado o projeto de lei no que declarou de utilidade pública para o fim de serem desapropriados os mananciais situados no imóvel rural do doutor Manoel Honório de Oliveira Pinho, em Mato Grosso, é de parecer que o mesmo seja aprovado

Sala das comissões, 4 de novembro

JOSÉ ROMÃO JUNQUEIRA

ISAAC FERREIRA

SALATIEL ALEIXO DE OLIVEIRA

No dia 4 de dezembro de 1903, o Sr. Manoel Honório de Oliveira Pinho, entrega à Câmara de Batatais o documento que solicita aos membros da comissão responsável pela elaboração da lei que, por meio de abaixo assinado façam alerta sobre a utilização e a máxima do manancial de sua propriedade e da passagem por outras propriedades, alegando que acarretaria a desvalorização de seu imóvel, pois em tempos de seca o manancial existente não consegue drenar toda a sua plantação.

Tendo sido votado por esta ilustre Câmara a lei de desapropriação de dois mananciais e terrenos necessários para o abastecimento de águas na povoação de Matto Grosso mananciais estes crescentes em um sítio de minha propriedade, vem o abaixo assinado perante esta respeitada

Câmara apresentar a proposta infra e compondo-se a Câmara em sua maioria de lavradores, poderá decerto avaliar a desvalorização que traz a uma propriedade agrícola a eliminação digo melhor, a entrega a outrem de sua principal aguada, única que suporta os rigores de prolongada seca.

Só no de 1904, através da participação do engenheiro Nilo Deodati, foi decidida como se daria a passagem de tubulações pelos terrenos particulares para distribuição da água no distrito. Pode-se perceber que agora quem integra a comissão é o interessado no assunto, ou seja, o próprio Honório Palma.

Aprovada

A 1ª. Comissão tendo em consideração o parecer da Comissão Especial sobre os serviços e requisição d'água para o abastecimento da Freguesia de Mato Grosso é de parecer que seja a adoptada a lei seguinte:

Art. 1º Fica o Intendente municipal autorizado a fazer aquisição dos Mananciais de água para abastecimento da população de Mato Grosso constante da planta do engenheiro Nilo Deodati podendo para isso entrar em acordo com os respectivos.

Art. 2º para este serviço fica o mesmo Intendente autorizado a fazer as necessárias aprovações de crédito no mês que deverá esse que não deverá exceder a 2002 contos e 500 mil réis

Art. 3º na falta de acordo com a respectiva proprietária ou entendente começará a fazer a desapropriação judicial podendo para isso para contratar Empregados de sua confiança

artigo 4º revoga se as disposições em contrário

sala da comissão 29 de agosto de 1904

assinam

José Romão Junqueira, Honório de Palma, Bento Ribeiro Nogueira

A questão da utilização das águas no município retorna à cena de decisões sobre a utilização dos recursos naturais na escala do município em 1911, quando a Companhia Francana de eletricidade pretende instalar uma hidrelétrica na região Norte do município no córrego Esmeril. A primeira reunião da Câmara ocorre no dia 29 de dezembro 1911, na cidade de Batatais. A “Companhia Francana de Eletricidade Sociedade Anônima, com sede em Franca representada nesta escritura pelo seu diretor gerente senhor Bráulio de Andrade Junqueira”.

Os presentes, meus conhecidos, e das testemunhas infra nomeadas e assinadas do que tudo dou fé perante as quais pelo referido Prefeito Municipal Doutor Arlindo Alberto de Lima, me foi dito que devidamente autorizado pela Câmara Municipal em virtude do parecer número 68 adiante transcrito aprovado em sessão de 27 de novembro próximo passado que aceitam a proposta feita pela Companhia acima referida para a iluminação e fornecimento de energia elétrica ao distrito de Mato Grosso de com as modificações constantes do aludido parecer pela presente escritura e na melhor forma de Direito com tratava com a referida companhia Francana de eletricidade a exploração do serviço de fornecimento de força e Luz elétrica ao distrito mencionado dentro das cláusulas seguintes primeiro a Câmara Municipal de Batatais concede a companhia Francana de eletricidade o privilégio exclusivo pelo prazo de 20 anos sem reversão ao município para explorar o fornecimento de Luz e Força elétrica dentro do distrito de paz de Mato Grosso de Batatais segundo o prazo do privilégio contar se á a partir da inauguração oficial do canal.

No artigo 24º constam as exigências feitas à companhia quanto à execução das obras e conservação das estruturas que deveriam ser edificadas, ficando a cargo da companhia todo o ônus.

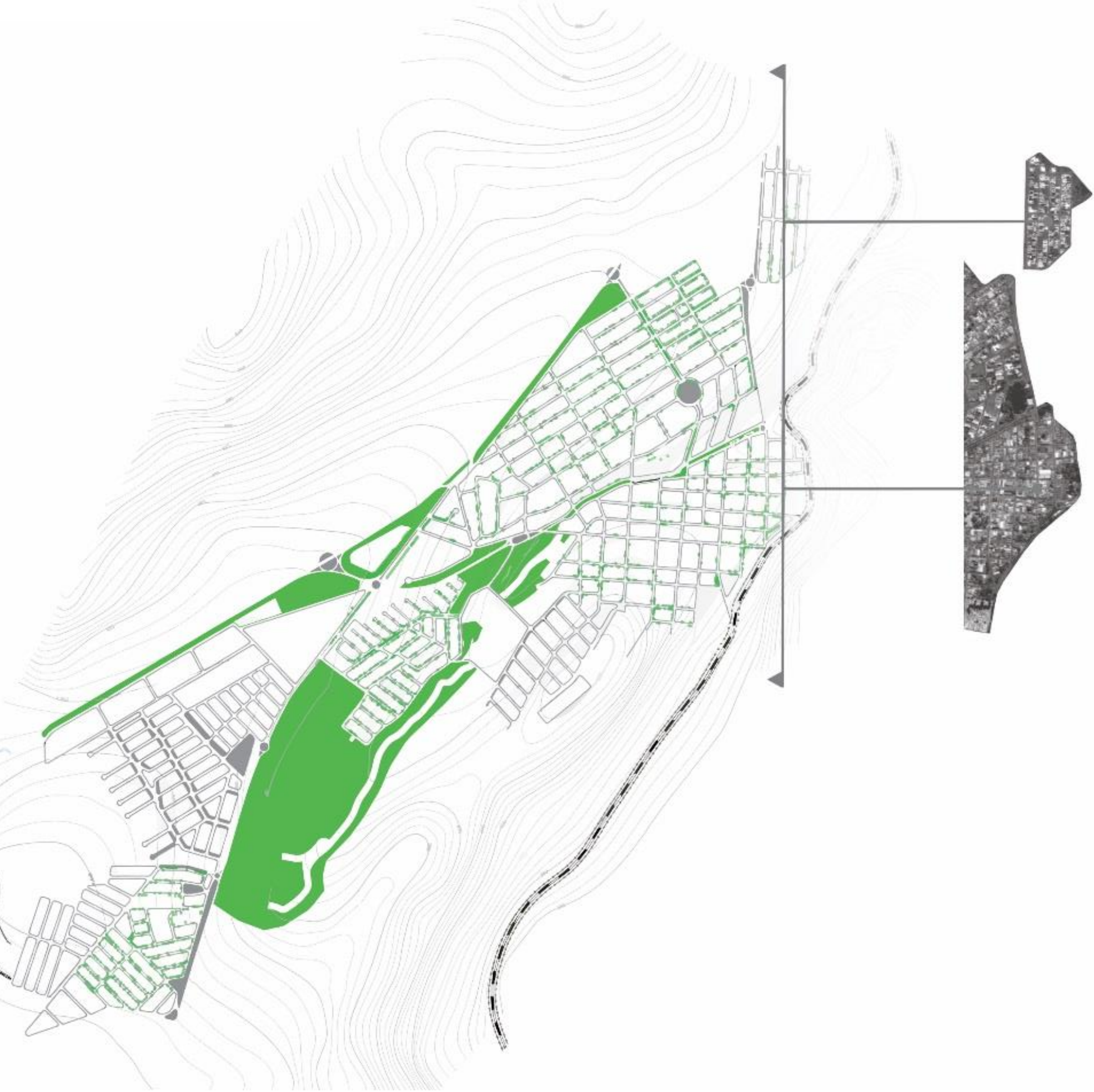
24º a câmara obriga se a não tributar por forma alguma a companhia nem os edifícios e dependências da mesma e materiais do serviço b a solicitar do Poder competente e isenção de impostos aduaneiros para o material que tenho de ser importados para o serviço da companhia se a desapropriar por conta da companhia os Mananciais terrenos e edifícios é bem feitorias necessárias as obras da companhia de a facilitar pelos meios de seu alcance a realização das obras colocar linhas postes transformadores para raios e em qualquer terreno mesmo particulares podendo a atravessar a luz com veículos ou neles de estacionar pelo tempo necessário à conclusão das obras construção e Conservação e a decretar as leis e regulamentos necessários à boa execução deste contrato f a solicitar das estradas de ferro a redução dos fretes do material da companhia que tenham de ser importado.

A questão da água foi tema discutido e enfrentado nas décadas seguintes. Na década de 1950 a Secretaria da Viação e Obras públicas através do departamento de Obras Sanitárias do Estado de São Paulo recebeu nova proposta de “projeto definitivo das obras de abastecimento de água” elaborado pelo PAMEC. O relatório aponta a nascente do córrego Mato Grosso como principal fonte de abastecimento para a cidade. Ainda consta do relatório a avaliação da qualidade da água e um balanço das condições das tubulações existentes.

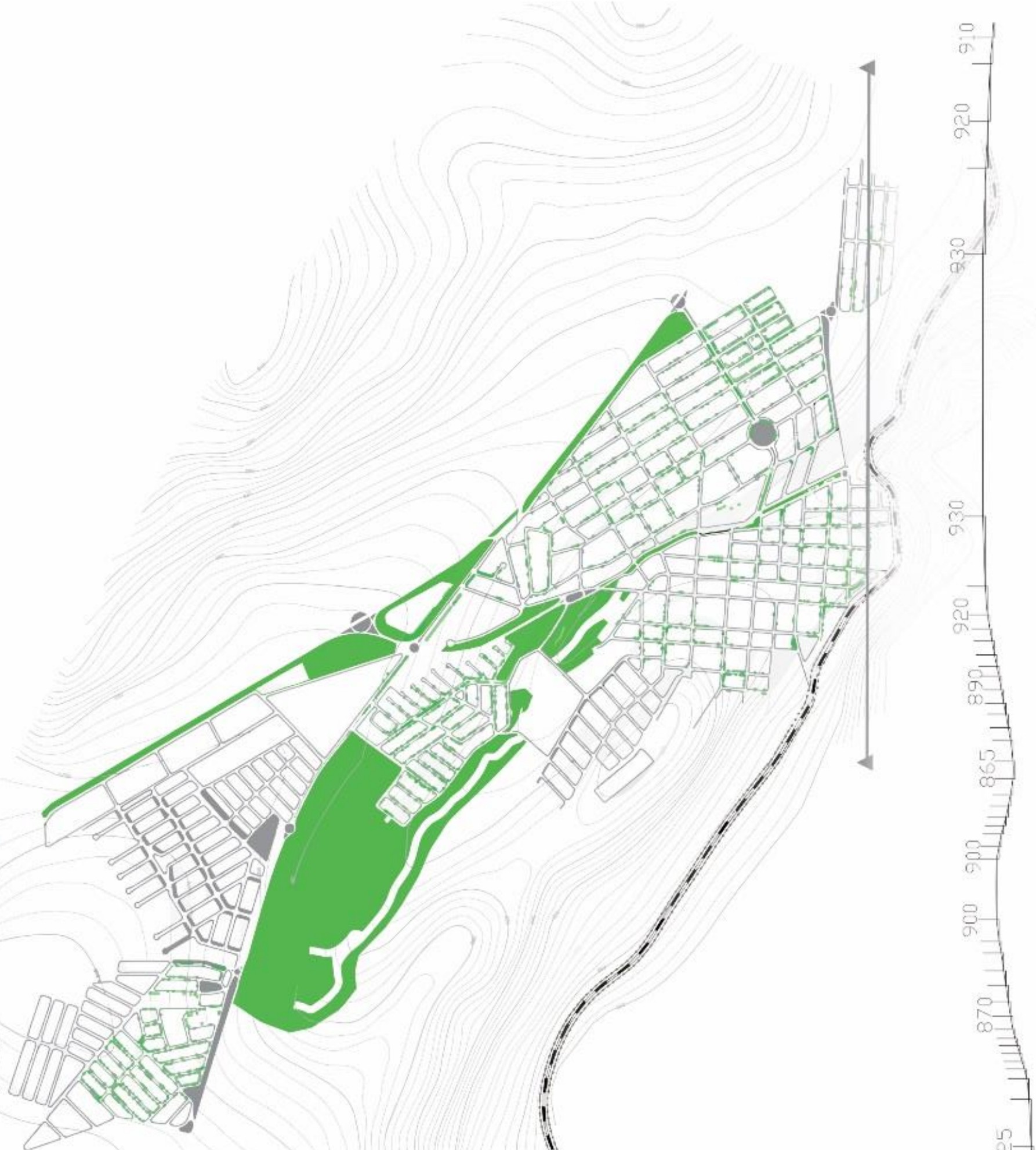
No ano do relatório, 1953, a cidade contava com cerca de 3.000 habitantes e previa um aumento de 100% em 20 anos, ou seja, previam que no ano de 1970 a cidade chegaria aos 6.000 habitantes. Uma leitura da cidade apresentada no relatório ainda sugere que o crescimento da área urbana se daria nas imediações do Estádio do Altinópolis Futebol Clube. Neste período as ruas Voluntários, Antônio de Campos e Tiradentes, localizadas na vertente do carrego Mato Grosso recebiam estímulos para o prolongamento, mas com o passar dos anos estes terrenos ainda não foram ocupados.

No relatório ainda há a proposta de construção da Estação de tratamento de Esgoto exatamente no local onde se encontram as bacias de decantação atualmente. Não foi possível precisar se esta mesma companhia foi responsável pela edificação dessas estruturas construídas na cidade.

01



01

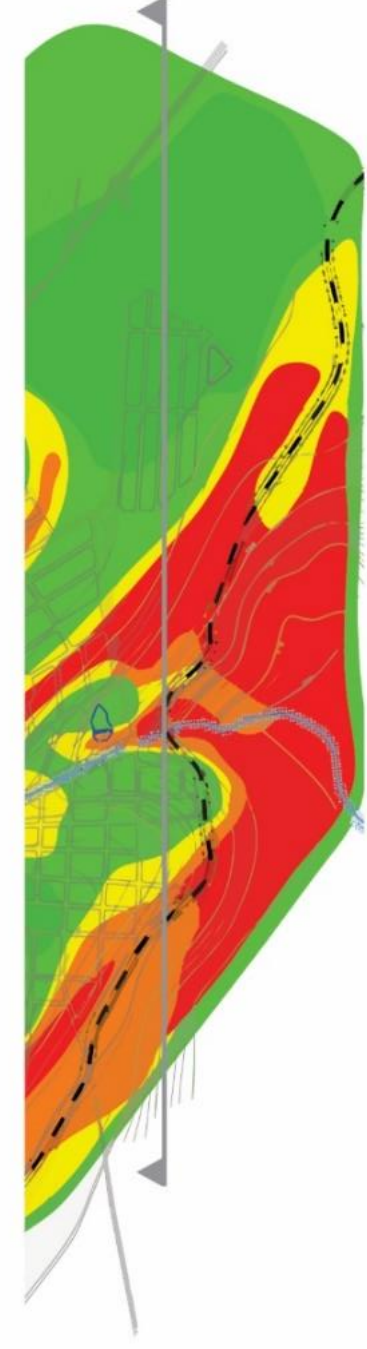


Arquiteto: Vivaldo Alberto da Costa





01



- Comercial
- Institucional
- Institucional - Assistência Social
- Institucional - Escola Pública
- Institucional - Esporte
- Institucional - Infraestrutura
- Institucional - Órgão Público
- Institucional - Penitenciária
- Institucional - Privado
- Institucional - Público
- Institucional - Saúde Privada
- Institucional - Saúde Pública
- Lote Vazio
- Misto
- Parque
- Praça
- Residencial
- Serviços



Corte 1: a trama

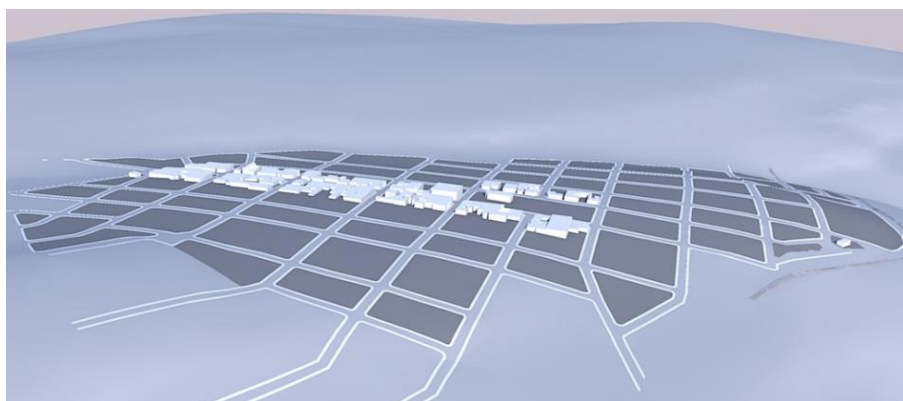


Figura 61: Estudo 3D da composição da trama na área do núcleo original da cidade de Altinópolis: traçado e topografia. Fonte: a autora.

A área do núcleo original ficou demarcada acima da cota 900. Até a década de 1910 a cidade manteve suas edificações na lógica da quadrícula imposta pelo desenho ordenado pela igreja católica. De um lado, seguia em direção à localização da sede do município, ao norte. E da porção leste, estava aberta aos entrantes que vinham de Minas Gerais.

A ocupação de toda a extensão da área central mantinha-a compacta e isolada. Pois o seu espaço natural pressionava e a confinava. De um lado pela presença do córrego Mato Grosso, e de outro pela presença das escarpas muito íngremes.

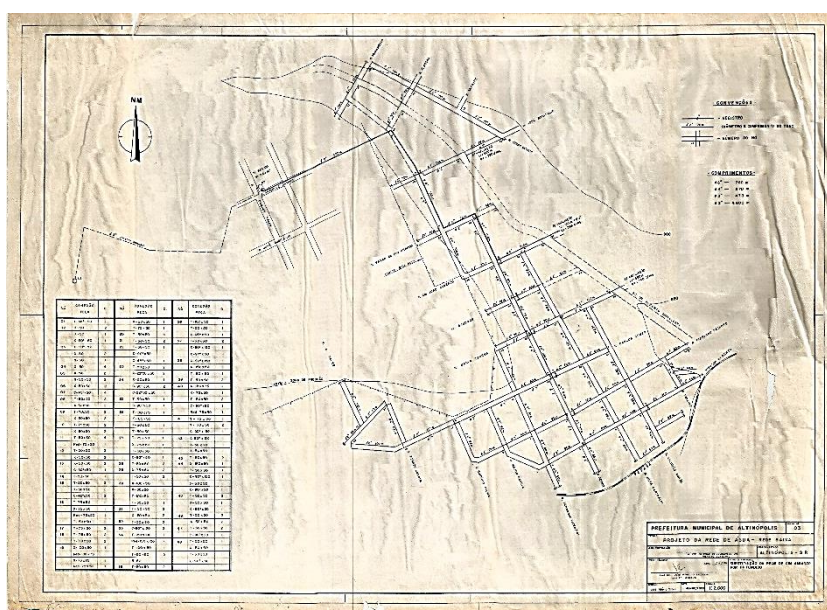


Figura 62: Planta de drenagem da área central. Em destaque a área consolidada e proximidades com o córrego Mato Grosso, ao norte. Fonte: Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Altinópolis.

O limite ao norte do núcleo consolidado é demarcado pelo Córrego Mato Grosso. Até finais da década de 1950 nota-se uma resistência para permitir que o perímetro urbano fosse alterado para além deste limite físico. No

entanto, desde a última década do século XIX, a solicitação para alteração de seu curso e a construção de pontes foi verificada na documentação disponível.

Nota-se a oeste a expansão anunciada pela estrutura que aos poucos se espalha pelo território. As melhorias reclamadas pela população desde o século XIX estão reforçadas neste mapa, quando vemos a ruptura das fronteiras da água nas proximidades do núcleo.

Ao sul, é visível a posição da linha férrea reforçando com a topografia, os limites de crescimento e transformação de seu espaço natural. Já à oeste, a insígnia de um 'valo' construído para demarcar o limite das terras da família Crivelenti é de extrema importância para a análise da situação da cidade atual. O conflito entre topografia, implantação da linha férrea e a marcação do valo acentuaram problemas ambientais proeminentes na paisagem atual da cidade.

Altinópolis é cortada por um riacho denominado córrego do Mato Grosso, que por sinal leva ainda o nome do aldeamento inicial. Tal recurso hídrico, juntamente com a vertente e várzea por ele esculpida, enfeixava toda a área da cidade, dando-lhe vida e caracterizando-a como paisagem interna, face ao horizonte que se descortinava quer junto com as partes altas ou a partir do deságue da cachoeira.

A retificação e a canalização do córrego do Mato Grosso foi feita com o comando e supervisão do governo de Estado, tomando como premissa uma avaliação incorreta em termos hidráulicos. Hoje, essa obra, não mais se coaduna com o desenvolvimento paisagístico de Altinópolis. Sua desconstrução engajada deverá se transformar numa das propostas principais do Parque da Cidade a ser implantado.

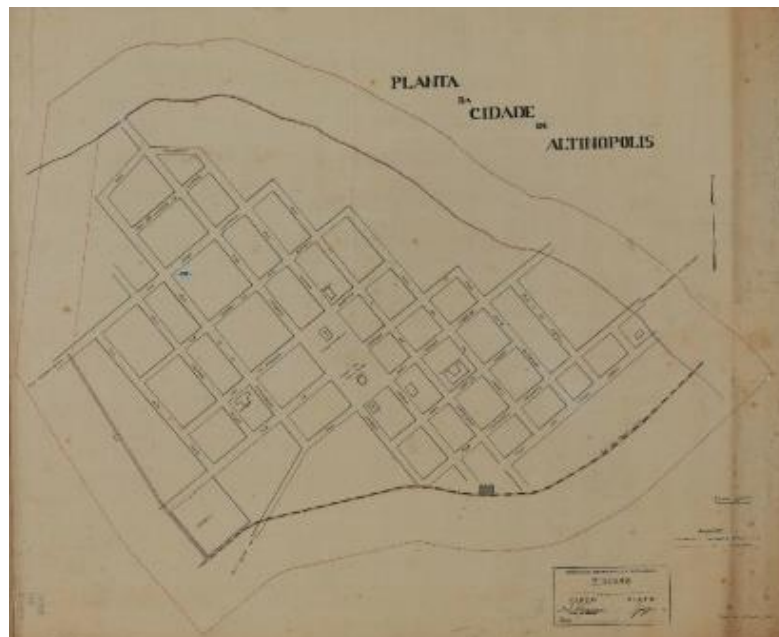


Figura 63: Primeiro mapa: destaque para o calo à esquerda. Fonte: IGC.

No primeiro mapa da cidade, apresenta-se uma das imagens desenhadas mais antigas da cidade. Trata-se do que passamos a chamar de Primo Mapa. Ela assinala o arruamento de Altinópolis mostrando também, à direita e à esquerda, o referido córrego e um valo - fosso, rebaixamento no terreno – ambos limites da área urbana.

Tal valo pode ter sido limite de propriedade fundiária, mas certamente foi utilizado como deságue de água da chuva de parte do lado sudoeste da cidade, áreas das bacias hidrográficas que tem suas áreas de influência na extensão da área urbana. Essa utilização acabou por assorear a área onde, posteriormente, o aterro controlado foi instalado, com o intuito de "tapar buraco" e fechar a erosão.

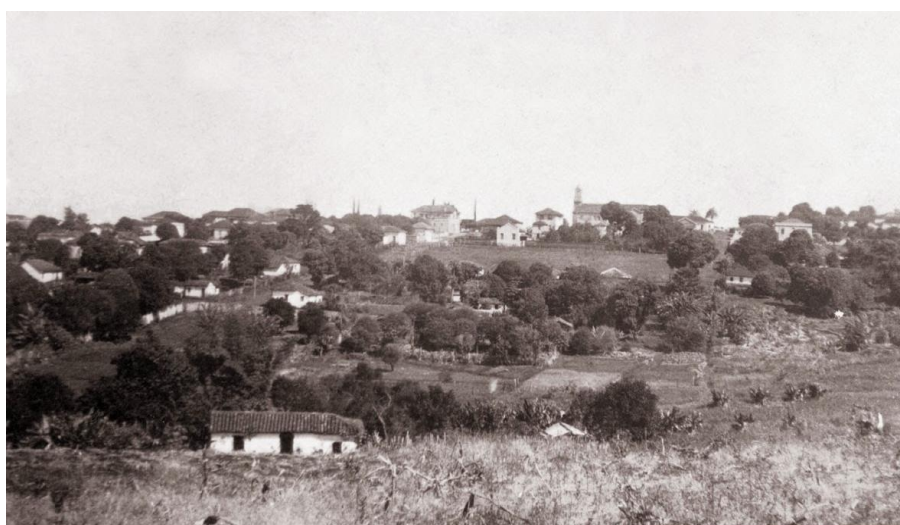


Figura 64: O centro de Altinópolis visto da região de chácara na área de expansão. Foto de Geraldo Mando, Acervo: Prefeitura Municipal de Altinópolis.

A importância da cidade como demarcação do território civilizado e onde se veem feições do emprego de tecnologia de transporte, saneamento e demais melhoramentos que configuram a estes espaços qualidade de vida e, portanto atrativo à um contingente de pessoas sempre crescente na vida urbana.

Anteriormente à função do Intendente, a cidade contava com o fiscal que se responsabilizava pela autorização de obras em seu núcleo mais duro. O núcleo original concentrou a maior parte de melhorias neste momento. Ocorre que antes das autorizações para construção de edificações, tem-se um relatório de impostos a cobrar de seus viventes, todavia a abertura de ruas já uma urgente superação dos limites do núcleo que se faz presente. Em geral, o reparo de ruas e estradas são presentes na pauta das decisões sobre a cidade, ainda pertencente a Batatais.

Vale lembrar que no relatório de 1888, relatório apresentado a Câmara de Batatais, o fiscal da Freguesia, José Maria da Anunciação, apresenta as principais solicitações dentro desse quadro de melhoramentos.

Attendendo as atuais circunstancias da Camara abaixo a presentada mayor parte das necessidades que precisa a freguesia, trazendo somente ao conhecimento aquellas mas urgentes:

A saber

Estradas

As três estradas que dão entrada para o arraial achão-se quase entresitável dividido e os grandes buracos produzidos pelos as enxurradas e mesmo pelas desmoronamento dos barrancos do córregos, necessitando por isso do XXXX para cujos serviços presso a IlmaCamaranomiar uma comissão que verifique o que acabo de expor.

Rego da Água

O rego que conduz agua para servidão publica da freguesia a cha-se em péssimo estado requerendo a fatura de outro próxima que traga as águas com mais quedas afim de ivitar os impossamentos (sic) e intulhamentos que sedão no actual ego que pós ser feito muito pois baixa não há concerto que ivite este concerto .

Julgo necessidade e creio que esta

(...) Batatais, 2 de abril de 1888.

O fiscal da freguesia de MattoGrosso

José Maria da Anunciação

Neste momento, apenas nove ruas compunham a área da freguesia: Rua da Liberdade, Rua da Matriz, Rua do Comércio, Rua das Flores, Rua das Dores, Rua 1º. de março, Rua do Sapo, Rua da Boa Vista, Rua do Rosário, informações essas extraídas da Lista Nominal dos proprietários de prédios em Altinópolis, no ano de 1885. Esta mesma estrutura se manteve por anos, no entanto a Câmara se ocupou das mudanças de nome e das afirmações de melhorias dessa estrutura.

A Rua do Comércio passou a se chamar Rua Renato Jardim em homenagem ao carioca nascido em Resende, fazendeiro e comerciante de café que se instalou na região atraído pela qualidade da terra para o plantio da frutífera. Ele foi vereador por três mandatos na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Diretor de Escola e no início do século XX foi Vereador, Presidente da Câmara e Prefeito Municipal (1900-1903) de Batatais, onde foi um dos idealizadores da Escola Agrícola de Batatais.

Na década de 1930 a cidade não tem crescimento expressivo. Apenas a consolidação da área central e a diferença desta com os arredores vão se tornando marcantes, efeitos do processo de assimilação das técnicas de transformação da paisagem.

A passagem de Renato Jardim por Altinópolis não é de todo incógnita. Ele assinou um decreto que altera normas edilícias no distrito, quando de sua passagem pela Câmara de Batatais.



Figura 65: Rua Renato Jardim, final do século XIX e na década de 1950. Fonte: Casa da Cultura de Altinópolis.

No corte 1, pudemos ainda promover uma aproximação da estrutura da arquitetura que predomina nas ruas das imediações da área central. A Rua Vivaldo Alberto da Costa não é composta de grande exemplares da arquitetura de época, mas uma reflexão sobre o lote, suas dimensões, profundidade, forma de ocupação é possível. Para a paisagem é importante ver que o interior da quadra colabora com a estrutura do verde urbano, somados a uma tímida arborização de ruas mantidas pela própria comunidade, pode ser um elemento importante nesta composição.



Figura 66: Rua Vivaldo Alberto da Costa, lado esquerdo. Fonte: A autora

Na extrema direita, vemos o pátio da prefeitura onde foi construído o matadouro da cidade, ainda no início do século XX. Data de 1895 a primeira lei que menciona a construção de um matadouro para Mato Grosso de Batatais.

Aprovado a prefeitura
2 de outubro de 1909
Parecer Número 61

A comissão abaixo assinada é de parecer que fica o Prefeito Municipal autorizado no sentido de providenciar a desapropriação do terreno estimado ao destinado ao matadouro do distrito de Mato Grosso de Batatais ficando as despesas por conta da mesma para a contribuição ao mesmo já votada por esta Câmara sessão das comissões 2 de

outubro de 1909 Gabriel de Andrade Junqueira Alfredo julho João Pereira Ramos

Na área central da imagem das fachadas da Rua Vivaldo, pode-se verificar uma das estruturas mais interessantes, construídas pela Companhia de Estrada de Ferro São Paulo e Minas, hoje utilizada como ginásio de esportes. O local se assemelha ao tipo de galpão construído para armazenagem de grãos.

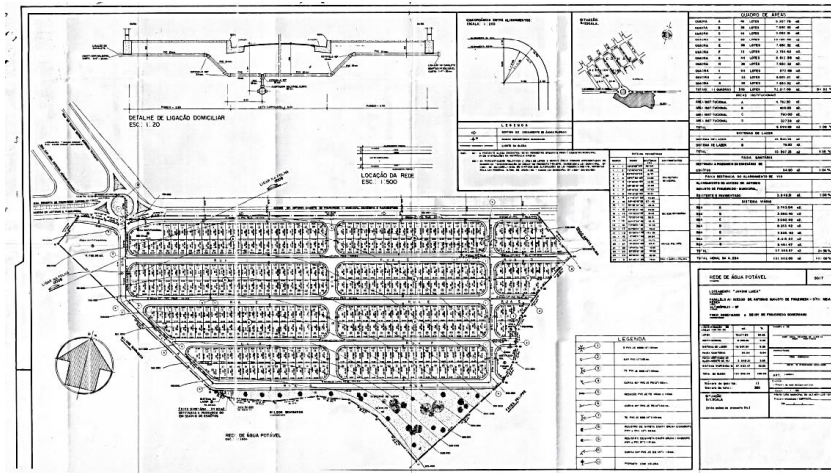


Figura 67: Planta de aprovação do Jardim Luiza, ano 2000, Engenheiro: Eng. Adalton de Almeida, Promotor: Fred Dobermann e Deisy de Figueiredo Dobermann, Prefeito: Luiz Walter Ferreira, Processo: 38/200.

É importante mencionar também o Jardim Luiza que fica em área bem afastada do centro da cidade. Data dos anos 2000 a aprovação de seu projeto. A promessa de uma expansão urbana na região do Jardim Luiza estimulou sua ocupação de certa forma rápida. A ligação com a área mais consolidada é pelo bairro Cidade Jardim, considerando suas características topográficas.

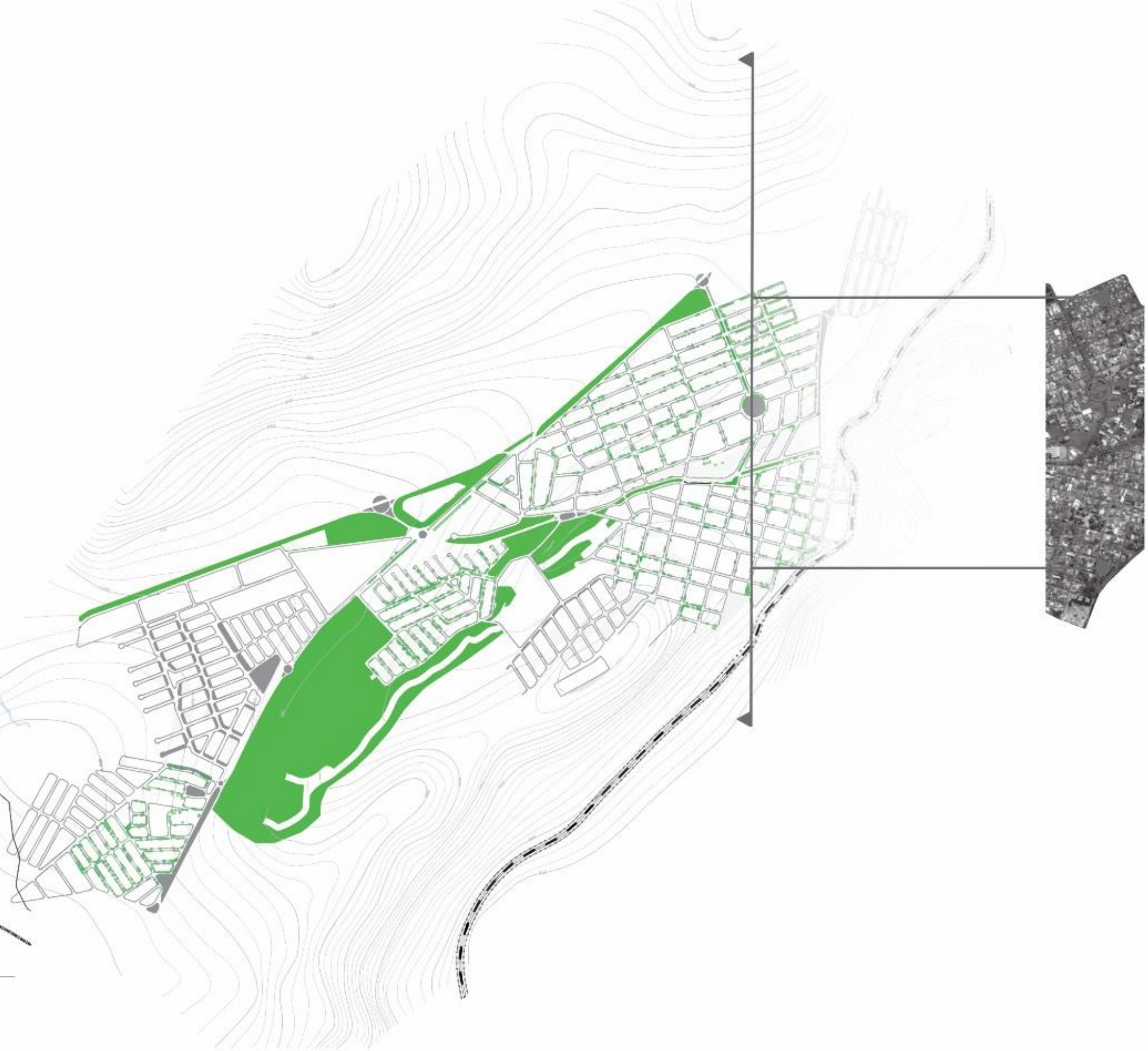


Figura 68: Galpão construído pela São Paulo e Minas, 1936. Fonte: acervo particular.

Outro elemento para esta leitura é quanto à declividade da rua. Esta é a cota intermediária entre a cota da estação e a cota onde a ocupação

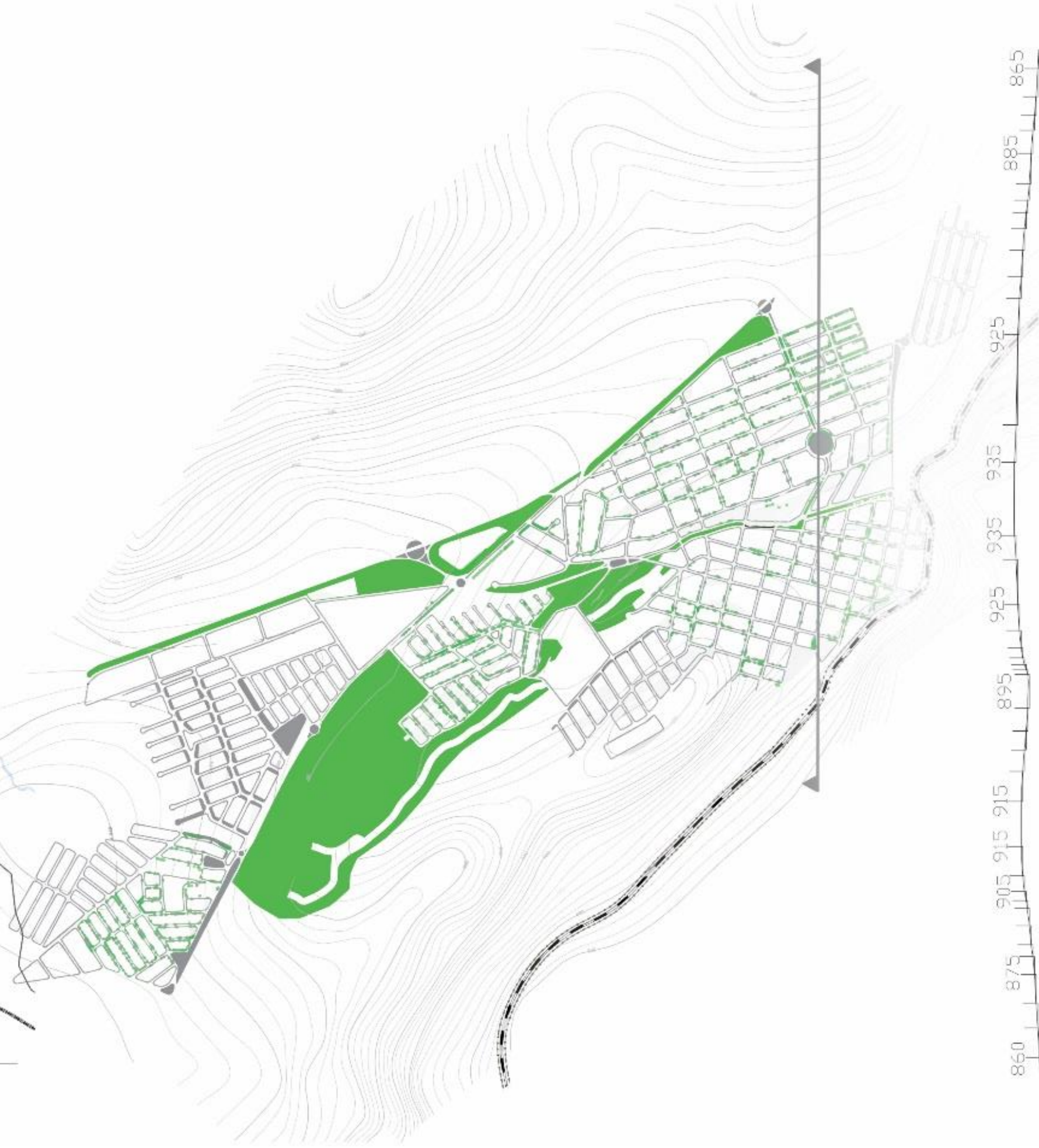
urbana se deu de maneira mais efetiva. A relação com a depressão da cuesta é bem visível no mapa de declividade. A região apresentada em vermelho mostra a área mais íngreme muito próxima da área central e isso sempre foi um problema para cidade, dado o perigo eminente de acidentes. Com relação à variação de tipos de uso do solo, pode-se dizer que a vida urbana ainda se distribui de maneira igualitária na área central. Há diversidade de usos do solo, mas com predominância de habitações residenciais é marcante.

02





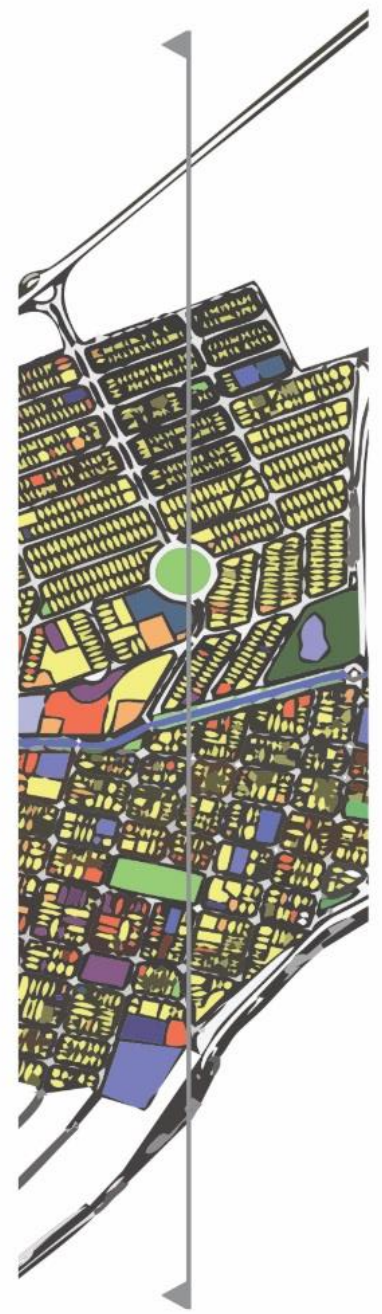
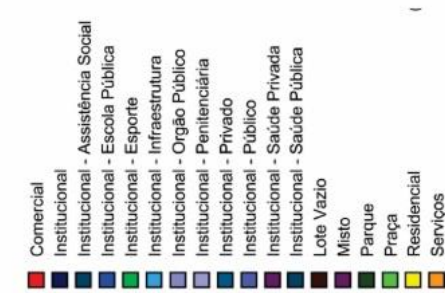
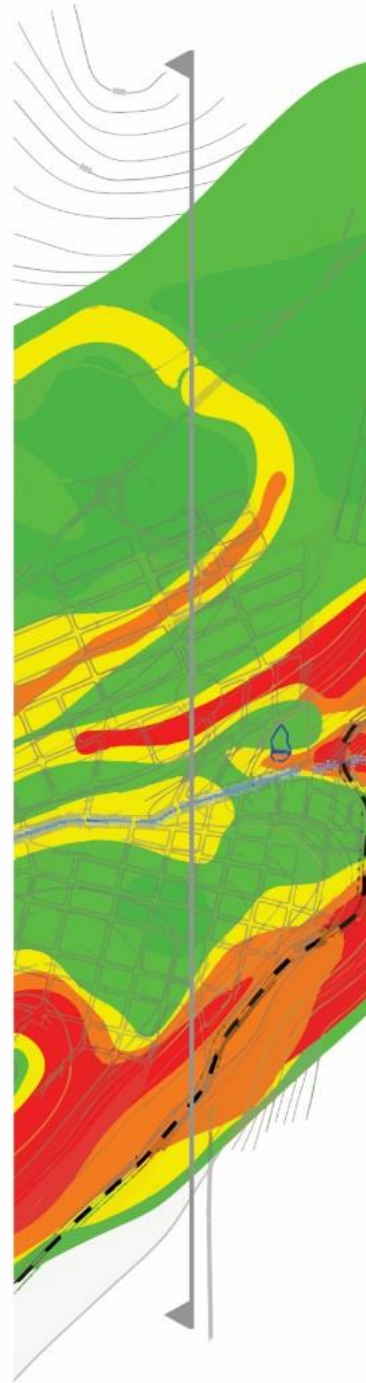
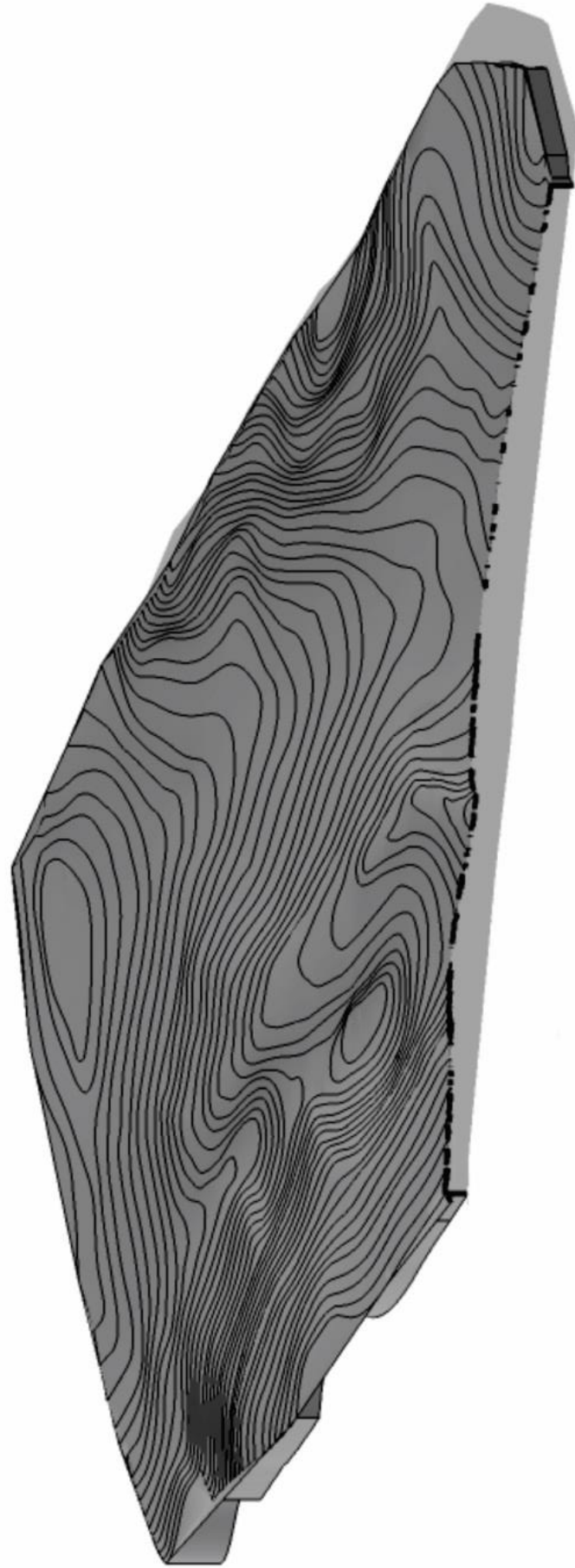
02



Rua Maria Tereza



02



Corte 2: a trama

Neste ponto da trama vê-se uma relação com o centro da cidade e os bairros nas proximidades da Cidade Jardim, bairro projetado e executado na década de 1980, em que as condições políticas foram favoráveis para a confecção de extensas calçadas.



Figura 69: Modelo 3D para investigação da trama, identificação da área consolidada no núcleo original da cidade. Fonte: a autora.

A cidade se manteve nas cotas mais altas das imediações do Córrego Mato Grosso. Ao centro a área da praça organiza a paisagem e é partindo deste ponto que as orientações de expansão do núcleo ocorrem. As quadras que estão à direita da praça até a chegada no córrego, ainda desocupadas, são áreas em que predominam as chácaras e propriedades que eram responsáveis pela produção de alimento.

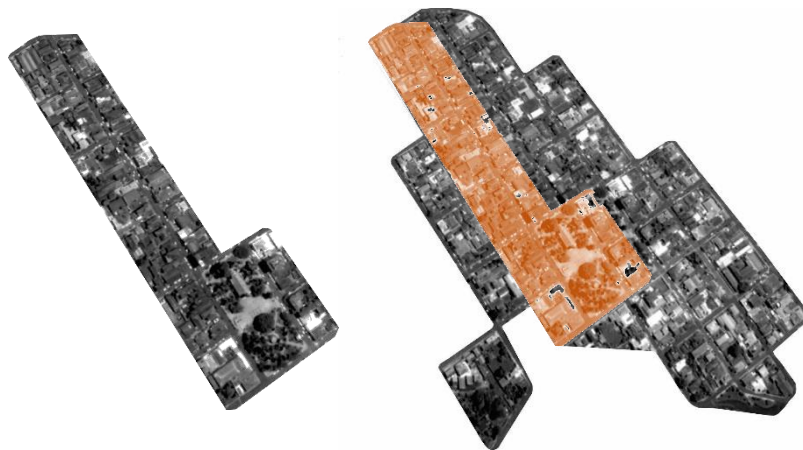


Figura 70: Sobreposição da ocupação urbana na 1 década de 1910, 2. Década de 1940. Fonte: a autora.

A Cohab II teve como autor do projeto o Arquiteto Rogério de Figueiredo Carmo quando o prefeito da época era o Pio A. Figueiredo Júnior. Em entrevista feita ao Sr. Pio Figueiredo ele afirmou que as calçadas foram projetadas com uma clara intenção de valorizar a paisagem urbana, já que suas calçadas são de proporções inigualáveis em toda a cidade, o que acredita-se ter fomentado um efeito de valorização de outros espaços na cidade, como veremos mais a frente.

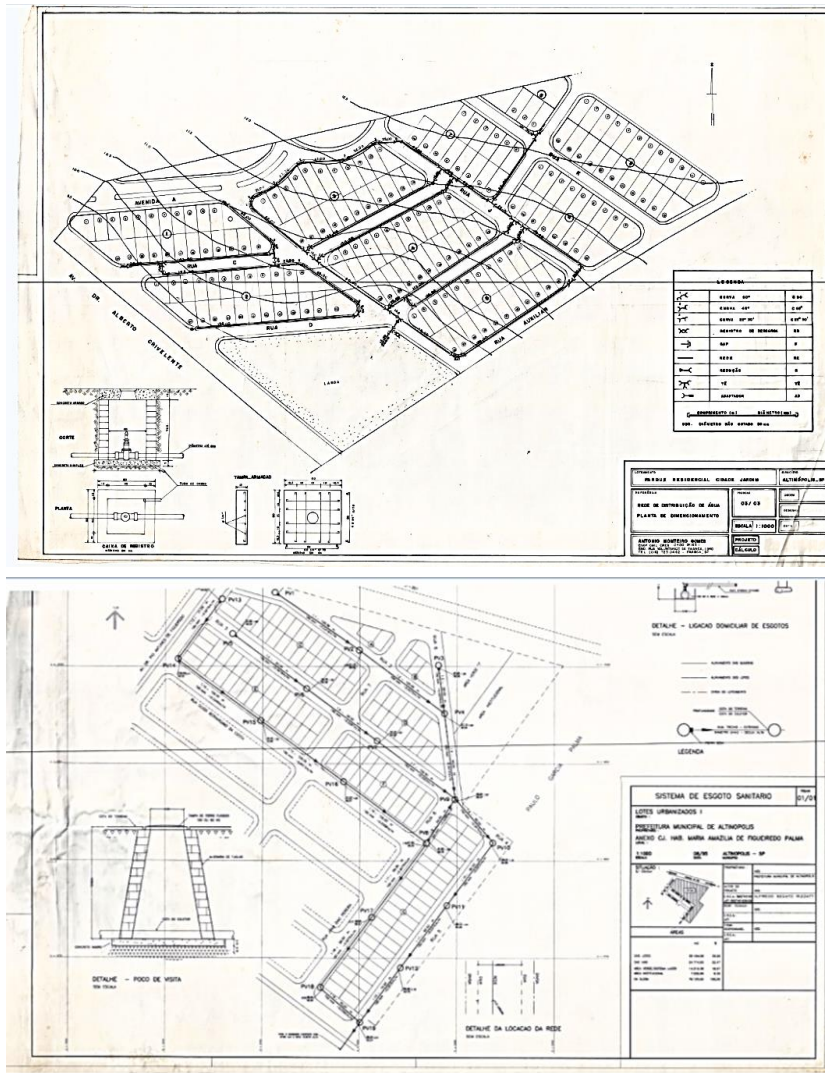


Figura 71: Loteamento Cidade Jardim e Cohab I. Conhecida pela qualidade das calçadas esta região da cidade tem relação com a atuação da Cohab Ribeirão Preto e a passagem de Arquitetos pela equipe de projetos. Fonte: Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Altinópolis.

Loteamento Altinópolis			
<p>Situação</p>		<p>Esboço do Bairro s/escala</p>	
		02	
		CIDADE JARDIM	
		Projeto e Aprovação	
1 Nome	Arqt ^a . Rogério de Figueiredo Carnio	7 Legislação	-
2 CREA	113.054/AP	8 Origem do Tecido	Planejamento Urbanístico
3 Data do Projeto	-	9 Promotor	Carnio's Contrutora
4 Prefeito	Dr. Pio Antunes Figueiredo Jr.	10 Processo	-
5 Decreto	-	11 Tipologias	Residencial e Comercial*
6 Data da Aprovação	19/06/1980	12 Data da Construção	-
Dados do Loteamento			
Parcelamento	m ² /%	Medidas	
1 Área total	150.040,00/100	7 Ruas - largura total	14,00 m
2 Lotes	77.289,50/51,50	8 - Faixas de Rolamento	9,00 m
3 Ruas	50.935,50/33,95	9 - Calçadas	2,50 m
4 Sistema de Lazer	13.105,00/10,05	10 Lotes -Testada média	12,00 m
5 Área Verde	X	11 - Profundidade média	30,00 m
6 Área Institucional	X	12 - Área média	360,00 m ²
Habitantes e Uso			
1 População prevista	1095 habitantes	6 Função dos espaços perceptíveis	
2 Densidade - bruta		7 Tratamento dos espaços visíveis	
3 - líquida	73,00 hab/há	8 Taxa de ocupação	50% resid. / 70% comércio
4 Equipamentos públicos**	13.210,00 m ²	9 Coeficiente de Aproveitamento	
5 Equipamentos privados		10 Taxa de Permeabilidade/Estrutura verde	
Observações			
* quadra 7: uso misto; quadra 6: 1 hotel/ Parque da Lagoa (sistema de lazer): 12.300,00 m ² ; Praça das Esculturas (sist. lazer): 910,00 m ²			

Figura 72: Ficha de catálogo do conjunto Cohab. Fonte: acervo pessoal.

Na área central ainda se vê características das edificações. O corte passa sobre a Rua Maria Tereza, importante estrutura que liga o centro aos bairros já mencionados. A arquitetura foi muito alterada ao longo do século XX, pois a maior parte das edificações deu lugar às edificações para o uso misto. Na posição mais central da sequência de imagens, nas proximidades da praça central, o padrão de lotes de grandes proporções.

Há uma área de intensa vegetação urbana, pois a Avenida Pio aparece de forma mais marcada no corte que aqui se apresenta. Na margem esquerda do córrego, temos a ocorrência da praça executada por Bassano Vaccarini, conhecida como Praça das Esculturas.

Vaccarini foi um artista plástico que escolheu Altinópolis para morar com sua família nos últimos anos de sua vida. A parceria com Sr. Lísias Garcia e o arquiteto viabilizou o desenvolvimento de projetos importantes que estão presentes na cidade.



Figura 73: Praça das Esculturas, obra de 1997. Bassano Vaccarini. Fonte: acervo da Casa da Cultura de Altinópolis.



Figura 74: Mapa de espaços públicos. Nesta posição podemos perceber uma presença marcante de praças e outras categorias de espaços públicos.

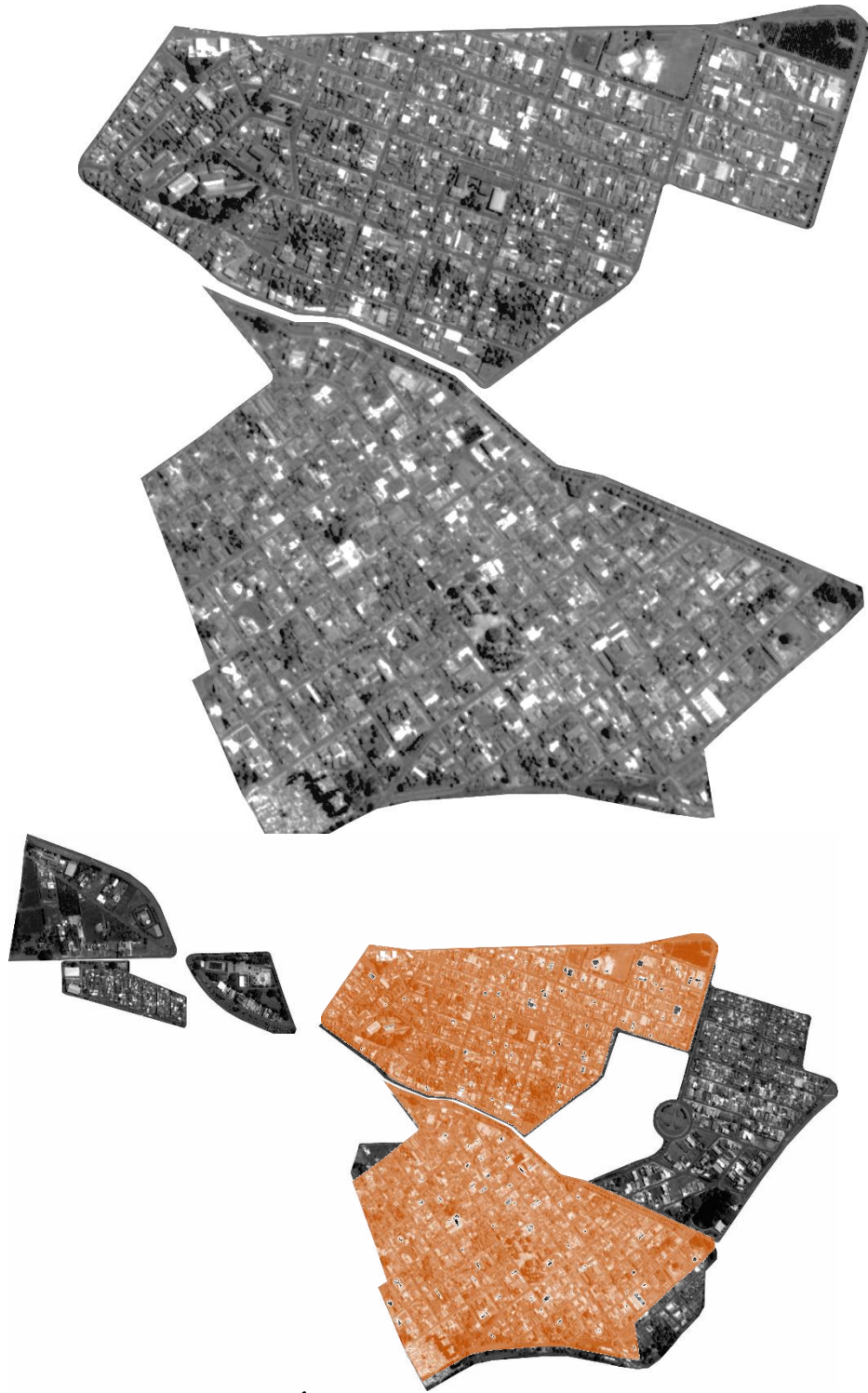
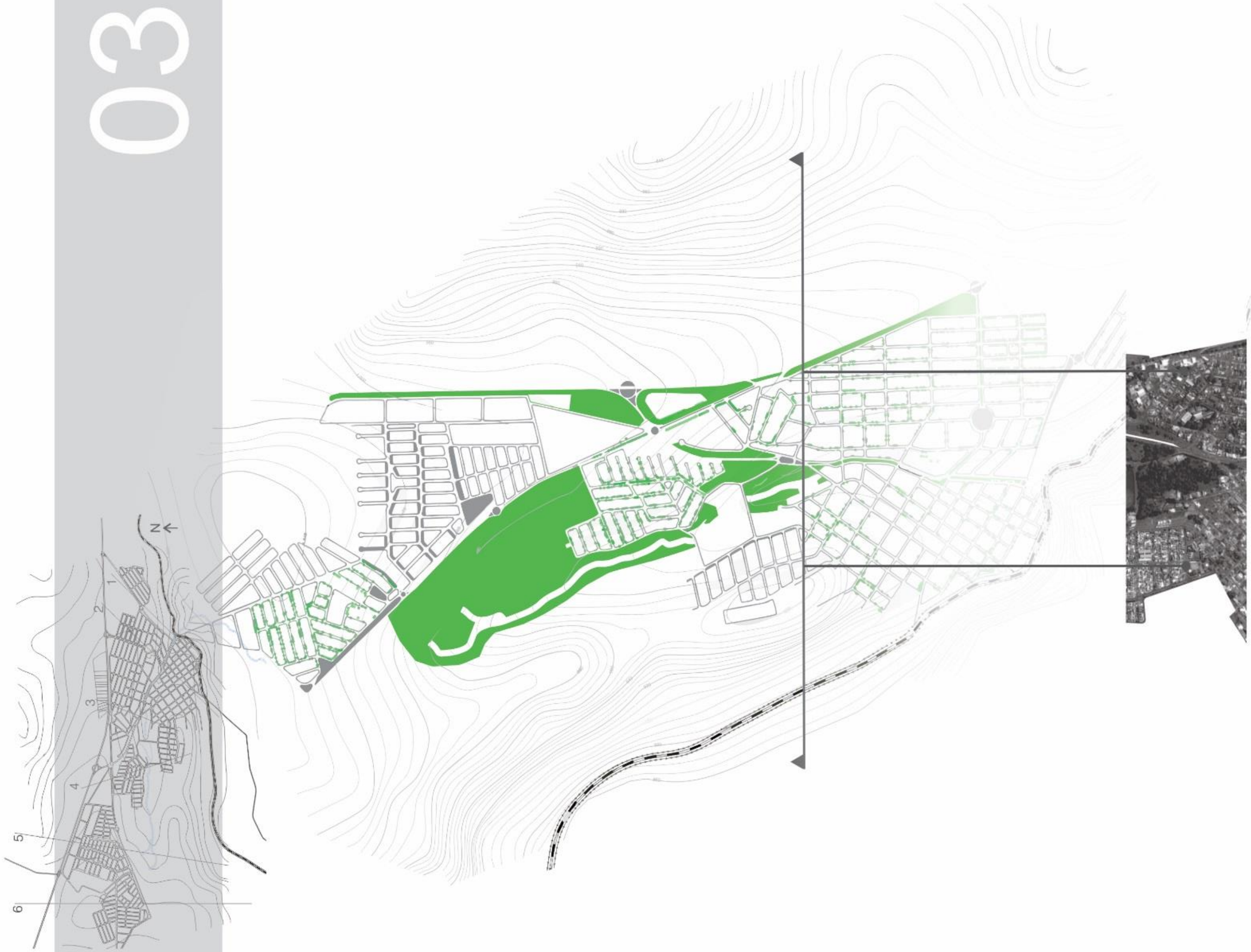


Figura 75: 1. Área urbana consolidada na década de 1970, sobreposta a década de 1940. 2. Área urbana 1970 e 1980. Fonte: a autora.

À margem direita do córrego Mato Grosso encontra-se a área central, núcleo original da cidade. O corte parte das proximidades do cemitério, passa pela praça central e termina nos bairros de habitação social, cuja ocupação se deu a partir dos anos 1980.

03



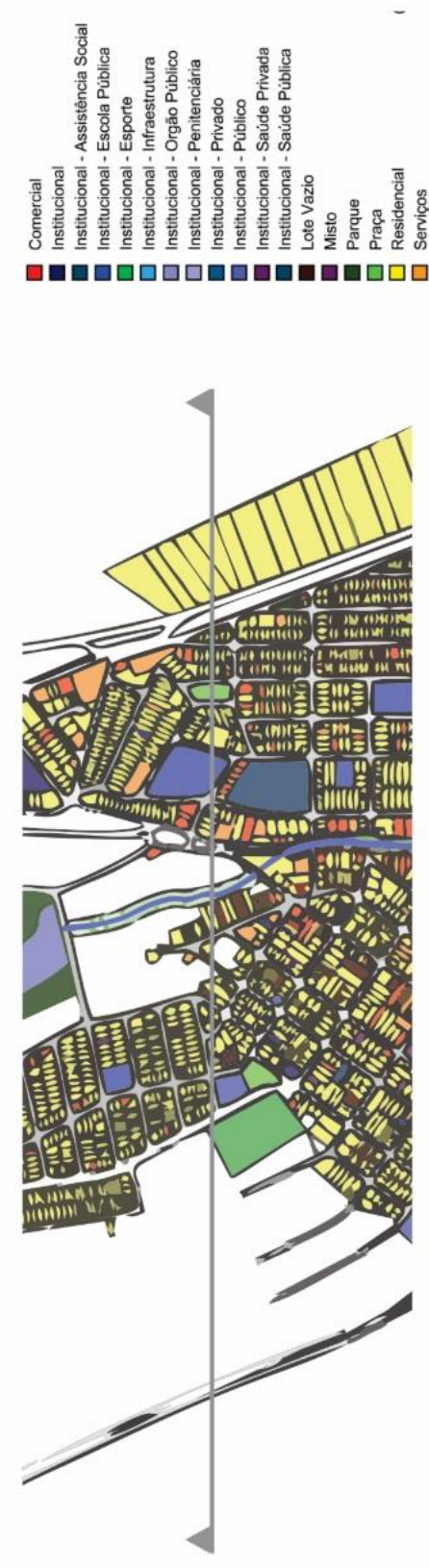
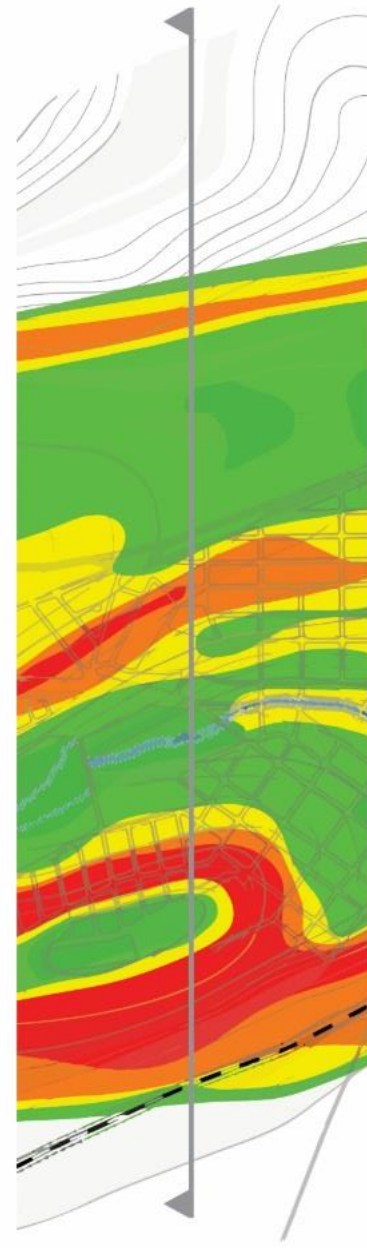
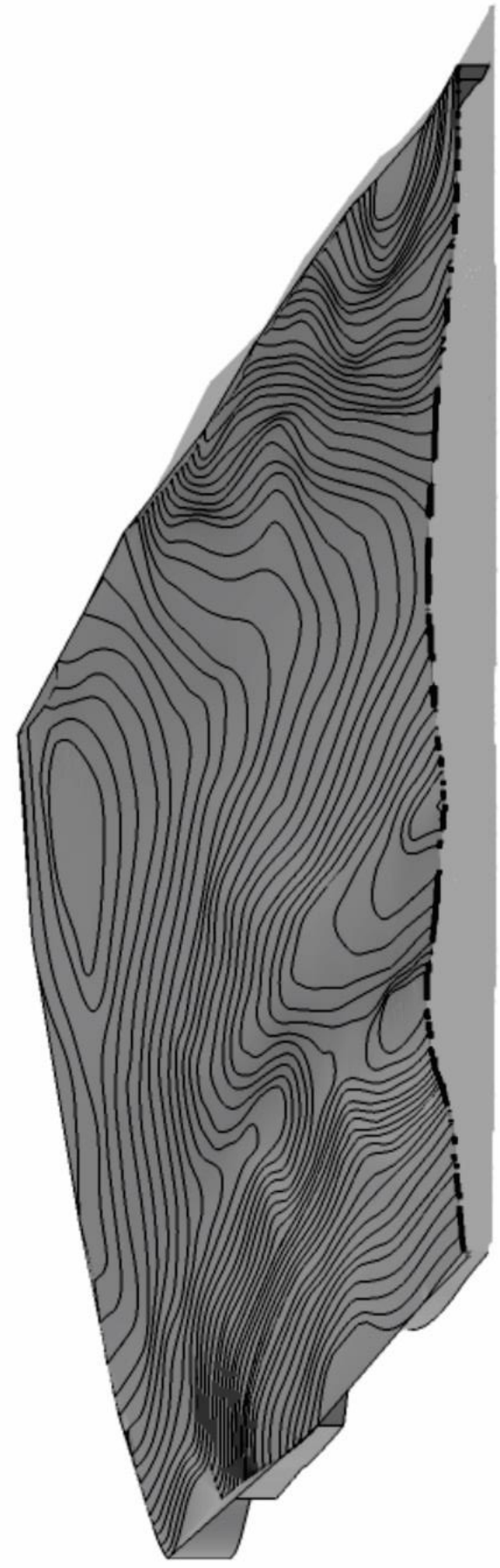
03



Rua Honório Palma



03



Corte 3: a trama

Neste ponto da trama encontra-se a estrutura viária composta pela Avenida Dr. Alberto Crivelenti. Há neste ponto uma série de conflitos, dado o processo de ocupação da cidade. A canalização e a retificação do córrego Mato Grosso inviabilizaram o seu trato orientado para a desconstrução mínima. Ocorre aí uma sobreposição de técnicas para suavizar o que foi feito ao longo do século XX. Recentemente, as obras de canalização estão sendo inevitáveis.

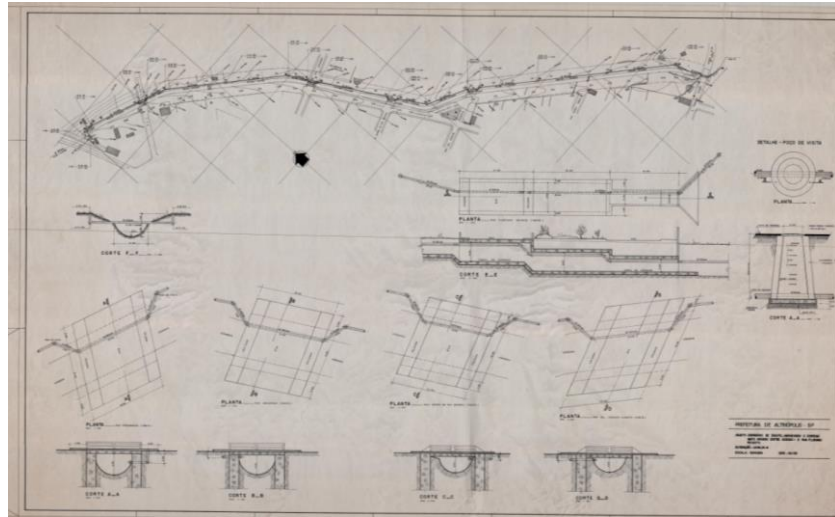


Figura 76: Remodelação da drenagem urbana na Av. Alberto Crivelenti, 1993. Fonte: Secretaria de Obras, Prefeitura Municipal de Altinópolis.



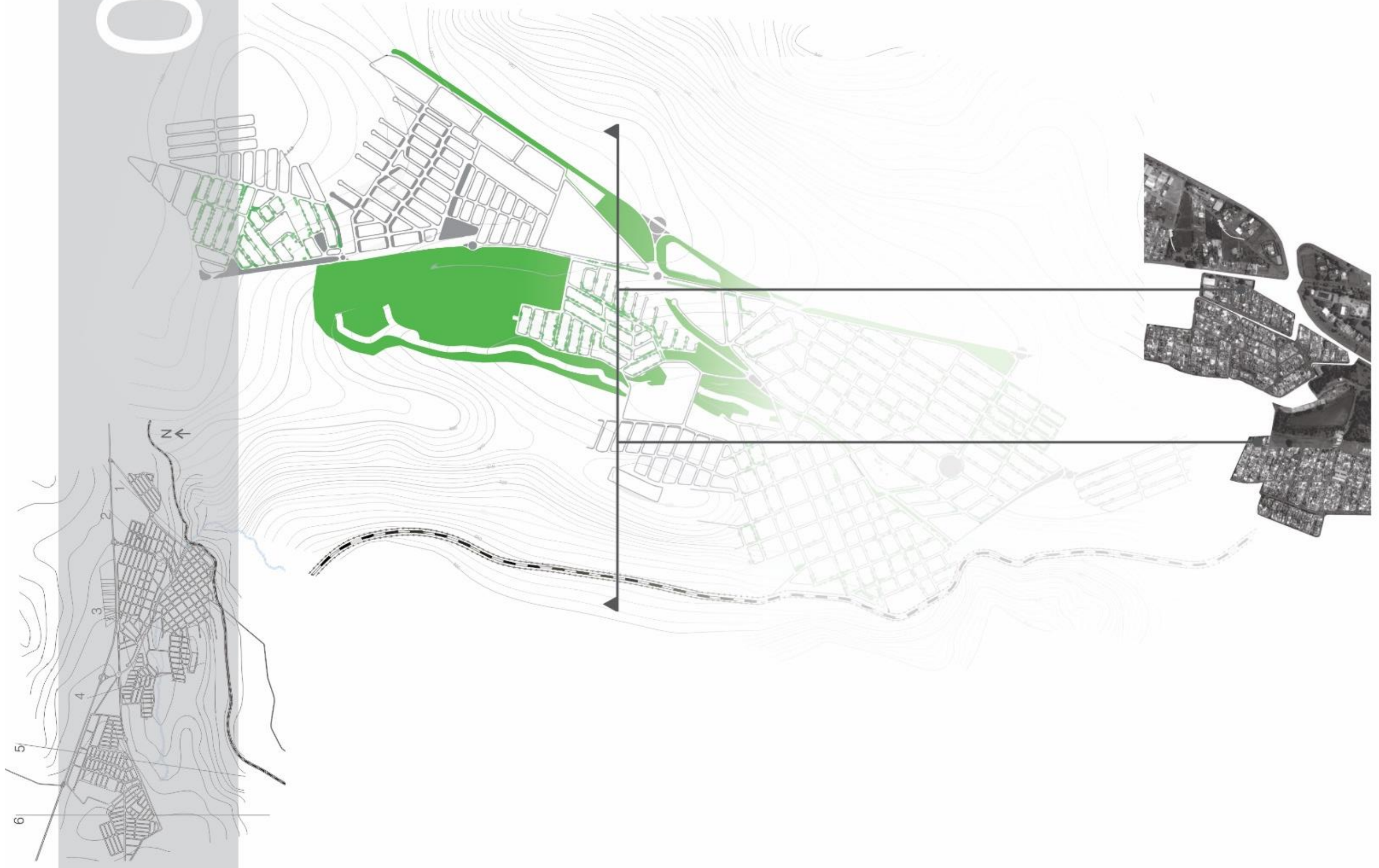
Figura 77: Imagem do cruzamento da Rua Honório palma com o Córrego Mato Grosso. Fonte: a autora.

Na fotografia acima tirada recentemente mostra como há uma visível ineficiência das técnicas de desconstrução utilizadas e consagradas ao longo do século XX. Tanto que a paisagem predominante é a do conflito e talvez esse seja o espaço mais desconstruído graças às inúmeras formas de transformação da paisagem.

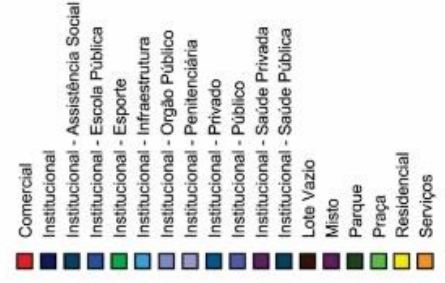
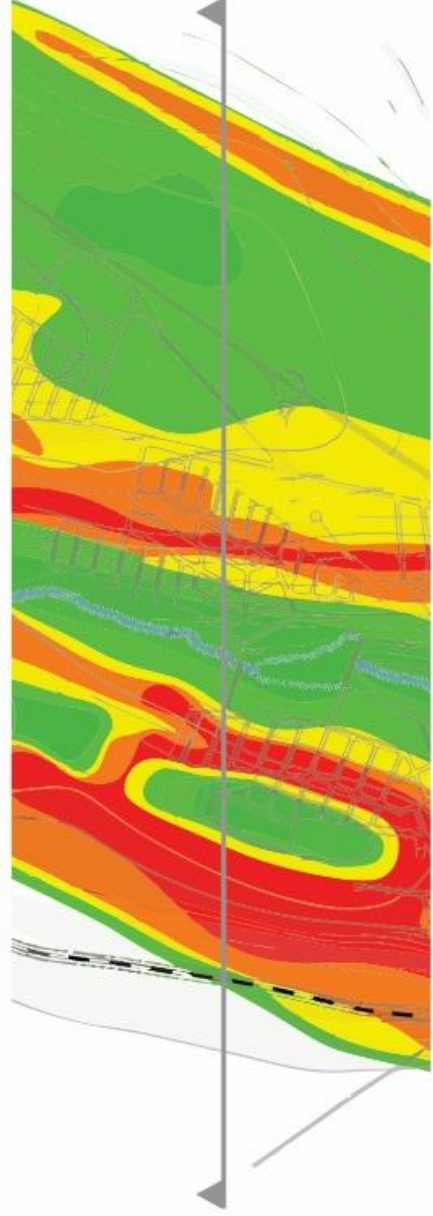
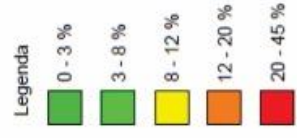
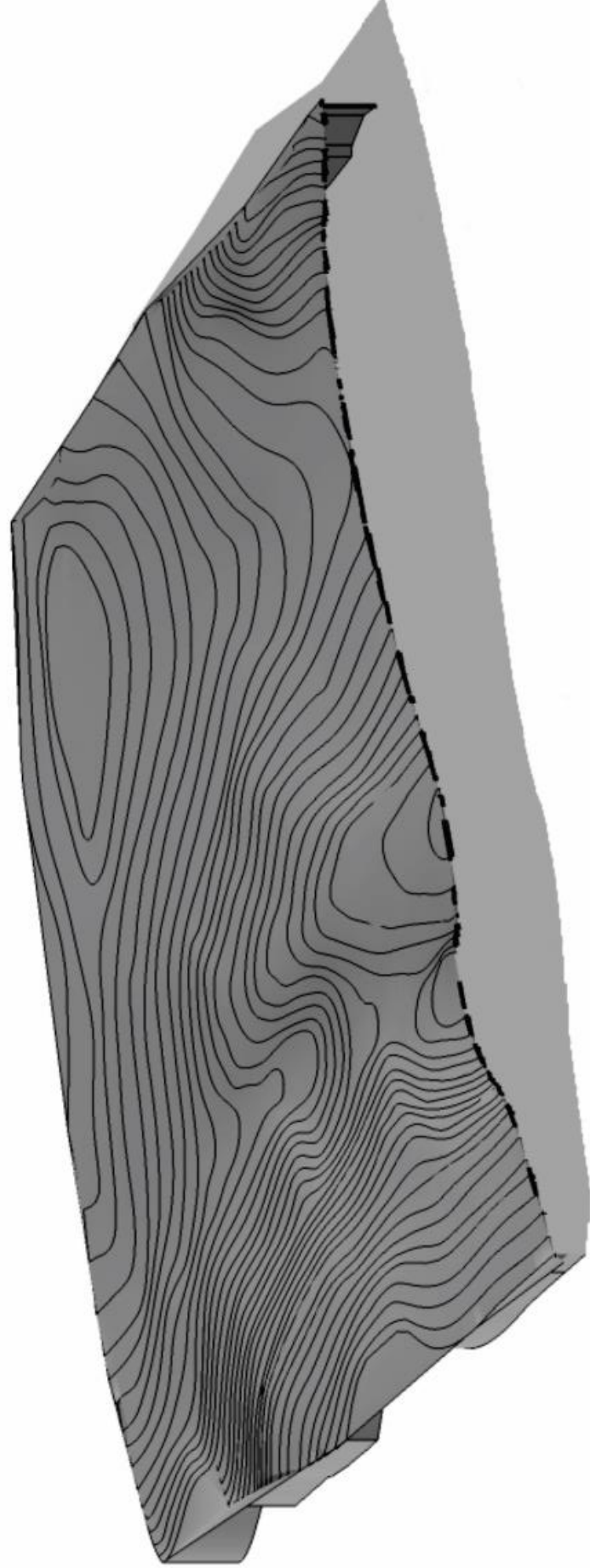


Figura 78: Inundação provocada pelo acúmulo de águas superficiais na área de influência do córrego Mato Grosso. Fonte: Rafael Crivelenti, acervo do Plano Diretor de Altinópolis.

04



04



Corte 4: a trama

Neste ponto da trama, encontra-se uma junção de tempos distintos na cidade. Na área central, tem-se o parque ecológico e o represamento do córrego Mato Grosso que foi executado no início da década de 1990. Segue a ordem do virtuosismo gerado pela busca de medidas controladoras de impacto nas cidades, mas pouco colabora com a vazão do córrego e não consegue minimizar o impacto da intensa impermeabilização do solo em toda a extensão da área em estudo.



Figura 79: Mapa do verde urbano. Fonte: PDPA, Elaboração: A autora

Os bairros que avizinham o Parque Ecológico são predominantemente residenciais, o que resulta de quintais densamente impermeabilizados, sem vegetação na área urbana significativa, porque a parte da reserva de natureza fica a cargo do parque a jusante do córrego e uma esparsa vegetação em algumas ruas.



Figura 80: Arborização urbana. Fonte: Lessi, 2014, p. 5

O levantamento do Mapa de verde urbano foi feito através de coletas de dados em campo. As ruas da cidade foram percorridas uma a uma, no período janeiro a julho de 2013 pela equipe do Plano Diretor. A posição dos indivíduos foi anotada no Mapa Base, observando-se a relação de sua localização no lote. As árvores foram identificadas e catalogadas no local, quando não possível, foram coletadas amostras para identificação a posteriori em laboratório ou quando ainda não eram identificadas, foram marcadas para uma futura identificação.

Em seguida as árvores foram assinaladas, como figuras na cartografia da cidade, o que alimentou o banco de dados do programa MapInfo. Nesse programa foi montado o Mapa Base Georeferenciado. Ao colocar os pontos das árvores no mapa, elas já estariam devidamente georeferenciadas e identificadas. Foi montado um banco de dados, referente a arborização mapeada, contendo o nome comum de cada indivíduo, nome científico, família, natureza, frequência absoluta no total da área, frequência relativa e respectivas coordenadas geográficas.

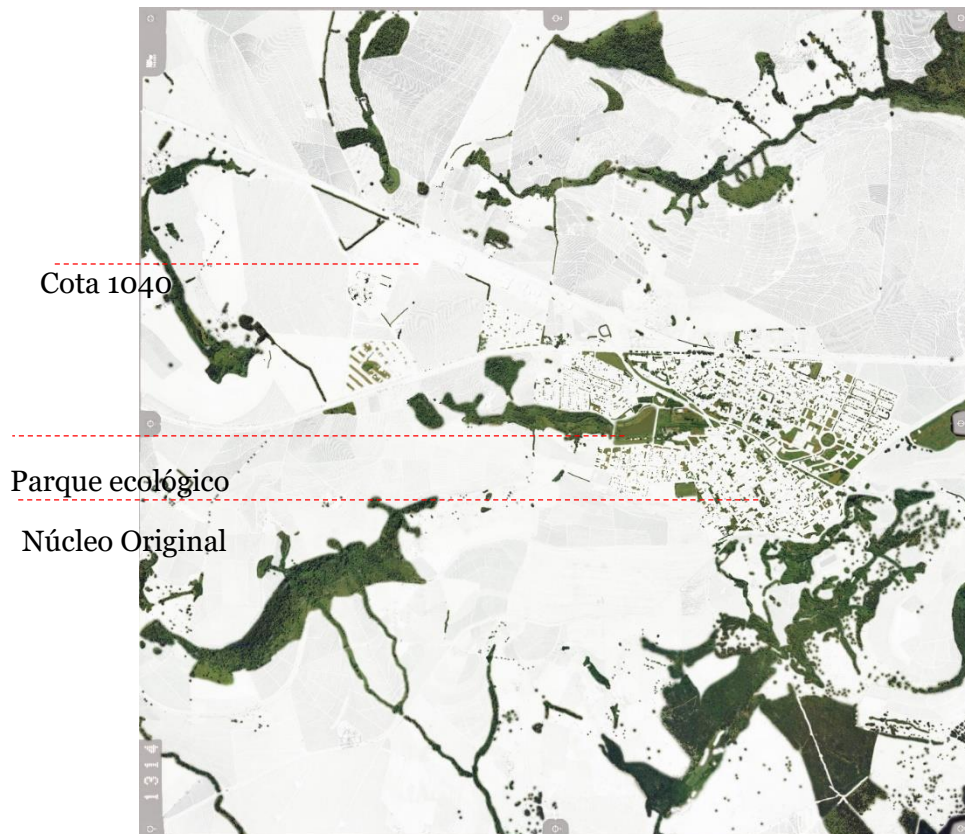
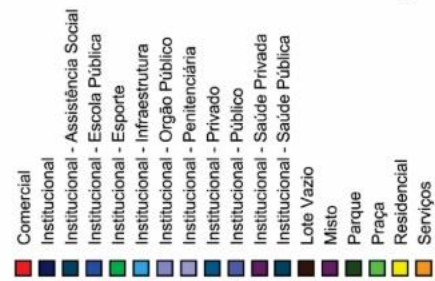
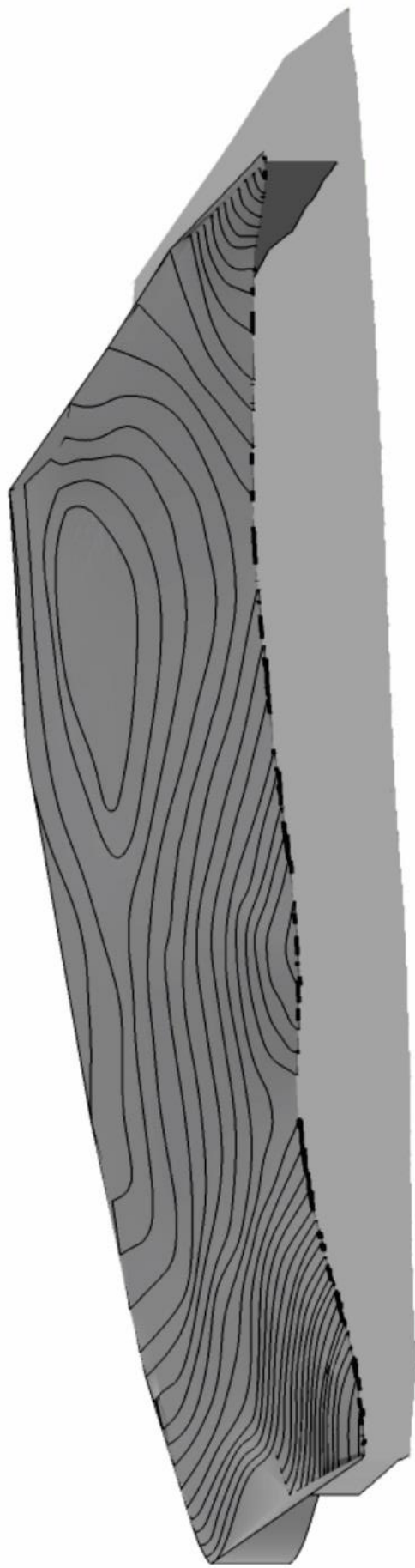


Figura 81: Carta do verde urbano. Fonte: A autora

Na região do corte 4, nota-se a predominância da classe de declividade de 8%. Muito suave se comparado ao relevo nas imediações da área central. Aos poucos a ocupação vai ficando esparsa, ao que se deve considerar como ocupação difusa. Há neste ponto uma variabilidade na forma do loteamento, pois mesclam casas de lazer e clubes e outros tipos de ocupação, apesar da predominância de conjuntos habitacionais.

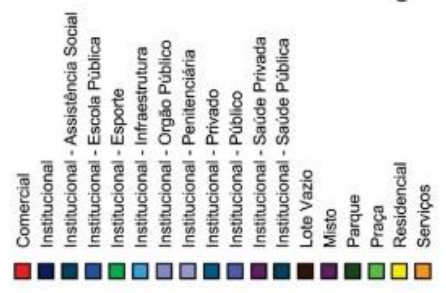
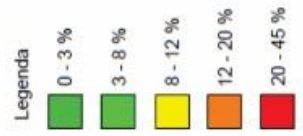
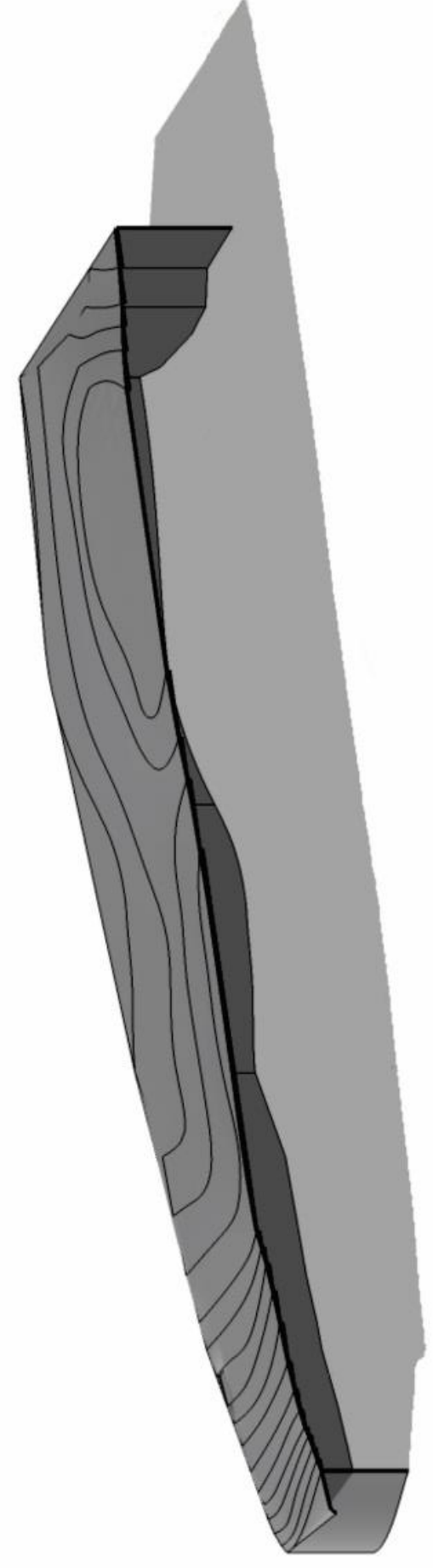
A rodovia delimita ao norte a ocupação urbana e estabelece-se como barreira ao crescimento. Há uma ocupação ilegal que venceu esta barreira, mas não tivemos acesso ao local. Neste ponto nota-se uma ligação com a zona rural, de onde chegam estradas rurais.

05





06



Corte 5 e 6: a trama

Os cortes 5 e 6 ficam nas proximidades da cota mais alta da cidade e estão sobre uma área nova, de poucas ocupações. Nota-se uma dinâmica distinta de usos do solo da área urbana consolidada e mais modificada.

É uma terra de proteção: onde se pode estar protegido e de trechos de áreas com potencial para proteção, onde predomina a diversidade de espécies e remanescentes de flora nativa em meio aos esparsos terreiros de café. A paisagem pode ser vista como herança das transformações identificadas na Trama, apresentada através de cortes para identificação dos materiais que a compõem. Neste ponto, vê-se um território pouco ocupado mas já muito modificado pela desconstrução característica

A paisagem ali está impregnada de elementos residuais que somam o rural e o urbano ao mesmo tempo, e, isto inclui estradas e campos de pastagem, as margens das áreas industriais. Estende-se para abraçar as "reservas", aquelas áreas onde a diversidade biológica é particularmente forte. A presença de diferentes espécies podem ser encontradas somente em lugares onde não há todo o controle do homem e ainda há abrigo para fauna.

Esses elementos naturais sempre reservam possibilidades de novos desenhos, é esse o princípio da desconstrução mínima. Extrair dessa potência a ideia força para o projeto. As reservas de natureza concentram muitas informações do espaço natural e muito de como o projeto poderá ser orientado, seguindo-se o respeito a esses espaços naturais.

Nas áreas rurais, os resíduos ocupam partes desiguais, inconsistente com as máquinas para a exploração agrícola, e todos os espaços está diretamente ligada à organização do território. Um exemplo de elemento encontrado neste trecho é o terreiro de café. Estrutura comumente construída e que reserva um valor paisagístico na estruturação do patrimônio das pequenas e médias propriedades que ainda resistem nas imediações do núcleo urbano da cidade de Altinópolis.

A análise da desconstrução da paisagem possibilita a interpretação dos motivos paisagísticos, recorrentes e persistentes, que permitiram reconstituir a trajetória da paisagem de várias propriedades nas imediações da área urbana de Altinópolis. Essa contribuição permitiu explorar os processos e interpretação da intencionalidade de paisagem em escala regional o período de expansão da ferrovia (finais do século XIX) para o desenvolvimento de projeto paisagem atual.

Ainda pode-se observar neste trecho que o ambiente urbano correspondem à terra à espera de um destino ou a aguardar a execução de projetos suspensos por razões financeiras ou de decisão política. O tempo fica,

muitas vezes, por muito tempo, permitir zonas industriais urbanas para cobrir um chão da floresta. É aí que o projeto de paisagem pode se completar.

3.3 Ruína: desconstrução da paisagem

"A paisagem esteve oculta no espaço altinopolense".

(PDPA- Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis)

Ao construir a periferia, teremos que encarar uma tarefa para a qual não estamos preparados, assim pensar a cidade com suas partes, suas relações recíprocas em uma combinação de fatos cujo conjunto não nos é forte. NICOLIN, Pierluigi, 1999b.

Como já foi antecipada, a Ruína contém todos os tempos da cidade. Desvendá-la. Lê-la. Interpretá-la é descobrir que o espaço físico ao mesmo tempo está presente e esquecido para o altinopolense e começa-se a perceber que o conhecimento da paisagem se mostra muito importante nesse contexto. Neste ponto, é bom que fique claro que a cidade não está despregada de seu sítio natural, seu território.

A raspagem do território no sentido da Ruína deixa mais evidente um espaço único desconstruído e adaptado, no entanto é o chamado espaço único, revela-se como o espaço oculto, objeto da constante desconstrução da paisagem.

Mas, pode-se admitir, que nesse chamado espaço humano então há, por certo, e não poderia ser diferente, todos os elementos que compõem a paisagem primeira e natural: os elementos água, terra, ar, os minerais e vegetais e todos os demais objetos e seres animados e inanimados existentes nas mais diversas formas, continuam presentes na Natureza Segunda (PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS, 2014, p. 122).

A paisagem é a área do conhecimento que melhor nos possibilita uma leitura da realidade. Nela encontramos uma dimensão dos saberes sobre a ocupação humana sobre a terra. A ocupação humana mais expressiva são as cidades. É imprescindível que esta relação cidade/meio seja considerada para a análise da paisagem, já que o homem é um ser urbano. A paisagem não deve ser colocada apenas como resultado, mas como uma maneira específica de olhar.

A cidade é, portanto, produto deformado da técnica, nela incidem aparatos como formas de controlar a natureza. A maneira como se organizou, no caso específico de Altinópolis, suas formas e o conteúdo dessas alterações pode melhor ser compreendido em etapas. Tais etapas são objetivadas a partir da identificação das formas e concepções de obras no sentido de constituição e urgência é uma das possibilidades de entrada para compreensão do processo consolidado da cultura de fazer paisagem. Esta compreensão está

integralmente conectada à história, a arquitetura e o urbanismo assumindo papel marginal nessa desconstrução constante da paisagem.

Para entender o papel do projeto na concepção do espaço é importante identificar uma tendência não como ideia, senão como determinação histórica, é preciso partir do papel diretamente produtivo que esta transformação gera para os produtos intelectuais. Assim compreendemos a formalização da paisagem na cidade tal como se transforma. Através da ação de quem a dirige de fato e da ação da cultura oficial dela dependente.

O procedimento analítico-projetual permite a interpretação da relação paisagem natural e paisagem construída, para que se verificasse no contexto da cidade em questão, quais os elementos mais marcantes de sua paisagem urbana e territorial para a constatação das discontinuidades de tecido e formas urbanas resistentes que definem características morfológicas importantes da cidade, a ocupação de suas áreas de bordas da cidade; assim também, avaliar a potencialidade e definir valores aos espaços livres (vazios urbanos) através da indicação de projetos de paisagismo para o adequado planejamento da paisagem e de seu desenvolvimento para melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, pesquisa e projeto desenvolvem-se no sentido propositivo da cidade, priorizando o equilíbrio entre espaço livre e espaço construído.

Podem assim ser assinalados e definidos quatro categorias do espaço no tocante à paisagem.

Espaço oculto

Parte-se da ideia de que existe um significado novo para a paisagem que está por ser descoberta. O que indica que os espaços devem expressar o seu simbolismo mais complexo, relacionado com clandestino e subterrâneo ao lado da vida social, mas também para a arte, o que poderia, eventualmente, ser definido não como espaço de código, mas como espaço de representação e nova identidade. O espaço vivido por excelência deve ser descoberto, descortinado;

Espaço Rurbano

O Rurbano é a junção das palavras Rural e Urbano. O sociólogo Gilberto Freyre foi quem cunhou o termo em seu livro *A Presença do Açúcar na Formação Brasileira* nele o autor define o conceito de integração total entre os dois mundos. Nele o autor apregoa que é necessária uma reconceitualização do espaço rural, tendo como norteadores os princípios ecológicos e o enfrentamento dos problemas advindos da propriedade privada, sobre tudo os ligados aos grandes latifúndios. Deste ponto, a cidade apareceria como complemento ao mundo rural.

É imprescindível, para que se incline em direção à ruína como categoria da desconstrução, a observação desta mescla de interesses rurais e urbanos, já que os dois devem se complementar e não contrapor.

Espaço único

Todo espaço é único, caracterizado pela sua diversidade; espaço, toda amplitude terrestre e também parcelas e fragmentos trabalhados pelo Homem, como atividade antrópica; paisagem - entendido como as formas do espaço natural - e seus fragmentos - e dos acréscimos feitos pelo homem, também enquanto forma, e finalmente;

Paisagem total

Aquilo que efetivamente perseguimos como equilíbrio, a partir da desconstrução espacial mínima. A instância responsável tanto pela desconstrução mínima/renaturalização dos espaços quanto pelo reconhecimento e prática da vontade política cidadã, numa somatória de arquitetura e urbanismo organicamente interligados, pode então ser entendida como projeto de paisagem.



Figura 82: Fotografia aérea Cachoeira de Altinópolis. Fonte: Prefeitura Municipal de Altinópolis, 23 de set. 2013.

Na realidade da cidade, no espaço vivenciado é que está a paisagem. Vê-se que a situação geográfica é a expressão mais forte da relação cidade e paisagem, no caso estudado. A tese sustenta que a cidade é construção de paisagem, pois o seu espaço natural nestes séculos de urbanização ainda resta para contar a história de sua transformação. Os ditames e regras que orientaram o seu crescimento e expansão não colaboraram para um projeto de paisagem, mas tornou o seu espaço natural sua própria paisagem, e como tal, parte de seu constructo a sua cultura. É esta a paisagem que resta ao morador, ao turista, ao indivíduo que vivencia suas ruas, sua paisagem.



Figura 83: Fotografia aérea feita através de sobrevoo de helicóptero. Fonte: Prefeitura Municipal, 23 de set. 2013.

Esta iniciativa foi construída *par e passo* com sua materialidade, desde a escolha do sítio para a implantação do núcleo, onde se deu a construção de casas e ruas, até as formas de expansão da área urbana e da

conquista de seu espaço natural. A paisagem até os dias atuais é admirada por sua população. Na sequência de imagens da Figura 80 vê-se à esquerda a posição da cota mais alta da cidade. Onde hoje temos o campo de futebol. Na segunda imagem da sequência vê-se o cemitério e a sua proximidade com a área central. Na terceira imagem da sequência, vê-se a área central construída desde os primórdio da consolidação do núcleo urbano, onde está o tecido urbano mais antigo da cidade de Altinópolis.



Figura 84: O tecido urbano e a força do traçado. Fonte: Prefeitura Municipal de Altinópolis, 23 de set. 2013.

Os efeitos da intensa transformação da paisagem na estrutura urbana da cidade despensa a ideia de uma investigação excessiva da estrutura socioeconômico do espaço urbano, quando simplesmente atribuía-se à forma urbana valores resultantes dos processos sociais. A não homogeneidade da cidade condiz então com um modo de entender e tornar relevantes novos elementos urbanos. Assim, o Material urbano é sempre mais envolvente e disposto a novas articulações e linguagens dessa forma constituída.



Figura 85: O tecido urbano denso e seu oposto o espalhamento urbano. Fonte: Prefeitura Municipal de Altinópolis, 23 de set. 2016



Figura 86: Área do Manancial e parque Ecológico. Fonte: Prefeitura Municipal de Altinópolis, 23 de set. 2013.

A compreensão da construção dos espaços periféricos na cidade de Altinópolis, bem como possibilidades de projeto a partir da verificação de demandas e necessidades da população, está centrada na interpretação da relação forma-conteúdo, no sentido de permitir a tomada de decisão sobre o problema da periferia urbana. Entende-se como espaço urbano periférico, aquele cuja continuidade de tecido, conexão urbana inexistem.

É comum observar que a periferia, enquanto espaço físico, ou sua população, carregam o estigma de espaço dependente da estrutura urbana mais antiga que compõe o espaço urbano, de maneira geral. Tal senso impede por assim que dizer, que ao olhar a periferia se deixe escapar alternativas para a intervenção nos espaços de apagamentos de significado urbano, tal como tem se pensado sobre a periferia.

Nesta condição periférica, a cidade dá suporte a um contingente de ações ínfimas e que em geral são desprovidas de interesse pela vida urbana que cercam estas bordas urbanas. A periferia tem representado tão somente o espaço de agregação de trabalhadores que desenvolvem sua principal atividade cotidiana fora do lugar onde moram, o que torna estes espaços desabitados em parte do dia.

Se nunca houve ainda disposição em compreender a possibilidade projetual da periferia e o centro urbano continuar oferecendo o repertório principal para o projeto, pode-se incorrer no enfraquecimento da imaginação no sentido da compreensão da realidade da periferia.

Assim, o fragmento é motivador para que a cidade seja observada como única, sem hierarquização de suas “partes” ou “fragmentos”, *a priori*. Pressupor a fragmentação do tecido urbano e territorial deixa mais clara a diversidade de ocupações atualmente admitidas na realidade da cidade de Altinópolis, bem como de seu território; permitindo assim, a incorporação de novos fragmentos de novos elementos componentes desta grande teia em grande transformação. O urbanismo, desde de sua origem, até as categorias de planejamento urbano e regional, mais ou menos preocupados com os problemas do território, tem usado um modo de ver a cidade, na sua relação centro periferia, normalmente, tendendo a observá-la como parte da cidade e onde não são possíveis as relações de urbanidade, sendo que nesta última é nula.

O planejamento urbano, ainda centrado na concepção moderna de cidade (zoneada e estratificada) detém-se a afastar o pobre das áreas centrais, configurando aos espaços periféricos áreas de rejeito humano. Porém, um contrassenso da cidade contemporânea são as novas formas de ocupar a periferia. Os condomínios fechados, distritos industriais, shopping centers, grandes galpões de estocagem, têm permeado a paisagem das periferias e consolidado de forma premente a condição de fragmentação do tecido urbano atualmente.



Figura 87: O verde urbano. Fonte: PDPA, Elaboração: A autora.

Mas quais são os dispositivos que fazem uma cidade mais ou menos igualitária? Um espaço verde é um lugar para a socialização e integração, mas sem distorcê-lo, ele pode ser mesmo concebido como um buffer para um condomínio fechado. Integrando à força é um sistema de transporte que interpreta o conceito de acessibilidade como um verdadeiro direito à cidade. O importante é que o planejador quando desenha partes da cidade é guiado pela "contínua observação do cotidiano".

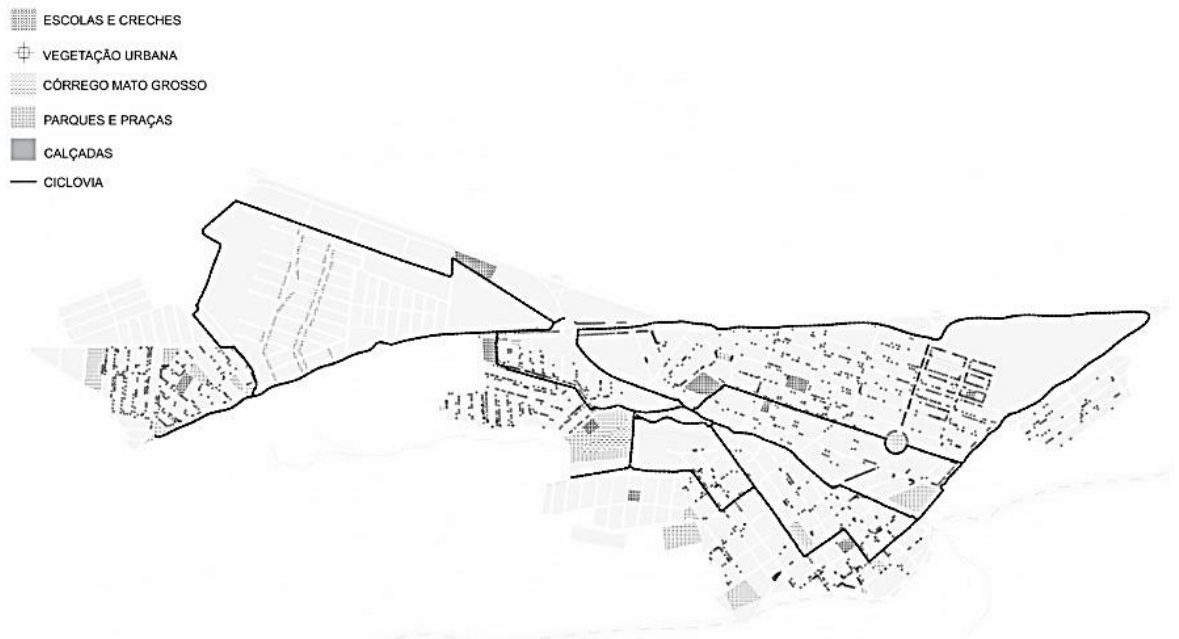


Figura 88: Percursos à pé. Proposta de articulação do verde urbano. Fonte: PDPA, 2014. Elaboração: A autora

O material cartográfico sistematiza uma análise espacial, e quanto mais se aumenta a imagem pesquisada, mais detalhes podem ser observados. Quando houver necessidade, o município e área urbana serão

apresentados em escalas diferentes, indicadas nas peças gráficas apresentadas. Deve-se utilizar também outras escalas quando forem necessárias.

O Mapa nos serve como um registro (e se utiliza da linguagem gráfica) e, portanto, é síntese de dados físico-ambientais, político-sociais, mas não tem a pretensão de congelar tais dados, ao contrário, possibilitam a sobreposição de informações para dar condições favoráveis à tomada de decisão.

Pode-se afirmar que a linguagem visual é uma das maneiras de ler a realidade, talvez a mais simples - e primeira - o que não significa facilidade de observação, pois a partir da composição dos dados a representação gráfica apresenta-se com uma complexidade de formas de análise. Se o que é lido é também observado, para em seguida ser desenhado e for porções de um território, para essa representação espacial tomamos de mapa, peças gráficas capazes de representar dados numéricos, físicos e populacionais.

A representação cartográfica passa a ser um instrumento de análise e interpretação da realidade.



Capítulo **4**

4. Projeto de paisagem como gestão da paisagem

4.1 No Brasil vigora o marco normativo

Nos últimos anos no Brasil, temos visto a urgência da discussão do projeto de paisagem no âmbito dos debates sobre Plano Diretor. Por ter se tornado obrigatório para as cidades acima de 20mil habitantes em todo o país e para todas as cidades no estado de São Paulo, desde a promulgação de suas respectivas Carta Magna, em meados dos anos 80.

As agendas de governo que primam pelo estabelecimento de metas inclusivas em habitação, saúde, transporte, saneamento e educação obedeceram as orientações do Ministério das cidades e a corrida pelo ajuste desses interesses em nível municipal foi, de certa forma, alcançados, como avalia a equipe de profissionais do próprio Ministério.

Quanto à paisagem, segundo Delphim (2004,p.),

Uma paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações, suas formas de expressão, resultando em uma soma de todas as expressões resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem.

A Constituição Federal de 1988 trata em seu Capítulo II, da estrutura dos Estados Federados, em seus artigos 23 e 24, institui que a proteção de documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, são obrigações do Estado. E nos artigos VI e VII atribuem valor de conjunto aos bens que apresentem características de tombamento pelo seu valor de proteção, sendo eles bens: histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

(...)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 27)

Código Civil (2014)

Título VIII Da Ordem Social Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto Seção II Da Cultura Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:⁴⁶ I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações

científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1o O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

O que se vê é uma reunião de termos calcados em torno apenas de componentes da paisagem, e normalmente tratados de maneira muito ampla. A palavra paisagem frequentemente aparece junto de “natureza” ou “natural”, o que a caracteriza por sua relação com biomas ou com a ideia de meio ambiente. Já pelo aspecto “valor paisagístico”, se considerarmos como uma possibilidade de entrada da discussão da paisagem, o termo coloca a necessidade de se preservar praças, parques e jardins como patrimônio.

Isto revela um atraso no debate sobre a paisagem cultural no Brasil, pois há que se considerar o homem como parte do território que ele transformou e não excluí-lo ou diminuir a importância de seu trabalho na construção do espaço que habita. Estava anunciada a aproximação dos conceitos de paisagem e patrimônio como novo ditame para as políticas públicas, desde a promulgação da Constituição de 88. No entanto, mesmo tendo sido signatário das várias convenções mundiais (1972, 1992, 2000, 2004) sobre proteção, seu ordenamento não evitou esse descompasso nas ações.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009
Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

CONSIDERANDO, que a conceituação da Paisagem Cultural Brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

CONSIDERANDO, que os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta;

CONSIDERANDO, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO, que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais; resolve: Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional.

CONSIDERANDO, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO, que o Brasil é autor de documentos e signatário de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconizam sua proteção;

I - DA DEFINIÇÃO Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

A noção de paisagem tem um significado claramente cultural e desde o século XVI não desvincula de sua relação com a presença do homem. Já dissemos que tudo o que vemos é cultural e sua mediação na técnica é a relação dialética da noção de paisagem cultural.

O Brasil tornou-se signatário de diversas convenções sobre paisagens, essas convenções foram realizadas ao longo do século XX. Mais precisamente, a de 1972, denominada Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

Os Planos Diretores têm contribuído de maneira a colocar profissionais na frente de batalha sobre questões urbanísticas, mas a paisagem ainda de forma muito tênue persiste entre as orientações dessas cartas. A questão que se coloca é que para um efetivo projeto de paisagem através do apoio ao plano urbanístico é preciso ter a garantia de uma Carta de projetos junto ao corpo da lei.

Nesta abordagem, Agudos (5), Piratininga (6), Iacanga (7), Jaú (8), são lidas de dois pontos de vista: como casos singulares e também em operações ancoradas às características radicadas no território, denominadas sistemas, que persistem e permanecem por um longo período, mas que em alguns pontos sofrem interrupções, que levam muitas vezes a agravamentos de questões ambientais e urbanas. No primeiro, parte-se do conceito de monofuncionalidade à integração das funções, da uniformidade funcional à sua diversificação, visando à valorização das especificidades locais. No segundo, substitui-se o modelo hierárquico por uma organização em rede (RETTO JÚNIOR et. Al. 2006)

A legislação trata da proteção e salvaguarda de unidades paisagísticas, como define o SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação), as unidades culturais têm sido tratadas como patrimônio e a sua proteção é parte importante dos órgãos de proteção ao patrimônio arquitetônico, histórico e artístico. Mas é preciso dar um passo na direção da gestão da paisagem. Tratar como cultural todo componente da paisagem, individualmente ou em conjunto, e versar sobre a sua proteção. De certa forma, estes componentes

corroboram para que a paisagem seja entendida ainda de maneira difusa e genérica.

A Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA), desde 2006, pretende alcançar a Convenção global da Paisagem e no Congresso IFLA de 2009 solicitou publicamente a ajuda de suas associações membros em 64 países, representantes da UNESCO e da União Européia para essa finalidade (Carta da Paisagem Brasileira, 2010, p.03).

Sessão 186 da UNESCO, realizada em Paris, em março de 2011, onde foi solicitado o apoio da UNESCO para o projeto da Convenção Mundial da Paisagem, a exemplo do que já ocorre com a Convenção Européia da Paisagem, assinada em Florença em outubro de 2000.

O IFLA World Congress, realizado em junho de 2011, em Zurique, apresentou e iniciou a dinâmica da "Iniciativa para a Carta Latino Americana da Paisagem", ora em andamento pelo Comitê IFLA-LALI.

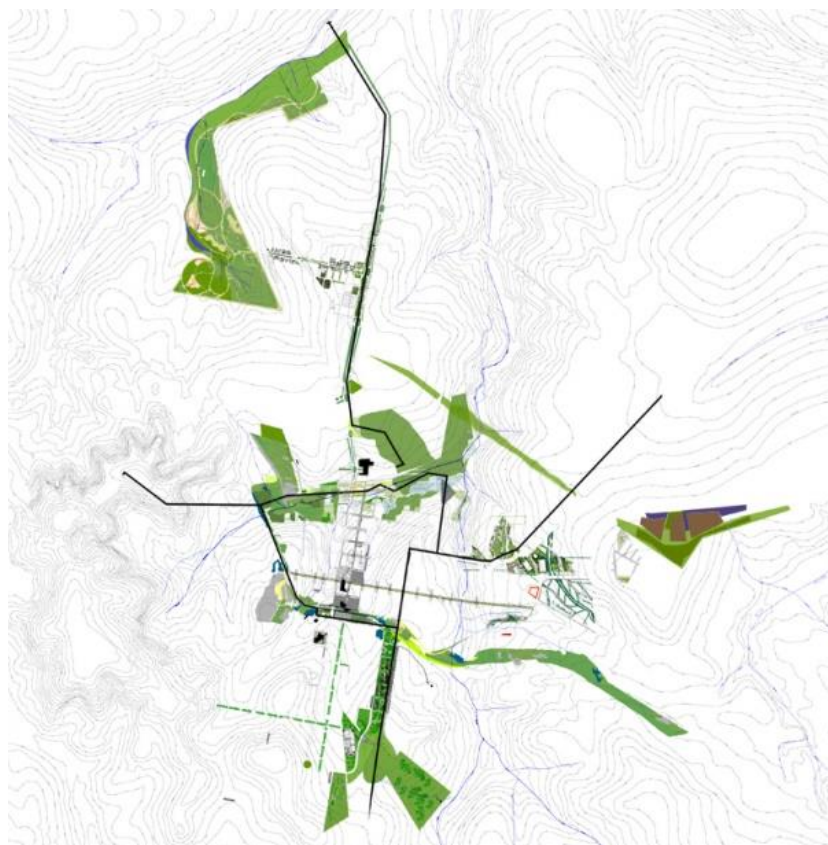


Figura 89: Plano Estrutural. Fonte: acervo Plano Diretor Participativo de Agudos PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS, Fonte: Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal de Agudos. 2006.

Nos planos supracitados, prioriza-se três elementos principais: a estrutura funcional: mixité funcional, grau de integração funcional, tipologias e relações funcionais com o conceito como valorização das especificidades locais; o sistema das relações: nível de interconexão aos nós da rede nacional e internacional, a partir dos veios fluviais, aos polos de excelência e aos níveis de integração à escala metropolitana; a estrutura física: integração com os tecidos urbanos circundantes, configuração do espaço urbano (relação entre traçado urbano, percursos, eixos, praças e espaços públicos), configurações dos espaços abertos e do verde (elementos de naturalidade, parques urbanos, jardins, percursos de pedestres e ciclovias) RETTO, 2006.

Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei de nº 667, desde outubro de 2015, divulgado recentemente pelos meios de comunicação. A proposta é para alterar a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, além de dar outras providências.

A proposta foi discutida por uma centena de Arquitetos e Urbanistas que criticaram a relatoria. Mas esta pode ser uma nova oportunidade de se colocar na pauta de discussão os rumos, as justificativas e finalidades dos Planos Diretores, pois amplia a ação desses instrumentos. Se até o momento o efeito desse importante instrumento de inclusão versava apenas por uma lei de Zoneamento ou da determinação do Uso do solo urbano, com a proposta pode ser ampliada a sua função.

Esta é uma discussão antiga, mas que inclui uma nova forma de gestão, portanto a novidade seria incluir a orientação. Segundo Viganò (2009), em “Le Projet Come Producteur de Connaissance”

Na metade dos anos 80, a reflexão entre o campo disciplinar do urbanismo, girava em torno da idéia de que deveriam ser repensadas os instrumentos do projeto, em diversas escalas. Uma nova forma de plano, a relação entre plano e projeto alimentaram uma longa e laboriosa discussão produzindo inovações, releituras e alguns casos exemplares que pretendiam refundar a prática do urbanismo (No contexto italiano e Europeu, por exemplo as experiências de Oriol Bohigas e Manuel Solà-Morales em Barcelona; na Itália, Secchi em Iesi e em Siena).

Finalmente é importante que as indagações que aqui são contempladas venham no sentido da construção de novas possibilidades de pesquisa e orientações para alimentar e orientar um novo fazer cidade a partir da paisagem.

As duas últimas décadas têm testemunhado um ressurgimento de ideais ecológicos e esses pensamentos estão em discussões com o urbanismo, sociedade, cultura e projeto. Na ciência, o campo da ecologia afastou-se do determinismo clássico e de uma preocupação newtoniana reducionista com a estabilidade, a segurança e a ordem, em favor de interpretações contemporâneas com uma mudança sistêmica e dinâmica, unida aos fenômenos relacionados com a adaptabilidade, resiliência e flexibilidade.

Cada vez mais estes conceitos são vistos como heurísticas úteis para a tomada de decisão em muitos campos, e como modelos ou metáforas para a produção cultural, particularmente nas artes do projeto. Isso coloca a arquitetura da paisagem em um espaço disciplinar e prático único - informado pelo conhecimento ecológico como uma ciência aplicada, como uma construção para a gestão da mudança, e como um modelo de produção ou projeto cultural.

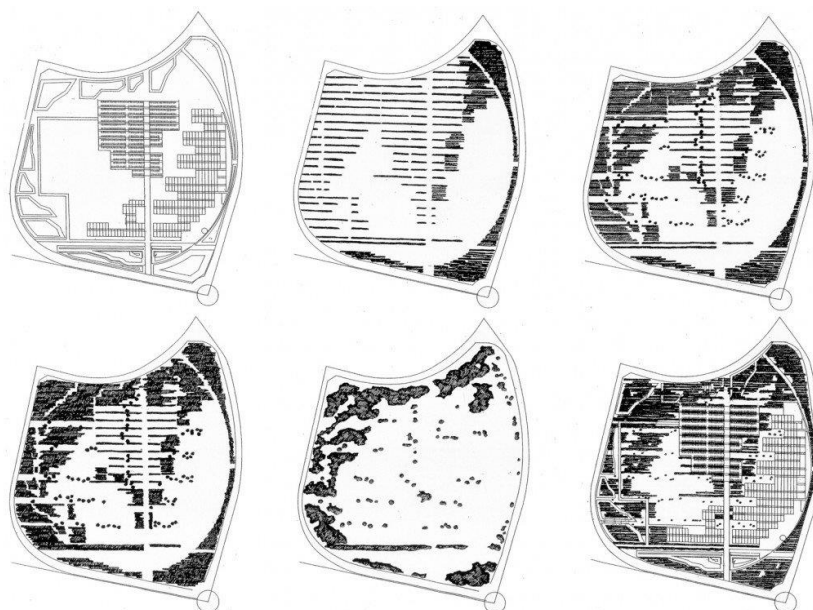


Figura 90. Michel Desvigne Paysagistes, Desenvolvimento Plantio de 30 anos, Thomas Flora, Guyancourt, França, 1989.

O reconhecimento de que devemos passar de ecossistemas de gestão do ponto de vista econômico, principalmente para gerenciar as ações humanas dentro de ecossistemas não é nova. Evidência de uma mudança concertada em abordagens de gestão que começou no final de 1980, pouco depois que Yellowstone National Park foi devastado por uma série de incêndios florestais que não poderiam ser controlados nem contidos utilizando métodos convencionais.

Como uma jovem ciência focada em vários aspectos dos sistemas vivos em diferentes escalas, a ecologia moderna tem sido caracterizada por uma cisma entre as abordagens divergentes adaptadas pelos dois principais subcampos. Enquanto ecologia de ecossistemas adotou uma perspectiva de sistemas complexos, ecologia populacional que permanece em grande parte fixada em uma abordagem científica convencional, utilizando modos reducionistas de investigação e experimentação. Ambos os subcampos, no entanto, partilham três principais áreas de investigação que são projetados para responder a perguntas de "o que" (ecologia estrutural), "como" (ecologia funcional) e "por que" (ecologia evolutiva) (METZGER, 2010).

As origens da ecologia de ecossistema encontram-se em meados dos anos 1950 com o trabalho de irmãos Eugene e Howard T. Odum, zoólogos por formação, que publicou o primeiro livro de língua Inglesa em ecologia, os Fundamentos da Ecologia (1953). No entanto, a ecologia não era considerada uma ciência válida até o final da década de 1960, concomitante com um aumento do ambientalismo moderno causado por crescentes preocupações públicas sobre a poluição do ar e da água, o crescimento da população, o esgotamento de recursos e os riscos à saúde.

Com a aceitação posterior do campo, o volume de pesquisa publicada aumentou significativamente, em grande parte devido à aceleração da pesquisa de campo aplicada e ativada por um financiamento específico para o estudo dos problemas ambientais e de gestão de recursos. Dado que a investigação ecológica avançou durante esta época de crescente consciência ambiental, sendo assim, a ecologia tem sido intimamente ligada ao ambientalismo - nos meios de comunicação, bem como pelos próprios cientistas - e percebida como uma ciência normativa semelhante à medicina, em que o trabalho é no sentido de meta-orientada a alguma melhora na saúde ou bem-estar.

Com o duplo aumento da ecologia de ecossistema (preocupados com grandes escalas espaciais e temporais, possibilitada pelas novas tecnologias observacionais usando sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas para mapear e modelo de dados complexo) e aplicada à ecologia de campo (orientada para a resolução de problemas ambientais urgentes, de biodiversidade perda para o esgotamento de recursos), tem havido uma mudança de paradigma constante em ecologia como uma disciplina ao longo do último quarto de século.

Como a pesquisa científica e as evidências publicadas sobre a função de todo ecossistema e suas montagens, o pensamento ecológico através das escalas de investigação e aplicação moveu-se em direção a um modelo mais orgânico do caráter aberto, com flexibilidade, resiliência e adaptação, e longe de um modelo mecanicista da estabilidade e controle. Em outras palavras, os ecossistemas estão agora sendo entendidos como sistemas abertos que se comportam como auto-organização e que o são, em certa medida. Com efeito, a mudança é construída em sistemas vivos; eles são caracterizados em parte pela incerteza e dinamismo.

As discussões, iniciadas a partir dos anos de 1970, em torno das crises ambientais evidenciaram a emergência da necessidade de um diálogo interdisciplinar acerca das ações humanas na natureza. Nessa perspectiva, colocamos em questão a análise dos projetos de parques como ferramenta de transformação da paisagem, cuja especificidade deste enfoque diz respeito ao tratamento da região de transição entre as áreas de uso humano intensivo e aquelas destinadas à proteção ambiental como forma de validação de um vasto repertório legal que vingue em território nacional.

Na década seguinte, nos anos 1980, muitas iniciativas no Brasil, do ponto de vista da legislação, visavam a acompanhar as mudanças nos paradigmas mundiais em relação à conservação do meio ambiente e o parque

urbano assumiu uma nova roupagem, a de Parque Ecológico. Exemplos não faltam.

Algumas perguntas são fundamentais para nortear as posturas diante de um tema tão pertinente: Qual o significado do parque no âmbito da gestão de áreas de fronteira de preservação ambiental? Relação das áreas protegidas com as áreas antrópicas e densamente ocupadas? Programa de atividades destas áreas e suas implicações no sistema de espaços públicos na cidade? Uma leitura possível: qual a relação entre localização, dimensão, aspectos fisionômicos e funcionais destes espaços? Quais os principais elementos de projeto?

A seleção dos parques aqui apresentados tem o objetivo de observar sobre suas funções, conforme as orientações do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Parque: área destinada à proteção dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, onde podem ser realizadas atividades de recreação, educação e interpretação ambiental, e desenvolvidas pesquisas científicas. <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>

De modo geral, o método de análise dá-se pela compreensão das ações projetuais/antrópicas – e suas consequências – sobre o meio ambiente. A análise dos parques aqui apresentados tem o objetivo de verificar se são melhores e mais perceptíveis nas zonas agrícolas ou na área urbana e como estão os locais em relação aos impactos ambientais mais acentuados, para entender a efetiva participação do projeto que freia os impactos e estabelece novas formas da natureza se organizar.

Os projetos foram interpretados a partir de seu potencial no âmbito de uma hierarquização do sistema de gestão e ação integrada que vise a preservação; ações de investimento para o desenvolvimento sociocultural do local onde se inserem; e qual o nível de sua integração com o suporte biofísico e urbano.



Figura 91: Parque do Buracão em Assis –SP. Fonte: a autora.

Segundo dados da ABAP (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas) o Projeto do Parque do Buracão é da autoria da Arquiteta Rosa Kliass, contudo não obtivemos esta informação na cidade. Tudo leva a crer que o cuidado com a análise biofísica do remanescente espaço natural, as referências aos espaços construídos e o cuidado com a definição das áreas no parque foram realizadas com toda a acuidade.

Por ser tratar de uma área de erosão grave, recorremos às orientações de Ab´Saber para o tratamento de áreas de profundo impacto ambiental, em meio ao ambiente urbano.

Há que planejar, ao mesmo tempo, uma cirurgia urbanística, acompanhada por um enxerto de arquitetônica, adaptada a um tipo de sítio e dirigido para funções sociais. (AB´SABER, 2011, p.).

A distribuição de dispositivos de drenagem é a principal característica do projeto. Os dissipadores marcam sua presença a partir de uma conexão com a drenagem feita na cidade. Partimos da interpretação da topografia na média e baixa região da micro bacia, assim como as características da vegetação remanescente, e o sistema de drenagem presente nas imediações do parque.

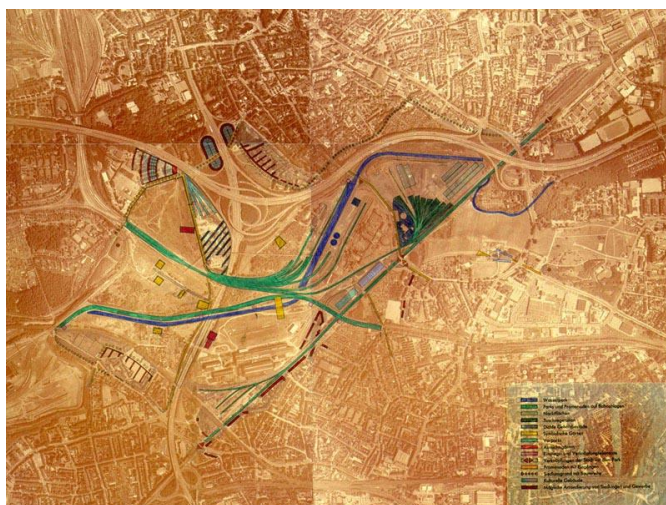


Figura 92: Emscher Park. IBA. Fonte: escritório Peter Latz.

Dois canais de drenagem superficial percorrem a extensão do parque e conduz a água até o leito do rio na parte sul. Percebemos que as deposições de bancos de semente provocam alterações na paisagem e comportamento distintos das floradas na parte mais elevada da área do parque.

A vegetação mais marcante aparece em grupos de árvores de pequeno e médio porte, frutíferas, localizada na porção leste do parque nas imediações da avenida que dá acesso à entrada principal. A região do parque onde o deslocamento de terra se deu provocando a grande cicatriz é a área mais central do equipamento. Esta área foi destinada a acolher atividade de desporto e algumas medidas de controle foram estabelecidas para que não houvesse maior

deslocamento de materiais superficiais. Uma quadra de areia e uma espécie de anfiteatro encontram-se nesta área.

A vegetação remanescente ainda pode ser observada na grande área do parque. Esta serve como pano de fundo e perfaz as bordas do parque nas áreas sul e oeste.

Robert Schimidt através da Siedlungsverband Ruhrkohlenbezirk, formulou a visão de um sistema de parques nacionais para o distrito industrial de Rhinleand e Westfalia. Baseado em discussões locais com a comunidade propôs matriz de formulações tais como a do American Urban Development Planners, New York's Central Park.

“Cobrimdo uma área de aproximadamente 320 kilometros quadrados; 70 kilometros de extensão; 17 cidades: representados por grandes espaços abertos resultados da grande mineração” (El CROQUIS, 2001, p. 51). O projeto do parque conta com imposição das regras pelo Internationale Bauausstellung (IBA), as equipes de projeto, mas em especial a do escritório Peter Latz and Parttners, que optou por

reutilizar os terrenos para prevenir a exploração adicional de “greenfields” ou terras ainda sem ocupação; estender a vida dos prédios existentes através de estratégias de modernização e reuso; incorporar práticas ecológicas de construção para novos prédios e reuso adaptativo, e transformar a estrutura produtiva da região com métodos mais responsáveis ambientalmente (VESCINA, 2010: 95).

O programa do parque conta com *lanscape design*, *biotope management*, *art activities* e estruturas de espaços abertos, com propostas de acessibilidades diferentes. A característica mais marcante, traço que define a maneira como o escritório trabalha, motivou a discussão junto à comunidade para determinação da forma de utilização da área de patrimônio industrial e que faz parte da memória da paisagem industrial do centro da Europa.

O conceito de “parque” deu unidade à intervenção, sendo o componente ambiental um dos grandes pilares do projeto regional. Seguindo velhos caminhos e trilhas industriais, um novo conjunto de corredores verdes regionais interliga os grandes terrenos reciclados das minas de carvão e indústrias inativas formando uma rede de espaços abertos reconectando povoados (VESCINA, 2010, p. 96)

Após 27 anos da data de inauguração da Reversão do Rio Ruhr pelo IBA, como marco na linguagem de projeto “inaugura o entendimento de unidades de paisagem (*units landscape development*) e unidades urbanas (*urban development*) para o projeto, *lanscape design, industrial aesthetics*”. Além da escala regional, o projeto potencializa a:

1. A paisagem urbana e industrial
2. O potencial expresso nas “sobras de paisagem”
3. A poluição industrial
4. Brechas e ruínas



Figura 93: Imagens do Emscher park. Fonte: www.peterlatz.com.

As atividades de parque se espalham pelo vasto território e a escala regional atende a uma população de dimensões metropolitanas. As estruturas do passado industrial do vale foram mantidas e integram a nova paisagem. Paisagem criada a partir da mínima intervenção. Da desconstrução mínima, pois o fato de as estruturas terem sido consideradas como parte da natureza consolidada revela o princípio da desconstrução neste projeto.

4.2 Propostas para Altinópolis

Passemos agora a elencar a série de propostas que fazem parte do Plano Diretor Participativo Urbano de Altinópolis - PDPA- Plano Diretor Participativo Urbano De Altinópolis. Todas elas, direta ou indiretamente, se incorporarão o Parque da Cidade, na perspectiva da primazia do pedestre e da construção do espaço e da recuperação da paisagem. Salienta-se que o objetivo maior é tornar Altinópolis, por inteiro, uma cidade-parque, se aproximando mais da hoje conhecida área rural, tornando-se urbana. São elas:

1. Parque da Cidade - como ideia central das propostas;
2. Desretificação e nova configuração e definição de APP, do córrego do Mato Grosso desde a nascente até o arco sob a estrada de ferro;
3. Área de pedestre junto à praça central;
4. Definição de parâmetros para a nova lei de parcelamento do solo:
 - a. elementos para garantir a permeabilidade natural do solo;
 - b. desenho das calçadas;
 - c. curvaturas horizontal e vertical dos traçados viários;
5. Recuperação de calçadas com inclinações e verticalidades excessivas;
6. Definição paisagística da parte superior da cuesta e da área do baixio da cuesta, indo da área do assoreamento e do aterro sanitário até após a Cascata de Altinópolis.

Esse rol de propostas projetos é aprofundado na leitura cartográfica que se faz em seguida.

Leitura cartográfica: mapas de propostas

São os seguintes os mapas de propostas:

1. Detalhe Praça Central;
2. Detalhe Marginal Córrego Mato Grosso;
3. Detalhe Praça Fórum;
4. Detalhe Rua Pernambuco e Alagoas.

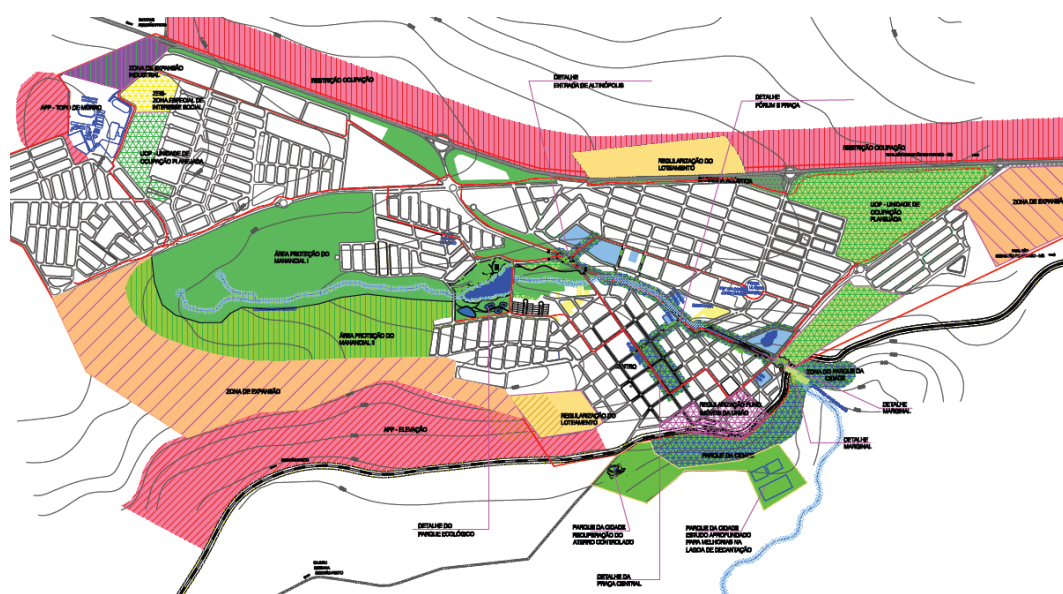


Figura 94: Mapa de Propostas. Apresentação do trecho do Parque da Cidade. Avenida Alberto Crivelenti. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO URBANO DE ALTINÓPOLIS.

Propostas

O projeto do Parque da Cidade será apresentado como eixo estrutural das propostas a serem implementadas junto ao desenvolvimento do PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO URBANO DE ALTINÓPOLIS - Plano Diretor Participativo Urbano de Altinópolis. Partindo dos estudos do território em uma área de corredor geográfico que contém uma multiplicidade de recursos patrimoniais, culturais e naturais significativos que o identifica, o parque tem o objetivo de reativar essa paisagem com o intuito de criar novas identidades.

Como objetivo geral, o projeto está apoiado na nova orientação para realçar o papel que o patrimônio natural e a paisagem cultural estão assumindo no estímulo do desenvolvimento territorial. Estuda-se a temática da revalorização da paisagem cultural, tanto em sua vertente conceitual (conteúdos, critérios, guias) ou teorias subjacentes, como também, desde a formação e estruturação dos projetos de parques como instrumentos e ferramentas de intervenção. De modo especial, destaca-se o papel de possíveis catalisadores, elementos presentes na paisagem urbana e natural, é a reativação das paisagens e áreas que buscam superar os impactos territoriais, econômicos e sociais, derivados dos processos da perda de base econômica.

Sistema de Mobilidade e os sistemas territoriais

Proposta da Entrada da cidade de Altinópolis - Avenida Alberto Crivelenti

O conjunto de propostas para o trecho da Avenida Alberto Crivelenti apresenta soluções para mobilidade urbana através do desenho de calçadas ecológicas, passagem de pedestre em nível para o cruzamento da avenida, ciclofaixa e arborização urbana. Desta forma estes elementos conectam visualmente e fisicamente o sistema viário, o sistema ambiental através da continuidade do verde urbano e a condução das águas pluviais no sistema de drenagem composto por sistema de bioretenção de água.

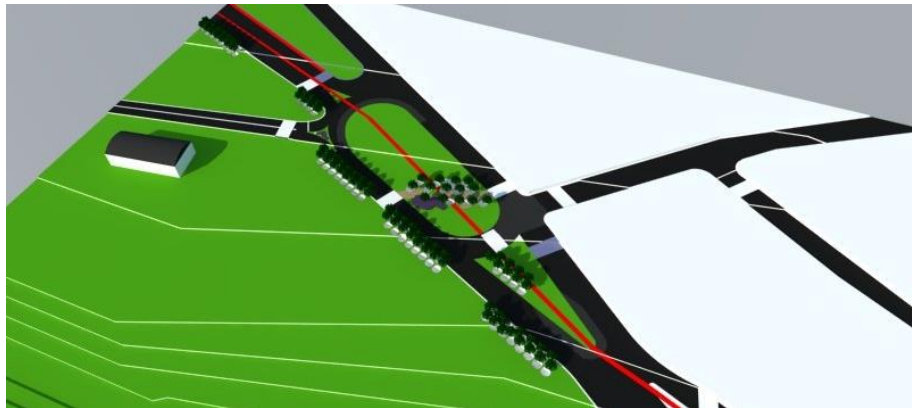


Figura 95: Diagrama de mobilidade urbana, Av. Alberto Crivelenti, trecho do Parque da Cidade. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS

Ciclofaixa

Propõe-se um sistema ciclovitário que se estenderá pela cidade como fundamental estrutura para a mobilidade urbana altinopolense. O sistema foi pensado a partir dos limites impostos pela topografia, evitando esforços para seu uso e tem como principal objetivo a conexão dos equipamentos urbanos (praças, parque, escolas) e o consumo atrativo desses deslocamentos (locais de trabalho e bairros mais populosos). Ele deverá ser formado por uma rede viária para o transporte por bicicletas, integrado por ciclovias (quando necessário), ciclofaixas (no interior da área urbana, obedecendo ao traçado apresentado na Carta de Propostas), faixas compartilhadas e rotas rurais, as quais ficam a cargo das futuras discussões do Plano Diretor.

Faixa de pedestre elevada

A necessidade de melhoria das condições de acessibilidade, conforto e segurança para a circulação e travessia dos pedestres nas vias públicas é importante de maneira geral e em especial na Avenida Alberto Crivelenti, trecho importante do Parque da Cidade, portanto, a proposta para implantação da faixa elevada para travessia de pedestres deverá ser estabelecida no trecho da pista onde o pavimento é ressaltado, conforme critérios e sinalizações definidos na

Resolução nº 495 de 05/06/2014, através do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, ABNT NBR 9050, artigo 3º:

Conforme o artigo 3º:

Art. 3º A faixa elevada para travessia de pedestres deve atender a projeto-tipo constante do ANEXO I da presente Resolução e apresentar as seguintes dimensões:

I - Comprimento: igual à largura da pista, garantindo as condições de drenagem superficial;

II - Largura da superfície plana (plataforma): no mínimo 4,00m e no máximo 7,00m, garantindo as condições de drenagem superficial. Larguras fora desse intervalo poderão ser admitidas, desde que devidamente justificadas pelo órgão de trânsito;

III - Rampas: o comprimento das rampas (H no anexo I) deve ser calculado em função da altura da faixa elevada, com inclinação entre 5% e 10% em função da composição do tráfego e da velocidade desejada;

IV - Altura: deve ser igual à altura da calçada, desde que não ultrapasse 15 cm. Em locais em que a calçada tenha altura superior a 15 cm, a concordância entre o nível da faixa elevada e o da calçada deve ser feita por meio de rebaixamento da calçada, conforme estabelecido na norma ABNT NBR 9050.

V - Inclinação da faixa elevada: no sentido da largura deve ser de no máximo 3% e no sentido do comprimento deve ser de no máximo 5%.

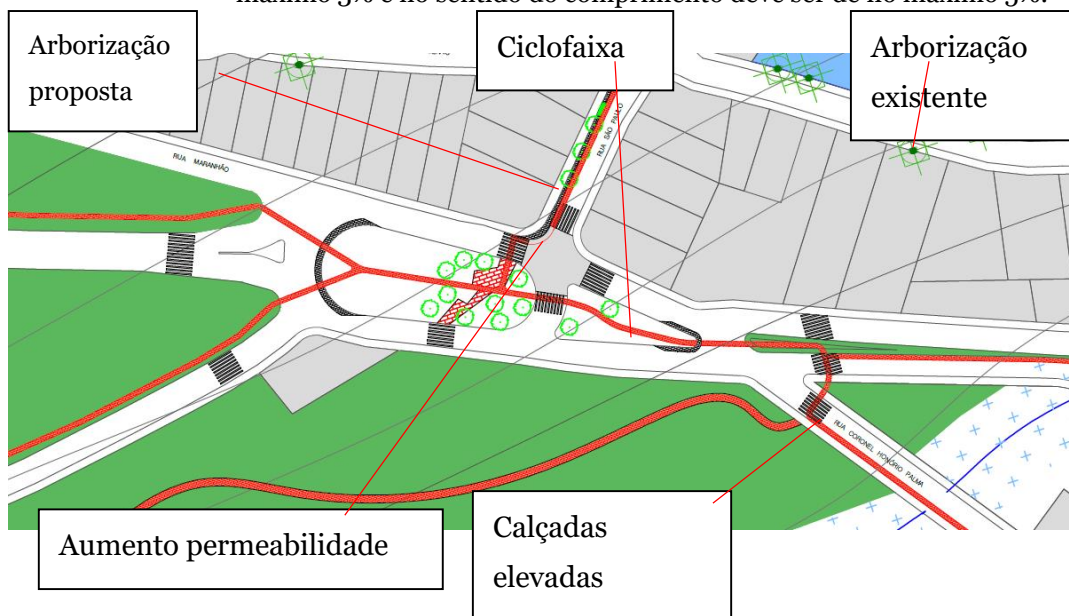


Figura 96: Elementos da estrutura proposta. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO URBANO DE ALTINÓPOLIS.

Calçadas ecológicas

As calçadas ecológicas são propostas para as ruas em que foram notificados problemas referentes à drenagem superficial urbana e tem como função aumentar a área permeável por toda essa extensão da cidade. No citado trecho vê-se que foi necessário o aumento da calçada de uma das faixas do sistema de circulação, portanto, poderão ser articuladas políticas de incentivo através da isenção de taxas percentuais do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) cobrado pelo município.

O conjunto dos elementos propostos para este local do Parque da Cidade tem o objetivo de conectá-lo ao parque ecológico, propõe-se então,

diretrizes para arborização urbana em consonância com a melhoria do sistema ambiental e aumento da taxa de permeabilidade do solo. Desta forma, entende-se que a estrutura viária e a ambiental estarão adequadas às necessidades da cidade, pelo aspecto programático, pelas necessidades ambientais e de mobilidade.

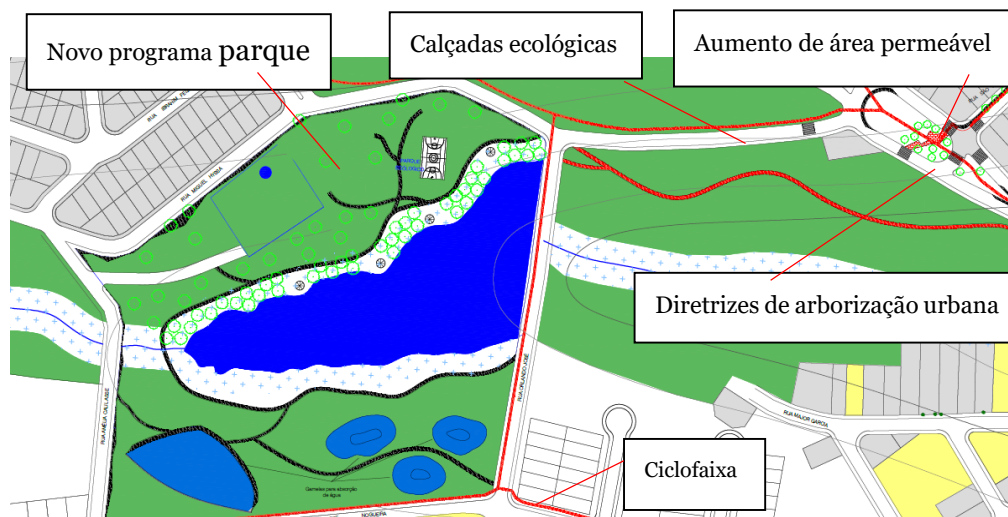


Figura 97: Proposta de articulação do Parque Ecológico através de um novo programa de parque, utilização de dispositivos de desenho das calçadas, diretrizes de arborização. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.

A entrada da pista de ciclovias no interior do centro da cidade se dará pela Rua Coronel Honório Palma, eixo estruturador do Plano e particularizado para o local que envolverá, além do sistema de mobilidade, a definição de um perímetro de preservação no entorno da Praça Dr. Olavo Guimarães. Inclui-se também, proposta de implantação de novas árvores, alargamento de calçadas, elevação das faixas de pedestres e manutenção de áreas de estacionamento.

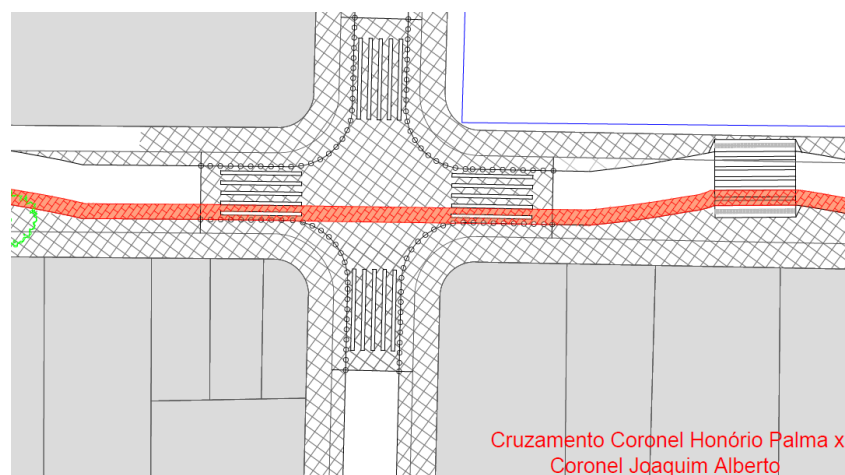


Figura 98: Cruzamento da Rua Coronel Honório Palma e Coronel Joaquim Alberto. Detalhe da passagem da ciclofaixa e os elementos: faixa elevada de pedestre, proposta de arborização e desenho das calçadas. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.

A ciclofaixa irá em direção ao Parque da Cidade pela Rua Maria Tereza, pelo lado direito e então, assumirá a cota do parque. Ela consistirá numa faixa exclusiva destinada à circulação de bicicletas, delimitada por sinalização específica que utilizará parte da pista ou da calçada.

A faixa compartilhada, por sua vez, poderá utilizar parte da via pública, desde que devidamente sinalizada, permitindo a circulação de bicicletas com o trânsito de veículos motorizados ou pedestres, conforme previsto no Código Brasileiro de Trânsito. Caberá ao Executivo, por meio dos órgãos competentes, consolidar o programa de implantação do Sistema Ciclovitário.

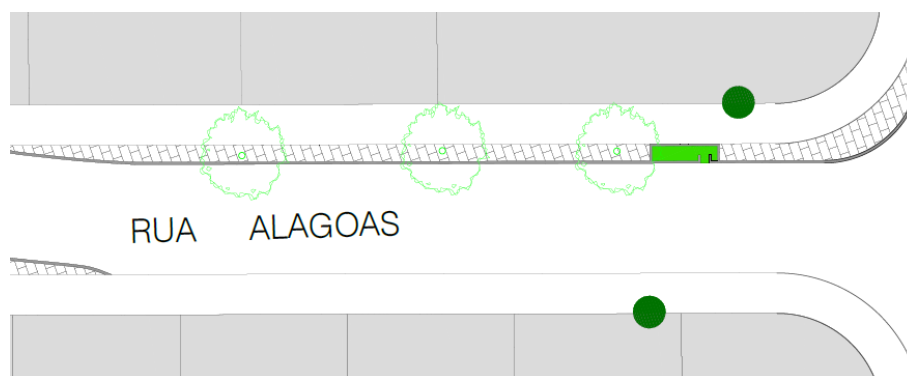


Figura 99: Detalhe da Rua Alagoas. Proposta de posicionamento de Biovaletas (Valetas com cobertura vegetal promovem a filtragem da água da chuva e retardam seu tempo de escoamento) e diretrizes de arborização urbana. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.

Como pode-se ver no detalhe da Rua Alagoas, o aumento da largura da calçada existente e a articulação de elementos de biorretenção da água pluvial são novas disposições do Plano Diretor, garantindo uma melhor adequação das áreas construídas com o ambiente natural, com a adequação da circulação do sistema ciclovitário, deslocamentos acessíveis e arborização urbana.

As calçadas têm o objetivo de valorizar um dos princípios fundamentais do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis, aquele que dá destaque à escala de interação do indivíduo com a cidade e restabelece o seu desenho através do “Passo Humano”. O aumento das dimensões das calçadas deverá ser um indicativo em toda a extensão da cidade, assim como, as dimensões serão redefinidas com o objetivo de revalorizar a paisagem da cidade, criando áreas de menor incidência solar durante o deslocamento do cidadão.

No conjunto de Diretrizes de Intervenção, a Carta de Propostas ainda orienta a descanalização e desretificação do trecho do Córrego Mato Grosso, objetivando colocar uma agenda de Desconstrução mínima para a cidade de Altinópolis. O trecho principal de concentração dessas diretrizes está entre a área do Fórum e a praça localizada no cruzamento das Ruas Anita Garibaldi e Rua Coronel Joaquim Alberto. A praça será dotada de pisos permeáveis e

semipermeáveis, contribuindo para o alargamento do curso d'água do córrego, pois nas proximidades do fluxo do rio há um afloramento de basalto que forma uma grande laje nas imediações do seu leito, inclusive, esse alargamento colaboraria com o transporte do volume de água excedente em dias de maior pluviosidade.

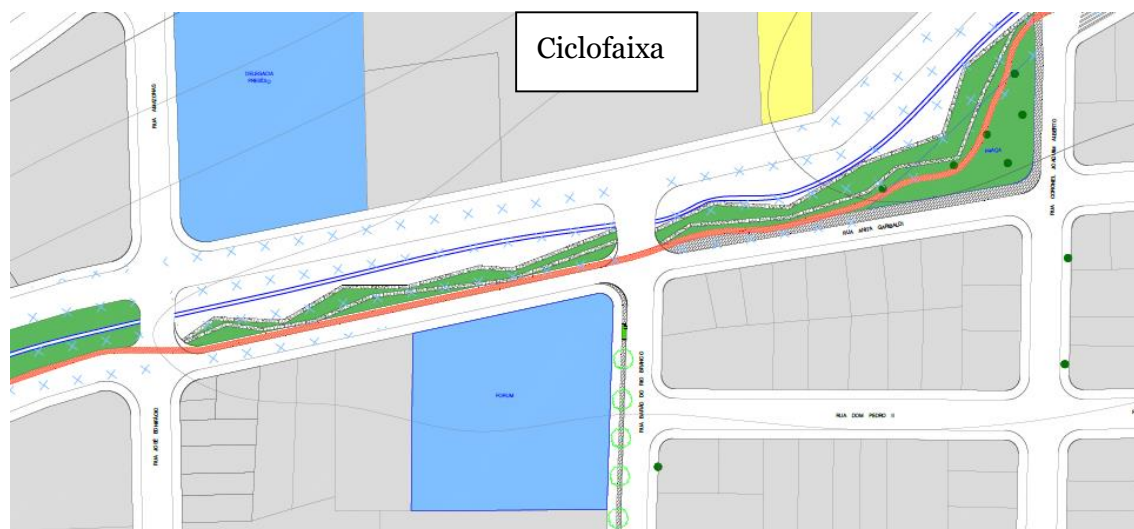


Figura 100: Detalhe Parque da Cidade: trecho do Córrego Mato Grosso (Avenida Alberto Crivelenti) e Praça. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.

Ao longo do Parque da Cidade outros trechos também obedecerão às indicações de melhoria das condições de transporte da água e de aumento da permeabilidade do solo. No trecho a jusante do córrego será necessária uma obra de alargamento com a disponibilidade de receptáculos para controle da energia cinética da água, por intermédio da construção de seis reservatórios com o uso de gabiões. Nesse trecho pode-se destacar a relação das intervenções com as praças localizadas nas imediações da avenida, sobretudo a localizada no cruzamento da Rua Carlos Gomes, que contém obras do artista Bassano Vaccarini.

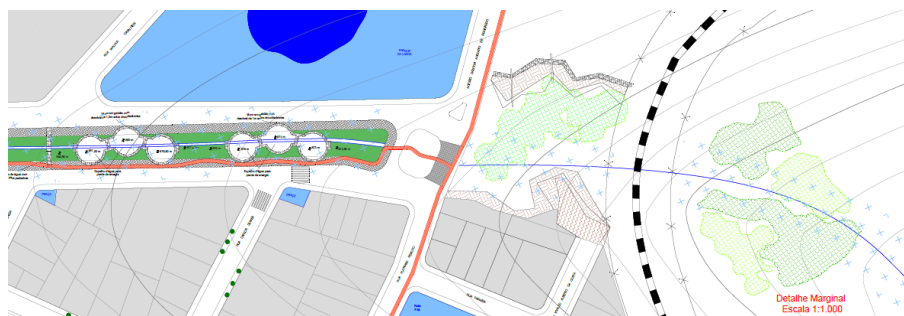


Figura 101: Detalhe do Parque da Cidade: Trecho de alargamento do curso d'água e consolidação das áreas de estar para programa de parque urbano. Fonte: PDPA- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO DE ALTINÓPOLIS.

Já no trecho mais próximo da passagem em nível da linha férrea, a proposta é o alargamento da área contígua ao trecho da avenida,

localizada entre a passagem da estrada municipal e o arco em pedra. Este arco em pedra receberá diretrizes de tombamento junto aos órgãos de proteção ao patrimônio artístico, ficando a cargo da equipe técnica de implementação do Plano Diretor, que definirá tais diretrizes e estará responsável pela elaboração do dossiê de aprovação de tombamento. A valiosa obra de arte construída sobre a Cachoeira de Altinópolis foi descoberta pela equipe do Plano Diretor, no ano de 2012, e tornou-se fundamental para a consolidação dessa orientação de tombamento, como também, para a consagração da relação do patrimônio natural e cultural, visivelmente desvalorizado em Altinópolis.

Na porção ao norte desse ponto, tem-se o início da UOP - Unidade de Ocupação Planejada, que tem o objetivo de utilizar os galpões para disponibilidade de equipamento de cultura, atribuindo um novo uso para esta área. Deste ponto, ao sul, as diretrizes para a implantação do Parque da Cidade se amarra ao rural pela necessidade de recuperar a extensão do Aterro Sanitário, criando um programa de praça e melhorias na área da bacia de decantação de esgoto sanitário, podendo se transformar em um espaço de visitação e educação ambiental.

Considerações finais



Considerações finais

A desconstrução da paisagem é antes de tudo a possibilidade de uma educação do olho, a fim de descobrir o que foi construído ao longo dos séculos de urbanização em nossas cidades. Ao mesmo tempo que revela possibilidades de reinterpretar e analisar a paisagem também se torna uma importante ferramenta de projeto. O projeto então nasce de um olhar cuidadoso e no sentido da desconstrução da paisagem que temos com vistas a um almejado equilíbrio.

Pode-se observar que a desconstrução da paisagem da cidade de Altinópolis, partindo da análise do processo histórico de transformação desta mesma paisagem, se deu como efeito da grande história da transformação da paisagem, tal qual outras cidades localizadas nas proximidades. Ali ou em lugares mais distantes, como no constante movimento de aproximação do modo de conceber e reunir as técnicas de transformação de seu espaço, a cidade também exigiu um repertório técnico de sua modificação. Assim também pode-se observar que os movimentos da própria natureza exigem na atualidade que sejam observados os elementos de seu espaço com condicionantes naturais para o novo projeto de cidade.

A partir desta constatação, vemos que a urgência do tema desta pesquisa passa pelo debate da re colocação do principal mediador da paisagem. Conforme se estabeleceu na discussão do capítulo 1, é necessário que a nova ordem urbana esteja atrelada e orientada pelo conhecimento da paisagem. Assim a paisagem se alinha ao perfil do novo mediador o gestor da paisagem. No capítulo 2, a apresentação das categorias da desconstrução da paisagem possibilitaram a aproximação com as regras e técnicas implantadas em cada tempo na cidade, suas escalas e como, a partir desta descrição da transformação pode-se alçar elementos orientadores do projeto de paisagem.

A visão da cidade na realidade da paisagem a partir da categoria Ruína foi a mais relevante, pois deste ponto observar as possibilidades de entrada do projeto de paisagem no caso de Altinópolis possibilita uma compreensão da cidade e de seu potencial de projeto.

Considerando a necessidade de que a gestão da paisagem passe a integrar as políticas públicas urbanas, um importante desafio, e contribuição que pretende este trabalho, é o de propor uma possibilidade para seu estudo, interpretação e avaliação da paisagem.

Para orientar as escolhas da política vigente em favor projeto de paisagem que prime pela mínima desconstrução do espaço, os estudos aqui apresentados se apoiaram na análise dos assentamentos paisagístico do território e seguiram uma abordagem que o município, não como um caso em particular,

tem especificidades na desconstrução de sua paisagem. Considerar os estudos já elaborados para o tecido urbano da cidade foi imprescindível, mas contextualizar como referência para todo o território municipal o conjunto de estruturas equivaleram a aproximar a relação entre os elementos constituintes de sua paisagem para então analisa-las e definir formas de revalorizar as características de seu processo de transformação.

As propostas constitui-se no conjunto de diretrizes para construção de uma nova cidade. Nos projetos definidos para compor uma carta de projetos são destacados:

Parque ao longo do córrego Mato Grosso, que tem como objetivo a recuperação da área permeável ligando estruturas importantes o Parque Ecológico passando pela Avenida Alberto Crivelenti até a área de Recuperação do Aterro sanitário e da ETE Estação de tratamento de Esgoto. Partindo da análise histórica do processo de transformação espacial, inclui-se uma ação drástica para garantir que os anos de supressão de reserva de natureza recobrem o espaço existente e estabeleçam novos parâmetros de projeto.

A proposta prevê a articulação do fundo de vale com os Espaço públicos, áreas arborizadas e o sistema de calçadas, ligando os espaços livres de edificação com os tecidos urbanos circundantes, para que se deem novas possibilidades de configuração do espaço urbano. Ações integradoras e de recuperação das áreas do aterro sanitário “controlado”, revalorização das calçadas e áreas verdes de acompanhamento viário.

Recuperação do Patrimônio Cultural da Estrada de Ferro, com a proposta de um trem regional para ressignificação do patrimônio e de sua relação com as estruturas locais e regionais. Inclui-se a preservação do patrimônio arquitetônico ainda marcante na paisagem.

Os projetos desenvolvidos apresentados sustentam a hipótese da tese por um projeto de paisagem. Assim, visam a utilização do instrumento do projeto de paisagem afim de que se consiga a aproximação do conceito de modificação/transformação referindo-se principalmente às relações passíveis de serem instauradas entre artifício e natureza, e portanto, aos argumentos possíveis para uma análise das relações de modificação e/ou transformação de caráter mais especificamente urbano.

Referência

LIVROS

- AB´SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Atelier Editorial, 2003.
- ANTUNES, P. B. Direito ambiental. 4^o ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. Tradução de Marcos Bagno, 1^a. Edição, São Paulo, editora Ática, 1998.
- BENJAMIM, Obras Escolhidas, São paulo, 1925/1996
- BERMAN, Marshall. Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.
- BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.
- BÍBLIA. A. T. Paulo aos Romanos, cap. 7, vers. 14-25. In: BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.
- BOUTINET, Pierre. Anthropologie du projet , [compte rendu] Revue française de pédagogie Année 1992 Volume 99 Numéro 1 pp. 122-124
http://www.persee.fr/doc/rfp_0556-7807_1992_num_99_1_2505_t1_0122_0000_3
- BRAUDEL. Dinâmica do Capitalismo. São Paulo: Editora Rocco, 1987.
- BRIOSCHI, Lucila R. et al. Entrantes no Sertão do Rio Pardo. História do Vale do Rio Pardo: Região de Ribeirão Preto e da Alta Mogiana. Ribeirão Preto, 1998.
- BUCK-MORSS, S. A Dialética do Olhar. Walter Benjamin e o projeto das passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos, 2. ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- CAMPOS, Gonzaga de. Mappa Florestal do Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio Typ. do Serviço de Informações. Rio de Janeiro, 1926.
- CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem, São Paulo, Editora Senac, 2000.
- CHOAY, Françoise. O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia. São Paulo. Editora Perspectiva (7a. edição), 2013.
- CORBOZ, Le Territoire comme palimpseste et autres essais, Les éditions de l'imprimeur, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Ed. Ciências Humanas Ltda, 1979.
- CULLEN, Gordon. Townscape, 1961
- DEAN, Warren. A Ferro e Fogo. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- DEAN, Warren. Revista de Historia 133 2^o semestre de 1995. FFLCH-USP. A Conservação das Florestas no Sudeste do Brasil, 1900-1955 * University of New York, 1995.
- DICIONÁRIO DE FILOSOFIA. Disponível em:
<http://dutracarlito.com/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2012
- ENGELS, Friedrich. A Dialética da Natureza. 5. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- FORMAN, Richard T. T. Landscape Ecology: Principles in Landscape Architecture and Land-use Planning. Washington, Island Press, 1996.
- FORMAN, Richard T. T.; GODRON, Michael. Landscape ecology. Wiley: Nova York, 1986.
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
- GEDDES, Patrick. A evolução das cidades. São Paulo, editora Hucitec, 1915.
- GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais - A Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- GOMES, Horieste. A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo. São Paulo: Contexto, 1990.
- HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Editora Loyola, 1993, p. 184-289.
- HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.
- JACOBS, Jane. The Death and Life of Great Cities, 1958.

- KLIASS, Rosa Grená. Parques Urbanos de São Paulo. E sua evolução na cidade. São Paulo Editora Pini, 1993.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma Cidade na Transição. Santos: 1870-1913. Prefeitura Municipal de Santos. Santos: Editora Hucitec, 1996.
- LE CORBUSIER, A carta de Atenas. São Paulo Editora Hucitec, 1997
- LEFÈBVRE, Henri. A Cidade do Capital. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- LEFÈBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG 1970.
- LEFÈBVRE, Henri. La Production de L' Espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- LEFÈBVRE, Henri. Lógica formal/lógica dialética. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Destruição ou desconstrução? - questões da paisagem tendência de regionalização. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- LOPES, Meirelles, Hely. Direito Administrativo Brasileiro. 18ª Edição, revisada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Manuel Burle Filho, São Paulo: Malheiros Editores, 1996.
- LYNCH, Kevin. The image of city, 1960; What time is this place, 1972; Good city form, 1981
- LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MAGALHÃES, Manuela. Arquitectura Paisagística. Morfologia e Complexidade. Lisboa: Editorial Estampa, 2001
- MANTZIARAS, Panos. Ville-Paysage. Rudolf Schwarz e la dissolution des villes. Metis pressis. , 2008.
- MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. In: Repensando a Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- MARX, Karl. O Capital. Volume III, 1983.
- MARX, Murillo. Nosso Chão: Do sagrado ao profano. São Paulo: Editora EDUSP, 1989.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas: Pontes Editores, 1990.
- McHARG, Ian. Poyetar Con la Naturaleza. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. Volume I, 1992. p. 329
- MILLIET, Sérgio. Roteiro do Café e outros Ensaio. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.
- MORRIS, A. E. J. História de la Forma Urbana. Barcelona: Gustavo Gilli, 1984.
- MOTA, Suetônio. Urbanização e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: ABES, 1999.
- NICOLIN, Pierluigi Elementi di architettura, Milano : Skira, 1999b
- NICOLIN, Pierluigi La verità in architettura: il pensiero di un'altra modernità. 1999a
- NURIT, Bensusan. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas - reimpressão - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ODUM, Eugene P. Ecologia. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- PEREC, Georges. O Infraordinário. MADRI, Impedimenta, 2008
- PIRES J.S.R.; SANTOS J.E. & Del PRETTE M.E.. A Utilização do Conceito de Bacia Hidrográfica para a Conservação dos Recursos Naturais. In: Shiavetti & Camargo (Org.) Conceito de Bacia Hidrográfica: Teoria e Aplicações. Ilhéus: Editus/UESC, 2002. Cap.1: 17-35. 2002.
- RIBEIRO, Luís César de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1997.
- ROSSI, Aldo. A Arquitetura da Cidade. São Paulo, editora Unesp, 1967.
- ROSSI, Paolo. Esperanças. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- RYKWERT, Joseph. A Sedução do Lugar: A história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SACHS, Ignacy: Espaços, Tempos e Estratégias de Desenvolvimento / Vértice, 1986
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. La casque d' arlequin: Belo Horizonte une capitale ecletique au 19e siecle. Paris: Ecole des hauteEtude Science Scociale, 1997.
- SAMPIERI, Angelo. Nel Paesaggio. Il progetto per la città negli ultimi vent'anni, 2008.
- SANTIAGO, Silviano. Glossário de Derrida. Lisboa, Editora Francisco Alves, 1976. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/62972055/Santiago-Glossario-de-Derrida1976>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

- SANTOS, Douglas. A Reinvenção do Espaço: Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo, Ed. NOBEL, 1992.
- SANTOS, Milton. Metamorfose do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. MetrÓpole Corporativa Fragmentada. O caso de São Paulo. São Paulo: Ed. NOBEL, 1990.
- SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SECCHI, Prima Lecione di Urbanística. Roma Bari: Gius. Laterza & Figli S.p.a, 2000.
- SERRA, Geraldo. O Espaço Natural e a Forma Urbana. São Paulo: Nobel, 1987.
- SILVA, José Marcos Romão. A relação Espaço-Tempo na arte Cubista. Bauru: Editora Unesp, 2004.
- SOJA, E. W. Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.
- Solà-Morales, Ignasi de. Perifery as Project (MIMEO). s/d
- SOLÁ-MORALES, Ignasi de. Territórios. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- SOTCHAVA, V. B. O estudo de geossistemas. Instituto de Geografia. USP, São Paulo: Ed. Lunar, 1977.
- SPENGLER, Oswald. O Homem e a Técnica. Lisboa: Guimarães & Cia. Editores, 1980.
- STEENBERGEN, Clemens. Architecture and Landscape: The Design Experiment of the Great European Gardens and Landscapes, Hardcover – February 2, 2001.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX). São Paulo, Instituto de Engenharia, 1973
- TOPALOV, Christian. La Urbanización Capitalista. Algunos elementos para sus análisis. Colécion diseño: Ruptura y alternativas. México: Editora Edicol, 1979.
- TSIOMIS, Yannis. Matières de Ville: projet urbain et enseignement. Paris: Edition de La Villete, 2008.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- VARGAS, Milton. Ciência. Tecnologia e Desenvolvimento Brasileiro. UNESCO, CNPq, 1983.
- VARGAS, Milton. Contribuição para a História da Engenharia no Brasil. São Paulo: EPUSP, 1994.
- VARGAS, Milton. História da Técnica e da Tecnologia no Brasil. São Paulo: Unesp, CEETEPS, 1994.
- VARGAS, Milton. Tecnologia e Humanismo. São Paulo: IBRAE, 1988.
- WILHEIM, Jorge. São Paulo MetrÓpole 65 subsídios para seu plano diretor, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1965.
- CAPITULO DE LIVRO**
- AB´SABER, Aziz Nacib. In: RETTO JUNIOR, Adalberto et al. Workshop Internacional. Conhecimento Histórico-Ambiental - 2004, São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- AB´SABER, Aziz Nacib. O Relevo Brasileiro e seus Problemas, em Brasil, a terra e o homem, v. 1, cap. III, p. 135-251. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.
- BERTRAND, G. Paisage y Geografia Física Global. In MENDOZA, J.G.; JIMINES, J.M. y CANTERO, N. O. (Orgs) *El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antologia de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial, 1982
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra, n. 13, p. 1-27, 1971.
- BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem. Congresso Paisagem e Planeamento, Barcelona, 2006.
- FRANCISCO, José. Da Paisagem Natural à Paisagem Transformada – o conceito da desconstrução para uma interpretação da produção do espaço. Vivência. UFRN/CCHLA. n. 33, p. 169-186, 2008.
- FRANCISCO, José. Dinâmica e Metamorfose do Espaço – expansão urbana e loteamentos. In: Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias. Pompeu Figueiredo de Carvalho e Roberto Braga (Org.), Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal (Deplan/UNESP), 2002, p. 15-26.

LANGENBUCH, Juergen Richard. Ferrovias e Cidades no Oeste Paulista. In. retto Jr. Et all.

RETTO JUNIOR, A. da Silva. A Dimensão Paisagística no Projeto da Cidade Contemporânea. Palestra do Curso de Extensão Universitária, 2011.

TESES E DISSERTAÇÕES

BENINCASA, Vladimir. Fazendas Paulistas: Arquitetura rural do ciclo do café. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), EESC-USP, São Carlos, 2007.

CARDOSO, Adauto. A Natureza Moderna. Tese Doutorado - FAU-USP, São Paulo, 1999.

CERASOLI, Josianne Francia. A Grande Cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República, IFFCH, Campinas, Mestrado, 1998.

MILLER, Célia Peitl. O Doutorado em Matemática no Brasil: um estudo histórico documentado. (1842 a 1937). Área de Concentração em Ensino e Aprendizagem da Matemática e seus Fundamentos Filosófico-Científicos. Rio Claro, 2003.

MONTEIRO, Luzia Cristina Antoniossi. Moradia Social: ocupação de Espaços Desconstruídos Livres. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

NARDIN, Juliana de. Os Condomínios Urbanísticos no Município de São Carlos. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

NOGUEIRA, Carlos Eugênio. O Lugar da Fronteira na Geografia de Pierre Monbeig. Doutorado em Geografia) – FFLCH - USP, Universidade de São Paulo, 2013.

Orlando Moreira Junior. Processos excludentes e produção do espaço urbano em cidades pequenas paulistas: os casos de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

PAIVA, Ana Lúcia Veras de. Transformação e conservação da paisagem: estudo de caso de São Sebastião SP. 2005. o f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, . Orientador: José Francisco.

PROENÇA, Daniel Passos. Reabilitação do Centro Histórico da cidade de Santos - SP: Programa Alegria Centro. 2005. o f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, Orientador: José Francisco.

REANI, Regina Tortorella. Parcelamento irregular do solo como forma de produção de periferia: O Caso de Jundiá-SP, Dissertação, PPGEU, Ano de Obtenção: 2007.

Regina Tortorella Reani. Expansão urbana e periferização nas cidades médias paulistas: a produção, apropriação e consumo do espaço. 2005. o f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, . Orientador: José Francisco

SARTORI, Larissa. Vazio edificado. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade em Arquitetura e Urbanismo) – FAAC, UNESP de Bauru, Bauru, 2015. Disponível em <https://issuu.com/larissasartori/docs/caderno_de_qualifica_o_vazios_ed>. Acesso em: 04 jul. 2016.

SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. SCHENKE, Luciana. Arquitetura da Paisagem. Entre o Pitoresco, Olmsted e o Moderno. Tese (Doutorado em de Arquitetura e Urbanismo) - IAU- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, 2008.

SOUZA, Maria Beatriz Silotto Dias de. Parcelamento do Solo Urbano: uma abordagem integrada da paisagem, áreas públicas e fundos de vale na legislação brasileira. Tese (Mestrado em Engenharia Urbana), PPGEU da Universidade Federal de São Carlos UFSCar. São Carlos, 2007.

VESCINA, Laura Mariana. Projeto Urbano, Paisagem e Representação: Alternativas para o espaço metropolitano. Tese (Doutorado em Urbanismo) – PROURB, Rio de Janeiro 2010.

WATANUKI FILHO, Adhemar. Desconstrução mínima e renaturalização: estudo de caso córrego do Aleixo, Barretos-SP. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

WENDEL, Henrique. O Direito a Natureza na Cidade: Ideologia e práticas na história, 215 p.. Tese (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE, Rio Claro, 2004

ZANBONI, Ernesta. Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874-1900) – uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. Mestrado Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ARTIGOS

ALFONSIN, B. de M.; PAGANI, E. A.; SOMENSI, S.; PRESTES, V. B. (Org.) Congresso Comemorativo aos 10 anos do Estatuto da Cidade e II Congresso de Direito Urbano-Ambiental, v. 2, 1127 p. Porto Alegre: Fundação Escola Superior de Direito Municipal, 2011.

ARTIGAS, Vilanova. A Função Social do Arquiteto. São Paulo: Nobel-Fundação Vilanova Artigas, 1989.

AXELOS, Kostas. Marx Penseur de la Technique, de L'alienation de L'homme à la Conquête du Monde, Collection 10/18, Paris: Les Éditions de Minuit, 1961.

BOFF, Leonardo. Paz como Equilíbrio do Movimento, Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 set. 2001, Opinião, Caderno A, p. 3.

BOISE, Pierre. L'évolution du parcellaire d'Annecy. Essai de stratigraphie historique d'un terroir en voie d'urbanisation [article]. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations Année, v. 21, n. 4, 1966, p. 859-874.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e Urbanismo: Uma possível análise historiográfica, Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 21-50, 2009.

CARVALHO. Pompeu Figueiredo de; BRAGA, Roberto. Da negação da Natureza na Cidade: o conceito de "renaturalização" como suporte à política urbana. Mimeo, 2003.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constituiu no Brasil a Rede de Cidades. In: Boletim Geográfico (São Paulo), v. 14, p. 141-8, 1944; v. 15, p. 229-308, 1944.

DEMATTEIS G.; GOVERNA F., Urban Form and Governance: the new multi-centred urban pattern. In: Change and stability in Urban Europe, ANDERSEN; et al. Grã Bretanha: Aldershot, 2001, p. 27-59.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 24 ago. 1997. A paisagem descuidada - A filósofa Olgária Matos e o arquiteto Jorge Wilhelm debatem sobre O Urbano, Caderno Mais!, p. 14.

FRANCISCO, J. ; FERREIRA, R. C. . A Legislação Ambiental e Urbanística no Trato das Fronteiras-d'água. In: Roberto Braga; Pompeu Figueiredo de Carvalho. (Org.). Recursos Hídricos e Planejamento Urbano e Regional. 01 ed. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal - LPM, IGCE – UNESP. Rio Claro, 2003, v. 01, p. 87-105.

GASS, Sidnei Luís Bohn. Áreas de Preservação Permanente - APPs: legislação, práticas científicas e conservação da natureza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

HUMBOLDT, A. Von. Cosmos. Ensayo de una descripción física del mundo. In MENDOZA, J. G. ; JIMENEZ, J. M. y CANTERO, N. O.(Orgs.) *El pensamiento geográfico. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

MORÁLES, Ignacy. Perifery as Project (xerox).

PASSOS, Messias Modesto. A Construção da Paisagem na Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul, Bol. geogr., Maringá, v. 26/27, n. 1, p. 3-14, 2008/2009.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Fragmentos de Paisagem. In: Paisagem e Ambiente, n. 09, São Paulo, Edusp, 1996.

PERES-SOBA et al. Land use Functions - a multifunctionality approach to assess the impact of land use changes on land use sustainability. In: Helming, K. Pérez-Soba, M & Tabbush, P. Sustainability Impact Assessment of Land Use Changes. Springer, 2008.

PIERRE Boise, Annales. L'évolution du Parcellaire d'Annecy. Essai de stratigraphie historique d'un terroir en voie d'urbanisation [article]. Économies, Sociétés, Civilisations Année, v. 21, n. 4, 1966, p. 859-874.

REVEL, Jacques. (dir.). Jeux D'échelles: La micro-analyse à l'expérience. Paris: Gallimard - Le Seuil, Hautes Études, 1996, p.248.

ROGER, Alain. Uma Rodovia BRM Piaater Martrh de Barcelona. Editorial La Campana, 2000. Título original: Cowen maré dwAur ragr Paus, Gallamand, 1997.

ROSALÉM, Nathália Prado. Geossistema, território e paisagem como método de análise geográfica. Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

SCHIMIDT, Alfred. Por um Materialismo Ecológico: O conceito de natureza em Marx. Tradução Jorge Hajime Oseki, mimeo, s/d.

SIMONDS, J.O. Landscape Architecture; a manual of site planning and design. New York: Mc Graw-Hill, 1983, 34p.

ARTIGOS DISPONÍVEIS NA INTERNET

BELUZZO. O Brasil dos viajantes. Disponível em:

<<http://www.usp.br/revistausp/30/SUMARIO-30.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. Paisagem e Memória na Ficção do Visconde de Taunay. Revista Alere, v.2, n. 1, 2009. Disponível em

<<http://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/570> Unemat> Acesso em: 25 de mai. de 2016

COELHO, Letícia Castilhos, A Paisagem na Fotografia, os rastros da memória nas imagens. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/03/castilhos-leticia-a-paisagem-na-fotografia.pdf>>. Acesso em:

agosto de 2013.

GAVOILLE, Antoine. La Philosophie du Paysage en Espagne, Naissance d'une Tradition Contemporaine. In: Mélanges de la Casa de Velázquez, tome 30-3, 1994. Époque contemporaine. p. 173-220. Disponível em:

<http://www.persee.fr/docAsPDF/casa_0076-230x_1994_num_30_3_2717.pdf>.

Acesso em: 11 de set. 2010.

GERMAINE, Marie-Anne et BALLOUCHE, Aziz. L'articulation entre Enjeux Environnementaux et Aménités Paysagères dans les Politiques Publiques des Vallées du Nord-ouest de la France. 2010. Disponível em:

<http://www.projetsdepaysage.fr/l_articulation_entre_enjeux_environnementaux_et_amenites_paysageres_dans_les_politiques_publicques_des_vallees_du_nord_ouest_de_la_france>. Acesso em: 04 jun. 2016.

GHIRARDELLO, N. À Beira da Linha: formações urbanas da Noroeste Paulista [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 235 (ISBN 85-7139-392-3). Disponível em:

<<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 25 mai. 2016

GODOY, Paulo. Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço. Estudos Geográficos. Rio Claro, 2(1), p. 29 -42, jun. 2004. (ISSN 1678-698X). Disponível em:

www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm. Acesso em: 25 mai. 2012

KOOLHAAS, Rem. O Atual Desafio da Arquitetura é Entender o Mundo Rural.

Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/790804/rem-koolhaas-o-atual-desafio-da-arquitetura-e-entender-o-mundo-rural>>. Acesso em: 26 de mai 2016

L'ARTICULATION entre enjeux environnementaux et aménités paysagères dans les politiques publiques des vallées du nord-ouest de la France. Disponível em:

<http://www.projetsdepaysage.fr/l_articulation_entre_enjeux_environnementaux_et_amenites_paysageres_dans_les_politiques_publicques_des_vallees_du_nord_ouest_de_la_france>. Acesso em: 26 de set 2015

LEGLER, Jorte F. B.; VIEIRA, Marcelo M. F; FACHIN, Roberto C. Um Exercício de Desconstrução do Conceito e da Prática de Segmentação de Mercado Inspirado em

Woody Allen. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n4/v42n4a09.pdf>>.

Acesso em: 25 de maio de 2016.

LEWIS Jr, Philip H. The Landscape Resources of Wisconsin. Disponível em:

<http://www.sco.wisc.edu/images/stories/2015/Feb/Landscape_Resources_of_WI_1964_Phil_Lewis.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2016

MARX, Murillo. Olhando por Cima e de Frente. 1996 Disponível em:

<<http://www.usp.br/revistausp/30/SUMARIO-30.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

METZGER, Jean Paul. O Código Florestal tem Base Científica? In: Natureza & Conservação 8(1), p. 1-5, 2010.

METZGER, Jean Paul. O que é Ecologia de Paisagens? Biota Neotropica, v. 1. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/abstract?thematic-review+BN00701122001>>. Acesso em: 21 de mar 2015.

MOREIRA, Ruy A Diferença e a Geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. Universidade Federal Fluminense, Geographia, ano 1, n. 1, 1999.

Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/5>>.

Acesso em: 25 fev. 2016.

NOVARINA, Gilles. L'architecture Du Territoire: de la mesure au dessein. 1982.

Disponível em:

http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/IMG/pdf/Novarina_ARU_82.pdf. Acesso em: 27 set. 2015.

OLIVEIRA, RB & GODOY. Composição Florística dos Afloramentos Rochosos do Morro do Forno, Altinópolis. São Paulo: SAP Biota Neotropica, v. 7 (number 2), 2007. p. 37-48. Consulta em 14 fev. 2013. Disponível em

<<http://www.biotaneotropica.org.br/v7n2/pt/fullpaper?bn00507022007+pt>>. OTONI, Cristiano Benedito. O Futuro das Estradas de Ferro no Brasil. 1ª ed. 1859, 5ª edição, 1954.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Invenção do Brasil: o nascimento da paisagem brasileira sob o olhar do outro. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1997. Disponível em: <revistafenix@revistafenix.pro.br>. Acesso em: 27 set. 2015

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/download/334/9893>. Acessado em 13 de julho de 2016

PICON, Antoine. Anxious Landscapes: Ruin Rust, Trad. Karen Bates. Quarto Grey, n. 1. (Outono de 2000), p. 64-83. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=1526-3819%28200023%290%3A1%3C64%3AALFTRT%3E2.o.CO%3B2-3>>. Acesso em: fev. 2014.

PRACCHI, Attilio. A Arquitetura do Iluminismo: alguns aspectos da ideologia e da práxis. Trad. Aline Coelho Sanches Corato, Maria Helena da Fonseca Hermes Revista USP. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83052/86096>>. Acesso em: 27 de mai 2016

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder, 1974. Disponível em:

<http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf>. Acesso em: 26 de fev. 2016

RETTO JUNIOR, A. da Silva. Resenha Vigano. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/11.122/4211>>. Acesso em: 11 de julho de 2016.

RETTO JUNIOR, A. da Silva; SECCHI, Bernardo; CONSTANTINO, N. R.T., ENOKIBARA, Marta. O Laboratório Agudos. Arqutextos, São Paulo, ano 10, n. 114, 04, Vitruvius, nov. 2009. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10.114/13>>. Acesso em: 25 de jul. 2015

REVISTA SABNET. Disponível em: <<http://revista.sabnet.com.br/index.php/revista-de-arqueologia/article/viewFile/26/25>>. Acesso em: 26 JUL 2015.

RINKE, Klaus. Novas Paisagens Urbanas. Institute for Art and Urban Ressources, Lower Manhattan, 1975. In: Traverses/9 VILLE, p.77, Paris: Éditions Minuit, 1977. Elaboração: J. Francisco.

SACHS, Ignacy, Carlos Lopes, Ladislau Dowbor, Crises e oportunidades em tempos de mudança, documento de referência para as atividades do núcleo Crises e Oportunidades no Fórum Social Mundial Temático – Bahia /Janeiro 2010 O conjunto de iniciativas do núcleo Crises e Oportunidades, www.criseoportunidade.wordpress.com

SALGADO, Ivone. A obra de Pierre Pate e a ideia de embelezamento na cidade. 9 SCHU Seminário de História da cidade e do urbanismo. Disponível em:

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/429/o>, acesso em : 05 de mai. 2015

SANTOS, Ademir Pereira dos. Viagens, Fotografia e Arquitetura: conexões a partir das imagens de Eduardo Kneese de Mello do MuBA, 2011. Disponível em:

<<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/1/revista-ba-viagens-fotografia-arquitetura.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia Revista Ra'ega, n. 7, p. 79-85 Curitiba: Editora UFPR, 2003. Disponível em:

<<http://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/3353/2689>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SIMMEL, Georg. A Filosofia da Paisagem. Trad. Arthur Mourão, 1913. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf>. Acesso em: 09 set. 2012.

SOFFIATI, Arthur. A Cidade como Natureza e a Natureza da Cidade. Disponível em:

<<http://www.tuberlin.de/abz/netz/spanisch/stadtentwicklung/artkel/soffiati/text.htm>>. Acesso em: 26 set. 2003.

VILLAÇA, F. As Ilusões do Plano Diretor (livro eletrônico), ago 2005, 94 p.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Acesso em: 15 dez. 2013.

Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. Levantamento censitário BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo de 2010.

BRASIL. Lei n. 10257/01. Estatuto da Cidade. Brasília DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN - Instituto de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Coordenação de Paisagem Cultural, Brasília DF, março de 2011.

de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008. São

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.sirgrh.sp.gov.br>>. Acesso em: 06 mar. 2011.

ECOAGRI. Diagnóstico Ambiental da Agricultura no Estado de São Paulo: Bases para um desenvolvimento rural sustentável. Disponível em: <:>. Acesso em: 18 jan. 2016.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Plano Diretor Passo a Passo. Coordenação de Mariana Moreira. São Paulo, 2005. 208p.

INSTITUTO de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Mapa Geológico do Estado de São Paulo. São Paulo: IPT, Convênio Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1982 (a). 126 p.

INSTITUTO de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo. São Paulo: IPT, Convênio Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1982 (b). 120 p.

JUNIOR, M. P. A Terra Roxa. Jornal A Província de São Paulo. 16 de outubro de 1877.

KRONKA, F. J. N. (coord.). Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/Instituto Florestal, 2005. 200p.

MIRANDA, Jose Pedro Miranda. Anotações do AHPRP, 1986.

OLIVEIRA, J. B. de. Solos do Estado de São Paulo: descrição das classes registradas no mapa pedológico. Campinas: IAC, 1999. 110p. (IAC. Boletim Técnico, 45).

Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>.

PERH, 2006; 2. SEADE, 2009; 3 e 4. Relatório de Situação de Recursos Hídricos de Bacias, 2010; 5. IF, 2009; 6. FF, 2008; FF, 2009; ICMBio, 2009. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhsmsg/apresentacao>>. Acesso em: 20 maio 2016.

PERROTTA, M.M.; SALVADOR, E.D.; LOPES, R.C.; D'AGOSTINO, L.Z.; PERUFFO, N.; GOMES, S.D.; SACHS, L.L.B.; MEIRA, V.T.; GARCIA, M.G.M.; LACERDA FILHO, J.V. 2005. Mapa Geológico do Estado de São Paulo, escala 1:750.000. Programa Geologia do Brasil - PGB, CPRM. São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de

VÍDEOS (FILME E OUTRAS REFERENCIAS)

ARNAUD, Jean Jacque. A Guerra do Fogo. Filme, ano 1967

CHAUÍ, Marilena. Palestra proferida no Teatro Oficina, 19 de abril, São Paulo, Teatro Oficina, 2016.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS_ cidade

Atas da Câmara de Altinópolis (1953-1986)

Atas da Câmara de Batatais (1875-1918)

BARRETO, L. P. A Terra Roxa. Jornal A Província de São Paulo. 06 de dezembro de 1876. In: Almanach de Ribeirão Preto.

BARRETO, L. P. “A Terra Roxa”. Jornal A Província de São Paulo. 06 de dezembro de 1876.

PINHEIRO, O. M. Estatuto da Cidade: o jogo de cartas tem novas regras. Belo Horizonte: CREA-MG, 2002.

PRADO JUNIOR, M. P.. Jornal A Província de São Paulo. 1875. In: Almanach de Ribeirão Preto.

SAINT-HILAIRE, August de. Viagem à Província de São Paulo. Publicado pelo Museu Histórico Brasileiro, 1939. Disponível em:

<http://www.archive.org/stream/viagemprovincioosainuoft/viagemprovincioosainuoft_djvu.txt>. Acesso em: 15 dez. 2015.

TAUNAY, Visconde. *Marcha das Forças* (mimeo), 1865

Arquivo do Plano Diretor Participativo Urbano de Altinópolis SP (2014)

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA DE ALTINÓPOLIS

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal - PMA e UNIVERSIDADE Federal de São Carlos - UFSCar. Plano Diretor Participativo Urbano de Altinópolis (SP). *A cidade que temos : leitura da realidade do município*", workshop de mapas participativos nas escolas municipais, jan 2012.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal - PMA e Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Plano Diretor Participativo Urbano de Altinópolis (SP). *Como imagino Altinópolis em 2020?* Tema de redação feita aos alunos do 9º período da EMEF Padre Geraldo Trossel, Altinópolis, 2014.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. "Altinópolis: Bassano Vaccarini", executado por RP Vídeo, imagens e edição Ricardo Pereira, 9:33min, 2002.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Altinópolis - Altinópolis seu próximo destino, vídeo fotos, executado por Ricardo Martins, 6 min., s/d.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Altinópolis "As Belezas da Grande Altinópolis", vídeo fotos, produção DIGUIM, 10 min., s/d.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Altinópolis Bonita por Natureza, vídeo, executado por PTSOM, 3 min., s/d.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. ALTINÓPOLIS TURISMO - turismo educativo e de lazer, conhecer para desenvolver e proteger, link em construção para apensar no site da Prefeitura Municipal de Altinópolis, s/d.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Lei n. 582 de 26/10/1992, institui o Plano Diretor do Município de Altinópolis.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Mapa da Áreas de Situação dos Postos e Saúde, s/d.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Obras do Artista Plástico Bassano Vaccarini, vídeo em power point, fotos da Agência Mata Virgem Ecoturismo, s/d.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Plano Diretor de Desenvolvimento de Altinópolis, 1991.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Programa de Governo para Altinópolis 2009-2012, junho de 2009, 51p.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Relatório da 1ª Oficina de Turismo em Altinópolis, 2011 a.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal. Vídeo Fotos Altinópolis "Altinópolis, cenários de Natureza e Arte", 217 fig. fotos da Agência Mata Virgem Ecoturismo, 2003.

ALTINÓPOLIS (Município). Prefeitura Municipal.. Mapa de Localização das Estradas Rurais do Município de Altinópolis, esc. 1:50 000, ago 2011 b.

ALVES, José Márcio Castro. Blog de Altinópolis. Disponível em: <altinopolisminhaterra.blogspot.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2014.

BRONDI, Oldemar. *O Povo que Faz a Minha Terra*. Ribeirão Preto: Editora COC, 2006.

CRIVELENTI, Rafael Castro. *Adequação Ambiental e Levantamento de Fauna em Propriedades Cafeeiras. Estudo de Caso: Fazenda Bela Vista, Altinópolis-SP*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Gerenciamento Ambiental da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP, Piracicaba, 2010.

CRIVELENTI, Rafael Castro. *Zoneamento Ecológico Econômico Do Município De Altinópolis, SP Tese (Doutorado) - UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Jaboticabal, 2015.*

DAUNT, Ricardo Gumbleton. *O Capitão Diogo Garcia da Cruz*. Revisto e ampliado pelo Prof. Caio de Figueiredo Silva. São Paulo: Ed. Brusco & Cia, 1974.

DIMENSTEIN, Gilberto. Entrevista ao Jornal da Rádio CBN em rede nacional dia 11 de Março de 2004 por Heródoto Barbeiro no Programa Comunidade. Altinópolis: cidade do interior paulista usa tai-chi-chuan para aumentar concentração dos alunos da rede pública.

IBGE. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2014.

- INSTITUTO Geográfico e Cartográfico - IGC. Aerofoto oblíqua "Altinópolis, Vista Geral - 1939", ENFA.
- INSTITUTO Geográfico e Geológico - IGG. Mapa "Planta da Cidade de Altinópolis". Cópia de A. Spallini, 1940, escala aproximada 1:2000, "visto" em 18/8/1947.
- LESSI, Bruno Flório; FRANCISCO, José; MAGALHÃES, Kelly Cristina; MORENO, Octávio Augusto R. e MATOS, Isis Dias. Inventário e Planejamento Urbano: Banco de dados da arborização urbana no município de Altinópolis SP. Comunicação no 60. PLURIS Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 24 a 26 de setembro, Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal, Lisboa, 2014 (evento a acontecer).
- MAGALHÃES, Kelly Cristina e FRANCISCO, José. O Projeto de Paisagem como Instrumento de Planejamento e Gestão Urbana: o caso do município de Altinópolis-SP, comunicação no IV SIMPGEU - Simpósio de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 6,7 e 8 nov. 2013.
- MAGALHÃES, Kelly Cristina e FRANCISCO, José. O Projeto de Paisagem como Instrumento de Planejamento e Gestão Urbana: o caso do município de Altinópolis-SP comunicação no urbBA Cidade contemporânea: utopias, distopias e heterotopias - de Morus a Foucault, na temática 2. Produção Contemporânea do Espaço, Projetos de Urbanismo e a (Des)Construção do Comum, UFBA, Salvador, de 6 a 8 nov. 2013.
- MAGALHÃES, Kelly Cristina. Altinópolis: por um projeto de paisagem. Tese (Doutorado em andamento em Engenharia Urbana) - PPGEU - UFSCar, São Carlos, 2012.
- MAGALHÃES, Kelly Cristina; FRANCISCO, José; MATTIUZ, Claudia. Verde Urbano Altinopolense: Caracterização do sistema de áreas verdes como subsídio a oferta de espaços públicos. Lavras: Nepaflor, jun.2013.
- MARINO, Mara Lucia dos Reis. Altinópolis una Utopia Brasiliana: analisi di una esperienza di educazione alla pace e non violenza come pratica alternativa dell'educazione popolare. Tese (Doutorado em Pedagogia) - Università Degli Studi di Bologna, Faculdade de Pedagogia, Bolonha, 2004-2008, 218 p.
- MATOS, Isis Dias; PIRES, Adriana Maria Zalla Rodrigues; LESSI, Bruno Flório; MILANO, Camila B. de; PIRES, José Salatiel Rodrigues. Caracterização Quantitativa dos Recursos Hídricos do Município de Altinópolis (SP) - Subsídios para a gestão ambiental, I Jornada de Gestão e Análise Ambiental - UFSCar, São Carlos, 2012.
- OLIVEIRA, Rejane Barbosa de; GODOY, Silvana Aparecida Pires de. Composição Florística dos afloramentos rochosos do Morro do Forno, Altinópolis, São Paulo. Biota Neotropica v.7.n.2, publicado em 01 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v7n2/pt/abstract?article+bn00507022007>>. Acesso em: 05de mai.2015
- OLIVEIRA, Renato Lima de. O Espaço e o Lugar na obra de Bassano Vaccarini (Diário de Campo, 2013). Acervo do Plano Diretor de Altinópolis.
- PONTIFÍCIA Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP e Prefeitura Municipal de Altinópolis - PMA. Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Altinópolis, Convênio entre a Prefeitura do Município de Altinópolis e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, maio de 1996.
- RIBEIRO, Tassiana Lemos. Estudo sobre a Comunidade de Altinópolis-SP e sua Relação com a Atividade Turística com Enfoque no Ecoturismo. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Turismo, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rosana, 2007.
- ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia; SILVA, Adriana. Artistas do Mundo: Bassano Vaccarini/Pedro Caminada-Gismondi/Leonel Berti/Francisco Amêndola/Odilla Mestriner, Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais/FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado, 128 p. e DVD vídeo, Ribeirão Preto, 2013.
- ROSSIGNOL, Lorraine. Altinópolis, une utopie brésilienne, in Reporters d'Espoirs n. 2 Magazine Annuel des Solution d'a venir relayés par les médias, p. 50, Paris, 2006.
- SARDINHA, Diego de Souza; CONCEIÇÃO, Fabiano Tomazini da; CUNHA, Rafael; GODOY, Letícia Hirata. Avaliação da Qualidade Ambiental dos Atrativos Geoturísticos de Altinópolis (SP), s/d.
- SARDINHA, Diego de Souza; CONCEIÇÃO, Fabiano Tomazini; CARVALHO, Davic Ferreira; CUNHA, Rafael; SOUZA, Antonio Donizetti Gonçalves de. Impactos no Uso Público em Atrativos Turísticos Naturais no Município de Altinópolis (SP). In: Geociências, v. 26, n. 2, p. 161-172, São Paulo, 2007..
- SEBRAE-MG. ALTINÓPOLIS - Cursos Diversos, s/d.

SEBRAE-SP. ALTINÓPOLIS - Diagnóstico Municipal e Plano de Ação, PRODER Programa de Emprego e Renda, 1996.

SEBRAE-SP. Prefeitura Municipal de Altinópolis, Diagnóstico dos Potenciais Econômicos - DIPE, Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial - PADE, 1996, atualizado em 2003.

SILVA, José Fraga Pereira da. Breve Histórico do Município de Altinópolis, Anotações a partir de "O Capitão Diogo Garcia da Cruz" - Ricardo Gumbleton Daunt. Revisto e ampliado pelo Prof. Caio de Figueiredo Silva. São Paulo: Ed. Brusco & Cia, 1974; e de anotações do Rev. Lysias Garcia da Costa e a partir do "O Povo Que Faz a Minha Terra" de Oldemar Brondi - Editora COC - 2006.